Farmacêuticas
Parcerias buscam diluir custos nas pesquisas por novas drogas. "Faz sentido compartilharem o risco", diz Vecina **B4**

Meios de pagamento
Banco Central já devolveu mais de R$ 1 bilhão por fraudes e falhas no Pix desde novembro de 2021 **C3**

CBN Professional
A criadora da Rede Mulher Empreendedora, Ana Fontes, conta como é importante e difícil se 'automotivar' **B2**

Sábado, domingo e segunda-feira, 7, 8 e 9 de setembro de 2024
Ano 25 | Número 6083 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

25 ANOS

Com forte demanda, fundo de crédito privado enfrenta escassez de papéis atrativos

Dívida Com fluxo superior a R$ 240 bi até julho e prêmios baixos, gestor mantém dinheiro em caixa ou fecha captação

Adriana Cotias, Fernanda Guimarães e Rita Azevedo
De São Paulo

Com a forte procura dos investidores por fundos de crédito privado, a oferta de emissões de dívida das empresas, embora alta, não consegue corresponder à demanda, e os prêmios contidos nos papéis estão muito pouco atrativos. Com isso, os gestores que costumam aplicar boa parte da carteira em crédito privado vivem um dilema diante da relação entre risco e retorno. Alguns estão fechando os fundos para captação e outros têm preferido manter o dinheiro em caixa, mas cresce uma preocupação de que o risco pode aumentar em algumas carteiras.

As emissões de debêntures neste ano já somam R$ 256,8 bilhões, um recorde. Apesar disso, são insuficientes para absorver a demanda, já que nem todo esse volume vai efetivamente para fundos. Os fundos de renda fixa captaram R$ 256 bilhões no mesmo período, sendo R$ 241,6 bilhões para aqueles com pelo menos 10% de exposição a crédito privado, segundo dados da Anbima. O forte fluxo levou os fundos com alguma exposição a crédito a alcançar mais de R$ 2,6 trilhões em patrimônio líquido em julho.

Com isso, o prêmio médio pago acima do CDI saiu de 2,3% há um ano para 1,7%, segundo dados da gestora JGP. A combinação de forte demanda e baixos prêmios não era vista desde 2019, segundo Alexandre Muller, sócio da JGP, que optou por fechar a captação de 95% dos produtos de crédito para não elevar caixa e diluir cotistas.

O interesse maior por crédito é influenciado pela taxa básica de juros e pelo grande movimento de saída dos fundos multimercados, mas também por mudanças regulatórias neste ano, que restringiram as emissões de papéis incentivados, como certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio, e reduziram prazo para alguns títulos bancários. A taxação de fundos fechados exclusivos também afetou a migração de recursos.

A Porto Asset também decidiu fechar os fundos em uma das plataformas com maior fluxo para não ter de compensar o menor spread com mais risco na carteira. O fundo já está com o nível máximo de caixa, em cerca de 40%. "Existe uma perspectiva de pouca emissão e a captação deve continuar forte. O cenário de Selic não reverte essa perspectiva", diz o gestor da Porto, Ricardo Spindola.

Alguns especialistas observam a atual situação com cautela. O temor é que as carteiras acabem aceitando aplicar em papéis de empresas que possam enfrentar problemas, como já ocorreu no passado. Outra questão é que algumas operações acabam saindo com cláusulas de garantias ao investidor mais brandas. **Páginas C1 e C6**

Clima causa incêndios em florestas e lavouras

De São Paulo e Ribeirão Preto

O clima quente e a seca extrema causaram novos incêndios em áreas de florestas e de agricultura no Brasil. Só entre sexta-feira e o último sábado, foram registrados 8.225 focos de calor, de acordo com o Programa Queimadas do INPE. Mais da metade dos focos está em dois Estados: Mato Grosso (33%) e Pará (27%). Na Chapada dos Veadeiros, em Alto Paraíso (Goiás), um incêndio descontrolado já consumiu cerca de 10 mil hectares do parque nacional.

De acordo com a Climatempo, as temperaturas devem continuar elevadas, e o ar seco seguirá impedindo a formação de nuvens de chuva na maior parte do país nesta segunda-feira. Assim, as condições seguem propícias ao alastramento do fogo, como o que atingiu, no fim da semana passada, cafezais em Pedregulho, na Alta Mogiana Paulista, que é cercada por canaviais. No setor de cana, um dos mais afetados em São Paulo, pelo menos 231,38 mil hectares foram atingidos, segundo a Unica, entidade do setor. **Páginas A2 e B7**

González se asila na Espanha, e crise com Venezuela segue

Das agências internacionais

A resistência contra o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, sofreu um revés no fim de semana, com seu principal opositor, Edmundo González, recebendo asilo na Espanha. A saída reforça o impasse na Venezuela e eleva as tensões dentro da esquerda latino-americana e antigos aliados de Maduro, como os presidentes do Brasil e da Colômbia.

Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se, no Palácio da Alvorada, com a secretária-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha, e um grupo de assessores. A embaixada argentina está sob a proteção do governo brasileiro por meio de um acordo com o governo Milei, que teve diplomatas expulsos do país. **Página A11**

Lula quer mulher negra no lugar de Almeida

Julia Lindner, Andrea Jubé e Mariana Assis
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sinalizou a aliados que quer escolher uma mulher negra para comandar o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), no lugar de Silvio Almeida, demitido na semana passada após denúncias de assédio sexual — que ele nega serem verdadeiras. O Palácio do Planalto também indicou à ministra da Gestão, Esther Dweck, que assumiu interinamente a função, que a troca deverá ser célere.

A favorita para o cargo é a deputada estadual Macaé Evaristo (PT-MG). Lula pretende encontrá-la esta semana para tomar a decisão. Macaé também é considerada uma boa opção para contemplar a sigla de Lula, que atua nos bastidores para ficar à frente do ministério. Outra cotada é a professora mineira Nilma Lino Gomes, que já chefiou o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos no governo Dilma, mas é vista com menos chances. **Página A8**

Medalhas paralímpicas

REUTERS/STEPHANIE LECOCQ

Debaixo de chuva, foi encerrada ontem a Paralimpíada 2024, em Paris, após 12 dias de competições. O Brasil terminou em quinto lugar, entre as 169 delegações, com 89 medalhas, sendo 25 de ouro — foi o melhor desempenho do país na história dos Jogos Paralímpicos. Página B4

União tenta ajuste para destravar Ferrogrão no STF

Rafael Bitencourt e Rafael Walendorff
De Brasília

O governo protocolou no STF a atualização dos estudos da Ferrogrão, megaprojeto ferroviário que liga um dos maiores centros de produção de grãos do mundo, em Sinop (MT), aos portos do Arco Norte, em Miritituba (PA). Um ajuste de traçado é nova cartada do Ministério dos Transportes para neutralizar a Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo Psol que contesta uma mudança feita no perímetro do Parque Nacional Jamanxim.

Agora, o governo propõe a criação de uma "faixa de domínio", sem mexer na demarcação, além de aumento de recurso para compensação socioambiental. O argumento será defendido em audiência com o relator, ministro Alexandre Moraes. Se o STF acatar, a previsão é que o leilão possa sair em 2025. **Página A6**

Arcabouço fiscal é caminho factível para juros mais baixos
R. Barboza e B. Borges A12

Indicadores

Ibovespa	6/set/24	-1,41 %	R$ 18,4 bi
Selic (meta)	6/set/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	6/set/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	6/set/24		5,5696/5,5702
Dólar comercial (mercado)	6/set/24		5,5894/5,5900
Dólar turismo (mercado)	6/set/24		5,6247/5.8047
Euro comercial (BC)	6/set/24		6,1739/6,1751
Euro comercial (mercado)	6/set/24		6,1971/6,1978
Euro turismo (mercado)	6/set/24		6,2739/6,4539

7 898937 880054

Destaques

Lello e Hubert unem-se em holding
A administradora de condomínios e imobiliária Lello realizou uma fusão — por meio de troca de ações — com a concorrente Hubert, que resultou na criação de uma nova holding imobiliária, reunindo os dois negócios, que seguem com operações e marcas. Há disposição para novas consolidações. **B1**

Retomada no mercado de PCs
Expectativa de recuperação nas vendas de computadores pessoais (PCs) no Brasil, especialmente no mercado corporativo, atrai novas fabricantes, como as taiwanesas Acer e Asus, para competir na oferta a pequenas e médias empresas contra rivais como Dell, Lenovo e Positivo. **B5**

Parceria em fertilizantes
A Agrion Fertilizantes fechou acordo com a NovAmérica Agrícola e a Usina Enersugar para implantar uma fábrica de fertilizantes especiais em Ibirarema (SP). A empresa receberá os insumos da usina e terá parte das vendas garantidas para as parceiras. **B8**

Crescimento

ROGÉRIO VIEIRA/VALOR

A aviação geral cresce no país, puxada pela demanda de jatos executivos e helicópteros para operações offshore do setor de petróleo. A CEO da Líder, Junia Hermont, espera faturar 28% mais que em 2023, informa o repórter Cristian Favaro. Página B3

Infraestrutura atrai grupos financeiros

Taís Hirata
De São Paulo

O mercado de concessões de infraestrutura deve receber nova leva de investidores financeiros. O segmento de rodovias é um dos que mais atraem gestoras, mas também há interesse pelos setores portuário e de saneamento. Na semana passada, no leilão da BR-381, o Opportunity não conquistou a concessão, mas dever seguir buscando contratos. A Prisma Capital e o BTG também devem disputar licitações na área. No segmento de logística e portos, a I Squared negocia a aquisição da Wilson Sons, a XP Asset comprou neste ano participação na Multiterminais, e outras gestoras, como a Perfin, têm buscado ativos. **Página B1**

Farmacêuticas
Parcerias buscam diluir custos nas pesquisas por novas drogas. “Faz sentido compartilharem o risco”, diz Vecina B4

Meios de pagamento
Banco Central já devolveu mais de R$ 1 bilhão por fraudes e falhas no Pix desde novembro de 2021 C3

CBN Professional
A criadora da Rede Mulher Empreendedora, Ana Fontes, conta como é importante e difícil se ‘automotivar’ B2

Sábado, domingo e segunda-feira, 7, 8 e 9 de setembro de 2024
Ano 25 | Número 6083 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

CAPA PROMOCIONAL

Rio Gastronomia: maior e ainda melhor em 2024

14ª edição do principal festival gastronômico do país teve quatro dias a mais, público recorde, ótimos shows e comida de primeira

Este ano o Rio Gastronomia realizou a maior edição de toda a sua trajetória. Foram 12 dias de evento, quatro a mais do que as versões anteriores, com um público total de 125 mil pessoas. Os visitantes puderam se deliciar com os pratos de restaurantes estrelados, assistir a aulas com 120 chefs renomados e se divertir na roda-gigante, na tirolesa e em tantas outras atrações. A maior festa gastronômica brasileira encerrou no dia 1º deste mês com o show do grupo de pagode retrô Fica Comigo, que embalou a pista com clássicos. Ao longo do festival, subiram ao palco lendas do rock nacional como Blitz e Frejat e estrelas do samba, do pop e do forró, entre eles Nando Reis, Xande de Pilares e Maria Rita.

— É muito satisfatório para todos nós, que trabalhamos ao longo de meses para reunir num só lugar o melhor da gastronomia e do entretenimento, perceber como o Rio Gastronomia se tornou uma sensação para a cidade — afirma Alan Gripp, diretor de Redação do GLOBO. — Para O GLOBO, esta edição foi ainda mais especial porque representou o primeiro evento do ano de celebração do centenário do jornal, que será comemorado em 29 de julho de 2025.

Para os 35 restaurantes participantes, o RG significou grande exposição e ótimas vendas. Mais de 570 mil itens foram comercializados nesta edição.

— O Rio Gastronomia é um evento muito importante para o setor. Para mim, é uma honra participar pela segunda vez desse festival primoroso, ao lado de chefs incríveis — diz Heaven Delhaye, do Heaven Cucina, do Grupo BFW, restaurante com o maior volume de vendas do RG 2024. Foram quase 18 mil pratos. O preferido foi a lasanha de costela, com 7.691 unidades vendidas.

O EVENTO EM NÚMEROS:

125 mil pessoas nos 12 dias de evento

Mais de 12 mil pessoas na roda-gigante

Mais de 4 mil pessoas na tirolesa da Claro

A equipe por trás do RG: meses de trabalho para garantir um evento perfeito

Mais de 1.100 crianças no Espaço Kids Colégio pH

Mais de 80 aulas nos auditórios Senac e Santander

Mais de 120 chefs e especialistas convidados

Mais de 570 mil itens comercializados

PATROCINADORES

O Rio Gastronomia conta com experiências especialmente elaboradas pelos patrocinadores para o evento, o que torna os dias de RG ainda mais interessantes.

— O Rio Gastronomia fez história em mais uma edição, e ficamos muito felizes de estar ao lado do evento, levando muita conectividade e diversão para o público — afirma Gabriela Derenne, diretora da Claro para a regional Rio de Janeiro e Espírito Santo. A Claro ofereceu ao público a concorrida tirolesa de 10 metros de altura e 50 metros de distância.

Antonio Florencio de Queiroz Junior, presidente do Sistema Fecomércio RJ, lembra que, a cada edição, o Rio Gastronomia demonstra estar mais consolidado no calendário de eventos da cidade.

— Isso é resultado de vários fatores. Em especial, o talento dos trabalhadores do setor, que fazem da nossa gastronomia um produto de excelência, e a organização do evento, que permite aos expositores mostrar aquilo que de melhor oferecem — celebra Florencio de Queiroz.

A Naturgy está entre as marcas parceiras do Rio Gastronomia desde a sua primeira edição.

— Essa importante parceria do GLOBO com a Naturgy promove a cultura gastronômica e o desenvolvimento do Rio e, por esse motivo, tem tudo a ver com a nossa marca — destaca Fernanda Amaral, diretora de Comunicação, Relações Institucionais e Sustentabilidade da Naturgy Brasil.

Pratos e sobremesas especiais e imperdíveis

Denis Onishi, diretor da BYD, que fez exposição de carros no festival, destacou a importância do Rio Gastronomia para a cidade:

— Estamos muito felizes pela presença em um evento tão glamouroso. Foi uma excelente oportunidade para mostrarmos nossos carros a um público extremamente qualificado.

O Santander marcou sua participação em um espaço com vista privilegiada para o palco, diversas ações exclusivas e presença de especialistas para auxiliar os clientes com soluções financeiras e não financeiras.

— Nós amamos ser o banco do Rio Gastronomia — comemora a head sênior de Eventos, Patrocínios e Cultura Santander Brasil, Bibiana Berg.

Para o CEO da Refit, Jorge Monteiro, patrocinar o Rio Gastronomia é uma oportunidade para reforçar o compromisso da empresa com a cidade.

— A Refit acredita que apoiar um evento tão importante fortalece nossas raízes e nos aproxima do público, oferecendo uma experiência sensorial única, que conecta a história da nossa empresa com a do Rio de Janeiro.

FEIRA DOS PRODUTORES

O Rio Gastronomia abriu mais uma vez espaço para a Feira dos Produtores, valorizando a agricultura familiar fluminense.

— Este é nosso terceiro ano no Rio Gastronomia. O RG é uma comunidade interessada em fomentar a gastronomia regional. Foram vários clientes e parceiros que surgiram a partir dessa relação, eu só tenho a agradecer — afirma Felipe Ferreira, da Zuca Salumeria.

Tiago Afonso, diretor de Desenvolvimento Comercial e Audiência da Editora Globo e do Sistema Globo de Rádio, lembra que o Rio Gastronomia fomenta há 14 anos um segmento importante da economia carioca, dando luz a chefs, restaurantes, bares e produtores de agricultura familiar:

— Estamos muito orgulhosos de construir, no Rio de Janeiro, o maior festival de gastronomia do país. Já estamos planejando nossos 15 anos em 2025! Mas, antes disso, temos um encontro marcado entre os dias 1º e 3 e 8 e 10 de novembro, em São Paulo, com o SP Gastronomia. Até lá!

Realizado pelo jornal O GLOBO, o Rio Gastronomia 2024 tem apresentação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Sesc RJ e Senac RJ; tem o Governo do Estado do Rio de Janeiro como estado-anfitrião e a Cidade do Rio de Janeiro como cidade-anfitriã; Patrocínio Master de Santander, Naturgy, Claro e Light; Patrocínio de Stella Pure Gold, Maturatta, Refit 70 anos, BYD, Rio Jogos, Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (Sececrj) através de Lei Estadual de Incentivo à Cultura; apoio da Secretaria de Estado de Turismo, Rede D'Or, Garrafaria, Chandon, Água Pouso Alto, Andorinha, Colégio pH, Prezunic, Coca-Cola, Matte Leão, Tron, Président e Planos de Saúde SulAmérica; participação de Getnet, Arpo Gin, Granado, Musquée, Granfino, Frescatto, Três Corações, Quero Chuva, Aperol e Combrasil; produção RKF; Shopping Oficial Rio Sul; Hotel Oficial Fairmont Rio; parceria do SindRio; rádios oficiais, CBN e Rádio Globo

Show da Blitz no Palco Sesc levantou o público do Rio Gastronomia

FOTOS: FÁBIO CORDEIRO, EDUARDO UZAL, MARCO SOBRAL E MARCELO MARTINS

Vista privilegiada dos shows para clientes Santander Select

Túnel de acesso ao RG celebrou os 170 anos da Naturgy, patrocinadora master do festival

No Auditório Senac, as concorridas aulas com chefs renomados

Palco Sesc recebeu os artistas e grandes shows do Rio Gastronomia

Diversão na roda-gigante: Light é patrocinadora master do Rio Gastronomia

Tirolesa da Claro, patrocinadora master, foi a sensação do evento

Feira de Produtores, oferecimento do Governo do Estado do Rio, foi uma atração à parte

Parcerias de sucesso são destaque do evento

Espaços com atrações e experiências especiais engrandecem o Rio Gastronomia

Exposição de carros da BYD, na entrada do RG

Estande da Refit, patrocinadora do RG, contou sua história de 70 anos e distribuiu vales-combustível

Musquée levou ao RG o Beauty Truck, com roleta para concorrer a brindes

Pouso Alto, a água oficial do evento, hidratou o público do Rio Gastronomia

Arpo Gin marcou presença pelo segundo ano consecutivo no bar de drinques do RG

Rio Jogos teve estande interativo com entrega de presentes

Espaço Kids, do Colégio pH, cheio de atividades e diversão para as crianças

Distribuição de crossbody para celular por Planos de Saúde SulAmérica

Garrafaria marcou presença nos bares e carrinhos, com seus ótimos rótulos e taças personalizadas

No Bar Stella, brinde com long necks Stella Pure Gold

Kombi personalizada Aperol Spritz rendeu muitos cliques e ótimos drinques

Rede D'Or patrocinou aula oferecida pelo chef Roland Villar no Auditório Santander

No estande da Tron houve degustação de produtos e jogo da memória

Três Corações ofereceu roleta da sorte e prova de cafés especiais

Receitas/GNT promoveu oficinas de lettering e talks sobre assuntos gastronômicos

Espaço Prezunic levou para o RG as delícias de sua pizzaria

Estande da Granado teve loja de produtos no primeiro andar e a sorveteria Granado no segundo

Bar-contêiner da Chandon inspirou muitos brindes e celebrações

Roleta de brindes no estande RIOSUL, shopping oficial do evento

Diversas opções de drinques e shots de cachaça Quero Chuva

Churrasco, brincadeiras e vista privilegiada no espaço Maturatta

Bike da Andorinha recheada de produtos especiais para degustações e venda

Getnet, maquininha oficial do RG, garantiu brindes e vantagens nas compras com cartão Santander

Espaço Coca-Cola teve distribuição de mini-Cocas e brincadeiras com os visitantes

Matte Leão dá presentes e disponibiliza espaço para relaxamento

Frescatto realiza jogo interativo e premiação

Público do RG teve a oportunidade de degustar os molhos da Granfino

Restaurante do Fairmont, hotel oficial do evento, levou pratos selecionados ao RG

A disputada degustação de queijos no espaço Président

Combrasil fez a alegria dos visitantes do festival com distribuição de pipoca

Brasil

Ambiente Estudo da consultoria Systemica mostra 39% de diminuição no primeiro semestre do ano

Emissão de crédito de carbono desacelera em 2024

Naiara Bertão
De São Paulo

Em um cenário global cada vez mais preocupado com as mudanças climáticas, o recente relatório da consultoria e assessoria de soluções ambientais Systemica mostra que as emissões de créditos de carbono desaceleraram em 2024.

De acordo com relatório obtido em primeira mão pelo **Valor**, o volume de emissões no mundo caiu 39% no primeiro semestre em comparação ao mesmo período do ano passado e de 2022. Até junho, a geração de novos créditos estava em 102 MtCO2e (milhões de toneladas de carbono equivalente).

Considerando apenas o segundo trimestre de 2024, também houve diminuição de geração de novos créditos da ordem de 34% em relação aos primeiros três meses do ano. Os baixos preços e a demora nos registros pelas empresas verificadoras, que fornecem as metodologias de comprovação dos ativos, ajudam a explicar o mau momento do setor.

Segundo Munir Soares, CEO e fundador da Systemica, notícias negativas no mercado internacional e brasileiro assombram ainda o setor e geram desconfiança de sua seriedade por algumas empresas. Desde 2023, foram divulgadas uma série de denúncias e investigações sobre créditos fantasmas, fraudes e baixa integridade de projetos, principalmente do tipo REDD+, que busca preservar a mata nativa para garantir a absorção de gás carbônico da atmosfera por aquela vegetação.

Isso também se refletiu no preço dos ativos. Cada crédito equivale a uma tonelada de dióxido de carbono equivalente removida da atmosfera (tCO2e). No segundo trimestre, houve declínio de mais de 6% no preço dos créditos de REDD+ globalmente, para uma média de US$ 4,10 por tCO2e.

No mesmo período, os créditos de projetos de geração de gás a partir de resíduos de aterros sanitários (em inglês, landfill gas credits) foram negociados por US$ 4,70/tCO2e. A média de preço negociado de todos os ativos foi de US$ 5,80/tCO2e no segundo trimestre, 18% maior do que nos primeiros três meses do ano.

Os créditos de restauração florestal (ARR - Afforestation, Reforestation and Revegetation), que visam recuperar áreas degradadas e que, até então, absorviam pouco CO_2 da atmosfera, se destacaram no período e elevaram a média geral. Com o aumento da procura, o valor médio desses títulos ficou em US$ 12,70 por tCO2e, o maior entre todos.

"O mercado, conforme já apontado, vem demonstrando iniciativas para aumentar a qualidade geral dos projetos. É vital que essas iniciativas continuem e que padrões claros sejam estabelecidos para avaliar os projetos que efetivamente demonstram alta integridade e adicionalidade", comenta.

Soares cita como exemplo, o Integrity Council for the Voluntary Carbon Market (ICVCM) e o Voluntary Carbon Markets Integrity Initiative (VCMI), órgãos internacionais que se debruçaram sobre a revisão de regras e diretrizes, elevação do padrão de qualidade e integridade necessário e a verificação se as metodologias existentes estão subindo a barra.

"Embora haja avanços significativos, o estabelecimento desses padrões é um processo gradual, e a recuperação dos preços tem ocorrido de forma lenta", pondera. Ele ressalta que isso tudo pode trazer maior conforto e aumentar a confiança dos investidores.

Outra discussão "quente" e que atrapalha o desenvolvimento do mercado voluntário de créditos de carbono é a falta de consenso sobre o uso de créditos de carbono para a neutralização das emissões de escopo 3 (emissões indiretas). Esse contexto incerto também acabou prejudicando o volume de aposentadorias de créditos, ou seja, quando eles são contabilizados oficialmente para neutralizar as emissões do inventário da companhia em um determinado período e não podem mais ser usados. No primeiro semestre de 2024, o volume de créditos aposentados chegou a crescer 3% e registrar volumes recordes (55 MtCO2e), mas perdeu força nos meses seguintes, com queda de 39% nas aposentadorias entre abril e junho. Mesmo assim, a estimativa da Systemica é que as aposentadorias cheguem a 180 MtCO2e até o final do ano.

Muitos desenvolvedores estão aguardando sinais de preços mais favoráveis para proceder com a verificação e emissão de seus créditos. E, em paralelo, as principais certificadoras também enfrentam atrasos nos processos de verificação e emissão, ao aguardarem novas diretrizes mais rígidas, o que também contribui para a desaceleração dessa tendência.

"Os créditos de carbono oferecem uma solução para que as empresas possam implementar ações climáticas imediatas enquanto buscam soluções de longo prazo. São ferramentas complementares em uma estratégia robusta e realista de descarbonização", diz Soares.

DIVULGAÇÃO

Munir Soares: "Mercado vem demonstrando iniciativas para aumentar a qualidade geral dos projetos"

> Brasil lidera o número de projetos de crédito de carbono na América Latina com 40% do total

O próprio REDD+, diz, pode ser uma ponte até que os créditos de restauração, cujos projetos levam, no mínimo, cinco anos para começar a gerar créditos em grande volume, cheguem ao mercado. "Embora a média dos preços dos projetos REDD+ ainda esteja baixa, alguns projetos de alta integridade chegaram a alcançar valores de até 17 US$/tCO2e neste segundo semestre", comenta o executivo.

Ele diz ainda que algumas companhias abandonem compromissos oficiais alegando altos custos e prazos incompatíveis com suas metas, outro movimento segue forte, o de empresas apostando em vários tipos de soluções para remoção de carbono: créditos de carbono vindos de soluções baseadas na natureza, tecnologias de engenharia, captura direta de carbono (DAC), bioenergia com captura e armazenamento de carbono.

"Mesmo que tenha sido vista uma queda substancial nas transações e nas aposentadorias de créditos de carbono no segundo semestre, tanto no Brasil quanto no mundo, o mercado tem registrado um aumento no interesse por contratos pelo chamado 'offtake', compra antecipada de créditos e acordos de fornecimento", conta.

Google e Microsoft, por exemplo, têm visto suas emissões dispararem — com o crescimento do uso de tecnologia, data centers e, em especial, inteligência artificial — e vêm investindo no segmento. Em junho, o BTG Pactual Timberland Investment Group (TIG) e a Microsoft formaram um acordo de compra e venda de até 8 milhões de créditos para remoção de carbono baseados na natureza até 2043. Os créditos serão entregues por meio da estratégia de reflorestamento e restauração de 135 mil hectares de florestas nativas do BTG Pactual TIG na América Latina.

Soares também lembra que o número de empresas comprometidas com metas de descarbonização baseadas na ciência, submetidas e aprovadas pelo Science Based Targets Iniciative (SBTi), cresceu em 963 companhias até o fim do segundo trimestre. Ao todo, passa de 8 mil companhias alinhadas ao SBTi, com metade entrando apenas no último ano.

O setor de serviços, como de consultoria e auditoria, é o que mais se destaca em metas submetidas ao órgão, seguido por software e serviços de tecnologia; processamento de alimentos e bebidas; têxtil, calçados e acessórios e máquinas, equipamentos elétricos e maquinários. Por outro lado, empresas do setor de petróleo não estão comprometidas com o SBTi, evidencia o relatório.

A Systemica também traz recorte por regiões. Na América Latina, o Brasil é o líder, com 40,5% do total de projetos e 28,4% das reduções anuais de emissões em termos de volume. Ao todo são 118 projetos. Como base de comparação, a Colômbia tem 45 projetos, Peru, 28, Chile, 24, Uruguai, 16, e Argentina tem 12.

O relatório compila, trimestralmente, dados públicos e disponibilizados pelas empresas verificadoras ACR, CAR, Gold Standard, Verra e outros.

Os ventos podem mudar com o esforço coletivo de agentes do mercado para aumentar a credibilidade — e a própria integridade — dos créditos gerados e vendidos, e também o avanço da aprovação do mercado regulado que põe preço na emissão de carbono. O Brasil, por exemplo, é um dos países que discute no Congresso um projeto de lei para regular o mercado de carbono.

Para Soares, se for para frente, a legislação também pode ter um impacto significativo no mercado de carbono voluntário. Isso porque está previsto, pelo menos no texto hoje em análise pelo Senado, uma interseção entre os créditos de carbono voluntários e os créditos do mercado regulado. Ou seja, empresas e outras organizações que emitirem mais do que o teto poderão também comprar créditos do mercado voluntário para compensar o excesso, caso o texto seja aprovado com o item.

Queimadas avançam pelo país e devastam florestas

Valor, com agências
De São Paulo

Nos últimos dias, o Brasil tem enfrentado uma série de incêndios florestais devastadores. Sem previsão de chuva suficiente no Centro-Oeste e Sudeste, a forte onda de calor pode contribuir para o agravamento do quadro de queimadas. Neste domingo, Cuiabá (MT) teve a temperatura máxima prevista no país, de 41ºC. Campo Grande (MS) não ficou tanto para trás: a máxima foi de 40ºC.

Segundo o Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), nas últimas 48 horas, até ontem, foram identificados 8.225 focos de fogo no Brasil, sendo 2.763 apenas no Mato Grosso, 305 em Goiás, 283 em Minas Gerais, 187 em Mato Grosso do Sul e 109 em São Paulo. Os incêndios no Norte também estão intensos. Nos últimos dias, foram registrados 2.290 no Pará, 979 no Tocantins e 313 no Amazonas.

No fim de semana, o Corpo de Bombeiros registrou 42 focos de incêndio em Goiás. Os bombeiros tiveram que atuar em diversas cidades, incluindo Portelândia, onde três pessoas foram gravemente feridas. A identificação de alguns incêndios criminosos levou três pessoas à prisão. A polícia investiga essas ações e busca os responsáveis pelo início de outros focos.

Na Chapada dos Veadeiros, em Alto Paraíso (Goiás), um incêndio descontrolado já consumiu cerca de 10 mil hectares do parque nacional. O combate às chamas, que começaram há mais de quatro dias, conta com uma força-tarefa que inclui 55 brigadistas e voluntários e dois aviões do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que lançam água sobre a área afetada. Até ontem, o fogo ainda não havia sido controlado, segundo informou a chefe do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Nayara Stachesk ao G1.

A necessidade de mais recursos para lidar com a emergência é uma pauta levantada por Stachesk e por outras lideranças ao redor do país. No caso da Chapada dos Veadeiros, o helicóptero para ajudar no transporte dos brigadistas até a linha de fogo, que seria fornecido pelo Corpo de Bombeiros, teve um acidente em julho e até agora não está disponível.

Ainda não há estimativas precisas sobre os prejuízos para a infraestrutura e agropecuária. Mas algumas estimativas feitas no mês passado começam a dar uma dimensão dos problemas. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo divulgou no fim de agosto que a onda de incêndios que afetou dezenas de cidades paulistas gerou prejuízo estimado de R$ 1 bilhão aos produtores rurais. Apenas para o setor de cana, as perdas são de cerca de R$ 350 milhões.

Há ainda o risco de aumento de preços. Em julho, os dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do Instituto Brasileiro de Geografia de Geografia e Estatística (IBGE), já haviam apontado que os alimentos foram a principal influência negativa para o resultado da indústria como um todo, que registrou queda de 3,8% de sua produção. Parte da explicação vem do período de seca e suas consequências para o processamento de cana-de-açúcar e produção de açúcar.

Ao **Valor** na última semana, a secretária nacional de Mudança do Clima, do Ministério do Meio Ambiente, Ana Toni, disse que os eventos climáticos extremos — calor, fogo, inundações etc. — nos biomas brasileiros estão sendo vistos mais cedo do que o previsto. "As projeções apontavam que esses eventos extremos passariam a ser vistos mais em 2030, 2035", diz. Já a diretora do Fórum da ONU sobre Florestas, Juliette Biao, comentou que os incêndios florestais estão ultrapassando as fronteiras nacionais e se tornando "uma ameaça global".

As consequências dos incêndios florestais não apenas devastam a natureza e as áreas de preservação, mas também impactam diretamente a vida de comunidades e o meio ambiente. O desafio, defendem especialistas, exige esforços coordenados para proteger os ecossistemas e prevenir novas tragédias.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de **Alex Ribeiro**.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Brasil

Atividade econômica
Indicadores agregados

	ago/24	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	1,37	0,41	0,32	-0,15	0,51	0,67	0,75	0,11
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-1,4	4,3	-1,5	-0,4	0,8	0,2	-0,8	0,9	0,8
Indústria de transformação	-	-1,3	4,9	-2,4	0,3	0,7	0,6	0,2	0,4	0,1
Indústrias extrativas	-	-2,4	2,6	3,1	-3,5	0,6	-1,3	-6,6	3,7	3,2
Bens de capital	-	2,5	0,8	-1,9	3,0	-0,7	2,1	11,0	-1,7	-0,4
Bens intermediários	-	-0,3	2,3	-0,6	-1,1	1,1	-0,8	-2,7	1,6	1,8
Bens de consumo	-	-2,5	7,0	-2,3	0,4	0,4	1,6	-0,6	1,1	0,1
Faturamento real (CNI - %)	-	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	-0,1	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	-1,0	0,9	0,8	0,2	0,9	1,8	-0,7	0,4
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	2,7	-1,0	0,8	1,7	-1,6	2,4	0,0	1,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	1,7	-0,4	0,4	0,3	-0,5	0,5	0,5	1,0
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,8	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,5	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.079	30.919	28.766	30.201	30.478	27.711	23.419	26.708	28.786	27.886
Importações	24.251	23.279	22.381	21.875	21.882	20.495	18.223	20.512	19.463	19.097
Saldo	4.828	7.640	6.384	8.326	8.596	7.216	5.197	6.197	9.323	8.789

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %										Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP		UPC	Salário mínimo
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00		23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18		23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29		24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44		24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64		24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09		24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05		24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05		24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05		24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12		24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00		24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00		24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10		24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10		24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05		24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22		24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79		24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41		24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	0,35		24,44	1.412,00
set/24	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760	0,83	0,5584	0,5088	0,3143	-		24,44	1.412,00
2024	**0,57**	**5,18**	**5,18**	**7,29**	**7,98**	**5,06**	**4,32**	**2,82**	**3,06**		**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,82**	**7,04**	**7,04**	**10,08**	**11,04**	**6,78**	**5,69**	**3,85**	**2,31**		**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**		**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12: Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para setembro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	2º Tri/24	1º Tri/24	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.888	2.714	11.174	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	553	547	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	1,4	1,0	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	-2,3	11,1	0,0	15,1	-1,1	0,0
Indústria	1,8	-0,1	2,6	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,0	1,4	2,6	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	2,1	3,8	-0,9	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,8	16,9	16,6	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 2º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência ago/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-julho 2024	Janeiro-julho 2023	Var. %	julho 2024	julho 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**505,8**	**454,1**	**11,39**	**71,9**	**64,8**	**10,89**
Imposto de renda pessoa física	45,0	36,6	23,00	5,4	5,2	3,58
Imposto de renda pessoa jurídica	204,1	196,7	3,78	34,1	30,7	11,01
Imposto de renda retido na fonte	256,7	220,8	16,25	32,4	28,9	12,07
Imposto sobre produtos industrializados	43,9	34,5	27,26	6,7	4,9	37,19
Imposto sobre operações financeiras	37,4	34,7	7,81	5,5	5,1	7,65
Imposto de importação	40,1	31,2	28,59	6,7	4,4	52,45
Cide-combustíveis	1,7	0,1	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	234,8	188,3	24,67	35,7	27,9	28,33
CSLL	108,7	101,7	6,90	18,0	16,3	10,59
PIS/Pasep	64,5	52,7	22,42	9,5	7,7	24,05
Outras receitas	492,6	447,4	10,08	76,7	70,7	8,43
Total	**1.529,5**	**1.344,7**	**13,75**	**231,0**	**201,8**	**14,48**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**

	jun/24 Valor	jun/24 Var. %*	mai/24 Valor	mai/24 Var. %*	jun/23 Valor	jun/23 Var. %*
INSS	**49,7**	**1,33**	**49,1**	**-2,76**	**45,9**	**-3,85**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

	ago/24	jul/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice ago/24	Número índice jul/24	Número índice dez/23	Número índice ago/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	2,87	4,62	4,50	-	6.967,89	6.773,27	6.683,28
INPC	-	0,26	2,95	3,71	4,06	-	7.159,57	6.954,74	6.893,93
IPCA-15	0,19	0,30	3,02	4,72	4,35	6.846,50	6.833,52	6.645,93	6.560,89
IPCA-E	-	-	2,52	4,72	4,06	-	-	6.645,93	6.560,89
FGV									
IGP-DI	0,12	0,83	2,07	-3,30	4,23	1.128,41	1.127,10	1.105,54	1.082,59
Núcleo do IPC-DI	0,20	0,32	2,51	3,48	3,77	-	-	-	-
IPA-DI	0,11	0,93	1,54	-5,92	4,11	1.314,28	1.312,82	1.294,35	1.262,45
IPA-Agro	0,30	0,72	2,48	-11,34	4,94	1.829,58	1.824,08	1.785,32	1.743,47
IPA-Ind	0,04	1,01	1,19	-3,77	3,80	1.107,61	1.107,16	1.094,53	1.067,07
IPC-DI	-0,16	0,54	2,85	3,55	4,18	754,55	755,73	733,67	724,28
INCC-DI	0,70	0,72	4,27	3,49	5,23	1.134,78	1.126,92	1.088,31	1.078,41
IGP-M	0,29	0,61	2,00	-3,18	4,26	1.146,58	1.143,31	1.124,07	1.099,71
IPA-M	0,29	0,68	1,45	-5,60	4,20	1.353,52	1.349,62	1.334,20	1.298,95
IPC-M	0,09	0,30	3,05	3,40	4,19	738,33	737,65	716,46	708,64
INCC-M	0,64	0,69	4,00	3,32	4,84	1.129,64	1.122,45	1.086,15	1.077,50
IGP-10	0,72	0,45	2,36	-3,56	4,26	1.170,28	1.161,97	1.143,35	1.122,49
IPA-10	0,84	0,49	1,90	-6,02	4,21	1.392,81	1.381,26	1.366,78	1.336,50
IPC-10	0,33	0,24	3,31	3,43	4,23	744,76	742,33	720,87	714,51
INCC-10	0,59	0,54	3,88	3,04	4,64	1.111,71	1.105,16	1.070,21	1.062,42
FIPE									
IPC	0,18	0,06	2,12	3,15	3,56	689,58	688,31	675,27	665,86

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia ago/24 0,45% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana ago/24 0,17%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

Quota	Vencimento	No prazo legal: Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024		2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024		3,56%	
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jul/24 Valor	jul/24 % do PIB	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	jul/23 Valor	jul/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.962,6**	**61,90**	**6.946,2**	**62,18**	**6.186,2**	**58,53**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-45,5	-0,40	-12,8	-0,11	2,3	0,02
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-964,9	-8,58	-912,6	-8,17	-661,7	-6,26
Dívida fiscal líquida	**7.973,1**	**70,89**	**7.871,6**	**70,46**	**6.845,5**	**64,77**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.795,8	69,31	7.706,3	68,98	6.838,3	64,70
Dívida externa líquida	-833,2	-7,41	-760,1	-6,80	-652,1	-6,17
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.980,4	53,17	5.954,1	53,30	5.256,5	49,74
Governos Estaduais	872,4	7,76	872,3	7,81	823,9	7,80
Governos Municipais	70,1	0,62	64,4	0,58	45,1	0,43
Empresas Estatais	39,7	0,35	55,4	0,50	60,7	0,57

Necessidades de financiamento do setor público - Fluxos acumulados em 12 meses	jul/24 Valor	jul/24 % do PIB	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	jul/23 Valor	jul/23 % do PIB
Total nominal	**1.127,5**	**10,02**	**1.108,0**	**9,92**	**721,8**	**6,83**
Governo Federal**	867,8	7,72	875,9	7,84	590,1	5,58
Banco Central	169,3	1,51	149,3	1,34	46,6	0,44
Governo regional	77,9	0,69	72,6	0,65	79,1	0,75
Total primário	**257,7**	**2,29**	**272,2**	**2,44**	**80,5**	**0,76**
Governo Federal	-50,7	-0,45	-47,2	-0,42	-189,4	-1,79
Banco Central	0,9	0,01	0,6	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-18,8	-0,17	-25,6	-0,23	-13,7	-0,13

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. ** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadação Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Previdenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**

Discriminação	jun/24 Valor	jun/24 Var. %	mai/24 Valor	mai/24 Var. %	jun/23 Valor	jun/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noniminais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Conjuntura Resultado forte do PIB no 2º trimestre reverte expectativa de desaceleração já neste ano e adia perda de fôlego, dizem analistas

Emprego sinaliza estabilidade, mas pode ter 'virada' em 2025

Anaïs Fernandes e Marta Watanabe
De São Paulo

Os dados mais recentes do emprego e do PIB do Brasil trouxeram dúvidas aos economistas sobre os rumos do mercado de trabalho no país. De um lado, há indícios de estabilização, ainda que em um patamar elevado. De outro, o desempenho surpreendente do PIB no segundo trimestre deixou analistas mais inseguros a respeito da tese de uma desaceleração muito pronunciada no segundo semestre.

A taxa de desemprego no Brasil caiu para 6,8% no trimestre encerrado em julho, o dado mais recente divulgado pelo IBGE para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua). Essa foi a menor taxa para o trimestre na série histórica. Ao mesmo tempo, houve abertura líquida de 188.021 vagas com carteira assinada em julho, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, resultado que ficou acima da expectativa mediana de 183.100 vagas captada pelo Valor Data.

O Santander estima que, até o fim do ano, a taxa de desemprego ainda cai a 6,6% e só volta a subir a partir do segundo trimestre de 2025, chegando a 7,2% em dezembro do ano que vem, o que ainda é considerada uma taxa historicamente baixa para o Brasil.

Inspirados por um estudo da distrital do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) de Nova York, os economistas do banco avaliaram a correlação entre indicadores de confiança e o mercado de trabalho e se esses indicadores são capazes de antecipar movimentos do emprego.

Para isso, elaboraram uma série do "diferencial de emprego", que representa a diferença entre respondentes das pesquisas de confiança da FGV que dizem considerar difícil encontrar vaga de trabalho e aqueles que consideram fácil. Quanto maior o diferencial de emprego, mais a população percebe como difícil encontrar vaga.

Os economistas avaliaram, então, a correlação entre o diferencial de emprego e a taxa de desocupação em dois períodos: na recessão de 2014 a 2016 e no pós-pandemia, a partir de 2022. Observaram que o diferencial de emprego atual indica bem a tendência da taxa de desemprego oito meses à frente.

"Em fevereiro de 2014, observamos que os consumidores davam os primeiros sinais de que estava ficando mais difícil achar emprego. Em agosto de 2014, o diferencial atingiu 46,9%, o que, para a época, era um nível elevado. Aí, oito meses à frente, em abril de 2015, vimos a taxa de desemprego crescer 0,71% em relação a oito meses atrás, para 7,63%", aponta Ana Júlia Carvalho, economista do Santander e autora do estudo junto com Felipe Kotinda. O diferencial de emprego cresceu ao longo de 2015 e 2016, chegando a 96,3% em novembro de 2016. Oito meses à frente, em julho de 2017, a taxa de desocupação estava em 12,8%.

"Em 2017 e 2018, observamos uma certa estabilidade tanto do diferencial de emprego quanto da taxa de desemprego e, em janeiro de 2019, vemos a primeira indicação de que estava ficando um pouco mais fácil achar trabalho. Oito meses à frente, vemos a taxa de desemprego arrefecendo", conta Carvalho, em referência à queda de 0,45% da desocupação em setembro de 2019, para 11,95%.

Desde janeiro de 2022, o diferencial de emprego vem caindo, indicando que as pessoas estão considerando cada vez mais fácil encontrar vaga, e a taxa de desocupação também vem recuando. Com o diferencial de emprego em 88,5% em janeiro de 2022, a taxa de desocupação em setembro daquele ano recuou 2,5% em relação aos oito meses anteriores, para 8,83%. Em outubro de 2023, destaca Carvalho, o diferencial de emprego atingiu um nível muito abaixo daquele do ano anterior (59,7%, contra 78,6%), e o desemprego caiu para 6,8% em junho deste ano.

Pelos dados mais recentes compilados pelo Santander, em julho de 2024, o diferencial de emprego chegou a 48,6%, o mínimo desde 2015, observa Carvalho. "Isso que mostra que a taxa de desemprego deve continuar nessa tendência de queda até o primeiro trimestre do ano que vem", afirma.

Como a taxa de desemprego não é um dado de "alta frequência", ou seja, seus movimentos são mais suaves, Kotinda diz que a desocupação deve ficar três ou quatro divulgações em torno de 6,6% e, a partir do segundo trimestre, voltar a subir.

Rodolpho Tobler, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre), coordenador das Sondagens Empresariais e de Indicadores de Mercado de Trabalho do instituto, diz que o novo cenário da política monetária, com parte das expectativas indicando manutenção ou alta da taxa básica de juros, ainda não afetou os indicadores de confiança.

"Temos observado, principalmente quando se olha a confiança empresarial nas sondagens da FGV, uma trajetória bem positiva. O ritmo não está muito forte, mas principalmente a indústria teve, este ano, uma recuperação, o que ajuda a puxar a confiança empresarial como um todo", afirma.

Para ele, os dados mais recentes do emprego mostram "indícios de estabilidade", mas no patamar de um mercado aquecido, disseminado entre as atividades e entre as ocupações, com crescimento no setor privado e público.

Tobler observa que a taxa de desocupação de 6,8% no trimestre até julho está apenas 0,1 ponto percentual abaixo da dos três meses encerrados em junho. "Realmente, temos muitos dados positivos este ano, mas não me parece que vai ficar nesse ritmo por muito tempo. Acho que o resultado de julho já dá algum indício de certa estabilidade", afirma. Ainda assim, a taxa deve permanecer muito próximo a 7% tanto em dezembro quanto na média de 2024, diz.

A dúvida entre economistas para o mercado de trabalho no segundo semestre é a mesma que ronda as perspectivas para o PIB: haverá desaceleração da economia no período? "Agora que a perspectiva é não ter mais queda da taxa básica de juros, voltamos a ter certa incerteza. A tendência é que o segundo semestre dê uma esfriada, sem esse ritmo tão forte que observamos no início do ano, e o mercado de trabalho deve ir um pouco nessa linha", diz Tobler.

Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, vê até possibilidade de "reversão" no mercado de trabalho. A taxa de desemprego dessazonalizada pela gestora, por exemplo, já ficou estável entre os trimestres encerrados em junho e julho. "Foi a primeira vez que isso aconteceu em sete meses. É um número que mostra que talvez tenhamos até uma reversão na margem", afirma Leal.

O mercado de trabalho, diz, pode piorar um pouco nos próximos meses, até outubro, e voltar a melhorar depois, em razão da questão sazonal, com as contratações de fim de ano. Outro ponto que, na avaliação de Leal, sinaliza ao menos uma estabilidade do mercado são os rendimentos. O rendimento médio real de todos os trabalhos, habitual ou efetivo, havia ultrapassado a tendência pré-pandemia em junho, aponta o economista. "Ficamos na dúvida se uma nova tendência seria criada com a continuidade da melhora do mercado de trabalho. O número de julho deu uma embicada de volta, para a tendência. Então, avaliamos que o mercado de trabalho chegou no equilíbrio."

O comportamento dos rendimentos na Pnad de julho também despertou atenção de Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores. A pesquisa, diz ele, trouxe pontos de alerta para o mercado de trabalho. "É a primeira vez que vemos tanto os rendimentos quanto a população ocupada darem uma desacelerada na margem com ajuste sazonal."

A desaceleração da população ocupada pode refletir alguma acomodação após vários meses de expansão, mas o movimento deverá ser monitorado com atenção nas próximas divulgações, diz Imaizumi. "Não é possível ainda tirar muitas conclusões dessas desacelerações, mas pode ser que isso esteja em linha também com a desaceleração da economia para o segundo semestre do ano."

Ao mesmo tempo, diz Imaizumi, o mercado de trabalho continua aquecido e devemos ver a geração de mais vagas formais no Caged. Mesmo com os pontos de atenção, a LCA tem sucessivas projeções de quedas da taxa de desemprego até o fim do ano. Para o trimestre até agosto, a expectativa é que a taxa recue a 6,7% e, até dezembro, ela pode estar próxima de 6%, segundo Imaizumi.

> "Avaliamos que o mercado de trabalho chegou no equilíbrio."
> *Luis Otávio Leal*

Sinais
Confiança para achar emprego indica queda na desocupação

	Diferencial de emprego na data indicada (%)	Taxa de desemprego 8 meses à frente da data do diferencial de emprego (%)	Variação da taxa de desemprego em 8 meses (%)
Fev/14	37,2	6,99	0,29
Ago/14	46,9	7,63	0,71
Jan/15	58,5	9,12	1,88
Fev/15	60,9	9,39	2
Abr/15	74,5	9,71	2,08
Out/15	91,4	11,3	1,91
Out/16	94,6	12,97	0,71
Nov/16	96,3	12,8	0,29
Jan/19	89,6	11,95	-0,45
Jan/22	88,5	8,83	-2,5
Out/22	78,6	7,96	-0,65
Ago/23	68,2	7,17	-0,62
Out/23	59,7	6,8	-1,12
Abr/24	50,8	-	-
Jul/24	48,6	-	-

Diferencial de emprego = Pessoas que acham difícil encontrar trabalho - Pessoas que acham fácil encontrar trabalho

Fonte: Santander, com dados da FGV.

Rodolpho Tobler: "Indústria teve recuperação que ajuda a puxar a confiança"

Nível de ocupação leva a inflação mais alta

De São Paulo

O estado atual de aquecimento do mercado de trabalho indica que a inflação menos sujeita à volatilidade e que está na mira do Banco Central pode se aproximar de 4% neste ano e alcançar até 5,5% em 2025. É o que indica um exercício da economista Amabile Ferrazoli, estrategista da Squanto Family Office, como parte de sua pesquisa de mestrado no Insper.

Ela analisou quanto e como um indicador de vagas abertas por desempregado no Brasil poderia prever os movimentos de uma medida de núcleo da inflação que não inclui alimentos e energia, itens mais voláteis e, portanto, menos sujeitos à política monetária.

O indicador de vagas abertas por desempregado oferece uma visão entre a oferta e a demanda no mercado de trabalho, indicando o quão fácil ou difícil está encontrar emprego, explica. Isoladamente, essas duas medidas (vagas abertas e desempregados) podem falhar na explicação da dinâmica de salários, segundo a economista.

"Por exemplo, se a intenção de contratar está elevada, mas o número de desempregados também é alto, as pressões salariais devem ser menores do que no cenário de contratação aquecida e poucos trabalhadores, em que o acirramento por uma vaga que pague melhor fica mais evidente", diz. "A análise dessa relação [vagas abertas por desempregado] permite inferir a pressão sobre os salários e a necessidade de políticas de estímulo ou contenção econômica."

O Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, não tem pesquisa que capte o número de vagas abertas. No lugar dessa informação, Ferrazoli utilizou uma métrica de intenção de contratação elaborada pela FGV . A intenção de contratação reflete as perspectivas das empresas em relação à contratação de novos funcionários, servindo como indicador antecipado da tendência no mercado de trabalho do lado da demanda, diz Ferrazoli.

Ela observou que essa "proxy" (aproximação) para o indicador de vagas abertas por desempregado explica de forma consistente os ciclos econômicos refletidos pelo hiato do produto (medida para a ociosidade da economia) calculado pelo Banco Central. "A medida de hiato do BC é um guia para ele tomar decisões sobre os juros. Se o mercado de trabalho está aquecido, pegaria na inflação."

A partir de diferentes cenários para o indicador de vagas abertas por desempregado, Ferrazoli simulou o que poderia acontecer com a medida de núcleo da inflação neste ano e no próximo. "A resposta que encontrei é que o nível atual de aquecimento do mercado de trabalho está contratando uma inflação de núcleo alta", afirma.

O exercício indica que essa medida de núcleo, atualmente em 3,87%, fecharia 2024 em 4,05% e ficaria entre 5% e 5,5% em 2025. A meta para o IPCA cheio deste ano e do próximo é de 3%, com tolerância de até 4,5%. Ela projeta IPCA de 4,3% para 2024 e de 4,2% para 2025, mas reconhece que a previsão para o ano que vem tem um viés de alta. "No fim, a intenção da política monetária é normalizar essa métrica de vagas abertas por desempregado", diz Ferrazoli. *(AF)*

Confiança do consumidor brasileiro volta a subir em agosto, indica Ipsos

Alex Jorge Braga
De São Paulo

Após sucessivas quedas, a confiança do consumidor brasileiro subiu em agosto, mostra o Índice de Confiança do Consumidor (ICC), do instituto Ipsos. O levantamento revela elevação de 1,5 ponto em relação a julho.

Com o resultado, o país fechou o mês com 53,1 pontos e ocupa a 8ª posição entre os 29 países pesquisados. Pelos parâmetros do Ipsos, o Brasil está acima da linha da neutralidade, que é de 50 pontos.

Algumas notícias positivas explicam a recuperação do ICC, diz o CEO da Ipsos no Brasil, Marcos Calliari. Ele salienta a boa performance do Ibovespa, com níveis recordes recentes, e também a melhora na cotação do dólar.

Para Calliari, foram significativos para o aumento da confiança o registro da abertura líquida de 201.705 vagas com carteira assinada em junho, segundo o Caged, e também a desaceleração da inflação (IPCA), principalmente no segmento de alimentação. "Indicadores que fazem parte do cotidiano das pessoas, como o preço dos itens da cesta básica, são sempre fatores essenciais para compreender um aumento ou queda da confiança dos consumidores", explica.

Apesar dos bons números, Calliari adverte que o Brasil ainda está em um momento desafiador comparado ao mesmo período do ano passado. Ele lembra que a confiança teve queda de 4,8 pontos ao longo de 2024. Em julho de 2023, o ICC chegou a 60,1 pontos, maior pontuação desde janeiro de 2013.

"A tendência do Brasil é de queda, em particular por não ter grandes reviravoltas estruturantes, somente nas variáveis. Porém, daqui até o final do ano, o índice deve subir ou estabilizar, pois é um período com mais otimismo e aquecimento da atividade econômica."

Os bons índices no passado recente se explicam pelo momento político que o país atravessava, segundo o especialista. Em 2022, durante o período eleitoral, o então presidente Jair Bolsonaro (PL) deu uma "injeção muito forte de recursos na economia", o que possibilitou "aumento de gastos públicos inéditos em programas de transferência de renda", diz.

Já em 2023, o otimismo no início do terceiro mandato do presidente Lula refletiu a própria dinâmica da democracia: "Como se ganhou legitimamente, não é surpresa um otimismo continuado, pois governa alguém escolhido pela maioria".

No cenário internacional, o México se destaca por uma queda de 7,3 pontos, a maior entre todos os analisados. Neste ano, o país estava sendo o mais otimista de todo o continente, porém, este mês, fechou com 52 pontos, e está atrás do Brasil, na 10ª posição.

O dado do Ipsos está em concordância com a queda de 1,6% na taxa de crescimento do país no último mês.

Analistas locais descrevem o cenário mexicano como tenso no momento, visto que uma possível vitória do republicano Donald Trump nos Estados Unidos "prenunciaria uma catástrofe econômica e social".

Já os Estados Unidos encerrou o mês com 55,3 pontos. No momento, o país, que está na quinta posição geral, é o mais otimista do continente americano. Este dado pode ser um bom presságio para o governo democrata, pois "um índice de confiança mais alto, durante o período eleitoral, é um indicador de melhores chances ao candidato (ou neste caso partido) incumbente", afirma o CEO da Ipsos.

"A população de confiança mais baixa tende a pedir por mudanças", explica ele citando o caso do Reino Unido, que neste primeiro mês pós-eleição subiu 2,5 pontos, após meses de queda. Hoje, os britânicos estão em seu momento mais otimista desde janeiro, com 53,8 pontos e à frente do Brasil.

Melhora pontual
Índice de confiança do consumidor, em pontos

Mercado reconhece benefícios da adoção das normas IFRS nos relatórios de sustentabilidade

Brasil foi pioneiro em determinar que empresas de capital aberto, fundos de investimento e companhias securitizadoras divulguem informações financeiras integradas à agenda ESG

Daniel Maeda, diretor-geral da Beon ESG, consultoria em estratégia de sustentabilidade da FSB Holding

DIVULGAÇÃO

Desde que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou, no final de 2023, a Resolução 193, especialistas em sustentabilidade têm propagado as vantagens dessa ação para o mercado brasileiro. A medida permite que empresas de capital aberto, fundos de investimento e companhias securitizadoras divulguem, de forma voluntária, informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. A adequação às normas IFRS nos relatórios de sustentabilidade é facultativa, por enquanto, e passa a ser obrigatória em 1º de janeiro de 2027.

O Brasil é o primeiro país do mundo a adotar as regras IFRS S1 e S2, ligadas à sustentabilidade (S1) e clima (S2) e padronizadas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), saindo na frente no quesito transparência e adoção das normas internacionais. "Com certeza há um protagonismo e uma decisão inteligente pelos frameworks escolhidos. Isso merece ser valorizado e deve fazer com que nosso mercado também amadureça bastante", analisa Danilo Maeda, diretor-geral da Beon ESG, consultoria em estratégia de sustentabilidade da FSB Holding, maior ecossistema de gestão de reputação da América Latina.

A expectativa pelo amadurecimento do mercado se deve, nesse caso, ao fato de que os investidores têm compreendido, cada vez mais, a correlação entre criação de valor financeiro e os aspectos ESG das empresas — considerando, por exemplo, indicadores de governança, sociais e ambientais à rentabilidade de longo prazo. Maeda acrescenta: "Os reguladores começaram a assumir uma função mais incisiva de pautar e a determinar a utilização desses critérios nos mecanismos de reporte porque entenderam que era preciso construir relações econômicas equânimes no mercado".

POTENCIAL DE IMPACTO

Não é por acaso, portanto, que a principal mudança nos novos padrões de divulgação dos relatórios de sustentabilidade seja a integração dos dados financeiros e não financeiros. As empresas passarão a ter a obrigatoriedade de avaliar seus riscos socioambientais e quantificar o potencial de impacto que eles vão trazer para o resultado financeiro do negócio — tal conexão era, no passado, teórica ou indireta. Agora, ela deve ser demonstrada e refletida no balanço. Ou seja, o balanço financeiro de uma companhia tem que conversar com a área de planejamento de riscos e impactos socioambientais.

"Não é exatamente uma novidade a ideia de integrar a gestão financeira e não financeira, o que é novidade é isso passar a ser obrigatório para todo mundo no mercado", explica Maeda.

> Adequação às normas IFRS nos relatórios de sustentabilidade passa a ser obrigatória em 1º de janeiro de 2027

TEMPO DE ADEQUAÇÃO

O prazo de janeiro de 2027 pode parecer longo, mas não é. "Quem não começou a se mover está atrasado, porque não é apenas um modelo de relatório, não é apenas um conjunto de informações para prestação de contas. Para conseguir atender ao que o framework vai te demandar, é preciso uma reflexão estratégica, uma revisão do modelo de negócios e um mapeamento de riscos socioambientais, uma classificação desses riscos e um contingenciamento de recursos para a gestão desses riscos", alerta Maeda.

Na medida em que as empresas entendem a complexidade de analisar, por exemplo, como as mudanças climáticas e recursos naturais afetam o desempenho financeiro, elas passam a compreender esse prazo de adequação como uma oportunidade para rever processos internos e se adequar às normas.

As movimentações e as preocupações dessas companhias corroboram o fato de que tem ficado claro para os empresários que, se a organização dele atua num cenário mais exposto do ponto de vista sustentável, ele precisa agir de maneira preventiva, tendo uma visão mais a longo prazo.

VANTAGENS DA ANTECIPAÇÃO

Considerando que as sociedades, a comunidade local e os stakeholders estão mais atentos às práticas sustentáveis das empresas, o prazo de adequação estabelecido pela CVM pode ser visto como uma chance de adotar as futuras obrigações com planejamento e menos custos.

Isso porque fazer o relatório proporciona às partes envolvidas a oportunidade de pensar a gestão da empresa da forma como o framework sugere. Além disso, há também o benefício de se aprender ao longo do processo, mitigando os riscos.

Maeda acrescenta que as empresas terão ganhos importantes na qualificação do relacionamento com os stakeholders. "Aqui, na Beon, temos a premissa de que não se faz sustentabilidade sem engajamento de stakeholders. Então, não dá para pensar a continuidade do negócio no longo prazo sem ouvir as partes interessadas, sem trocar, sem entender quais são os impactos que a organização produz, qual é o valor que ela entrega e como isso vai ser construído, a muitas mãos, para uma visão de futuro compartilhada."

Para apoiar as empresas, a Beon oferece um conjunto de ferramentas que vão desde uma visão sobre a adequação da estratégia de negócios, passando pela gestão dos riscos e impactos socioambientais, até a implementação desses indicadores na prática.

> "A empresa que não começou a se mover está atrasada, pois não se trata apenas de um modelo de relatório, mas de uma reflexão estratégica do negócio"
> **Danilo Maeda,** diretor-geral da Beon ESG

"O que a gente tenta fazer é construir um sistema que começa na materialidade e termina numa agenda estratégica, que é bem densa e composta por dezenas, às vezes centenas, de indicadores, que têm a intenção de medir a capacidade do negócio, para ele ser mais perene, mitigando seus riscos e impactos", explica Maeda.

Outro benefício analisado gira em torno da, já citada, relação no mercado financeiro de boas práticas ESG. Haja vista a criação dos green bonds, que são títulos de renda fixa, emitidos por empresas, governos e organizações, associados a critérios de sustentabilidade.

Por conta da dinâmica que está sendo construída — relacionando as práticas sustentáveis às questões financeiras —, quando uma empresa descumpre uma meta ESG, o preço da sua ação cai. E o contrário também acontece.

"Ao adotar esses frameworks, a empresa consegue ter muito mais possibilidades de entregar informação relevante para os ratings de ESG, o que vai fazer com que tenha mais chances de ser bem classificada. Quando a empresa recebe uma gradação positiva no rating, ela tem um prêmio no valor da sua ação. Ou seja, ganha valor de mercado ao demonstrar para as casas de análise que suas práticas ESG são consistentes, de acordo com os critérios que utilizam", diz Maeda.

GETTY IMAGES

Na medida em que as empresas entendem a complexidade de analisar, por exemplo, como a crise climática afeta o desempenho financeiro das organizações, elas passam a compreender esse prazo de adequação como uma oportunidade

Infraestrutura Atualização dos estudos do megaprojeto ferroviário foi protocolado pelo governo em ação do Psol em tramitação no Supremo Tribunal Federal

União ajusta traçado da Ferrogrão para tentar neutralizar ação contra o projeto

Rafael Bitencourt e Rafael Walendorff
De Brasília

O governo protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) a atualização dos estudos da Ferrogrão, megaprojeto ferroviário que liga um dos maiores centros de produção de grãos do mundo, em Sinop (MT), aos portos do Arco Norte, em Miritituba (PA).

O empreendimento contou com ajuste de traçado, uma nova cartada do Ministério dos Transportes para neutralizar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pelo Psol para barrar o projeto.

A ação contesta a mudança no perímetro do Parque Nacional Jamanxim por meio de medida provisória (MP), ainda na gestão do ex-presidente Michel Temer.

Agora, o governo propõe que os trilhos da ferrovia, em 50 quilômetros dentro do parque, operem mais próximos da BR-163, na chamada "faixa de domínio", sem mexer na demarcação.

O argumento de uso da faixa de domínio da BR-163 será defendido, em breve, pelo ministério em audiência com o relator do caso, ministro Alexandre Moraes. A expectativa é que, de um lado, o ajuste no traçado faça a ADI perder o objeto e, de outro, aumento de recurso para compensação socioambiental atenda às reivindicações de entidades envolvidas no debate sobre os impactos do projeto.

Ao **Valor**, o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Rafael Vitale, disse que o leilão pode sair em 2025, se o STF tiver a mesma compreensão. "Acreditamos que as dúvidas serão dirimidas e vamos ter a autorização para prosseguir com os trâmites. Tendo a autorização do TCU [Tribunal de Contas da União], a gente abre o edital e faz leilão, no prazo de um ano."

O governo ressalta que os recursos para medidas socioambientais correspondem a 6% do investimento no projeto, acima da média de 1,5% das obras de infraestrutura.

Dentro das vantagens econômicas, é reforçada a capacidade da ferrovia reduzir 20%, em média, o custo do frete da produção no Mato Grosso, frente ao uso de caminhões pela BR-163 ou ferrovias existentes.

Na questão ambiental, o estudo indica que a Ferrogrão pode cortar 40% das emissões de gases de efeito estufa (GEE), menos 3,4 milhões de toneladas/ano de CO2.

Ambientalistas, de modo geral, reconhecem que o transporte sobre trilhos produz menos danos ambientais para além da redução das emissões, pois estradas aceleraram o desmatamento e a atividade ilegal com o efeito de "espinha de peixe" na floresta.

No caso da Ferrogrão, os estudos mostram que 60% do seu trajeto passa por área desmatada. A vegetação nativa afetada contará com reparação com plantio das espécies em área equivalente.

O estudo reforça que o projeto não precisa pedir passagem em terra indígena (TI), comunidades quilombolas ou de ribeirinhos. Ainda assim, as terras indígenas Praia do Mangue e Praia do Índio devem passar por oitivas e receber compensação por estarem a menos de dez quilômetros da chegada da ferrovia ao Rio Tapajós (PA).

"Não foram só atualizados números. Temos agora uma agenda de sustentabilidade que não estava na modelagem anterior, um EVTEA [Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental] bem diferente", disse George Santoro, secretário executivo do Ministério dos Transportes.

> "Acreditamos que as dúvidas serão dirimidas e vamos ter a autorização para prosseguir"
> *Rafael Vitale*

O subsecretário de sustentabilidade do órgão, Cloves Benevides, afirmou que, agora, o projeto garante quase R$ 800 milhões em investimento voltado para compensação socioambiental e mais o repasse anual de R$ 15 milhões nos 67 anos do contrato, para apoiar a política ambiental implantada a partir do projeto.

Santoro disse que os ajustes foram feitos com base nas discussões com representantes das comunidades indígenas e ambientalistas que atuam na região, dentro do grupo de trabalho (GT) criado na retomada do caso pelo Supremo.

Em julho, porém, as entidades abandonaram o GT alegando "esvaziamento" do debate, que não contou com nenhum representante da Casa Civil presente nas reuniões, por exemplo, e que o governo não era transparente sobre a atualização dos estudos.

"Não é porque tem R$ 800 milhões em compensações que agora está bom. O que importa não é o valor, mas ações que serão tomadas para mitigar os impactos. Parte disso vai ser definido no licenciamento", afirmou, ao **Valor**, Mariel Nakane, assessora técnica e economista do Instituto Socioambiental (ISA). As entidades, disse, viveram num "limbo de informação" que não permitiu ter um diálogo efetivo.

Sobre a acomodação da ferrovia ao largo da BR-163, Nakane argumenta que é preciso submeter a proposta a uma análise "criteriosa", pois a lei contestada no STF trata de mudança no perímetro do Jamanxim associada às faixas de domínio da rodovia e da ferrovia.

Além disso, ela ressaltou que, de praxe, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) "vê problema" no uso desse espaço por outro empreendimento e, na Ferrogrão, a "tese" do governo deve passar antes pela avaliação do Ibama e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Carga absorvida (Mato Grosso)
Em %

Ferrogrão	Malha Norte	BR-158	Norte-Sul	BR-364	Fico	Outros
52	30	7	3	3	2	3

Impacto econômico

20% de redução média no preço do frete

R$ 8 bilhões/ano de corte no custo do transporte

Meio ambiente

40% será a redução de CO2 no transporte local

3,4 milhões t/ano será o corte equivalente de CO_2

R$ 64,3 bilhões será o retorno social frente ao modelo atual

Fonte: Estação da Luz Participações e Ministério dos Transportes

Governo quer ampliar capacidade da BR-163

De Brasília

Com atraso no cronograma da Ferrogrão e aumento acelerado da produção agrícola no Mato Grosso, o governo decidiu ampliar a capacidade da BR-163, de Sinop (MT) a Miritituba (PA). Mesmo criticada por parte do setor, a solução passa pela duplicação do trecho no Mato Grosso e pela construção de terceiras faixas na passagem pelo Pará ao dar prazo adicional à concessão da Via Brasil.

O contrato tem duração de apenas dez anos, em vez dos trinta anos habituais. O modelo foi adotado na gestão de Jair Bolsonaro, com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, à frente do Ministério da Infraestrutura.

O contrato mais curto foi escolhido para garantir investimentos na rodovia até a entrada em operação da Ferrogrão, que vai absorver a carga dos caminhões.

"Houve um descasamento desse planejamento. Mais do que isso, a produção de grãos tem surpreendido também, acelerado muito. As previsões que eram feitas há cinco anos atrás não são mais as de hoje", disse Rafael Vitale, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao **Valor**.

O prazo adicional para Via Brasil foi incluído nas "otimizações" de contrato do governo. A expectativa é que o aditivo contratual passe pelo Tribunal de Contas da União (TCU) com análise da câmara de solução de conflitos.

Críticos dessa estratégia entendem que, na prática, a Via Brasil receberá um "prêmio" de receita, apesar de descumprir obrigações de investimento — por exemplo, na faixa de acostamento da BR-163. E mesmo sem cumprir o contrato, a concessionária segue com a cobrança dos usuários. Grande parte dos caminhões, com composição de reboque, paga mais de R$ 700 somente na praça de pedágio Trairão (PA).

Procurada, a Via Brasil afirmou que, "em momento oportuno, após aprovação de todas as instâncias, os desdobramentos serão amplamente divulgados".

Ao **Valor**, o secretário executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, defendeu que o investimento no aumento de capacidade da BR-163 é urgente para evitar um "colapso" no sistema logístico da região. Segundo ele, essa iniciativa "não atrapalha em nada" os planos de viabilizar a Ferrogrão como principal aposta para escoar cargas pelos portos do Arco Norte, com redução drástica do custo do frete e das emissões de CO2.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) alerta que o setor responde por menos de 20% do que é transportado nas ferrovias do país. "Precisamos dessa alternativa de grande capacidade para conseguirmos reduzir o custo de transporte", disse a assessora técnica Elisângela Lopes. *(RB e RW)*

Ferrovia deve desenvolver economia local

De Brasília

Planejada para cortar área de floresta, em grande parte já degradada, e levar carga de soja e milho de Mato Grosso até a hidrovia rio Tapajós (PA), de onde seguirá pelo rio Amazonas antes de ganhar o Atlântico, a Ferrogrão precisará não só minimizar e reparar os impactos da construção, mas oferecer oportunidades de desenvolver a economia local de forma sustentável, atenta às demandas da população local e de setores produtivos, além do agronegócio.

Essa é a visão da ex-ministra do Meio Ambiente e integrante do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ONU), Izabella Teixeira, sobre a ferrovia na Amazônia orçada em R$ 20 bilhões.

A ex-ministra considera que o Brasil, apesar de contar com legislação que garante proteção das florestas e aos povos originários, precisa discutir o papel de cada empreendimento dentro do contexto socioeconômico da Amazônia.

No caso da Ferrogrão, Teixeira lembra que o projeto nasceu com a estratégia de tornar a agricultura brasileira mais competitiva. Agora, uma década depois, ressalta, novas demandas surgiram.

"Assim como a discussão pautada no interesse público escolheu exportar a produção agrícola passando pela Amazônia, hoje também seria legítimo ter a primeira ferrovia que transporta carga 100% rastreável da 'nova agricultura' — orientada pela descarbonização e altamente competitiva e tecnológica, comprovada por essa rastreabilidade", afirma a ex-ministra.

Para ela, a Ferrogrão pode ser uma referência de projeto integrado à nova dinâmica econômica proposta para a região. "Dá para fazer um entreposto, junto com a BR-163, para conectar esse ramal logístico aos novos territórios de produtos da bioeconomia, porque o custo da logística na Amazônia é absurdo", diz.

A ex-ministra avalia que as demandas mais urgentes para o transporte na Amazônia ainda estão relacionadas às hidrovias, que contam com sistema de navegação precário. A situação, segundo ela, tem se agravado com problemas de segurança pública relacionados ao crescimento do crime organizado. É comum o relato de institutos que deixaram de fazer pesquisas científicas à noite devido ao risco de abordagem por criminosos.

"Precisamos discutir o Brasil e isso passa por discutir os problemas da Amazônia. Por lá, a ilegalidade não tem barreiras e o que está na legalidade tem que funcionar de maneira muito eficiente, com produtividade, competitividade e escala, capaz de gerar renda, inclusão social, reduzir vulnerabilidades." *(RB)*

Curtas

Morte materna

O número de mortes maternas no Brasil em 2022 caiu para o menor índice em 22 anos (isto é, desde 2000). O número de mortes foi de 1.397. No ano anterior, em 2021, ano da pandemia, atingiu o pico de 3.058. Os dados são de levantamento feito pelo Observatório da Saúde da Umane a partir de dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), do DataSUS. A Umane é uma associação isenta e sem fins lucrativo de apoio a iniciativas no âmbito da saúde pública. Segundo o painel, a taxa nacional de mortalidade materna (óbitos que ocorrem durante a gravidez ou até 42 dias após o parto) em 2022 foi de 54,5 a cada cem mil nascidos vivos. Em 2021, pior ano da pandemia, chegou a 117,4 e, no ano anterior, 74,7. Para fins de comparação, os Estados Unidos tiveram um aumento também significativo da taxa de mortalidade materna nas últimas duas décadas, segundo o Unicef, passando de 12, em 2000, para 21 a cada cem mil nascidos vivos, em 2020. Em 2021, o país registrou a maior taxa, de 33 *(Folhapress)*

Ataque cibernético

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) informou ontem que sofreu um ataque cibernético, mas afirmou que "o fato não causou prejuízos aos usuários". O ataque ocorreu na última sexta-feira. Segundo o tribunal, o objetivo era paralisar os sistemas da corte. O problema teria sido resolvido "em questão de poucos minutos", de acordo com a assessoria de imprensa do órgão. "O Superior Tribunal de Justiça informa que nesta sexta-feira (6), foi alvo de atividade criminosa cibernética e sofreu uma tentativa de paralisação de seus sistemas. Em questão de poucos minutos, o controle foi totalmente retomando, assegurando o funcionamento dos serviços digitais. O fato não causou prejuízos aos usuários", informou em nota o Superior Tribunal de Justiça. Paralelamente, o site da Polícia Militar do Distrito Federal está fora do ar há dois dias. Os sistemas internos também não funcionam. A situação seguia a mesma neste domingo. *(Folhapress)*

Clima Conferência da ONU, em Azerbaijão, definirá nova meta para financiar adaptação à mudança climática por países em desenvolvimento

COP29 conta com apoio do G20 para avanços

Victoria Netto
Do Rio

A Conferência do Clima em Baku, no Azerbaijão (COP29), em novembro, vai definir os termos da nova meta para o financiamento climático (NCQG). A discussão considera as necessidades dos países em desenvolvimento e o papel dos países ricos. Para atingir os objetivos, o Azerbaijão espera ter o apoio de fóruns multilaterais como o G20, presidido pelo Brasil este ano, com discussões sobre a reforma do sistema financeiro global e finanças sustentáveis. O foco também se dá pela sucessão: em 2025, a COP30 será em Belém (PA).

Em 2009, em Copenhague, os países desenvolvidos se comprometeram a mobilizar conjuntamente US$ 100 bilhões por ano até 2020, prazo depois estendido até 2025, para ajudar os países mais vulneráveis a mitigar e se adaptar às mudanças climáticas. O montante só foi atingido em 2022, quando chegou a US$ 115,9 bilhões, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Agora, o tema volta à arena global para novas definições.

Historicamente, nas conferências climáticas, entendeu-se que os países ricos só chegaram ao nível de desenvolvimento em que estão a partir de um modelo econômico baseado em combustíveis fósseis. Significa que foram os que mais contribuíram para a crise climática. Isso levou ao reconhecimento de que esses países deveriam tomar a liderança para "pagar a conta" e dar suporte de adaptação aos países em desenvolvimento.

O Azerbaijão, sede da conferência marcada para o período de 11 a 22 de novembro, tem buscado redes de cooperação para ações complementares às discussões da COP29. No encontro, também estarão em pauta avanços no Fundo de Resposta a Perdas e Danos, resultado das últimas duas conferências do clima. O evento também vai discutir a operacionalização do artigo 6 do Acordo de Paris, que trata da cooperação entre países. O Acordo de Paris foi firmado em 2015 e estabeleceu metas para limitar o aumento da temperatura do planeta em 1,5ºC.

O vice-chanceler do Azerbaijão e negociador-chefe da COP29, Yalchin Rafiyev, disse ao **Valor** que a delegação brasileira está cooperando com o país em dois caminhos: tanto na presidência da COP30 quanto do G20, cuja Cúpula de Líderes também será em novembro. Rafiyev esteve no Rio para a conferência global da ONU sobre clima e sinergia dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), na semana passada.

"Nós concordamos em um programa de cooperação B2B, Baku to Belém, o qual prevê que quaisquer sucessos que forem alcançados em Baku podem ser complementados em Belém", afirmou Rafiyev. "Também esperamos que os países do G20 deem um sinal positivo e apoiem o resultado da COP29, principalmente no resultado financeiro."

Apesar de não fazer parte do grupo das maiores economias do mundo, o Azerbaijão participou de todas as reuniões dos grupos de trabalho e da força-tarefa de Clima do G20 a convite do Brasil. A delegação do Azerbaijão também estará presente nas negociações de finanças sustentáveis nesta segunda (9) e terça-feira (20), no Rio. Serão os últimos encontros antes da declaração final da Trilha de Finanças do G20, cuja Cúpula de Líderes será em 18 e 19 de novembro.

"O G20 é um mecanismo muito importante que, como coincidência positiva, o Brasil está presidindo este ano. Mais de 80% do PIB mundial foi acumulado no G20 e mais de 80% das emissões mundiais são dos países do G20. O papel do grupo nas negociações climáticas e nas ações climáticas é muito importante, e qualquer sinal vindo da [Trilha de] Finanças do G20 e da Cúpula em novembro definitivamente pavimentará o resultado sucessivo da COP29", afirmou Rafiyev.

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

"Países pobres têm mais dificuldades para acessar investimentos"
André C. do Lago

O embaixador brasileiro André Corrêa do Lago, que é secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores (MRE), pontuou que a meta coletiva de financiamento climático da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima e os valores discutidos no G20 têm objetivos distintos.

"Na Convenção do Clima, essa discussão do NCQG [meta de financiamento coletiva] é essencial, mas ela trata principalmente dos recursos concessionais, dos recursos públicos dos países ricos para os países pobres. O que nós estamos discutindo no G20 são os trilhões que precisam ser investidos nos principais países em desenvolvimento. Se esses investimentos realmente acontecerem, os recursos da Convenção poderão ser dirigidos, sobretudo, para os mais pobres. Esses, sim, são países que têm muito mais dificuldade de obter investimentos porque têm escala menor e são estruturalmente menos organizados", disse ao **Valor**.

Quanto à conferência em Baku, o negociador-chefe do Azerbaijão lembrou que há alguns desafios a serem enfrentados, como eleições em mais de 60 países este ano e preocupações com a própria definição da nova meta de financiamento climática, incluindo montante, escopo temporal, transparência, quem precisa investir e qualidade dos investimentos (empréstimos ou subsídios).

Segundo Rafiyev, o valor da meta ainda é uma incógnita. Ele evitou comentar as projeções do país para "não prejudicar os resultados do processo de negociação", mas enfatizou que este é um dos maiores problemas discutidos e que o país ainda está consultando as "Partes" — como são chamados os Estados-Parte da ONU.

"As propostas são bastante diversas. Alguns são favoráveis a bilhões de dólares e outros a trilhões. Mesmo em trilhões, alguns falam em US$ 1,1 trilhão ou US$ 1,2 trilhão e outros em US$ 3,5 trilhões", disse o negociador-chefe.

Em 31 de agosto de 2023, 91 países em desenvolvimento divulgaram estimativas de necessidade financeira em suas contribuições nacionalmente determinadas (NDCs). O valor projetado somava US$ 4,5 trilhões entre 2025 e 2040, segundo estudo publicado pela World Resources Institute (WRI) em novembro passado.

Embora o Acordo de Paris seja transparente sobre quais países compõem o lado contribuidor e o lado beneficiário, alguns Estados-Parte defendem a ampliação dos critérios – como nível de emissões de CO2 e capacidades econômicas – para incluir nações que se definem como países em desenvolvimento na ala de concessão (quem vai pagar).

Lago classifica essa ideia como "quase imoral". Segundo ele, os países em desenvolvimento, como o Brasil e a China, têm investido maciçamente em suas próprias economias para combater problemas ambientais e para prover a descarbonização. O embaixador destacou, por exemplo, que o Brasil investe mais em seus esforços de preservação ambiental do que recebeu em fundos internacionais ao longo dos anos.

"É quase imoral os países ricos, que não deram os recursos que prometeram, acharem que podem dividir a conta com os países em desenvolvimento. Temos que investir nos nossos países e ainda dividir o peso do que os países ricos têm que fazer junto aos países mais pobres? Não, os países ricos deveriam fornecer os valores, que obviamente têm que ser mais de US$ 100 bilhões", disse Lago. Ele se refere à meta definida em 2009.

Entre as possíveis rotas, o embaixador brasileiro destacou que seria importante se houvesse um estímulo financeiro para os países que apresentarem NDCs ambiciosas. A COP29 defende "aumentar a ambição e viabilizar a ação" para conservar os propósitos do Acordo de Paris. O primeiro aspecto envolve as NDCs ousadas, Planos Nacionais de Adaptação e Relatórios de Transparência Bienais. Já o segundo considera financiamento, tecnologia e capacitação.

A secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Ana Toni, avalia que "ninguém está esperando" que o dinheiro de países desenvolvidos venha para países em desenvolvimento como o Brasil, mas que é necessário haver cooperação. "Países emergentes não têm espaço fiscal, e países vulneráveis e pequenas ilhas têm ainda menos. O apoio não é para tirar a responsabilidade dos governos domésticos, é sobre cooperar".

As forças que definirão as eleições

Bruno Carazza

Toda eleição é uma nova oportunidade de verificar como estão funcionando as engrenagens que movem a política brasileira. Nas disputas para as prefeituras, fica ainda mais nítida a interação de forças relacionadas aos atributos pessoais dos candidatos (carisma, estratégia de comunicação, preparo profissional etc.) e toda a estrutura que movimenta as campanhas (apoios políticos, acesso a financiamento, uso de cargo público, entre outras).

O peso que cada característica terá no resultado final depende das circunstâncias em cada lugar, mas é importante observar as tendências, pois algumas vêm para ficar, enquanto outras se revelam modismos passageiros.

Em 2016, as eleições municipais foram abaladas consideravelmente por dois fatores. A Operação Lava-Jato, com denúncias envolvendo integrantes de diferentes partidos, e o impeachment de Dilma impulsionaram o sentimento antipolítica em boa parte da sociedade. Além disso, a decisão do Supremo Tribunal Federal de proibir as doações de empresas — num ano em que o fundão eleitoral ainda não havia sido aprovado — desarticulou as fontes de arrecadação dos partidos tradicionais.

A combinação desses condicionantes levou a vitórias significativas de candidatos que se apresentavam como não políticos (o caso dos "gestores" João Doria Jr. em São Paulo e Alexandre Kalil em Belo Horizonte são os mais emblemáticos) ou que se valiam da religião para ampliar sua base de eleitores (como o bispo Marcelo Crivella, no Rio).

Em 2020 a covid deu o tom da disputa e dos resultados. Num contexto em que muitos prefeitos assumiram a responsabilidade de coordenar as ações contra a pandemia e a campanha se deu sob fortes restrições de aglomeração, a taxa de reeleição foi bastante elevada. Nas capitais, dos treze mandatários que tentaram mais quatro anos de governo, dez foram bem-sucedidos (sendo que seis deles o fizeram ainda no primeiro turno).

Neste ano, quatro forças têm interagido — de forma combinada ou conflitante — e permitem levantar hipóteses sobre a capacidade de influenciar as urnas.

O primeiro vetor é a incumbência, que tradicionalmente dá aos atuais ocupantes de um cargo majoritário uma série de vantagens sobre seus concorrentes. Neste ano, vinte prefeitos de capitais tentam se reeleger, e têm à disposição o uso da máquina pública e os cofres cheios de recursos, muitos deles graças a empréstimos bancários feitos nos últimos dois anos (como demonstra matéria de Patrick Camporez em O Globo de ontem).

A se pautar pelas últimas pesquisas, alguns deles têm alta probabilidade de se sagrarem vitoriosos ainda no primeiro turno, como Dr. Furlan (MDB) em Macapá, João Campos (PSB) em Recife, JHC (PL) em Maceió, Bruno Reis (União Brasil) em Salvador, Eduardo Paes (PSD) no Rio e Arthur Henrique (MDB) em Boa Vista. Cícero Lucena (PP) em João Pessoa, Lorenzo Pazolini (Republicanos) em Vitória, Topázio Neto (PSD) em Florianópolis e David Almeida (Avante) em Manaus também têm larga margem sobre seus adversários.

Mas as eleições locais não se nutrem apenas da energia local. Do ponto de vista da lógica partidária, das 25 capitais com pesquisas Quaest ou Datafolha publicadas recentemente, o União Brasil lidera em seis, o PL e o PSD, em quatro cada um, seguidos de MDB (três), PP e Republicanos (duas cada). É de se esperar que essa tendência se replique pelo interior do país, potencializada pelas emendas parlamentares, que tendem a favorecer políticos do Centrão.

O pleito servirá também para medir a temperatura da polarização que incendiou o país nos últimos anos. No ótimo livro "Biografia do abismo", Felipe Nunes e Thomas Traumann lançaram a tese de que o antagonismo entre lulistas e bolsonaristas contaminou até as relações pessoais.

No entanto, serão poucas as oportunidades para se testar essa proposição. O PT lançou apenas 13 candidaturas próprias para as capitais, e destas apenas Adriana Accorsi em Goiânia, Fabio Novo em Teresina e Maria do Rosário em Porto Alegre engrenaram até o momento.

Entre os candidatos do PL que não contam com a força do cargo de prefeito para impulsionar suas campanhas, as bolsonaristas Janad Valcari em Palmas, Mariana Carvalho em Porto Velho e Emília Corrêa em Aracaju lideram as pesquisas, além do Delegado Éder Mauro em Belém.

Com poucas oportunidades de embates diretos entre petistas e bolsonaristas, todos os olhos se voltam para São Paulo, onde Lula e Bolsonaro apoiam candidatos aliados — Guilherme Boulos (Psol) e Ricardo Nunes (MDB), respectivamente.

Nesse conflito mediado por terceiros, a ascensão de Pablo Marçal (PRTB) vem confundir as posições. Numa eleição que até o momento reforça o poder de atributos políticos tradicionais (cargo, emendas, fundão, tempo de TV), o "ex-coach" é um dos poucos candidatos nas capitais a assumir o papel de outsider e aparecer com chances reais de vitória.

Pelo forte discurso antipetista, postura beligerante e protagonismo nas redes sociais, Marçal também reacende, na maior cidade do país, a velha polarização direita e esquerda em sua máxima octanagem.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "O País dos Privilégios (volume 1) e "Dinheiro, Eleições e Poder", ambos pela Companhia das Letras.
Escreve às segundas-feiras
E-mail bruno.carazza@gmail.com

Executivo Deputada estadual Macaé Evaristo (PT), de Minas Gerais, é a favorita para comandar o Ministério dos Direitos Humanos

Lula quer uma mulher negra para substituir Silvio Almeida

Julia Lindner, Andrea Jubé e Mariana Assis
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sinalizou a aliados que quer escolher uma mulher negra para comandar o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), no lugar de Silvio Almeida (PT), demitido na semana passada após denúncias de assédio sexual. O Palácio do Planalto também indicou à ministra da Gestão, Esther Dweck, que assumiu interinamente a função, que a troca deverá ser célere.

A favorita para ocupar o cargo é a deputada estadual Macaé Evaristo (PT), de Minas Gerais. Em seu perfil, ela se apresenta como "defensora da educação pública de qualidade e dos direitos sociais". Lula pretende ter um encontro com ela ainda nesta semana para tomar a decisão.

Macaé também é considerada uma boa opção para contemplar a sigla de Lula, que atua nos bastidores para continuar à frente do ministério. Ela conta com o apoio da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e da tesoureira, Gleide Andrade, de quem é próxima.

Outra cotada é a professora mineira Nilma Lino Gomes, que já chefiou Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), mas vista com menos chances no momento.

Os nomes de Macaé e Nilma começaram a ser ventilados durante conversas reservadas entre Lula e ministros na última sexta-feira (6). Em comum, elas poderiam ajudar a reforçar a representatividade de Minas Gerais, segundo maior colégio eleitoral do País, na Esplanada. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), é o único do Estado.

Nas redes sociais, o deputado Rogério Correia (MG), vice-líder do PT na Câmara, disse estar na torcida por Macaé. "Recebi com muita satisfação a hipótese de termos a minha querida amiga Macaé Evaristo como nossa Ministra da Cidadania e dos Direitos Humanos do governo Lula. Macaé, uma força de luta e de carinho a quem muito admiro, tem as credenciais certas para desempenhar essa importante função. Estou certo de que fará um excelente trabalho, se escolhida pelo presidente", declarou Correia, que é candidato à prefeitura de Belo Horizonte.

> Palácio do Planalto indicou à ministra interina, Esther Dweck, que troca deverá ser célere

As circunstâncias que levaram à queda do ministro dos Direitos Humanos reforçam ainda mais a tese de ser uma mulher a assumir o comando da pasta. Almeida foi demitido pelo presidente da República por suspeitas de ter cometido assédio sexual. Ele nega.

As denúncias contra Almeida foram encaminhadas à organização Me Too Brasil, que atua em defesa de mulheres vítimas de violência sexual, e reveladas pelo portal "Metrópoles". A informação também foi confirmada ao **Valor** pela entidade.

Uma das vítimas de Almeida teria sido a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. Em nota, Anielle afirmou que irá "contribuir com as apurações". Além disso, ela defendeu que não é aceitável "relativizar ou diminuir episódios de violência".

"Reconhecer a gravidade dessa prática e agir imediatamente é o procedimento correto, por isso ressalto a ação contundente do presidente Lula e agradeço a todas as manifestações de apoio e solidariedade que recebi", afirmou Anielle, em nota.

Na semana passada, após a demissão de Almeida, Lula nomeou interinamente a ministra da Gestão, Esther Dweck, para o cargo. Pessoas próximas a Dweck afirmam que ela deve fazer uma reunião no MDHC nesta segunda-feira (9) para traçar as ações da pasta nos próximos dias. A ideia, no entanto, é manter toda a equipe e deixar eventuais trocas para o futuro titular.

A orientação do Planalto, dizem interlocutores da ministra da Gestão, é que o período de acúmulo das funções "será curto". Tradicionalmente, o secretário-executivo assume a função de interino. Neste caso, entretanto, Rita de Oliveira, que ocupava o cargo, pediu exoneração em protesto à demissão de Almeida.

Atualmente, a gestão Lula possui nove ministras, de um total de 38 pastas na Esplanada.

Apesar da preferência de Lula por mulheres, algumas alas do próprio governo e da sociedade civil defendem a possibilidade de um homem negro ocupar a função. Um deles seria o secretário de Justiça e Direitos Humanos do governo da Bahia, Felipe Freitas, ligado ao ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa.

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO
Silvio Almeida foi demitido pelo presidente Lula após denúncias de assédio

Alguns integrantes de movimentos sociais que compõem o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) apoiam o nome do atual secretário nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (SNDH), Bruno Renato Teixeira.

Edna Jatobá, coordenadora executiva do Gabinete de Assessoria Jurídica Organizações Populares (Gajop), considera que Teixeira é defendido por organizações da sociedade civil porque poderia dar continuidade ao trabalho da pasta com mais "estabilidade".

"A transição brusca nos preocupa. O Bruno já está na rotina do MDHC e conhece a fundo os programas de proteção. É um secretário que cotidianamente está em campo e tem muita afinidade com a pasta. O mais interessante é que ele daria estabilidade ao ministério em uma das maiores crises do governo", declarou.

Governo cria programa e comitê contra o assédio

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

Duas portarias do Ministério da Gestão e da Controladoria-Geral da União, a serem publicadas esta semana, instituirão o "Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação" e o comitê gestor que vai acompanhar sua implementação. As discussões se iniciaram em maio do ano passado e as portarias, prontas há duas semanas, estavam empoçadas nos escaninhos da burocracia.

Tudo foi acelerado com a demissão de Silvio Almeida, ex-ministro dos Direitos Humanos, por acusação de importunação sexual à ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. O termo assédio apenas se aplicaria se houvesse subordinação hierárquica da vítima. É assim que o Código Civil distingue os dois crimes.

A ministra Esther Dweck (Gestão), que coordena o tema, diz que nada foi feito de afogadilho. "É uma prioridade que tem sido discutida desde a posse, passa por cursos e campanhas educativas e só agora maturou para oferecer acolhimento e anonimato a quem se dispuser a denunciar", diz. As discussões tiveram como ponto de partida os 20 mil questionários respondidos (num universo de 500 mil) por servidores federais.

Numa das reuniões que teve com seus ministros, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou por que a portaria não tinha sido publicada se os decretos já haviam sido assinados. O primeiro decreto sobre o tema data de 19 de maio de 2023 e institui um grupo de trabalho para elaborar proposta de enfrentamento do tema na administração pública federal. Como Lula estava no Japão, para a cúpula do G7, o decreto é assinado pelo vice, Geraldo Alckmin, subscrito por Esther Dweck e por outros oito ministros, entre eles, Almeida.

O grupo de trabalho tinha um ano para apresentar proposta, o que foi feito no decreto de 30 de julho deste ano, que instituiu o programa a ser regulamentado pela portaria desta semana. O decreto de julho considera a proteção de "grupos historicamente vulnerabilizados": mulheres, indígenas, negros, idosos, pessoas com deficiência e LGBTQIA+. O texto prevê que as apurações disciplinares relativas às denúncias estarão no "Painel Correição em Dados", da Controladoria-Geral da União.

O comitê federal terá um representante de dez ministérios (Gestão, CGU, AGU, Direito Humanos, Igualdade Racial, Justiça, Mulheres, Saúde, Trabalho, Povos Indígenas e Educação), mas a proposta é descentralizar comitês nas Pastas, nos Estados, autarquias e órgãos como as universidades federais.

A intenção é preencher a lacuna escancarada com a demissão de Almeida. Até o momento, para levar um caso como este adiante, o servidor só dispõe da ouvidoria (Fala.br), subordinada à CGU.

Depois que o caso veio à tona, começaram a surgir relatos, como o da professora Isabel Rodrigues, hoje candidata a vereadora em Santo André pelo PSB, que disse ter sido assediada pelo ex-ministro há cinco anos. Outros se seguiram nas universidades pelas quais Almeida passou como professor (Mackenzie, São Judas e Zumbi dos Palmares). O governo, então, passou a ser alvo de duas acusações. A primeira, de que a Abin, que filtra os antecedentes dos indicados para os ministérios, deixou passar o histórico de Almeida, e a segunda, de que o governo prevaricou porque não agiu quando havia ministros sabedores há meses de seu comportamento.

Um interlocutor do presidente, a par das tratativas, diz que a ausência de um boletim de ocorrência dificultou o filtro da Abin. Também refuta a acusação da tese da prevaricação ao explicar que a ministra não queria formalizar a denúncia. Ao procurar a ONG Me Too, Anielle não o teria feito para denunciar Silvio Almeida, uma vez que esta organização não representa judicialmente as vítimas. Limita-se a acolhê-las.

A importunação teria começado ainda na transição e prosseguido com abordagens ao pé do ouvido sob a proteção da mão em concha. A reunião de maio de 2024, cuja foto circulou na internet, teria sido a única em que a ministra foi tocada por baixo da saia.

Anielle temia o impacto da publicidade da denúncia sobre a discriminação racial, cujo combate é sua missão no governo, e convidou Almeida para jantar e lhe pedir que parasse com esse comportamento. As mensagens que trocaram foram divulgadas à imprensa como um álibi de Almeida, que passou a dizer que se ele fosse, de fato, um assediador, não teria sido convidado para jantar com sua vítima. Como a ministra teria sido novamente assediada depois desse jantar, cortaram relações.

No governo, a avaliação é de que a criação do comitê contra o assédio na administração pública e a inaudita demissão em 24 horas servirão para conter a exploração política do caso pela oposição. No governo Jair Bolsonaro, o ex-presidente levou dois meses para demitir Pedro Guimarães da presidência da Caixa Econômica Federal.

A avaliação de um ministro é de que o impacto maior é sobre o movimento negro. "Demora muito tempo para se produzir um negro como eu", disse Almeida, numa conversa em que tentou evitar sua demissão. Com oratória e formação acadêmica consistentes, o ex-ministro tinha obstáculos à disputa de cargos eletivos que precediam sua entrada no governo.

O movimento negro era dividido sobre sua atuação no comitê do Carrefour, sobre a morte do soldador João Alberto Freitas num supermercado em Porto Alegre em 2020. O governo tentará minorar o impacto sobre a causa com a escolha de uma ministra negra. Já Almeida tem pela frente o inquérito da Polícia Federal.

Poderes Projeto entrou na pauta desta terça-feira da CCJ e pode impactar disputa por sucessão de Lira

Ato na Paulista eleva pressão por anistia na Câmara

Andrea Jubé
De Brasília

Em meio à reviravolta na sucessão pela presidência da Câmara dos Deputados, o principal recado da manifestação bolsonarista no Dia da Independência, em São Paulo, foi que o postulante à cadeira do presidente Arthur Lira (PP-AL) só terá os votos do PL, maior bancada da Casa, se comprometer-se em pautar o projeto de lei que anistia os apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

No entanto, nem Lira nem nenhum dos principais candidatos quer se comprometer, publicamente, com essa reivindicação porque todos disputam, simultaneamente, os votos da base governista e dos bolsonaristas na Câmara. Na semana passada, o vice-presidente da Casa e presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP), abriu mão de sua candidatura e declarou apoio ao correligionário, Hugo Motta (Republicanos-PB). Nos bastidores, Motta é apontado como favorito de Lira, embora o alagoano não tenha levado a público essa opção.

Diante do impasse e da divisão interna na Câmara, os aliados de Bolsonaro vêm subindo o tom para cobrar um posicionamento dos postulantes ao lugar de Lira, em troca de um ativo estratégico: os 92 votos do PL, partido do ex-presidente e maior bancada da Casa. A federação que reúne PT, PV e PCdoB tem 80 votos.

BRENNO CARVALHO / AGÊNCIA O GLOBO
Moraes esteve com Lula no desfile em Brasília e foi ovacionadopela plateia

AP PHOTO/ETTORE CHIEREGUINI
Bolsonaro chamou Moraes de "ditador" e cobrou anistia em ato na Paulista

O projeto da anistia entrou na pauta desta terça-feira (10) da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. O relator, deputado Rodrigo Valadares (União-SE), aliado de Bolsonaro, apresentará seu parecer sobre o texto que pretende perdoar os acusados de invadirem e depredaram as sedes dos Três Poderes naquela data. O STF já condenou 227 pessoas, com penas entre 3 e 17 anos de prisão, pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado, golpe de Estado, deterioração do patrimônio tombado e associação criminosa.

O projeto propõe anistia aos presos por ilícitos cíveis, eleitorais e declarados inelegíveis desde outubro de 2022, e poderia beneficiar Bolsonaro, que está inelegível por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A expectativa, contudo, é que um parlamentar da base governista peça vista, adiando o desfecho da votação para outubro.

Até agora, Lira não se comprometeu em levar a matéria ao plenário nem pretende fazê-lo até o fim de seu mandato em janeiro de 2025. Mas o ato de 7 de Setembro na Paulista e o início da votação do projeto, três dias depois, na CCJ, elevam a pressão sobre os candidatos.

O ato bolsonarista foi marcado por ataques ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e pela bandeira da anistia. Bolsonaro, que chamou Moraes de "ditador", e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), fizeram as cobranças mais veementes pela aprovação da anistia. Coube ao deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), influencer de alcance nacional, associar, diretamente, a reivindicação à disputa sucessória na Câmara. "Se o presidente Lira deseja os votos da direita para seu candidato à Presidência da Câmara, que paute ainda este ano a anistia para os presos políticos", cobrou Nikolas, do alto do caminhão de som.

Em contraponto, antes dos ataques, na parte da manhã, Moraes compareceu, ao desfile cívico-militar de 7 de Setembro na Esplanada dos Ministérios. Ele estava no palanque das autoridades, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da cúpula do STF, do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e de ministros do governo, e foi ovacionado por parte da plateia, aos gritos de "Xandão". Após o evento, Lula confraternizou com Moraes, os ministros do STF e do governo em um almoço no Palácio da Alvorada.

A substituição de Marcos Pereira por Hugo Motta não teve o efeito de gerar consenso em torno de uma candidatura única, como era a expectativa de Lira. Ao contrário, provocou a aliança do líder do União Brasil e do maior bloco partidário da Casa, Elmar Nascimento (BA) com o PSD do líder Antônio Brito (BA). Até então adversários locais na Bahia, ambos se uniram com o objetivo de derrotarem a candidatura de Motta, e buscam para isso o apoio do Palácio do Planalto. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já recebeu Hugo Motta para uma conversa, e deve fazer o mesmo com Elmar e Brito nos próximos dias. Nesse turbilhão, nenhum deles virá a público comprometer-se com uma pauta tão controversa.

PT surpreende ao liderar corrida eleitoral em Goiânia

Andrea Jubé e Caetano Tonet
De Brasília

Em uma conjuntura desfavorável, com chances de vitória em poucas capitais, o PT surpreende ao liderar a corrida eleitoral em Goiânia, capital de Goiás, um feudo conservador e ligado ao agronegócio. Contudo, há chão pela frente porque, apesar de estar à frente, numericamente, nas pesquisas, o cenário é de empate técnico triplo, com adversários de direita e provável reação do representante do bolsonarismo.

Nenhum dos adversários descarta a presença da postulante do PT, a deputada federal Adriana Accorsi, em uma das vagas de segundo turno. Em contraponto, quem dificilmente chegará à segunda fase da disputa é o prefeito Rogério Cruz (Solidariedade), que está quase na lanterna da corrida eleitoral. Um desempenho que contraria a expectativa em relação aos candidatos à reeleição, porque concorrem com a máquina pública em mãos.

Pesquisa Quaest divulgada no dia 3 mostrou a petista com 22% das intenções de voto; em seguida, despontam o senador Vanderlan Cardoso (PSD) e o empresário e ex-deputado Sandro Mabel (União Brasil), ambos com 19%; em quarto lugar, aparece o deputado estadual Fred Rodrigues (PL), apoiado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), com 9%. No mesmo levantamento, o prefeito alcançou 4% da preferência dos eleitores.

Mas a mesma sondagem identificou que a eleição é um cenário em aberto, porque na pesquisa espontânea, sem que o eleitor seja apresentado aos nomes dos candidatos, 71% declararam-se indecisos. A petista lidera com 9% entre os que souberam declarar o nome do candidato, seguida de Sandro Mabel, com 6% das respostas.

Accorsi e Vanderlan contam com o recall de disputas anteriores e uma longa trajetória na política. É a terceira tentativa da petista de se eleger prefeita, tendo como referência o pai, professor Darci Accorsi (PT), morto em 2014, que comandou a capital nos anos 90. Ao contrário das duas eleições anteriores (2016 e 2020), desta vez, seus aliados acreditam que ela chegará ao segundo turno.

No esforço de driblar a alta rejeição ao PT no Estado, a petista adotou a estratégia de se distanciar dos símbolos da legenda. No lugar do vermelho, sua propaganda é principalmente lilás, enquanto a tradicional estrela transformou-se em detalhe discreto, um "pingo" na letra "i" do nome da candidata. No jingle da campanha, a orientação ao eleitor evita mencionar o "13": "Digite 1, digite 3, vote Adriana que chegou a nossa vez".

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) visitou Goiânia na sexta-feira (6) para entregar a obra de um BRT e não se encontrou com Accorsi, nem gravou participação para o seu programa eleitoral. Contudo, afirmou, em entrevista à Rádio Difusora, que pretende retornar a Goiânia para participar de um comício da correligionária.

Segundo um interlocutor da candidata, vários motivos justificam a opção de tentar se descolar do PT. Primeiro, transmitir neutralidade e "não pregar para convertidos". Além disso, a cor escolhida dialoga com o "agosto lilás", mês de combate à violência contra a mulher. Um ativo da candidata, raro na esquerda, é a bandeira da segurança pública: ela foi delegada e chegou a comandar a Polícia Civil em Goiás.

Accorsi e Vanderlan tornam a se enfrentar, com a ressalva de que o adversário avançou muitas casas à frente. Eu "bati na trave, mas agora vou até o fim", disse ao **Valor**, em relação ao pleito de 2020. "Perdi para a comoção pela pandemia", alegou, relembrando o ocorrido com Maguito Vilela (MDB), para quem perdeu no segundo turno. O emedebista elegeu-se internado na UTI, tentando vencer a covid-19, mas veio a óbito em meados de janeiro de 2021, viabilizando a posse do vice eleito, Rogério Cruz.

> "Eu bati na trave na eleição de 2020, mas agora vou até o fim"
> *Senador Vanderlan Cardoso (PSD)*

DIVULGAÇÃO
Accorsi está numericamente à frente

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO
Vanderlan tem 19% em pesquisa

MIGUEL ÂNGELO/CNI
Mabel conta com o apoio de Caiado

Vanderlan atua para convencer o eleitor de que é o legítimo representante do voto conservador contra o PT da esquerda e contra o ex-deputado Sandro Mabel, que conta com o apoio do governador Ronaldo Caiado (União), mas tem recebido críticas de adversários por ter sido aliado do governo Dilma Rousseff (PT) no passado. O senador também relativiza o suporte da máquina pública goiana a Mabel, lembrando que, tradicionalmente, o eleitor da capital rejeita o candidato apoiado pelo chefe do Executivo estadual.

Em outra frente, Sandro Mabel avança com o governador e o histórico recente de realizações na direção da Federação das Indústrias de Goiás (Fieg). Mabel tem sido bombardeado com crises do passado, como de envolvimento no Mensalão, embora tenha sido absolvido pelos seus pares no plenário da Câmara. Ele reage às acusações de que teria vínculos com a esquerda por ter sido aliado do governo Dilma Rousseff, lembrando que era um dos quadros mais próximos do presidente Michel Temer (MDB), e votou a favor do impeachment da petista.

Em contrapartida, o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, disse ao **Valor** ter convicção de que o deputado estadual Fred Rodrigues chegará ao segundo turno, e pelos levantamentos internos do partido, acredita que ele enfrentará Adriana nessa etapa, reeditando a polarização PT x bolsonarismo.

Valdemar ressalta que a eleição em Goiânia ainda está indefinida e que a força do bolsonarismo na capital é evidente. Segundo a Quaest, 29% dos goianienses votariam em postulante indicado por Bolsonaro, enquanto somente 15% endossariam o nome apoiado por Lula.

Ao **Valor**, um interlocutor do prefeito Rogério Cruz atribuiu o mau desempenho nas pesquisas a uma ofensiva de adversários, empenhados em desgastá-lo, desde a sua posse em janeiro de 2021. Então filiado ao Republicanos, Cruz, pastor licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, assumiu a prefeitura com o falecimento de Maguito e passou a colecionar crises e desafetos.

Segundo esse interlocutor, Cruz enfrentou turbulências internas com o MDB, que desembarcou da gestão municipal. Os problemas aumentaram quando ele contrariou a cúpula do Republicanos ao apoiar a reeleição de Caiado em 2022, em detrimento de Gustavo Mendanha (então no Patriota). O saldo dessa opção é que o Republicanos rompeu com o prefeito, que se filiou ao Solidariedade, enquanto o governador caminha agora com Mabel.

Irmão de Pablo Marçal tenta vaga na Câmara Municipal

De Brasília

O funcionário público estadual Hudson Marçal (PL) embarcou no sucesso do irmão mais novo, o empresário Pablo Marçal (PRTB) — que aparece, em empate técnico, na liderança da corrida pela Prefeitura de São Paulo —, para tentar garantir uma vaga de vereador, mas na Câmara Municipal de Goiânia, capital de Goiás e origem da família.

Aos 53 anos, candidato pelo PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, e disputando a primeira eleição, Hudson aposta na popularidade do irmão nas redes sociais e na força do bolsonarismo em Goiânia para tentar se eleger. Embora Bolsonaro apoie, formalmente, a reeleição do prefeito Ricardo Nunes (MDB) na capital paulista, Hudson tem o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) como um de seus cabos eleitorais.

Hudson chegou a compartilhar uma foto ao lado de Eduardo durante a convenção do PL que oficializou sua candidatura. A imagem foi posteriormente apagada, em meio à relação turbulenta com a família Bolsonaro. O irmão de Marçal também tem o apoio de campeões de voto em Goiás, como o deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO).

Mesmo sendo candidato em Goiânia, em seus perfis nas redes, a eleição na capital paulista é o principal tema. Fotos e vídeos ao lado do irmão inundam seu perfil no Instagram. Em uma publicação, compartilhou o vídeo em que Pablo diz que dois candidatos à prefeitura de São Paulo seriam usuários de cocaína. Marçal recebeu determinação da Justiça Eleitoral paulista para tirar o material enganoso do ar.

Em outro post compartilhado por Hudson, Pablo fala da suposta "perseguição" do sistema político contra ele. Outra publicação de Hudson mostra Pablo Marçal dizendo que o ex-presidente não o apoia por um suposto arranjo político do presidente do PL, Valdemar Costa Neto. Em contrapartida, foi justamente Valdemar quem deu legenda (o PL) para Hudson disputar uma vaga de vereador em Goiânia.

Ao discursar pedindo votos para Hudson em Goiânia, Pablo pediu que seus conterrâneos deem ao irmão a chance de defender na Câmara Municipal os valores conservadores, combater os "comunistas" e defender a família. "A gente resolveu entrar para a política para colocar mais gente do nosso perfil na política. A gente tem que empurrar esse povo para fora. O comunismo nunca funcionou em lugar nenhum do mundo e nem vai funcionar", discursou, sem explicar que o sistema comunista não está em vigor no país.

Na sequência, no mesmo evento, Hudson apresentou-se como um empreendedor que começou a vida como jornaleiro, foi presidente de grêmio estudantil e foi às ruas pedir o impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello.

A declaração de bens dos irmãos candidatos mostra um contraste. Enquanto Pablo declarou mais de R$ 169 milhões em patrimônio à Justiça Eleitoral, Hudson afirmou possuir menos de R$ 300 mil. A maior parte de seu patrimônio consiste em uma casa avaliada em R$ 84 mil, localizada no bairro Parque Atheneu, em Goiânia, um bairro de classe média baixa, onde residem, principalmente, famílias de policiais militares. *(CT e AJ)*

'Valor', 'O Globo' e CBN sabatinam candidatos a prefeito do Rio

Do Rio

Dando sequência às sabatinas com candidatos a prefeito dos três maiores colégios eleitorais do país, iniciadas na semana passada, os jornais **Valor** e "O Globo" e a rádio CBN entrevistam nesta semana os principais postulantes à prefeitura do Rio. Serão sabatinados, entre quarta e sexta-feira, os candidatos Alexandre Ramagem (PL), Eduardo Paes (PSD) e Tarcísio Motta (PSOL), nesta ordem.

A exemplo da primeira semana de sabatinas, com os candidatos de Belo Horizonte, as entrevistas com os candidatos no Rio terão início às 10h30, duração de aproximadamente uma hora, e serão transmitidas ao vivo pela rádio e nos sites e redes sociais dos três veículos.

A ordem das sabatinas foi definida por sorteio. Foram chamados os candidatos mais bem colocados na última pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada na quinta-feira (5), e que atingiram ao menos 3% de intenções de voto.

Segundo o Datafolha, o atual prefeito Eduardo Paes, candidato à reeleição, registrou 59%. Ramagem, que concorre com o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), tem 11%. Tarcísio Motta, que reivindica o apoio do PT, partido do presidente Lula — que faz parte da coligação de Paes —, tem 6%. A margem de erro é de três pontos.

Paes, que busca um inédito quarto mandato, tem visto um recuo de sua taxa de rejeição e uma melhora na avaliação de seu governo, que coincide com o início da propaganda eleitoral em rádio e TV. Ramagem, por sua vez, aposta no aumento da exposição durante a campanha para reforçar sua associação a Bolsonaro e aglutinar o voto de segmentos como os evangélicos, que hoje apoiam majoritariamente o atual prefeito. Já Tarcísio procura trazer para sua campanha a imagem de petistas e tem reforçado o fato de ser base do governo Lula, numa tentativa de disputar o voto da esquerda com Paes.

As sabatinas representam uma oportunidade para que os candidatos detalhem propostas para a cidade, e também para que sejam questionados sobre diferentes aspectos de suas atuações políticas.

Os entrevistadores serão os colunistas Lauro Jardim e Merval Pereira, do Globo e da CBN, os âncoras da rádio Bianca Santos e Leandro Resende, e a jornalista Camila Zarur, do **Valor**.

Na semana que vem, entre os dias 16 e 20, serão entrevistados os cinco primeiros colocados na disputa à prefeitura de São Paulo: Ricardo Nunes (MDB), Guilherme Boulos (Psol), José Luiz Datena (PSDB), Tabata Amaral (PSB) e Pablo Marçal (PRTB).

Eleições Candidato do Podemos em BH é o último a ser sabatinado pelo 'Valor', 'O Globo' e rádio CBN

Viana diz que a direita precisa ter 'novas vozes'

RAQUEL ROMAGNA/CBN

Viana criticou Bolsonaro: "tenho muitas restrições. Ao meu ver, o [ex-] presidente não cumpre os tratos"

Ívina Garcia
De São Paulo

Último candidato à Prefeitura de Belo Horizonte a ser sabatinado pelo **Valor**, "O Globo" e rádio CBN, o senador Carlos Viana (Podemos) criticou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), afirmou que a direita precisa ter "novas vozes" e exaltou o influenciador Pablo Marçal (PRTB), que concorre à Prefeitura de São Paulo. "Será um dos principais nomes para a Presidência da República em 2026", disse na entrevista feita na manhã de sexta-feira (6).

Viana recordou o período em que "conviveu por três anos" com Bolsonaro, como vice-líder do governo no Senado, e se queixou da falta de palavra do ex-presidente.

Ele disse que nas eleições de 2022, quando ainda estava no MDB, foi chamado para ser o candidato da direita ao governo de Minas Gerais. Em uma reunião no dia 1º de abril daquele ano, no Palácio do Planalto, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, o então presidente Bolsonaro e o senador Flávio Bolsonaro prometeram apoiá-lo e viabilizar a campanha.

"Mas no primeiro evento de campanha, na ExpoZebu, Bolsonaro levantou o braço do Zema [governador e, naquele momento, candidato à reeleição pelo partido Novo] e disse 'em time que está ganhando não se mexe'", contou o senador. "Não cumpriu comigo o acordo", acrescentou.

Apesar do episódio relatado, agora, para as eleições municipais, Viana tentou se aliar tanto ao ex-presidente Bolsonaro como ao governador Romeu Zema, mas não conseguiu apoio. Zema uniu-se a Mauro Tramonte (Republicanos) e Bolsonaro apoia Bruno Engler, que concorre pelo seu partido, o PL.

Viana disse que Bolsonaro não o representa mais. "O bolsonarismo sequestrou a direita", afirmou. E acrescentou: "Quando falo que sou de direita, logo perguntam se eu apoio Bolsonaro. Eu tenho muitas restrições políticas. Politicamente, ao meu ver, o [ex-] presidente abandona, ele não cumpre os tratos."

"A direita, eu tenho defendido, precisa de novas vozes. Eu sou direita. Eu sou liberal na economia, eu defendo um estado menor, eu defendo que a gente tenha o amparo na assistência social, mas dentro de um governo que permita a iniciativa privada crescer", afirmou.

O senador tem tentado colar a sua imagem à do candidato à Prefeitura de São Paulo Pablo Marçal (PRTB), com slogan de campanha semelhante: "Faz o V". Viana também publicou nas redes sociais que ele e Marçal estariam juntos no segundo turno. "Você aí em São Paulo e eu aqui em Belo Horizonte", escreveu em uma rede social no fim de agosto. Até o momento, Marçal não retribuiu às investidas.

Na sabatina de sexta, Viana fez um novo aceno a Marçal. "Vai se tornar uma voz da direita muito importante, se não conseguir a Prefeitura de São Paulo, será um dos principais nomes para a Presidência da República em 2026."

Viana ponderou, no entanto, que Marçal precisa "clarear" seu passado e "realmente confirmar que não teve nenhuma ligação com o PCC". Disse ainda que, assim como todos os candidatos que "surfam na onda das redes sociais", precisa entender a realidade política, que necessita de diálogo.

Na pesquisa Datafolha divulgada quinta-feira (5), Viana aparece com 5% das intenções de voto. Teve uma queda de sete pontos percentuais na comparação com o levantamento anterior, realizado entre 20 e 21 de agosto.

Ainda conforme o Datafolha, Tramonte continua na liderança com 29%. Em segundo lugar, tecnicamente empatados, estão Fuad Noman (PSD) e Bruno Engler (PL), com 13%, e Duda Salabert (PDT), com 12%. Rogério Correia (PT) aparece com 8%.

Questionado, Viana disse que as pesquisas espelham uma parte muito pequena do eleitorado e citou as eleições de 2022, em que a ex-presidente Dilma Rousseff (PT), então candidata ao Senado por Minas Gerais, aparecia em primeiro lugar nas pesquisas, com 28% das intenções de voto, e acabou em 4º lugar.

Também na sabatina, Viana afirmou que a "educação sexual é fundamental nas escolas". "O que aconteceu foi que em um passado recente se confundiu educação sexual com identidade de gênero."

O candidato, que é ligado aos evangélicos, afirmou ter havido "uma discussão muito grande" em BH sobre o uso dos banheiros nas escolas — se deveriam ser o mesmo para meninos e meninas. E disse que, se eleito, isso não vai acontecer. "É diferente de educação sexual. Os pais não concordam e eu também não", frisou.

"O ensino da educação sexual é fundamental para que a gente possa ter um controle, mais educação e mais saúde para esses adolescentes. Eu não sou contra. E quem discute isso comigo nas igrejas, quando eu explico, entende plenamente. Precisamos deixar muito claro o que é educação sexual e o que é identidade de gênero", disse.

Para o transporte público, Viana defendeu o retorno dos cobradores de ônibus. O candidato disse que os custos são baixos para a prefeitura e o trabalho desses profissionais reduz a sobrecarga dos motoristas. "Hoje o motorista de ônibus, além de cobrar, quando tem um cadeirante, é obrigado a parar o ônibus, descer, movimentar o elevador e isso provoca atrasos e gera insegurança", destacou.

Viana é o último candidato de BH a ser sabatinado pelo **Valor**, "O Globo" e rádio CBN. Os postulantes foram entrevistados pelas colunistas Bela Megale e Renata Agostini, de "O Globo" e CBN, pela âncora da rádio Shirley Souza e por Cibelle Bouças, repórter do **Valor**.

Veja o que é #Fato ou #Fake no site
https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/09/06/veja-o-que-e-fato-ou-fake-na-sabatina-de-carlos-viana-para-o-globo-valor-e-cbn.ghtml

Pergunte aos dados

César Felício

As cidades com mais eleitores que habitantes

Uma em cada cinco cidades no Brasil conta com mais eleitores do que habitantes, uma anomalia que atinge sobretudo pequenos municípios e se concentra principalmente em cinco Estados: Minas Gerais, Goiás, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Sul. Eles somam 624 das 995 localidades com mais votos na urna do que residentes. O resultado é absurdo, já que pelo menos 20% da população no Brasil está abaixo do limite etário para votar, de 16 anos. O levantamento cruza dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de julho de 2024 com os dados preliminares do censo do IBGE de 2022 e foi elaborado pelo **Valor Data**.

Essa situação passa longe das grandes e médias cidades, mas a conta sobre o eleitorado total pesa em Estados com base eleitoral nos pequenos municípios, abaixo de 10 mil habitantes. Nessa faixa se enquadram 921 dos 995 municípios com eleitorado excedente. Estão nessa situação 42% das cidades do Piauí, 40,4% da Paraíba e 39,8% de Goiás. No caso de Minas e Rio Grande do Sul, o percentual se dilui. A proporção nacional é de 17,9%.

No caso do Piauí, 19% do eleitorado vota em cidades com menos habitantes do que eleitores, um recorde nacional. Paraíba e Rio Grande do Norte também têm percentuais acima de dois dígitos, o que sinaliza que esta particularidade pode ter peso na eleição proporcional para deputado estadual e federal, em que a base municipal é estratégica.

A situação de um eleitor migrar para outra cidade sem transferir o título para onde reside na eleição subsequente é extremamente normal no Brasil, tanto que a abstenção eleitoral, ou seja, a ausência do eleitor na votação, costuma ficar na faixa de 20% a cada eleição. Mas o caso do Piauí chama a atenção porque há um processo de transferência de títulos para os micromunicípios, em que normalmente a prefeitura é o único empregador.

Há várias ações em tramitação na Justiça Eleitoral do Piauí pedindo uma revisão do eleitorado nessas cidades, por indício de fraude. Em Assunção do Piauí, por exemplo, a base de eleitores cresceu 24% entre 2020 e 2024, por meio de transferência de domicílio. Advogados do PSD e do PT locais tentaram impugnar este ano 114 transferências como sem vínculo com o município. A Procuradoria Regional Eleitoral tem rejeitado todas elas. Um dos argumentos é que a revisão em ano eleitoral é inviável.

Procurada por essa coluna, a Procuradoria Regional Eleitoral do Piauí enviou uma nota, em que afirma que a revisão eleitoral para ser autorizada depende de dotação orçamentária prévia. Além disso precisa atender a três quesitos: "O total de transferências ser 10% superior ao do ano anterior; o eleitorado ser superior ao dobro da população entre 10 e 15 anos, somada à de idade superior a 70 anos; e superior a 80% da população projetada para aquele ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)."

De acordo com Wallyson Soares dos Anjos, advogado do PSD do Piauí, transferências irregulares podem definir uma eleição. "Estamos falando de municípios com menos de 8 mil eleitores, em que uma vaga de vereador pode ser decidida por 35 votos", afirma.

Mas há fatores estruturais para se entender a força dos pequenos municípios no Piauí, para além da fraude. Dos 240 municípios do Estado, boa parte é bem recente. 114 deles foram criados depois da Constituição Federal, sendo que 82 entre 1995 e 2001, durante o governo de Francisco Souza, o Mão Santa, atual prefeito de Parnaíba, um grande município.

Foram 82 novos municípios, cada um deles com prefeito, vice-prefeito e pelo menos nove vereadores, que geraram por si só uma máquina política alternativa, enfraquecendo a base oligárquica anterior.

"O Piauí é o único Estado nordestino construído de dentro para fora, do interior para os pontos de comunicação. Em geral as cidades se originaram de grandes fazendas", explica o cientista político Vitor Sandes, da Universidade Federal do Piauí. "Cada cidade média é cercada por um cordão de pequenos municípios, com famílias políticas muito consolidadas, ao contrário do que acontece nas cidades polos. E isso cria um fator de atração para transferências de título em anos eleitorais", afirmou.

Essa situação bizarra não é nova, mas a evolução impressiona. Em 2018, a Confederação Nacional dos Municípios divulgou um estudo em que identificou a mesma situação em 231 municípios, sendo 75 em Minas Gerais. Em 2007, de ofício, o TSE fez uma revisão do eleitorado em 1.128 cidades com uma quantidade suspeita de eleitores em relação ao total de habitantes. É uma pista que talvez esquemas arcaicos de criações de currais eleitorais, que evocam a República Velha, tenham deixado algum vestígio no chamado Brasil Profundo.

Descompasso

Uma em cada cinco cidades no país tem mais eleitores do que habitantes

Estado	Municípios com eleitorado excedente	% sobre total de municípios	% sobre total do eleitorado
PI	94	42	19
PB	90	40,4	14,1
GO	98	39,8	7,4
RN	58	34,7	10,9
AP	5	31,3	7,2
MG	242	28,4	6,4
TO	36	25,9	8,3
SE	19	25,3	5,8
AL	23	22,5	6,4
RS	100	20,1	3
PA	20	13,9	4,2
CE	22	12	3,6
PE	21	11,4	3,3
RJ	10	10,9	1,7
RO	5	9,6	1,4
MA	20	9,2	3,8
BA	28	6,7	2,1
SP	42	6,5	0,4
SC	19	6,4	0,9
PR	23	5,8	0,9
MS	3	3,8	0,6
ES	1	1,3	0,2
AC,AM e RR	0	0	0
Total	**995**	**17,9**	**3,3**

Fonte: TSE jul/2024 e IBGE/2022, com Valor Data

César Felício é repórter especial de Política em Brasília
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

Repressão Edmundo González recebeu salvo-conduto do governo do ditador Nicolás Maduro para deixar o país na noite de sábado

Líder opositor da Venezuela foge do país e pede asilo na Espanha

Jorge Rueda, Joshua Goodman e Joseph Wilson
Associated Press, de Caracas

A resistência contra o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, sofreu um grande revés no fim de semana, com a fuga do seu principal opositor para a Espanha.

Edmundo González fugiu para o exílio depois de obter asilo na Espanha, desferindo um golpe em milhões de pessoas que depositavam as suas esperanças na sua campanha para pôr fim a duas décadas de regime de partido único.

A saída de González se dá um mês depois de seu partido ter provado a vitória dele na eleição presidencial de 28 de julho apresentando documentos eleitorais obtidos por meio de um sistema de fiscalização inédito supervisionado por cidadãos. As autoridades venezuelanas, porém, declararam Maduro reeleito para um terceiro mandato e ordenaram a prisão de González.

Desde a eleição, a repressão do governo Maduro cresceu de forma vertiginosa, com a detenção de 2,4 mil manifestantes e de quatro políticos opositores de destaque.

Na noite de sábado a vice-presidente venezuelana, Delcy Rodríguez, disse que o governo do presidente Nicolás Maduro decidiu conceder salvo-conduto a González para deixar o país, poucos dias depois de ordenar a sua prisão, para ajudar a restaurar "a paz e a tranquilidade política do país".

González chegou ontem à tarde a um aeroporto militar perto de Madrid, segundo o Ministério das Relações Exteriores espanhol, acompanhado por sua esposa e autoridades espanholas. Em nota,

ARIANA CUBILLOS/AP - 19/06/2024

González foi o candidato da oposição na eleição presidencial de 28 de julho

o ex-diplomata disse que sua fuga "foi cercada de episódios de pressão, coerção e ameaças".

A líder da oposição, María Corina Machado, disse que González precisou fugir para "preservar sua liberdade", escreveu ela na rede social X, antigo Twitter. "O regime não tem escrúpulos nem limites na sua obsessão em silenciá-lo e tentar subjugá-lo", acrescentou ela.

"O exílio forçado do presidente eleito do país é um dia triste para os milhões que votaram nele", disse Ryan Berg, diretor do Americas Program, do centro de estudos Center for Strategic and International Studies, em Washington. "Isso também deixa ainda mais distante uma transição política."

Em abril, depois da escolha de González para representar a oposição na eleição presidencial, o país logo se uniu em torno do pouco conhecido ex-embaixador. González, de 75 anos, substituiu Corina, a figura mais popular da oposição, que foi impedida de concorrer.

Embora a autoridade eleitoral da Venezuela tenha divulgado que Maduro venceu com 51,95% dos votos, a oposição publicou mais de 80% das atas eleitorais, mostrando que González recebeu quase 70% dos votos.

O Ministro das Relações Exteriores da Espanha, José Manuel Albares, declarou ontem que seu governo concederá o asilo político solicitado por González.

O principal diplomata da União Europeia, Josep Borrell, afirmou ontem num comunicado que "hoje é um dia triste para a democracia na Venezuela". Disse que González "foi o vencedor das eleições" e que a UE manterá o seu apoio ao povo venezuelano "na sua aspiração democrática".

A Organização dos Estados Americanos (OEA) afirmou que o governo venezuelano "forçou o exílio" de González, a quem considerou o "indubitável" vencedor das eleições. O Chile também reagiu num comunicado, lamentando o que descreveu como um "exílio forçado" do ex-diplomata e o "assédio e violência política a que foi submetido".

O procurador-geral Tarek William Saab, um forte aliado de Maduro e que pediu a prisão de González na semana passada, disse ontem que a fuga do opositor encerra "um dos momentos mais decisivos do caso que foi iniciado contra este cidadão".

Promotores venezuelanos acusaram González de violar a lei porque a oposição divulgou os documentos eleitorais quando reivindicou a vitória dele por grande margem. Ele é acusado de crimes como falsificação de documentos públicos, incitação à desobediência de leis, conspiração e sabotagem.

Sua partida ocorre em meio às crescentes tensões em Caracas. Agentes de Maduro fizeram um cerco do lado de fora da embaixada da Argentina no fim de semana, onde seis assessores de Corina estão abrigados. Esse cerco foi encerrado ontem à noite e o fornecimento de energia elétrica foi restabelecido, segundo meios locais.

O impasse eleitoral na Venezuela tem elevado as tensões na região, na qual antigos aliados de Maduro, como os presidentes do Brasil e da Colômbia, não conseguiram conter as tendências autoritárias do presidente venezuelano. *(Com Bloomberg)*

Episódio mostra brecha para negociação

Andrea Jubé
De Brasília

Em meio à escalada da tensão na Venezuela, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se na manhã de ontem, no Palácio da Alvorada, com a secretária-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha, e um grupo de assessores, para se informar sobre os acontecimentos recentes no país vizinho. O principal fato novo foi o desembarque do candidato opositor nas eleições venezuelanas, Edmundo González, em Madri, na Espanha, contra o qual havia um mandado de prisão expedido em Caracas.

Maria Laura representa o Itamaraty na ausência do chanceler Mauro Vieira, que está na Arábia Saudita. Vieira viajou a Riade para participar da reunião do Conselho de Cooperação do Golfo — o Brasil é um dos três convidados especiais. O assessor especial da Presidência e ex-chanceler Celso Amorim, outro interlocutor para a crise venezuelana, está em viagem para a Rússia.

A crise agravou-se no fim de semana, quando a partir da noite de sexta-feira, opositores do regime do presidente Nicolás Maduro, que estão abrigados na embaixada da Argentina, em Caracas, denunciaram que o local estaria cercado por homens encapuzados, que poderiam invadir o prédio, o que configuraria um incidente diplomático internacional. Imagens do cerco circularam nas redes sociais.

Em paralelo, com ordem de prisão solicitada pelo Ministério Público venezuelano e decretada pela Justiça daquele país, Edmundo González obteve asilo político da Espanha. Diante da decisão do governo espanhol, foi possível negociar com as autoridades do governo Maduro um salvo-conduto para que ele deixasse o país.

Nessa conjuntura, segundo fontes do Itamaraty, Lula foi informado sobre o acirramento da crise em relação aos seis opositores, aliados de González e da líder María Corina Machado, sob o cerco na embaixada da Argentina. O Brasil tem a custódia daquela embaixada e chegou a ser alertado que o governo Maduro poderia revogar essa prerrogativa. Porém, ontem, após a fuga de González para a Espanha, o cerco foi suspenso e o fornecimento de energia à embaixada restabelecido.

Apesar da gravidade dos fatos, uma fonte diplomática ponderou que a concessão do salvo-conduto que permitiu a saída de González pode ser um indicativo de que haveria uma brecha para negociar uma saída pacífica, igualmente, para esse grupo de presos na embaixada argentina. "Esse é um caminho possível", observou.

A movimentação em torno do prédio da embaixada argentina em Caracas ocorreu horas depois de a chancelaria do presidente Javier Milei divulgar que solicitou ao Tribunal Penal Internacional (TPI) uma "ordem de prisão contra Maduro e outros líderes do regime venezuelano".

No sábado, o Itamaraty divulgou nota em que declarou a surpresa do governo brasileiro diante da informação de que Maduro cogita revogar a autorização para que o Brasil faça a custódia da embaixada da Argentina naquele país. "O governo brasileiro recebeu com surpresa a comunicação do governo venezuelano de que tenciona revogar o seu consentimento para que o Brasil proteja os interesses da Argentina na Venezuela", diz o comunicado.

No mesmo comunicado, o Itamaraty afirmou que o Brasil "permanecerá com a custódia e a defesa dos interesses argentinos até que o governo argentino indique outro Estado aceitável para o governo venezuelano para exercer as referidas funções", conforme estabelecem as Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares.

"O governo brasileiro ressalta nesse contexto, nos termos das Convenções de Viena, a inviolabilidade das instalações da missão diplomática argentina, que atualmente abrigam seis asilados venezuelanos além de bens e arquivos", reforçou a nota.

O Brasil assumiu a custódia da embaixada argentina depois que Milei rompeu relações diplomáticas com o governo Maduro, ao contestar o resultado da eleição. Com isso, Milei fez um apelo ao Brasil para que representasse os interesses de seu país na Venezuela.

Papa visita católicos no meio da selva de Papua Nova Guiné

Apesar da saúde frágil, o papa Francisco, de 87 anos, enfrentou uma viagem de 1.000 km a bordo de um avião de carga para adentrar na selva da nação insular de Papua Nova Guiné, com objetivo de visitar os católicos que vivem em uma das áreas mais remotas do mundo e entregar suprimentos médicos e outras ajudas. A visita a Vanimo, um município de cerca de 12 mil habitantes, sem água encanada e com eletricidade escassa, foi o ponto alto de sua visita a Papua Nova Guiné, onde ontem realizou uma missa na capital Porto Moresby. Esta foi a segunda etapa de sua viagem por quatro países da Ásia e Oceania, iniciada na Indonésia. Francisco segue hoje para Timor Leste e então encerra sua visita em Cingapura no final da semana. Na foto, Francisco usa um chapéu tradicional que ganhou de presente da população local.

Corrida presidencial apertada nos EUA
Média das pesquisas, em %

Fonte: RealClearPolitics

Debate contra Trump é crucial a Kamala, que para de crescer nas pesquisas

James Politi e Lauren Fedor
Financial Times, de Washington e Pittsburgh

A vice-presidente democrata Kamala Harris está sob pressão para ter um bom desempenho no debate de amanhã contra o ex-presidente republicano Donald Trump, depois que pesquisas sugeriram que seu impulso na disputa presidencial pode estar diminuindo.

O confronto na Filadélfia amanhã à noite será o primeiro entre Kamala e Trump e também pode ser o único, pois nenhum outro debate foi agendado antes da votação de novembro entre os dois rivais pela Casa Branca.

Ambas as campanhas sabem que o confronto pode ser um novo ponto de inflexão na disputa deste ano, marcada por uma sucessão de reviravoltas, começando com a implosão da tentativa de reeleição de Joe Biden após seu desastroso debate de junho contra Trump.

Kamala estará mais sob os holofotes, já que ela é menos conhecida do que Trump pelos eleitores americanos. De acordo com o rastreador de pesquisas nacionais do "Financial Times", sua liderança na disputa encolheu para 2,9 pontos percentuais nas últimas semanas, sugerindo que ela não recebeu nenhum impulso extra da convenção democrata em Chicago.

A pesquisa nacional New York Times-Siena divulgada ontem mostrou Trump numericamente à frente por 1 ponto percentual, o que significa que a corrida está em empate técnico. Uma pesquisa da CBS News/YouGov também mostrou uma disputa acirrada nos Estados indecisos de Michigan, Pensilvânia e Wisconsin.

Os democratas dizem que Kamala tem o desafio de se apresentar aos americanos que não estão familiarizados com suas políticas, mas estão abertos a votar nela. "Penso que se Kamala mostrar que consegue fazer de improviso o que fez com sucesso de uma forma relativamente planejada, isso irá ajudá-la — se não decisivamente, pelo menos", disse Matt Bennett, estrategista democrata da Third Way, o think tank de centro-esquerda. "O problema para ela é que as expectativas sobre Trump são muito baixas. Ele é sempre caótico. Ele é sempre bombástico, e ele será isso."

Paul Begala, o veterano estrategista democrata, diz que uma das principais prioridades de Kamala será "definir-se como a mudança". Ele também disse que a vice-presidente precisa "atacar Trump em vez de ficar defendendo Biden" e "mostrar sua juventude, vigor, novas ideias e retratar Trump como velho, obsoleto e retrógrado".

Harris escolheu se preparar para o debate em um hotel no centro de Pittsburgh, a cidade industrial no oeste da Pensilvânia que pode ser crucial para o resultado da eleição. Embora ela tenha dado poucas dicas de como abordará Trump, em uma visita a uma loja de especiarias no sábado, Harris disse que estava pronta para o confronto. Sua mensagem amanhã será a de que "é hora de virar a página da polarização, é hora de unir nosso país [e] traçar um novo caminho a seguir", disse ela à pequena multidão.

Embora Kamala seja conhecida por ser uma boa debatedora, Ed Rendell, ex-governador democrata da Pensilvânia, disse que enfrentar Trump não será simples e que a vice-presidente não deve se deixar provocar. "Ela basicamente precisa ignorá-lo. Não permitir que ele a irrite. Não permitir que ele a perturbe", disse. "[E] quando ele estiver dizendo coisas rudes ou ridículas, dar a ele [uma resposta]".

Rendell acrescentou: "Os eleitores querem ver, especialmente com uma candidata mulher, ver uma mulher que saiba enfrentar a situação, que não se deixe intimidar, não se deixe derrotar".

De acordo com a mídia americana, Trump pediu a Matt Gaetz, o congressista republicano linha-dura da Flórida, e a Tulsi Gabbard, a ex-congressista democrata, para ajudá-lo a se preparar para o debate. Como costuma fazer, Trump tem atacado os anfitriões do evento na ABC News, sugerindo que seriam tendenciosos contra ele. Trump também resistiu a uma pressão de Kamala para permitir que os microfones fiquem abertos durante o debate, em vez de silenciados quando o outro candidato estiver falando.

Mas Trump não está fazendo o que os republicanos tradicionais e estrategistas do partido dizem que ele deveria fazer, que é se concentrar em questões como inflação e imigração, onde eles acreditam que Kamala é vulnerável.

Na sexta-feira, ele convocou uma coletiva de imprensa na cidade de Nova York, mas não respondeu a perguntas e passou o tempo reclamando de seus problemas legais e até mesmo criticando seus próprios advogados. Após um comício em Wisconsin na noite de sábado, ele foi às redes sociais para fazer uma ameaça de buscar longas sentenças de prisão para "aquelas pessoas que trapacearem" na contagem dos votos na eleição deste ano.

Mas Kamala não está subestimando Trump. "Certamente esperamos que Donald Trump esteja pronto para o debate, ele é um showman", disse um dos assessores de campanha do vice-presidente, observando que este seria o sétimo debate presidencial do republicano, comparado ao primeiro da vice-presidente. Seu objetivo seria mostrar um contraste claro para os eleitores, disse o assessor.

"O objetivo deste debate é ver a escolha entre a vice-presidente Kamala, que vai definir uma visão para tornar nossas vidas melhores, aumentar as oportunidades econômicas, proteger nossas liberdades, e Trump, que vai promover uma agenda obscura e retrógrada e está focado apenas em si mesmo", disse o assessor.

Kevin Madden, um estrategista republicano do Penta Group, disse que Kamala "ainda é uma tela em branco para muitos eleitores". "Ela pode oferecer uma visão concreta para o futuro? Ela pode definir sua candidatura além da sombra de ser vice-presidente de Biden?"

Amy Walter, a principal analista política do apartidário "Cook Political Report com Amy Walter", escreveu em uma nota neste mês que "para Kamala, sucesso significa tranquilizar os eleitores indecisos de que ela não é tão 'extremista' ou 'radicalmente de esquerca' quanto Trump e seus aliados sugerem".

"Há pouca chance de que as opiniões dos eleitores sobre Trump mudem. Em vez disso, a grande questão é se isso impacta a maneira como os eleitores percebem Kamala", disse Walter.

"O problema para Kamala é que as expectativas sobre Trump são baixas" *Matt Bennett*

Opinião

Valor ECONÔMICO

Preço de importações cai e reduz pressão do dólar

Com a demanda doméstica em aceleração, os saldos comerciais do Brasil começaram a cair. A balança teve seu menor resultado positivo em agosto, de R$ 4,82 bilhões. No acumulado do ano, o superávit encolheu de R$ 62,4 bilhões, no mesmo período de 2023, para US$ 54,07 bilhões agora. A situação é muito confortável nas contas externas e o país pode conviver com saldos menores por um bom tempo.

O aumento das importações, de 13% no acumulado do ano, apesar da queda de 6,5% nas vendas externas, traz boas notícias. Uma delas é que as compras de bens de capital foram robustas: avançaram 18%, convivendo com a elevação da produção doméstica desse setor. Esse é um sinal positivo de aumento de investimentos.

A diminuição do tamanho dos superávits afeta de imediato o câmbio contratado. Até há pouco, os recursos internalizados com as exportações ajudaram a equilibrar o balanço cambial, que acusou saídas significativas pelo câmbio financeiro. Haverá alguma inversão agora. Em agosto o saldo cambial foi negativo em US$ 2,69 bilhões, fruto da diferença de saídas financeiras de US$ 5,18 bilhões e ingressos de vendas externas de US$ 2,48 bilhões. O desempenho do balanço de pagamentos, que é o mais relevante, segue tranquilo. O déficit em julho foi de 1,56% do PIB, coberto com folga com os investimentos diretos no país, de 3,21% do PIB.

Com a valorização do dólar, o aumento das importações contribui para alguma pressão sobre os preços internos. O Copom registrou essa preocupação em sua última ata, mostrando que essa seria a consequência de o dólar encontrar um novo patamar no curto prazo. No ano, até sexta-feira, a moeda americana aumentou 14,8% em relação ao real, alta de considerável magnitude.

No entanto, os preços das importações estão caindo bem. No acumulado do ano até agosto, eles recuaram 7,8%. Mais importante, em relação às principais compras que influem nos preços dos bens industriais, também há queda de preços. No caso dos bens de capital, segundo dados da Secex, as importações estão 3,9% mais baratas no ano, e no dos bens intermediários, insumos que entram na produção de bens finais, o recuo é expressivo, de 10,3%. O mesmo fenômeno não acontece nas compras externas de bens de consumo, para as quais os preços caíram apenas 0,3%.

Há algum alívio para os preços domésticos com as commodities em agosto. Vários bens agrícolas, de energia e minerais seguem as cotações externas e, no mês passado, elas mantiveram tendência de queda. Em dólares, os bens agrícolas encolheram 2,78%, os da energia, 2,52% e os dos metais, 1,71%. Essa evolução prejudica até certo ponto a remuneração dos exportadores de commodities, nas quais se destacam nas primeiras posições a soja e o petróleo e seus derivados. No entanto, a queda dos preços das vendas externas foi de 3,3%, menos da metade da ocorrida nas importações, indicando que a relação de trocas foi vantajosa para o país.

A comparação entre os preços das importações dos países que vendem mercadorias ao Brasil mostra que a queda vem quase que inteiramente da China, seu maior parceiro comercial. Os US$ 41,2 bilhões importados — praticamente um quarto do total geral — foram a preços 14,2% menores. Não há queda remotamente parecida registrada com outras nações. Nas exportações brasileiras para China, Hong Kong e Macau, de US$ 70,3 bilhões, praticamente um terço dos US$ 227 bilhões vendidos pelo Brasil no exterior, os preços recuaram menos, 6,7%.

Outro dado positivo da balança é que o Brasil aumentou suas exportações para os Estados Unidos e a União Europeia, além de China e Ásia. A nota negativa é a Argentina, cujas vendas caíram 34,1% no acumulado do ano. É uma queda relevante, porque a Argentina, como os vizinhos da América do Sul, adquirem principalmente bens manufaturados do Brasil. O Brasil teve pequenos déficits no ano no comércio com EUA e UE, e manteve um resultado positivo grande com os chineses, de US$ 29 bilhões, garantindo mais da metade do superávit da balança, de US$ 54,07 bilhões.

O avanço das importações a um ritmo mais intenso que exportações reduziu as previsões do saldo comercial para US$ 78 bilhões, na estimativa da Secex, e bem abaixo disso pelo Banco Central, US$ 59 bilhões. Pela evolução da balança, o saldo deverá ultrapassar com alguma folga a previsão do BC, a menos que o resultado passe a ser deficitário em um ou mais dos quatro meses que faltam para fechar o ano. Caso prossiga o aquecimento do mercado interno, expresso no crescimento do PIB do segundo trimestre, de 3,3% em doze meses, a redução do resultado positivo entre compras e vendas externas é possível.

Por outro lado, quanto aos preços domésticos, há previsão de queda ou estabilidade nas principais commodities, em especial porque a China deve crescer menos, o que ajuda a inflação se o dólar ficar bem comportado ou recuar com mais força a partir deste mês, quando o Federal Reserve dos Estados Unidos começará a reduzir sua taxa de juros. Uma reversão da trajetória do dólar retiraria um fator de pressão importante sobre o IPCA.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luiza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 - Jd. Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel/Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel/Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel/Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel/Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel/Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Arcabouço fiscal é caminho factível para juro estruturalmente mais baixo. Por **Ricardo Barboza e Bráulio Borges**

Taxa de juros no Brasil e o regime fiscal

É bastante provável que o Federal Reserve comece a reduzir a taxa básica de juros norte-americana em sua próxima reunião, em setembro. Essa taxa está, desde agosto de 2023, no intervalo de 5,25% a 5,5% ao ano, patamar mais elevado dos últimos 20 anos.

As projeções de consenso mais recentes indicam que o juro norte-americano deverá fechar 2024 abaixo dos 5% ao ano, caminhando para algo entre 3% e 3,5% ao ano até o final de 2025 e convergindo para cerca de 2,5% a 3% de 2026 em diante, patamar considerado "neutro" por lá.

No Brasil, o processo de redução da taxa de juros começou há mais de um ano, em agosto de 2023, mas estancou recentemente, com a taxa básica em 10,5% ao ano, nível ainda muito acima do "neutro" estimado atualmente para o Brasil, entre 8,5% e 9% ao ano.

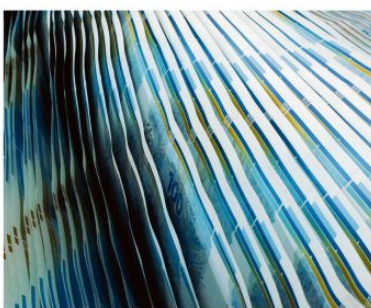
A pausa no processo de redução da Selic foi motivada por: (i) surpresas inflacionárias (o IPCA veio acima das expectativas de curto prazo do BCB em 6 dos últimos 8 meses); (ii) surpresas positivas com a atividade econômica (o PIB brasileiro deverá crescer entre 2,5% e 3% neste ano, bem acima do +1,6% esperado pelo mercado no começo do ano); (iii) uma depreciação cambial de quase 15% desde o começo desse ano; e (iv) uma desancoragem (adicional) das expectativas de inflação no médio prazo.

Esse quadro elevou as projeções de inflação feitas pelo BC para o horizonte relevante (começo de 2026, seguindo a nova referência adotada no âmbito das metas contínuas) e piorou o balanço de riscos que envolvem tais projeções. Diante desse cenário mais adverso, alguns analistas vêm defendendo alguma elevação da Selic nos próximos meses — movimento que se observa também nas taxas de juros de mercado (que embutem quase 150 bps de alta de juros neste ano).

O descompasso entre as políticas monetárias no Brasil e nos EUA trouxe à tona, mais uma vez, o debate sobre o (alto) nível da taxa de juros no Brasil. Iremos explorar essa questão neste artigo a partir da evolução do diferencial entre juros interno e externo, uma vez que, na medida em que o Brasil é uma pequena economia aberta com mobilidade imperfeita de capitais, o juro nas economias centrais corresponde a um importante condicionante do juro doméstico, via arbitragem de juros.

O gráfico apresenta o "excesso" de Selic real ex-ante comparativamente ao juro real ex-ante de 1 ano norte-americano calculado pelo Fed de Cleveland, já ajustando-o pelo risco-país brasileiro (EMBI+). Como as expectativas de inflação no Brasil não eram coletadas até 2000, utilizamos o IPCA observado 6 meses à frente, anualizado, como proxy das expectativas entre 1995 e 2000.

Como pode ser notado, tal "excesso" está, hoje, em um nível relativamente próximo da média dos últimos 10 anos (+1,7 p.p.). Ceteris paribus, caso a FFR realmente recue uns 2,5 a 3 p.p. nos próximos 2 anos, a Selic teria espaço para recuar para algo em torno de 8% a.a. até 2026 — que resultaria em um juro real no Brasil de 4,3%, levando em conta as expectativas atuais para o IPCA em 2026 (+3,5%).

A figura também revela que o "excesso" de juros recuou consideravelmente ao longo dos últimos 30 anos: de cerca de +14 p.p. em 1995-98 (período de câmbio semifixo e elevada fragilidade nas contas externas) para +3,4 p.p, em 1999-2014 (período ao longo do qual as reservas internacionais brasileiras passaram de US$ 36 bilhões para US$ 364 bi) e +1,7 p.p. em 2015-24.

LEO PINHEIRO/VALOR

As razões que explicariam o "excesso" de taxa de juros no Brasil podem estar associadas tanto a fatores mais conjunturais/temporários, como a fatores mais estruturais/persistentes. Por exemplo: se existe expectativa de depreciação da taxa de câmbio nominal (refletindo, por exemplo, um temor de piora fiscal), é preciso "compensar" isso no diferencial de juros interno-externo ajustado pelo risco, de modo a manter a atratividade dos ativos domésticos para os investidores estrangeiros. Pode haver também pouca sincronia entre os distintos estágios do ciclo econômico doméstico e externo, dentre outros possíveis drivers.

A própria mobilidade imperfeita de capitais está associada a algumas "fricções" que, na prática, podem ensejar a cobrança de algum prêmio adicional ante o risco-país. Em tese, uma abertura completa da conta capital-financeira poderia zerar esse "excesso" de juros. Contudo, isso também elevaria os riscos associados à estabilidade financeira doméstica, além de tornar nossa política monetária totalmente dependente da política monetária das economias centrais.

Mas as opções para reduzir o juro de forma estrutural no Brasil não se limitam àquelas que impactariam o "excesso" de Selic. Alterações no prêmio de risco-país também poderiam viabilizar isso. O EMBI+ brasileiro está hoje em torno de 220 pontos-base. Embora seja um nível historicamente baixo para os padrões nacionais (a média em 1995-2023 foi de 470 pbs), o risco-país brasileiro ainda está cerca de 100 pontos-base acima do observado em outros emergentes que estão nos primeiros níveis da escala de grau de investimento (posição que o Brasil sustentou entre 2008 e 2015). Sabemos que essa posição desfavorável do Brasil não se deve à solvência externa, que vai muito bem, mas sim à fragilidade fiscal.

Países emergentes com grau de investimento apresentam uma dívida pública líquida sobre o PIB de 55% ou menos, contra uma leitura de 63% desse indicador hoje no Brasil (e que deve continuar subindo enquanto o resultado primário do setor público não se aproximar de +1% do PIB).

Ou seja, não podemos desconsiderar as importantes conexões que existem entre política fiscal, nas suas várias dimensões (impulso sobre a demanda agregada, sustentabilidade da dívida e eficiência alocativa) e política monetária. Embora muitos tratem as duas como independentes, elas estão umbilicalmente conectadas: consolidação fiscal reduz a taxa de juros e um aperto monetário eleva o déficit nominal (hoje, cada 100 bps a mais de Selic representam um custo fiscal de quase R$ 50 bilhões/ano).

Por isso, é muito importante o atingimento das metas do novo arcabouço fiscal. Trata-se de um caminho factível para o país ter juros estruturalmente mais baixos. Afinal, juros elevados inibem o investimento, comprometem a produtividade, limitam o crescimento potencial, reduzem a geração de empregos e diminuem a participação da indústria no PIB — sem contar que agravam a já acentuada desigualdade na distribuição de renda.

Excesso de juro

Selic real e juro real de 1 ano nos EUA, descontado EMBI+ do Brasil

Fonte: diversas. Média mensal em p.p.Última leitura: julho de 2024

Ricardo Barboza é pesquisador associado da FGV IBRE, professor do IBMEC e mestre pela PUC-Rio.

Bráulio Borges é pesquisador associado da FGV IBRE, economista-sênior da LCA Consultores e mestre pela USP.

As opiniões aqui expressas são estritamente pessoais.

A transição energética nos emergentes

Clarissa Lins

A cada mês quebramos recordes de aumento de temperatura. Os eventos climáticos extremos estão presentes no nosso dia a dia, na seca que assola a Amazônia, nas enchentes do Rio Grande do Sul e nos incêndios que dizimam florestas, animais e paisagens. Não restam dúvidas de que é prioritário agir sobre o maior desafio enfrentado pela sociedade global: a mudança do clima.

No mundo, a forma como produzimos e consumimos energia responde por mais de 70% do total de emissões de gases de efeito estufa (GEE), basicamente porque as fontes fósseis representam 80% da energia. Assim, discutir clima significa repensar oferta e demanda por energia. Ainda que os países tenham diferentes perfis de emissões, como no caso do Brasil, há um consenso global quanto à necessidade de migrarmos de maneira ordenada da dependência de um sistema fóssil para um sistema energético seguro e de menor intensidade de carbono. Além de políticas públicas e mecanismos de mercado, a alocação de recursos para o financiamento da transição energética é um elemento crucial.

Em 2023, o mundo investiu cerca de US$ 1,8 trilhão em energia limpa, de acordo com os dados da Agência Internacional de Energia (AIE). Deste total, apenas 16% foram direcionados para países emergentes e em desenvolvimento — excluindo a China —, ainda que estes representem 1/3 do PIB global e quase 70% da população mundial. Mesmo entre os países em desenvolvimento, a distribuição não é igualitária, sendo Brasil e Índia os maiores beneficiários de tais recursos.

Por outro lado, a própria AIE aponta para a necessidade de aumentar em seis vezes o volume de recursos a serem investidos em energia limpa nos países emergentes e em desenvolvimento, se desejarmos nos alinhar a um cenário que alcance a neutralidade de emissões até 2050.

Se hoje 50% dos investimentos são financiados por instituições públicas em países emergentes (versus apenas 20% em economias desenvolvidas), o novo sistema energético deve ser majoritariamente viabilizado atraindo recursos privados.

Estes foram os pontos de consenso de um debate organizado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), em colaboração com a Catavento Consultoria, com contribuição aos trabalhos do Grupo de Transições Energéticas do G20. Consensado o diagnóstico, vamos às recomendações.

As principais barreiras à atração de investimentos em economias emergentes são o alto custo de capital — que pode ser o dobro daquele de países desenvolvidos —, a falta de clareza quanto ao arcabouço regulatório setorial e a instabilidade do ambiente de negócios. Fatores macroeconômicos explicam grande parte da percepção de risco país, a qual impacta diretamente o custo de capital. Por outro lado, os prêmios de risco específicos ao projeto ou ao setor respondem por apenas 20% a 30% do custo de capital em países emergentes. Assim, faz-se mister encontrar formas legítimas e duradouras, não artificiais, de reduzir o custo de capital para projetos de baixo carbono em economias emergentes.

Custo de capital, falta de clareza regulatória e instabilidade são principais barreiras aos investimentos

Uma primeira forma é atrair maior volume de capital, tanto por meio de mecanismos inovadores quanto pela alavancagem de recursos de instituições multilaterais. Ferramentas capazes de reduzir o custo do hedge cambial, melhorar a qualidade de garantias ou colaterais, ou ainda promover a captação por meio de títulos verdes são citadas como formas inovadoras de melhorar as condições de financiamento de investimentos em baixo carbono.

Devem ser complementados, todavia, por recursos de equity, ou capital diretamente investido, de forma a demonstrar que investidores domésticos estão comprometidos com a transição energética. Assim, mercados de capitais robustos, com boas práticas de governança, são considerados essenciais para atrair investidores institucionais — tradicionalmente com maior disponibilidade de recursos — e fundos focados em energia limpa.

Por fim, instituições multilaterais de desenvolvimento, tais como o Banco Mundial e o BID, têm relevante papel nesta jornada, seja pela capacidade de alocar recursos em diversos países, seja pelo papel catalítico que podem exercer junto a demais financiadores e investidores, reduzindo a percepção de risco de projetos de baixo carbono. Utilizar estratégias de blended finance, mesclando recursos públicos, de fomento ou filantrópicos com o capital privado, além de trabalhar em uma abordagem de portfólio de projetos, são também formas de aumentar o volume de investimentos em emergentes, oferecendo custos e prazo mais atraentes.

Uma segunda área crítica de atuação requer aprimorar o ambiente de negócios em cada país. Garantir um contexto regulatório claro, previsível e estável, com respeito aos contratos, é absolutamente chave para destravar decisões de investimento. Isto exige disciplina, consistência, políticas de Estado e visão de longo prazo, ingredientes nem sempre garantidos.

Por um lado, é fundamental manter as regulações existentes atualizadas com a evolução do contexto da transição, incluindo suas implicações em termos de licenciamento ambiental para novos empreendimentos, bem como a modernização do setor de modo a acolher fontes intermitentes de energia. Por outro lado, também é crucial desenvolver arcabouços regulatórios e taxonomias a serem aplicados às novas tecnologias de descarbonização, tais como captura de carbono e hidrogênio.

Como há uma disputa global por recursos, é evidente que os países que conseguirem avançar mais rápido posicionam-se melhor. Esta é uma agenda em desenvolvimento, na qual países emergentes devem ser vocais de modo a garantir sua inserção em cadeias globais.

Por fim, a terceira e última recomendação diz respeito à oportunidade de criar um espaço de maior colaboração e cooperação entre os diversos atores envolvidos — governos, setor privado, financiadores e investidores. Plataformas que disponibilizem conhecimento e deem visibilidade a projetos financiáveis e escaláveis, podem facilitar de maneira substancial a acelerar a transição.

Mãos à obra, pois temos muito dever de casa a fazer. O clima não pode mais esperar.

Clarissa Lins, economista, formada pela PUC-Rio com mestrado na mesma instituição, é sócia fundadora da Catavento Consultoria.

Frase do dia

"Essa operação do regime é mais uma prova da natureza criminosa que os deslegitima"

Da opositora María Corina Machado sobre a ida do candidato Edmundo González à Espanha após um pedido de prisão expedido pelo MP venezuelano, controlado pelo por aliados de Nicolás Maduro

Cartas de Leitores

Novo governo na França

A França começa a trilhar um caminho político inusual com uma coabitação inédita, onde a 4ª força política (Republicanos — 47 deputados) indicou o 1º primeiro-ministro numa coalizão com a 2ª força política (Juntos — 166 deputados) no Parlamento. A coalizão de governo de centro-direita supera, portanto, em 20 cadeiras a bancada da esquerda (Nova União Popular Ecológica e Social — 193 cadeiras) na Assembleia Nacional. Embora longe da maioria absoluta (289 deputados do total de 577 cadeiras), houve um pacto de não-agressão com a 3ª força política (Reunião Nacional e seus aliados). Esta conta com 142 deputados e se comprometeu em não apoiar uma moção de censura contra o novo governo.

Aos 73 anos, o novo premiê terá que usar sua vasta experiência, ativa por mais de 50 anos, para enfrentar os desafios de uma complexa situação política, econômica, social e ambiental.

Luiz Roberto da Costa Júnior
da_costa_junior@hotmail.com

Incêndios no Brasil

Muito se tem falado sobre o clima, em especial a próxima COP prevista para 2025. Ali trabalham no plano das ideias, mas o fogo vem consumindo o que há de melhor na Amazônia e no Pantanal. Só agora a ministra do Meio Ambiente acordou para a necessidade de se fazer alguma coisa. Ela propõe um plano de emergência climática diante das catástrofes ocorridas. Fala que está havendo um novo normal, se aproveitando da retórica como se, só agora, os incêndios que assolam o país estivessem acontecendo.

O que já queimou já deveria ter sido resolvido se o ministério atuasse seriamente na fiscalização e combate ao desmatamento. Tudo que se lê é que aumenta significativamente o desmatamento enquanto os incêndios consomem florestas. O fogo não espera, enquanto Marina sonha em fazer o tal plano, o Pantanal está sendo devastado. O que disse a ministra?

Se o cenário de mudança climática não for revertido, o Pantanal pode acabar no fim deste século. E a Amazônia, maior floresta tropical do mundo está tomada por ONGs que certamente estão se aproveitando para tirar dela o melhor que ela tem. Esse é o Brasil das promessas, do improviso e do atraso.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Condecorações

Infelizmente, no Brasil, as condecorações de honra ao mérito são uma verdadeira piada. Como foi o caso desta medalha ao mérito Oswaldo Cruz, entregue por atuação à saúde à 22 pessoas, dentre elas a primeira-dama Janja, condecorada de forma estapafúrdia sem apresentar justificativa alguma por Lula, assim como condecorou em 2010 a já falecida ex-esposa Marisa. O seu antecessor, Jair Bolsonaro, condecorou com 4 medalhas sua esposa Michelle. Pode?

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

É latente a dificuldade de se encontrar um modelo de negócio sustentável. Por **Dora Kaufman**

Luz amarela para a IA generativa

A inteligência artificial generativa é a categoria com maior potencial de rápida expansão, oferecendo contribuições significativas na geração de valor, por exemplo, na experiência do cliente (UX), na otimização dos processos de backoffice, e na capacitação dos trabalhadores. O maior beneficiário, contudo, não tem sido as corporações líderes em soluções de IA generativa — OpenAI, Microsoft, Google, Meta —, mas a Nvidia, dona dos chips para desenvolver e treinar esses modelos (o lucro da Nvidia no segundo trimestre fiscal de 2024, encerrado em julho, foi de US$ 16,6 bilhões, alta de 168% sobre o mesmo período de 2023). Responsáveis por investimentos na ordem de bilhões de dólares, os investidores de risco começam a se inquietar, preocupados com infraestrutura e com modelos de negócio sustentáveis.

O capital de risco desempenha um papel importante no próximo estágio do ciclo de vida da inovação, no qual a atual aposta é no protagonista da IA generativa. Esses investidores são estratégicos para as startups e para os novos negócios, são praticamente a única alternativa diante de um setor bancário altamente regulado (linhas de crédito requerem garantias tangíveis), e mercado de capitais igualmente regulado para proteger o investidor.

Nessas circunstâncias, os riscos são altos, consequentemente as taxas de retorno esperadas (em média, entre 25% e 35% ao ano). Outra característica do capital de risco é que não se trata de dinheiro de longo prazo, pelo contrário, o "venture capital" aposta em oportunidades de "saída" (desinvestimento) no curto-médio prazo.

Nos últimos anos, a IA foi responsável por cerca de 15% a 17% dos investimentos de risco na América do Norte e na Europa, em 2023 por 20%, tendência crescente em 2024: de janeiro a 25 de junho de 2024, surgiram 13 unicórnios de IA nos EUA (startups que atingem valor de mercado igual ou maior do que US$ 1 bilhão). No entanto, é latente a dificuldade de encontrar um modelo de negócio sustentável — os analistas creditam, inclusive, a essa dificuldade a decisão dos fundadores da Inflection AI, entre eles Mustafa Suleyman, em desistirem do projeto e se juntarem à Microsoft (Suleyman é o atual CEO da Microsoft AI).

O "buraco" entre as expectativas de receita implícita na construção da infraestrutura de IA e o crescimento real da receita no ecossistema de IA subiu para US$ 600 bilhões em 2024. Questiona-se quantos produtos de IA os consumidores estão realmente usando.

David Cahn, sócio da Sequoia Capital, um dos maiores investidores em startups de IA generativa, no artigo "AI's $600B Question", de 20 de junho de 2024, especula sobre o montante de receita que a indústria de inteligência artificial precisa gerar para pagar pelos investimentos em infraestrutura. Em artigo de 2023, Cahn já se mostrava preocupado com a lacuna entre as expectativas de receita implícita na construção da infraestrutura de IA e o crescimento real da receita no ecossistema de IA, estimando um "buraco" de US$ 125 bilhões em 2023; em 2024, a estimativa subiu para US$ 600 bilhões. Para Cahn, a OpenAI, dona do ChatGPT, concentra a maior receita de IA — US$ 3,4 bilhões em 2024, acima dos US$ 1,6 do final de 2023 —, e questiona quantos produtos de IA os consumidores efetivamente estão usando.

O YouGov, líder internacional de pesquisa de mercado sediado no Reino Unido, a pedido do Reuters Institute for the Study of Journalism da Universidade de Oxford, investigou a população conectada em seis países — Argentina, Dinamarca, França, Japão, Reino Unido e EUA — entre 28 de março e 30 de abril de 2024, concluindo que o ChatGPT é de longe a solução de IA generativa mais reconhecida, ultrapassando em duas ou três vezes o Gemini do Google. Contudo, apenas 50% da população já ouviu falar no ChatGPT, sendo que entre os 50% a maioria acessou apenas uma ou duas vezes o ChatGPT. Pesquisa da Genial/Quaest entre 2 e 6 de maio último, indicou que apenas 21% dos brasileiros entrevistados declararam ter usado alguma solução de IA, sendo quase 50% de recursos de geração de texto automático, como o ChatGPT.

Cahn considera premente equacionar vários pontos críticos, tais como a precificação dos produtos de IA generativa (modelos com maior custo de desenvolvimento, comercialização e implementação). Aparentemente, cresce o número de companhias decididas a descontinuar o uso do Copilot da Microsoft alegando descompasso entre o custo e o impacto na produtividade — a versão E3 pacote de software 365 da Microsoft custa cerca de US$ 34 por usuário por mês, a adição dos recursos de IA do Copilot agrega mais US$ 30 por usuário por mês; para uma companhia com 10.000 funcionários, representa um aumento anual de US$ 3,.6 milhões.

No caso da solução de IA generativa Llama da Meta, desenvolvida em código aberto, o desafio de monetização pode ser ainda maior (vale registrar, a "Open Source Iniciative" está empenhada em redefinir o termo "open-source AI models" por conta dos lançamentos anunciados como de código aberto, inclusive do Llama 3 da Meta, terem restrições de uso — veto a plena liberdade de modificação para qualquer finalidade, veto ao pleno acesso ao funcionamento do sistema).

Relatório do banco de investimento Goldman Sachs "Gen AI: Too Much Spend, Too Little Benefit?", de 25 de junho de 2024, baseado em uma série de entrevistas com economistas, especialistas em infraestrutura e pesquisadores do próprio banco, sinaliza que não há consenso sobre o potencial de retorno dos extraordinários investimentos em IA generativa, impulsionados pela expectativa de que a tecnologia aumentará a produtividade — automação, demissões, menores custos de mão de obra, maior eficiência.

O relatório explora, igualmente, a possibilidade da eminente escassez de energia restringir o crescimento da IA dado que a disseminação da IA generativa deve impulsionar o aumento da demanda de energia em níveis inéditos (modelos intensivos em dados, logo intensivos em processamento computacional, logo intensivos em energia). A Virgínia, Estado que abriga a maioria dos data centers nos EUA, teve um aumento de consumo comercial de energia de 37% entre 2016 e 2023 — variável que permaneceu estável na maioria dos demais Estados americanos —, sendo que em 2023 os data centers consumiram 15% do consumo total de energia do estado. O relatório prevê que a magnitude desse aumento é modesta em comparação com o esperado para o final da década.

O mercado de capitais também está sensível as incertezas sobre a IA generativa: em 2 de setembro, por exemplo, as ações da Nvidia caíram 9,5%, a maior queda já registrada para uma ação dos EUA, sendo que o índice da Nasdaq 100, que reúne as 100 maiores empresas listadas na bolsa de tecnologia, no mesmo dia caiu quase 3,2%. Grandes atores desse mercado, JPMorgan Asset Management e BlackRock Investment Institute, manifestaram preocupação com a equação investimento versus retorno da inteligência artificial.

Se está ou não se formando uma "bolha" da inteligência artificial, o abalo não é iminente, em geral as bolhas demoram para estourar. Os investidores de risco, contudo, acenderam a "luz amarela".

Dora Kaufman é professora do TIDD PUC-SP, autora do livro "Desmistificando a Inteligência Artificial" e colunista da Época Negócios.

Globalização Questão domina cada vez mais o pensamento do governo dos EUA

A preocupação pela segurança nacional está remodelando a economia global

Sam Fleming, Claire Jones e Demetri Sevastopoulo
Financial Times

YIN BOGU/XINHUA VIA AP - 29/08/2024

O líder chinês, Xi Jinping, no centro, durante reunião com o assessor de Segurança Nacional dos EUA, Jake Sullivan (o segundo da esq. para a dir.) em Pequim

A Casa Branca está finalizando os detalhes da mais recente ação do presidente Joe Biden na disputa econômica com Pequim: uma tarifa de 25% sobre importação de guindastes chineses que dominam o setor de movimentação de contêineres nos portos americanos.

À primeira vista as tarifas têm uma justificativa convencional: Biden espera que, com o tempo, possam ajudar a trazer as fábricas de guindastes de volta e impulsionar a base industrial dos EUA.

Mas as medidas também refletem a maneira como as preocupações com a segurança nacional se intrometeram na política econômica. As autoridades americanas temem que a China possa usar os enormes guindastes para espionar os portos dos EUA, por exemplo, usando seu sofisticado software de logística para monitorar remessas relacionadas aos militares.

As tarifas sobre os guindastes são uma sinal para uma mudança sísmica no pensamento econômico dos EUA que poderá ser reforçada após as eleições de novembro — com implicações dramáticas para o futuro da economia global.

Na última década, houve uma disposição muito maior de usar tarifas como parte da política industrial e comercial. Sob Biden, houve também uma ênfase paralela no emprego de subsídios e outras formas de intervenção do Estado para incrementar os investimentos em setores importantes.

Esse processo está sendo turbinado pela maneira como as questões de segurança estão se enraizando no pensamento do governo americano sobre grandes segmentos da economia, da manufatura às novas tecnologias.

A crescente intersecção entre a política econômica e a segurança nacional tem muitas raízes. Ela acelerou depois dos atentados de 11 de setembro de 2001 e a guerra contra o terrorismo; com a pandemia de covid-19, que perturbou as cadeias de abastecimento; e com a beligerância da Rússia e sua invasão da Ucrânia.

Mas o maior fator tem sido a China. As autoridades americanas têm observado com temor e apreensão os avanços do capitalismo de Estado chinês e muitos dos setores que provavelmente dominarão a primeira metade deste século. Manter e restabelecer a competitividade industrial americana passou a ser visto como um desafio geopolítico definidor.

Ao mesmo tempo, as autoridades estão cada vez mais alarmadas com o número de produtos e tecnologias que elas temem que possam ter um uso paralelo na esfera militar, ou serem usadas como instrumentos de espionagem.

O resultado é uma mentalidade em que as prioridades econômicas e as preocupações com a segurança nacional se fundem de uma forma que é irreconhecível em comparação com a abordagem mais livre de mercado que prevaleceu no fim da Guerra Fria.

"A tendência é que tudo seja uma questão de segurança nacional", diz Daniel Drezner, professor de política internacional da Tufts University.

Em uma entrevista ao "Financial Times", o conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Jake Sullivan, disse que os EUA não são o único país que está vinculando cada vez mais a segurança econômica com a segurança nacional.

"O papel da segurança nacional na política e estratégia de comércio e investimentos está aumentando em toda parte. Há mudanças na maneira como as pessoas estão abordando a questão da política comercial, a política econômica internacional e isso é verdade nas economias de mercado do mundo todo", disse ele.

A mudança na política americana tem grandes implicações para o resto do mundo — não só para rivais como a China, como também para aliados, muitos dos quais temem que Washington esteja recuando em seu papel de âncora confiável da economia global.

Com as eleições presidenciais se aproximando, os aliados dos EUA se preparam para a intensificação dessas políticas, independentemente de quem for o vencedor. Os EUA parecem determinados em uma estratégia movida por uma combinação de considerações de segurança relacionadas à China e nacionalismo econômico que abalará as relações com parceiros na Europa e no Indo-Pacífico.

"Não há um conjunto de normas, regras ou instituições para guiar essas intervenções, agora que abrimos a caixa de pandora usando a justificativa da segurança nacional", diz Emily Kilcrease, uma ex-autoridade americana e especialista em comércio e segurança no centro de estudos CNAS. "Há um risco de chamar tudo de segurança nacional e usar isso para justificar tudo."

A saída de Donald Trump da Presidência em 2021 foi recebida com alívio entre os aliados dos EUA. Muitos acreditavam que o governo Biden iria adotar uma postura menos abrasiva em relação a tudo, do comércio à China.

Em Bruxelas, um plano da Comissão Europeia classificou a chegada de Biden de "uma oportunidade única em uma geração" de revitalizar a parceria transatlântica. Mas a realidade provou ser muito diferente. Nos últimos três anos, Biden foi muito mais longe do que Trump em atrelar a segurança econômica à segurança nacional de maneiras que complicaram a política para aliados como Alemanha, Holanda, Tóquio e Coreia do Sul.

Muitas dessas medidas foram elaboradas para atrasar a modernização militar da China e enfrentar o que Washington diz ser a política industrial injusta de Pequim. Mas mesmo quando os aliados concordam com o objetivo de conter a China, eles veem o espectro do protecionismo à espreita.

A Lei de Redução da Inflação (IRA, na sigla em inglês), de 2022, elaborada para reduzir as emissões de carbono e estimular a indústria americana de energias limpas, ganhou elogios por abordar a crise climática, mas também gerou indignação na União Europeia (UE) em razão de seus incentivos à produção nos EUA.

Em maio, Biden impôs tarifas de 100% sobre as importações de veículos elétricos chineses. A decisão foi uma tentativa de criar espaço para o desenvolvimento da economia verde nacional, mas também foi motivada por preocupações de segurança em relação ao acesso da China a dados dos computadores de bordo dos veículos.

A oposição do presidente à proposta de compra de US$ 14,9 bilhões da Nippon Steel pela US Steel de Pittsburgh — que a vice-presidente Kamala Harris deve manter se vencer a eleição — foi adotada em nome da segurança nacional. A decisão irritou o Japão, que é o aliado mais importante dos EUA no Indo-Pacífico, pois atua para conter a China na região.

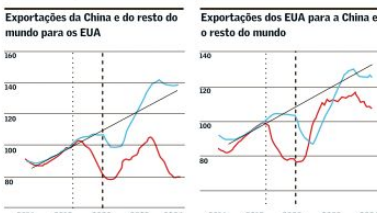
Em um discurso feito em abril de 2023, em que delineou a justificativa para um novo consenso em Washington, Sullivan listou quatro desafios enfrentados pelos EUA que ditaram a mudança na política econômica. Estes incluem o esvaziamento da base industrial americana, a necessidade de desenvolver bens públicos globais como as energias limpas onde os mercados são ineficientes, e o enfrentamento da desigualdade econômica parcialmente desencadeada pelo comércio. O quarto é "adaptar-se a um novo ambiente definido pela competição geopolítica e de segurança, com importantes impactos econômicos". O foco do discurso era claro: China.

EUA buscam reduzir riscos vindos da China

Índices de comércio, Junho/2018=100

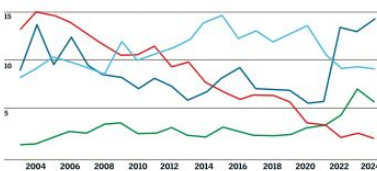
● China ● Resto do mundo para os EUA

···· EUA iniciam guerra comercial - - - Início da pandemia de covid-19

Exportações da China e do resto do mundo para os EUA | **Exportações dos EUA para a China e o resto do mundo**

Fonte: Peterson Institute for International Economics / FT . A linha de tendência pontilhada em cada quadro é a medida de melhor ajuste com base nas importações e exportações dos EUA para todo o mundo de agosto de 2016 a junho de 2018

Empresas dos EUA investem menos na China

Participação de mercado de novos projetos - em %

● China ● Índia ● Reino Unido ● Emirados Árabes Unidos

Fonte: Análise do FT de dados da fDI Markets

> "A política econômica americana está cada vez mais difícil de interpretar"
> *Matthew Goodman*

Uma das medidas de maior destaque de Biden foi a introdução de amplos controles às exportações de chips em outubro de 2022, que foram ampliados um ano depois. Autoridades dizem que as medidas foram cuidadosamente elaboradas para se concentrar apenas nos chips mais avançados.

Como parte da estratégia, os EUA chegaram a um acordo com o Japão e a Holanda, depois de longas e complexas negociações, para dificultar o acesso da China a máquinas ferramentas que fabricam semicondutores avançados.

Em um esforço para pressionar Tóquio e Haia a irem ainda mais longe, a equipe de Biden alertou vários meses atrás para a possibilidade de usar uma medida extraterritorial conhecida como "Regra do Produto Direto Estrangeiro". Ela permite ao Departamento do Comércio dos EUA proibir empresas estrangeiras de exportar produtos que contenham tecnologia americana. Desde então, a ameaça foi retirada, segundo fontes.

Mas os controles do governo Biden às exportações de tecnologias importantes para a China abalaram a indústria global — inclusive em aliados extratégicos dos EUA como a Alemanha.

Uma empresa diretamente afetada é a Trumpf, uma fabricante alemã de lasers de Stuttgart. Ela se estabeleceu como um importante fornecedor da indústria de semicondutores ao fornecer lasers de ponta para a ASML, a estratégica fabricante holandesa de máquinas ferramentas para a produção de chips, que foi uma das empresas que estiveram no centro do acordo dos EUA com a Holanda e o Japão.

Sob pressão do governo dos EUA, o governo alemão restringiu muitas das exportações da Trumpf para a China, alegando que elas são consideradas de "uso duplo", com possíveis aplicações militares.

A política econômica americana está cada vez mais difícil de interpretar, diz Matthew Goodman, uma ex-autoridade da Casa Branca e hoje no Council on Foreign Relations. "O objetivo é promover empregos no setor industrial nos EUA, ou promover a segurança nacional, ou acelerar as energias limpas? Não está claro."

Inicialmente, a Europa ficou alarmada com a política industrial mais agressiva do governo Biden e saiu buscando por respostas. Ela tentou aprimorar sua abordagem, incluindo formas que espelham aspectos da abordagem americana, como a imposição de tarifas sobre os veículos elétricos chineses.

Bruxelas também vem conclamando os Estados-membros da UE a apoiar propostas para salvaguardas econômicas mais duras contra rivais como a China, em áreas como a análise de investimentos externos e controles de exportação sobre tecnologias altamente sensíveis.

Mas os Estados-membros estão cautelosos com a intrusão da UE em áreas sensíveis da segurança nacional e estão fortemente divididos sobre qual o grau de rigor de sua política contra a China. Alguns analistas acreditam que a UE enfrentará dificuldades em uma era de políticas mais nacionalistas.

Valdis Dombrovskis, vice-presidente executivo da Comissão Europeia, disse ao "FT" que novas ações inevitavelmente seguirão à medida que o bloco responde a "contextos políticos conflitantes".

"No que diz respeito à segurança e os controles às exportações, claramente esperamos que essas questões tenham destaque no próximo clico econômico, tanto na UE como nos EUA", diz ele.

O possível retorno de Trump é observado com uma apreensão especial na UE, onde medidas comerciais retaliatórias já estão sendo preparadas, caso o ex-presidente prossiga com as ameaças de impor tarifas gerais sobre importações para os EUA. O cenário também preocupa os países da Ásia.

Mas há um reconhecimento crescente de que os dois partidos embarcaram em uma abordagem mais "EUA em 1º lugar" na elaboração das políticas econômicas.

"Eles expressam isso em palavra agradáveis e nos avisam com antecedência, mas as politicas de Biden não têm sido muito melhores", diz um diplomata da UE. "É como um veleiro entrando em uma tempestade. Você pode amarrar algumas coisas e se preparar, mas será difícil." *(Tradução de Mario Zamarian)*

Logística
Frota de aviação de negócios do Brasil cresceu 6% em termos anuais no mês de junho
B3

Logística
Líder Aviação deve faturar R$ 1,1 bi neste ano, alta de 28%, prevê Junia Hermont, CEO da empresa B3

Tecnologia
Recuperação das vendas de PCs neste ano atraiu novas marcas ao Brasil B5

Agronegócio
Newcastle e gargalo logístico afetam as exportações de aves B7

Empresas

Investimento Opportunity, Prisma e BTG podem disputar leilões de rodovias; Pátria mira saneamento

Mercado de infraestrutura vê nova onda de grupos financeiros em concessões

Taís Hirata
De São Paulo

O mercado de concessões de infraestrutura deverá receber uma nova leva de investidores financeiros. O segmento de rodovias é um dos que mais têm atraído gestoras. Na semana passada, no leilão da BR-381, o Opportunity participou da disputa e, embora não tenha conquistado a concessão, fontes afirmam que deverá seguir buscando contratos. A Prisma Capital e o BTG também se preparam para disputar licitações da área, segundo fontes.

Outros setores também têm gerado interesse de fundos de investimento. No segmento de logística e portos, a I Squared negocia a compra da Wilson Sons, a XP Asset comprou neste ano uma participação da Multiterminais, no Porto do Rio de Janeiro, e outras gestoras têm buscado ativos do segmento, como a Perfin. Em saneamento, há também interesse de novos grupos financeiros, como o Pátria, que recentemente disputou a concessão de água e esgoto em Sergipe e, embora não tenha saído vencedora do leilão, deverá seguir estudando grandes leilões do setor, segundo fontes.

No caso do setor de rodovias, há um interesse grande principalmente pela ampla oferta de novas concessões, com um desenho que tem sido considerado atrativo, e uma competição relativamente baixa, dado que os operadores tradicionais estão com pouco fôlego financeiro após conquistarem diversos contratos nos últimos anos.

> "Após 2015 houve um vácuo deixado pelas construtoras e o setor começou a ter oportunidade"
> *Carolina Rocha*

Após a presença do Opportunity no último leilão do setor, e expectativa é que a Prisma Capital, que já atua nos segmentos de energia elétrica e oleo e gás, apareça nas próximas licitações do governo federal. A gestora deverá entrar no setor em consórcio com outros grupos, com perfil de construção e operação, diz uma fonte. Procurado, o grupo preferiu não comentar o assunto. Opportunity, BTG e Pátria também não se manifestaram.

A presença de fundos nas concessões de infraestrutura não é novidade, principalmente no segmento de energia. A percepção é que principalmente após a Operação Lava Jato abriu-se espaço para a entrada das gestoras, com a derrocada das empreiteiras que dominavam o setor e a crise fiscal que limitou a capacidade de obras públicas, impulsionando as concessões.

Recentemente esse movimento tem ganhado ainda mais força, avaliam participantes do mercado. Um fator decisivo é a melhora substancial da qualidade dos projetos, que cada vez mais trazem mecanismos de compartilhamento de riscos, de negociação fora do Judiciário e regras mais claras, afirma o representante de um grupo que pediu anonimato.

"Após 2015 houve um certo vácuo deixado pelas construtoras. O setor começou a ter oportunidades de investimento sem muitos atores, então foi uma combinação perfeita. Negócios bons, em um ambiente positivo, e a competição de alguma maneira limitada", afirma Carolina Rocha, diretora de operações da Perfin.

ROGERIO VIEIRA/VALOR
Carolina Rocha, da Perfin, que investe em rodovias, energia e saneamento

A gestora tem sido bastante presente no setor. Em rodovias, em parceria com a Equipav, formou a EPR, que desde 2022 já conquistou duas concessões federais e contratos em Minas Gerais. Em saneamento, o grupo tem uma parceria com a Aegea para operações no Sul do país e recentemente disputou o leilão de Sergipe com a BRK Ambiental. Agora o grupo está concluindo a captação de um novo fundo de infraestrutura, que já chegou a cerca de R$ 1,5 bilhão, e que poderá chegar até R$ 2 bilhões.

Um dos próximos focos da Perfin é o segmento de logística. "Começamos olhando pela tese do agronegócio, mas tem outras interessantes, ativos de contêineres ou não necessariamente de comercialização de algum produto, por exemplo com dragagem. Há uma relação de possibilidades."

A XP Asset, que já tem a concessão dos aeroportos de Jacarepaguá (RJ) e Campo de Marte (SP), recentemente também entrou no segmento portuário por meio da Multiterminais, no Rio.

Até outubro, a gestora está em captação de um novo fundo voltado a infraestrutura, que poderá chegar a R$ 500 milhões. Túlio Machado, que lidera a área de infraestrutura do grupo, afirma que não há um foco em segmentos específicos. "Porém, estamos sempre olhando os setores elétrico, de portos e aeroportos, em que já atuamos. E para novos setores, o que tem mais interesse hoje é saneamento e rodovia."

Para gestoras com um foco em ativos estressados, como a IG4 Capital, os últimos anos ofereceram muita oportunidade em infraestrutura, mas hoje a percepção é que esses negócios são mais raros, avalia Paulo Mattos, cofundador do grupo. "Desde 2017 pegamos um ciclo de infraestrutura com muita necessidade de reestruturação, de ajuste de capital", diz ele. Nesse período, a gestora investiu na Iguá (ex-CAB Ambiental), da qual já saiu; na peruana Aenza (ex-Graña y Montero), de construção e concessões; e na operadora portuária CLI (Corredor Logística e Infraestrutura).

Agora, o terceiro fundo da gestora deverá ter menos foco em infraestrutura, que não vive mais uma situação de tanto estresse. Mas ainda há uma perspectiva de se investir em concessões do setor por meio da Unna, nova plataforma formada a partir da Aenza. "A Unna já tem operação no Peru, na Colômbia, no Chile e pode entrar no Brasil. Não vamos investir [em concessões] a partir do fundo de private equity, mas a partir das plataformas", diz Mattos. Fontes do setor disseram que nos últimos meses a gestora tem começado a estudar os projetos rodoviários no país.

Apesar da disponibilidade de capital, que em geral é o trunfo dos grupos financeiros, analistas e gestores apontam que a execução dos contratos é um desafio para esse perfil de operador.

Para Marcos Ganut, sócio-diretor da A&M Infra, o maior risco é a execução de obras. Uma fonte próxima a uma gestora interessada no setor aponta que o cenário de escassez de empreiteiras e de mão de obra qualificada é um grande desafio. Machado, da XP também compartilha da preocupação e afirma que a gestora busca mitigar a questão por meio de parcerias firmadas com antecedência. "Tentamos ir ao leilão com um contrato de engenharia amarrado, bem desenhado."

Por conta desse risco, Ganut afirma que já existem no mercado dúvidas sobre o sucesso de algumas concessões assumidas por investidores financeiros, além da expectativa de que problemas na execução dos contratos possam abrir oportunidades de venda de ativos. "Existem muitas gestoras e fundos com boa estrutura para tocar projetos, mas há outras que estão bancando um risco talvez sem necessariamente conhecer na plenitude o desafio. Acredito que vamos ver um mercado secundário de parte desse grupos que vão ter que revisar planos e eventualmente vender ativos."

Administradoras de condomínio Lello e Hubert anunciam fusão

Imóveis

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

As administradoras de condomínios e imobiliárias Lello e Hubert fecharam uma fusão que resultou na criação de uma nova holding imobiliária, reunindo os dois negócios, que seguem em operação com marcas e equipes separadas. E há interesse para ampliar a consolidação.

As duas companhias atuam na capital paulista e possuem, juntas, cerca de 17% de participação do mercado de administração de condomínios. A Lello é líder em São Paulo e a Hubert figura entre as cinco maiores da cidade.

A Lello administra atualmente 3,5 mil condomínios, incluindo prédios da capital, da Grande São Paulo e de algumas cidades do interior e do litoral paulista. Com a Hubert, que atua em São Paulo, Campinas e Jundiaí, a soma passa a ser de 4,2 mil condomínios. A nova holding é responsável por gerenciar ainda o aluguel de 16 mil imóveis.

A Lello tem volume muito maior de negócios, mas Hubert tem em sua base prédios em regiões mais valorizadas de São Paulo — é forte no Itaim Bibi e em Moema, por exemplo — e também tem boa relação com incorporadoras, o que ajuda a atrair os prédios ainda em construção.

As duas companhias completam 70 anos de fundação neste ano. O relacionamento entre elas também é de longa data. Como conta José Roberto de Toledo, sócio da Lello, que está na empresa desde 1972, a aproximação começou quando a administradora se mobilizou para formar uma associação do setor, a Associação das Administradoras de Bens Imóveis e Condomínios de São Paulo (Aabic), fundada em 1978. O pai de Rodrigo Gebara, CEO da Hubert e agora sócio da nova holding, foi o primeiro presidente da entidade.

GABRIEL REIS/ VALOR
Da esquerda para direita: Gebara, CEO da Hubert, e Couto e Toledo, sócios da Lello, vão manter as marcas separadas

> A nova empresa nasce com 4,2 mil condomínios para administrar e vai gerenciar o aluguel de 16 mil imóveis

O quadro de acionistas da holding tem ainda Antonio Couto, sócio de Toledo na Lello. A fusão foi feita por meio de troca de ações, e os valores não foram divulgados.

Novas fusões ou compras estão no radar dos sócios, que veem o mercado de administradoras de condomínios ainda muito fragmentado. "Temos como propósito avançar na consolidação", diz Couto. Ele afirma que o movimento com a Hubert deve trazer "encorajamento para alguns núcleos se movimentarem", inclusive em direção à holding.

As empresas também estão de olho na crescente verticalização de cidades no Centro-Oeste, que pode abrir espaço para avançar além de São Paulo. Fora do Estado, a Lello só tem um projeto piloto, uma parceria em Maceió.

> **17%**
> **é a participação de mercado da holding**

"Podemos aglutinar outras empresas e trazer um padrão de serviço mais coerente com a realidade", afirma Toledo, ressaltando que hoje, para uma administradora, não basta emitir balancetes e pagar contas.

Para os três sócios, a consolidação no setor é necessária para que se possa investir em tecnologia, já que os condomínios têm se tornado cada vez mais complexos, com várias torres e ambientes comuns, lojas na fachada e uso do térreo para instalar mercadinhos. Também existem questões regulatórias (e polêmicas) em discussão, como se é permitido fazer aluguel de temporada e qual a maneira mais segura e justa de instalar carregadores de carros elétricos.

Há também a percepção de que, desde a pandemia, é preciso investir mais no lado "social" dos condomínios, na estruturação de uma vida de fato coletiva nos prédios.

A Lello tem uma iniciativa para estudar soluções a essas questões, o Lello Lab, que realizada atividades nos prédios e promove pesquisas sobre o ambiente condominial. Gebara afirma que essa é uma das vantagens da fusão. "Eu não teria como fazer um Lello Lab sozinho, vamos usufruir."

CBN Professional Ex-gerente da Volkswagen e fundadora da Rede Mulher Empreendedora é a convidada do podcast esta semana

Empreender é solitário, trabalhar em grupo faz diferença, diz Ana Fontes

Adriana Fonseca
Para o Valor, de São Paulo

Filha de um casal de migrantes de Alagoas que veio a São Paulo fugindo da seca, Ana Fontes começou a trabalhar aos 10 anos de idade, como babá e faxineira para vizinhos. Conseguiu conciliar essa dura jornada com os estudos e formou-se em publicidade e propaganda. "Eu não gosto de romantizar as desigualdades", disse Fontes em entrevista à editora de Carreira do **Valor**, Stela Campos, e Juliana Prado, da "CBN", no novo episódio do podcast CBN Professional. "Eu adoraria não ter começado a trabalhar cedo, adoraria ter tido condições melhores. Mas é óbvio que há aprendizados nessa história tão difícil."

Além da resiliência, Fontes diz que levou para a vida o gosto por trabalhar em conjunto — "aprendi desde cedo que, sozinho, você não consegue fazer as coisas" — e a habilidade de negociar.

Na faculdade, conseguiu um estágio na Autolatina, joint-venture da Ford e Volkswagen entre 1987 e 1996. Na companhia se desenvolveu e ficou por 18 anos — migrando para a Volkswagen quando a parceria entre as montadoras acabou. Chegou a ser gerente de relacionamento e marketing. "Não foi fácil essa jornada", conta, referindo-se aos preconceitos enfrentados. "Pensa, uma mulher nordestina de origem negra, com a pele clara. Eu alisei meu cabelo por mais de 30 anos para me encaixar naquele ambiente."

Para Fontes, não foi rápido chegar à liderança. "Quem tinha um processo rápido era quem vinha de faculdade de primeira linha, colégio de primeira linha e falava inglês fluente", relata. "Eu não tinha isso". Ela conta que toda vez que tentava buscar um cargo melhor, eram sempre essas justificativas. "Elas eram claras na época, não era uma mensagem subliminar", diz. "Claro que aquilo machucava, mas meu raciocínio era: 'como é que eu supero isso?'."

Foi então que Fontes decidiu buscar os tais "selos" que o mundo corporativo queria. Cursou uma pós-graduação em marketing na ESPM e outra em relações internacionais na Universidade de São Paulo (USP). Tirou uma licença não remunerada e foi estudar inglês na Inglaterra por três meses. "Foi isso o que, de fato, mudou o jogo."

Só que na volta, ao concorrer a uma vaga, escutou: "Ah, bacana o seu desempenho, é ótimo, você tem as melhores performances, seu currículo é excelente, mas uma pena que você é mulher". Era o ano 2000. "Eu fiquei na época meio chocada, mas não tinha ferramenta nem elemento para responder."

Fontes conta que depois até conquistou outros cargos, mas aquela resposta a marcou. "Atuar para se adaptar àquele ambiente [masculino] por um período vai te deixando emocionalmente abalada". Ela aguentou isso por algum tempo graças à resiliência que diz ter, mas hoje acha que "segurou" tempo demais, tanto que adoeceu. Juntou isso à maternidade — "um gatilho importante para as mulheres empreenderem" — e ela decidiu pedir demissão em 2009 para abrir o próprio negócio.

Sua primeira empresa era de avaliação de serviços, a Elogie Aqui, que abriu em sociedade com dois amigos. "Fizemos a sociedade por amizade, deu tudo muito errado, porque éramos muito legais como amigos, mas péssimos trabalhando juntos", conta. "Perdi os sócios e os amigos."

Nessa época, Fontes participou de um programa chamado 10.000 Mulheres, da Fundação Goldman Sachs e Fundação Getulio Vargas. Gratuito, com duração de três meses e voltado para mulheres donas de pequenos negócios, ensinava gestão estratégica e marketing. Ali, quando soube que foram mais de mil inscrições para 35 vagas, percebeu uma oportunidade. "Aquilo me deu um sentimento de felicidade por ter sido selecionada, mas também de tristeza por aquelas mulheres que não passaram."

Fontes criou, então, um blog, para compartilhar os aprendizados com as mulheres que não foram selecionadas. A ideia ganhou tração e quando surgiu o Facebook ela criou ali uma página. Rapidamente, 100 mil mulheres queriam conversar pela plataforma.

E foi assim, de forma orgânica, que nasceu a Rede Mulher Empreendedora, em 2010, com mentorias e eventos. A iniciativa cresceu rapidamente, mas a conta ainda não fechava, mesmo com 500 mil mulheres participando. O "break-even" veio só em 2015. "Você tem que se automotivar", diz Fontes sobre empreender. "É muito duro isso, se automotivar. Por isso falamos muito que empreender é solitário". E é um dos aspectos que estar em um grupo fazem diferença.

Hoje, a Rede Mulher Empreendedora tem 60 funcionários e mais de 2.000 voluntárias para gerir todas as frentes. Em 2017, nasceu o Instituto RME, para capacitação de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Com apoio de US$ 1 milhão do Google, já capacitou 430 mil pessoas, prioritariamente de Norte e Nordeste do país.

No episódio, Fontes fala ainda sobre os desafios de fazer gestão de pessoas e da empresa, de sua participação no W20, grupo de trabalho do G20 com foco nas mulheres, e de seu papel como vice-presidente do conselho do Pacto Global da ONU no Brasil. O podcast está disponível em plataformas como Spotify e Apple Podcasts, e no site da "CBN". Pode ser visto em vídeo no YouTube do **Valor**.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

"Ao empreender você tem que se automotivar, é muito duro isso"
Ana Fontes

Questões de saúde mental afetam líderes e liderados

Pesquisa
Para o Valor, de São Paulo

Cerca de três em cada dez profissionais brasileiros — entre líderes e liderados — foram diagnosticados com algum transtorno de saúde mental nos últimos doze meses. É o que mostra a quinta edição do estudo Inteligência Emocional e Saúde Mental no Ambiente de Trabalho, realizado pela The School of Life em parceria com a Robert Half. Obtido com exclusividade pelo **Valor**, o mapeamento captou a percepção de 387 gestores e 387 funcionários com nível superior completo, idade igual ou superior a 25 anos e de diferentes regiões do Brasil.

Entre os gestores, 28,78% receberam algum diagnóstico — estresse (10,49%), burnout (5,12%) ou ansiedade (13,17%). Entre os funcionários, foram 34,82% pessoas diagnosticadas, sendo 10,71% com estresse, 4,17% com burnout e 19,94% com ansiedade. Na parcela de líderes, 16,34% afirmaram não ter recebido diagnóstico médico, mas disseram que se sentem emocionalmente abalados. Entre os liderados essa porcentagem foi de 21,43%.

A pesquisa também quis mapear quantas pessoas fazem uso de alguma medicação psicofarmacológica para tratar questões de saúde emocional. Entre os gestores, 11,17% usam para aliviar sintomas de ansiedade — são 17,56% entre os liderados. Para dormir melhor, 6,80% dos chefes e 8,63% dos funcionários fazem uso de medicação. Já em relação ao uso de remédios para aumentar a produtividade, as porcentagens ficaram em 1,94% (líderes) e 2,08% (liderados).

O psicólogo Saulo Velasco, head de aprendizagem na The School of Life Brasil, comenta que essa incidência "relativamente alta de diagnósticos de estresse, burnout e ansiedade entre líderes e liderados sugere que as condições de trabalho contemporâneas têm prejudicado a saúde física e mental de muitos trabalhadores". "Esse cenário pode ser ainda mais grave, considerando que muitos não buscam ajuda e permanecem sem diagnóstico adequado", afirma.

Na visão dele, o uso de medicação psicofarmacológica para aliviar sintomas ou aumentar a produtividade reflete uma tentativa legítima, mas potencialmente insustentável, de lidar com essas pressões. "A menos que as causas subjacentes sejam abordadas, a medicação funcionará apenas como paliativo", pontua. "Para enfrentar esse desafio, é essencial promover um equilíbrio entre trabalho, lazer e descanso, além de cultivar o bem-estar físico, emocional e mental."

É sabido que nem todo transtorno de saúde emocional tem origem apenas no trabalho. Mas a pesquisa mostra que praticamente metade dos liderados (50,30%) consideram que a própria saúde mental é negativamente impactada pela maneira como a cobrança por produtividade acontece na empresa. "Evidentemente, os diagnósticos devem ser acompanhados de perto por um profissional da área de saúde", afirma Maria Sartori, diretora associada da Robert Half, pontuando que não se pode esquecer do papel das lideranças nesse cenário. Na visão dela, as chefias devem reservar momentos para a gestão do time em todos os aspectos, inclusive comportamentais e emocionais. "É fundamental ter abertura para conversar, apoiar e encontrar, em parceria com o profissional, estratégias para lidar com as adversidades do dia a dia de trabalho de forma mais saudável."

Na pesquisa, quase todos os gestores (94,17%) relataram adotar práticas que promovem a conexão com a equipe. Entre elas, conversas informais sobre assuntos pessoais e profissionais (resposta de 72,33% dos gestores na questão de múltipla escolha), feedbacks frequentes e construtivos (60,19%) e a adoção de um ambiente aberto para que os funcionários expressem suas preocupações sem medo de retaliação (59,47%).

Uma parte dos liderados (35,71%), porém, não sente que tem proximidade com seus líderes diretos e alguns (18,45%) revelam sentir que isso afeta negativamente o desempenho, a motivação e o engajamento no trabalho.

Entre os gestores, quase a metade (47,82%) não sente que possui as ferramentas necessárias para apoiar a saúde mental de suas equipes. Entre os liderados, 63,10% afirmaram que seu líder não possui as ferramentas necessárias para apoiar a saúde mental do time.

Sobre equilíbrio entre vida pessoal e trabalho — pilar fundamental para a manutenção da saúde física e mental —, 40,78% dos líderes disseram que a empresa oferece horários de trabalho flexíveis, o que contribui para manter essa balança mais equilibrada. Também foram mencionados aspectos como incentivo (da empresa) à desconexão digital fora do horário de expediente (21,60%), estabelecimento de limites claros para comunicação fora do horário de trabalho (16,02%), criação de um ambiente que respeita as necessidades familiares e pessoais dos funcionários (29,85%) e implementação de políticas de home office, trabalho remoto ou jornada híbrida (37,86%). As respostas foram coletadas entre julho e agosto. *(AF)*

"O cenário pode ser ainda mais grave, considerando que muitos não buscam ajuda e seguem sem diagnóstico"
Saulo Velasco

Diagnósticos e desafios
Quantos profissionais apresentam questões de saúde mental

No último ano, você recebeu diagnóstico médico de estresse, ansiedade ou burnout?* - %

	Líderes	Liderados
Não recebi diagnóstico médico e sinto que estou emocionalmente bem	61,95	53,57
Sim, recebi diagnóstico de estresse	10,49	10,71
Sim, recebi diagnóstico de burnout	5,12	4,17
Sim, recebi diagnóstico de ansiedade	13,17	19,94
Não recebi diagnóstico médico, mas me sinto emocionalmente abalado(a)	16,34	21,43

Fonte: 5ª Edição do Estudo Inteligência Emocional e Saúde Mental no Ambiente de Trabalho, realizado pela The School of Life e Robert Half, com 387 líderes e 387 liderados com nível superior completo, idade igual ou superior a 25 anos e de diferentes regiões do Brasil * (múltipla escolha)

Estante

Carreira e família
Autora: Claudia Goldin
Editora: Portfolio-Penguin
Páginas: 384
Preço: R$ 99,90

Claudia Goldin, professora da Universidade Harvard e vencedora do prêmio Nobel de economia em 2023, reuniu seus próprios estudos realizados durante mais de três décadas para produzir esta obra. O livro narra a inserção feminina no mercado de trabalho e explica, por meio de histórias reais, como gerações de mulheres caminharam rumo à equidade.

Pipeline de liderança 3.0
Autores: Ram Charan, Stephen Drotter, James Noel e Kent Jonasen
Editora: Sextante
Páginas: 256
Preço: R$ 59,90

Com 80% de conteúdo inédito, esta edição revisada e ampliada da obra apresenta um conjunto de princípios voltados para o trabalho do líder. A metodologia criada por Ram Charan e seus colegas ajuda ainda a identificar futuros líderes e ensina como superar obstáculos e se preparar para o futuro do trabalho.

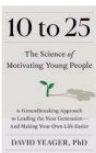
O líder em transformação
Autor: Daniel Martin Ely
Editora: Alta Books
Páginas: 192
Preço: R$ 58,90

O autor parte da própria história de vida para falar sobre transformação cultural e digital. Ao tomar conhecimento do diagnóstico de autismo de sua filha, Ely sentiu a necessidade de mudar a sua forma de liderar as organizações onde atuava. No livro, ele defende a ideia de que é preciso buscar conexões entre pessoas e novas formas de trabalho nas companhias.

Dos humanos aos humanos digitais e os não humanos
Autora: Margareth Boarini
Editora: Estação das Letras e Cores
Páginas: 134
Preço: R$ 64

A partir de sua tese de pós-doutorado, a autora analisa as oportunidades e desafios que surgem a partir da coexistência entre humanos, suas versões digitais e robôs. A narrativa apresenta casos reais e cotidianos para ilustrar esse cenário e propõe iniciativas que visam tornar o convívio entre humanos e máquinas mais equilibrado.

Cada vez mais forte
Autor: Arthur C. Brooks
Editora: Intrínseca
Páginas: 256
Preço: R$ 59,90

O livro se debruça sobre "a segunda metade" da vida e detalha por que o sucesso costuma chegar com mais dificuldade a partir da meia-idade. Especialista em felicidade, o autor explica como encontrar alegria e propósito nesta fase e compartilha estratégias para o abandono de velhos hábitos e para a aquisição de novas práticas.

10 to 25: The science of motivating young people
Autor: David Yeager
Editora: Cornerstone Press
Páginas: 464
Preço: R$ 310,38

O psicólogo e professor da Universidade do Texas David Yeager revela nesta obra novas evidências científicas sobre como motivar pessoas jovens. O livro é voltado para pais, educadores e mentores. Ele detalha o funcionamento do cérebro de pessoas entre 10 e 25 anos, e explica como adotar uma "mentalidade de mentor".

Logística Frota subiu 6% em junho na comparação anual puxada por jato executivo e setor de petróleo

Falta de aeronave freia expansão da aviação geral

Cristian Favaro
De São Paulo

A aviação geral no Brasil tem crescido de forma significativa nos últimos anos, amparada por viajantes mais endinheirados ao puxar a demanda por jatos executivos, assim como a força do setor de petróleo e gás, que tem ampliado a demanda por voos de helicóptero para plataformas offshore em meio a uma nova licitação da Petrobras. O cenário tem feito empresas se movimentarem mesmo diante da ainda complexa cadeia de fornecimento de peças do setor aéreo.

A frota da aviação de negócios do Brasil subiu 6% em junho deste ano na comparação com o mesmo mês de 2023, para 10.285 unidades, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) compilados pela Associação Brasileira de Aviação Geral (Abag). No período, as maiores altas foram de aviões turboélice (15,4%, para 1.922) e jatos (12,5%, para 912 aeronaves).

O cenário tem sido sentido pela Líder Aviação, uma das maiores empresas do segmento no país. A perspectiva é fechar 2024 com uma alta no faturamento de 28%, para R$ 1,1 bilhão, disse Junia Hermont, CEO da empresa, em entrevista ao **Valor**.

Mas o crescimento tem chegado com muito esforço para vencer a falta de aeronaves e peças na indústria. A dificuldade é ainda maior para helicópteros por causa do embargo às aeronaves russas diante da guerra do país com a Ucrânia. O efeito disso foi uma corrida aos outros modelos.

Apesar do desafio, a empresa viu uma melhora, segundo a executiva. Hoje, a Líder tem duas aeronaves paradas por falta de peças dentro em uma frota total de 42 helicópteros. No fim de 2023 eram cinco fora de operação. A empresa tem ainda outros 16 aviões sob seu guarda-chuva.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Hermont, CEO da Líder Aviação, tem duas aeronaves paradas por falta de peças dentro em uma frota de 42 helicópteros

Outro desafio hoje é a falta de pilotos e mecânicos. Esses profissionais têm um período elevado de treinamento e a pandemia acabou paralisando o processo. "Todas as empresas que atendem offshore estão contratando pilotos. Não tem piloto no mercado", disse Hermont.

A demanda tem crescido e tem sido sentida também pelas empresas de menor porte. Uma delas é a Emar Taxi Aéreo, que tem quatro helicópteros focados na operação em segmentos como torres de alta tensão, infraestrutura e offshore para empresas de fora em operação por aqui.

"Há uma demanda muito grande hoje por transporte aéreo em todas as áreas e temos uma carência de equipamento e mão de obra", disse Antonio Romeiro, diretor geral da Emar, que foi piloto da Líder antes de fundar a empresa no início dos anos 2000.

Segundo o executivo, a Emar negocia hoje mais duas aeronaves usadas para sua frota. "Pela demanda que temos hoje, daria para absorver mais duas ou três tranquilamente", disse. Inicialmente, a Emar não pretende entrar na disputa por um dos lotes da Petrobras diante da forte concorrência, mas o executivo disse estar em busca de um parceiro para unir forças para o certame.

A Petrobras é a maior cliente hoje no setor de óleo e gás no Brasil e sua licitação tem movimentado a indústria. Nas grandes empresas de aviação, o segmento chega a representar cerca de 70% do faturamento. Para além da Líder, uma das principais operadoras é o grupo português Omni Helicopters International (OHI), dono da Revo e da Omni Táxi Aéreo.

Em nota, a petroleira disse que o processo de contratação está em andamento e hoje encontra-se na fase de recebimento de propostas. A expectativa é de conclusão no segundo semestre deste ano. A licitação é para contratar mais de 40 helicópteros.

"Os processos de contratação se encontram na etapa de recebimento e avaliação das propostas apresentadas pelas empresas proponentes, ou seja, ainda teremos fases relacionadas à habilitação e negociação de valores", disse a Petrobras, em nota.

Para além do petróleo, o agronegócio tem sido uma sustentação importante para a demanda do segmento de aviação, disse o presidente da Abag, Flávio Pires. O Brasil tem a segunda maior frota de aviação de negócios, atrás dos Estados Unidos.

"Tivemos um crescimento médio da frota de 6% ao ano desde 2020, o que nos distancia de muitos setores (que sofreram com a pandemia)", disse Pires

> "Temos uma carência de equipamento e mão de obra"
> *Antonio Romeiro*

A aviação de negócios aguarda ainda os próximos passos das conversas acerca da operação em São Paulo, principal mercado do país, com a transferência de parte das operações do aeroporto de Congonhas para o Campo de Marte — que cada vez mais deve ganhar relevância.

A aviação executiva tem perdido espaço no terminal de Congonhas devido à maior operação da Azul e às medidas da nova concessionária do terminal, a Aena, na direção de reformular a estrutura e aumentar sua capacidade.

Em janeiro de 2025, o número de slots (horários de pouso e decolagem) da aviação geral será reduzido de 8 para 4 por hora no principal aeroporto do país, dentro dos ajustes para obras no terminal.

A aviação geral tem uma disputa histórica por espaço em Congonhas com a aviação comercial. Entre os argumentos, o lado comercial diz que uma pista com uma utilização tão elevada não pode priorizar um avião privado com 8 pessoas em detrimento de um voo comercial com 180 pessoas. Já a Abag argumenta que há espaço para os dois modelos coexistirem.

Para além das melhorias em Congonhas, a Abag aguarda as obras estruturantes em Campo de Marte, tocadas pela PAX, subsidiária da XP Investimentos. A previsão é de que as mudanças sejam concluídas em 2026, mas há uma estimativa da Abag de já ver um crescimento de voos da aviação executiva por lá no ano que vem.

Hoje, o aeroporto é focado, sobretudo, na operação de helicópteros. Segundo Pires, a falta de infraestrutura é uma barreira a pousos de jatos por lá em condições meteorológicas mais complexas.

BNDES financia plano de R$ 3,7 bi da LHG, da J&F

Lucianne Carneiro
Do Rio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou neste domingo (8) financiamento de R$ 3,7 bilhões para a LHG Logística, braço da mineradora LHG Mining, do grupo J&F. Os recursos são do Fundo de Marinha Mercante (FMM) e voltados para a construção de 400 balsas e 15 empurradores para transporte hidroviário de minério de ferro pelos rios Paraná e Paraguai, que serão construídos por seis estaleiros brasileiros.

Especialistas afirmam que a promoção do transporte hidroviário é indicada e que há experiência na construção de embarcações desse segmento no país, mas questionam a necessidade de valor dessa magnitude para uma empresa — considerando orçamento limitado do fundo — e se esta é a alocação mais eficiente dos recursos.

Dos R$ 3,7 bilhões, 87% vão para estaleiros das regiões Norte e Nordeste. A LHG Logística informou que a encomenda ficará a cargo dos estaleiros Enseada, Eram, Juruá, Rio Maguari, Detroit e Wilsons Sons.

O financiamento faz parte da estratégia do governo de incentivar a indústria naval. Pela última previsão do presidente do banco, Aloizio Mercadante, estão planejados R$ 6,6 bilhões para o setor naval em 2024, com recursos do Fundo de Marinha Mercante. Só esse financiamento é 56% da estimativa.

O anúncio remete a políticas de governos anteriores do PT, quando o BNDES foi o grande financiador do setor naval no país. O banco concedeu, em 15 anos, R$ 18,7 bilhões em empréstimos para construir e reformar estaleiros e erguer embarcações. Nos anos seguintes, no entanto, os grandes estaleiros entraram em recuperação judicial por problemas para entregar encomendas no prazo e nos custos contratados.

De acordo com o BNDES, o investimento permitirá alta de 16% da frota de transporte de carga para navegação interior (em rios, lagoas e canais) e geração de 5,5 mil empregos diretos e indiretos.

"Esta operação contribui para o desenvolvimento da produção nacional, gerando milhares de empregos com qualidade, impulsionando a descarbonização com um transporte mais limpo e reativando a indústria naval, que faz uma competição internacional difícil, com países como China e Singapura", afirmou Mercadante em nota do BNDES.

Para o economista Claudio Frischtak, presidente da Inter.B, consultoria internacional de negócios, a promoção do transporte hidroviário é adequada, por ser o modal mais eficiente para longas distâncias e pela subutilização do potencial hidroviário. Além disso, ponderou que o Brasil é experiente no segmento de embarcações fluviais e não há risco tecnológico.

"Promover transporte hidroviário faz todo o sentido. [...] São embarcações simples e o Brasil tem certa experiência nesse tipo de produção. É muito diferente de financiar petroleiros, navios de maior porte. Foi um filme visto no passado e não foi bonito", disse.

Frischtak questiona, no entanto, a alta concentração em uma empresa. "Qualquer recurso escasso deve ser usado com parcimônia. Será que um formato de blended finance, uma espécie de financiamento híbrido, não seria uma opção mais adequada?", analisou o presidente da Inter.B.

Pierre de Souza, professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV Eaesp), concordou de que "não há dúvida" sobre o foco em hidrovias, mas indagou sobre o uso eficiente dos recursos para estímulo à indústria.

> **87%**
> **dos R$ 3,7 bi vão para estaleiros do Norte e do Nordeste**

"Faz sentido gastar para desenvolver a indústria porque vai dar mais empregos e desenvolver a região, se fica uma dúvida para "o depois"? É a alocação mais eficiente dos recursos?", indagou.

Souza lembrou problemas do passado. "O problema de investir em algo ineficiente é que funciona a curto prazo, mas a médio e longo prazos pode não continuar vingando. Vai ser preciso esperar para avaliar esse caso", disse.

A LHG Logística já opera na hidrovia Paraguai-Paraná, principal via de escoamento da produção da mineradora. O presidente da LHG Mining, Aguinaldo Filho, destacou que, inicialmente, o preço da encomenda em estaleiros estrangeiros era 20% menor.

"O Fundo da Marinha Mercante e o BNDES foram fundamentais para garantir a competitividade dos estaleiros brasileiros frente a concorrentes estrangeiros, que apresentaram um custo inicial até 20% menor", informou.

O FMM é um fundo setorial, administrado pelo Ministério de Portos e Aeroportos, e a principal fonte de crédito do setor naval. Os recursos vêm da cobrança de adicional de 8% sobre o preço dos fretes das importações brasileiras. A escolha dos projetos é do conselho diretor, com representantes de ministérios, entidades da sociedade civil e bancos públicos.

"É um projeto realmente superlativo. Por isso, a empresa optou por essa divisão em seis estaleiros. As garantias pedidas aos tomadores nos empréstimos são muito reais e o Fundo de Marinha Mercante é um fundo que de fato funciona. E ele se retroalimenta, com os recursos de devolução dos empréstimos", afirmou o diretor comercial do estaleiro Rio Maguari e vice-presidente do Sindicato Nacional da Indústria Naval (Sinaval), Fabio Vasconcellos.

Saúde Compartilhamento já é comum em outros países, mas falta consenso sobre o assunto

Farmacêutica é pressionada a dividir risco de medicamentos de alto custo

GABRIEL REIS/VALOR

Vecina, ex-presidente da Anvisa, diz que faz sentido o compartilhamento de risco quando o medicamento ainda não teve a eficácia totalmente comprovada

Beth Koike
De São Paulo

Num cenário em que o custo da saúde sobe três vezes mais do que a inflação e a inovação eleva os gastos, ao contrário do que ocorre nos demais setores, a indústria farmacêutica está sendo pressionada a compartilhar o risco dos medicamentos de alto custo — já há remédios de quase R$ 8 milhões no Brasil e de US$ 4,2 milhões nos EUA.

Outras drogas com esses patamares de valor vão surgir. As grandes farmacêuticas têm concentrado seus esforços no desenvolvimento de medicamentos para doenças raras e como o número de casos é pequeno, seu custo tende a ser sempre elevado. Ao mesmo tempo, não há volume suficiente de pacientes para o desenvolvimento de todas as três etapas de pesquisas clínicas, o que deixa algum grau de incerteza sobre sua efetividade.

"Se um medicamento de alto custo foi aprovado na fase 2 da pesquisa clínica e que, portanto, sua eficácia não está totalmente comprovada e quem paga é a sociedade, seja por meio do SUS ou saúde suplementar [planos de saúde], faz sentido as farmacêuticas compartilharem o risco", disse o médico sanitarista Gonzalo Vecina, fundador e ex-presidente da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa).

"O compartilhamento de risco é um instrumento para ser adotado em situações de incerteza e seu pagamento é atrelado ao resultado", explicou Denizar Vianna, secretário de ciência e tecnologia do Ministério da Saúde na gestão de Luiz Henrique Mandetta. Na época, Vianna desenvolveu um projeto piloto com essa ferramenta que tem servido de referência no Brasil.

Em outros países como Reino Unido, Espanha, Itália e Argentina já há acordos com a indústria. O pagamento de remédios de alto custo para as farmacêuticas é condicionado ao progresso clínico do paciente, em indicadores médicos pré-definidos. O caso mais emblemático é do Zolgensma, destinado à atrofia muscular espinhal (AME) do tipo 1 em crianças, desenvolvido pela Novartis e que, atualmente, custa R$ 7,9 milhões no Brasil.

Em 2022, o Ministério da Saúde e a Novartis assinaram um contrato de intenções para que esse medicamento seja ofertado no SUS. O valor atual é de R$ 6,2 milhões, na rede pública. Por esse acordo, o governo paga 20% no ato do procedimento médico e o restante em quatro parcelas anuais. Essa quitação é feita conforme a eficácia do medicamento. Ou seja, caso o paciente não evolua conforme as condições clínicas acordadas, a farmacêutica não recebe. Além disso, o acordo prevê cobertura do medicamento para bebês com até seis meses.

No entanto, essa negociação está parada e a cobertura na rede pública tem sido feita via judicialização. Entre janeiro de 2023 e agosto deste ano, a Justiça concedeu 86 liminares obrigando o SUS a fornecer o Zolgensma — totalizando um gasto de mais de R$ 500 milhões (sem considerar os honorários e custo do procedimento médico), segundo dados da Novartis.

> "Compartilhamento de risco é para ser usado em situações de incerteza"
> *Denizar Vianna*

No setor privado, as regras são outras. No caso do Zolgensma, o preço definido é de quase R$ 8 milhões, não há compartilhamento de risco e o limite de idade é até dois anos (indicação que consta na bula do remédio). Ainda segundo a Novartis, entre janeiro de 2023 e agosto deste ano, as operadoras atenderam 20 pacientes que precisaram do Zolgensma — o que totaliza despesas de cerca de R$ 160 milhões. Nesse volume, há poucos casos de judicialização, uma vez que a cobertura é obrigatória.

A desigualdade de condições entre o setor privado e o SUS é motivo de queixa das operadoras de planos de saúde. A Fenasaúde, entidade que representa o setor, reclama da falta de estudo de impacto econômico dos medicamentos aprovados no SUS e que entram automaticamente no setor privado. "Atualmente, 10 % das operadoras têm receita anual inferior ao valor de uma dose única do Zolgensma, de R$ 7,9 milhões. Muitas delas quebram", disse Vera Valente, diretora-executiva da Fenasaúde.

A Novartis informou que faz parcelamentos para as operadoras de menor porte. "Considerando que se trata de uma única dose, o custo do tratamento acaba sendo menor quando comparado a outras drogas que demandam uso frequente", disse Mario Marchesi, diretor médico da Novartis, destacando os investimentos que a indústria faz em pesquisa e desenvolvimento. Em geral, as farmacêuticas destinam entre 10% e 20% de sua receita em P&D.

Uma legislação de 2022 passou a permitir que remédios, exames e outros procedimentos médicos aprovados pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec), órgão do Ministério da Saúde que define o que pode ser realizado na rede pública de saúde, sejam automaticamente cobertos por todos os planos de saúde. Além disso, há uma onda de liminares obrigando a cobertura de medicamentos ainda sem aprovação no Brasil. "O Brasil é a Disneylândia para a indústria farmacêutica", disse Paulo Rebello, presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), há cerca de dez dias, em evento em São Paulo.

Alexandre Fioranelli, diretor da ANS e médico da Santa Casa de São Paulo, é a favor da criação de uma agência reguladora que faça avaliação de medicamentos e novas tecnologias que atenda tanto o SUS quanto o setor privado. "Defendo que seja feita uma avaliação única para todos os brasileiros, independente se público ou privado", disse.

De 2022 para cá, com a mudança na legislação, 101 novos procedimentos (drogas, exames, etc) passaram a ter cobertura obrigatória pelos planos de saúde. Deste volume, 53 inclusões ocorreram via análise da ANS e Cosaúde (comissão formada por representantes dos Ministérios da Saúde e Fazenda, conselhos médicos e operadoras), sendo que 75% delas são medicamentos e a maior parte destinada a tratamento oncológico. Outras 37 ocorreram de forma automática porque já eram cobertas no SUS e outra fatia refere-se a aprovações extraordinárias como da vacina da Mpox, que ocorreu recentemente. A entrada de novas drogas e tecnologias no rol de procedimentos obrigatórios dos convênios médicos agora é realizada mensalmente, antes acontecia a cada dois anos.

> **R$ 8 mi**
> **é o custo de uma dose do Zolgensma**

Fioranelli, diretor da ANS, explicou que "as avaliações para aprovar o que pode ou não ser coberto pelos planos de saúde levam em consideração uma metodologia, usada internacionalmente, que analisa indicadores de saúde baseados em evidências e custo efetividade". Essa metodologia é conhecida como Avaliação Tecnológica em Saúde (ATS). O Sindusfarma argumenta que, em outros países com sistema de saúde privado semelhante ao Brasil, a saúde suplementar brasileira "ainda está muito atrasada, tanto na incorporação de novas tecnologias."

A Interfarma, entidade que representa a indústria farmacêutica, e a Novartis informaram defender novos modelos para tornar o setor de saúde sustentável, mas dizem que há dificuldades em implementar um modelo de compartilhamento de risco com o setor privado porque ao contrário da área pública, em que o governo é um único cliente, na saúde suplementar, há quase 700 operadoras. "Teria que analisar caso a caso, não é simples", afirmou Renato Porto, presidente da Interfarma. O diretor médico da Novartis disse que um caminho seria negociar com as entidades e ANS. A agência reguladora, por sua vez, informou que vêm incentivando acordos entre a indústria e operadoras.

O Ministério da Saúde não atendeu a demanda da reportagem.

Com 89 medalhas, Brasil faz sua melhor Paralimpíada

Esportes
Valor, de São Paulo

WANDER ROBERTO/CPB

A nadadora Carol Santiago e o canoísta Fernando Rufino representaram o Brasil na cerimônia de encerramento das competições no Stade de France ontem (8)

Debaixo de chuva foi encerrada neste domingo (8) a Paralimpíada 2024, em Paris, após 12 dias de competições. O Brasil terminou os jogos em quinto lugar, entre as 169 delegações, com 89 medalhas, sendo 25 de ouro — foi o melhor desempenho do país na história dos Jogos Paralímpicos.

O Brasil participa das competições entre atletas com algum tipo de deficiência desde 1972 — os primeiros jogos mundiais foram realizados em Roma, em 1960.

Neste ano a China ficou em primeiro lugar no quadro geral de medalhas, com 94 ouros, seguida pela Grã-Bretanha, com 49, e pelos Estados Unidos, com 36.

Até agora, a melhor campanha do Brasil tinha sido nos Jogos de Tóquio 2021, com 22 medalhas de ouro e um total de 72 pódios, fechando na sétima posição. Nos Jogos de Londres de 2012, a delegação brasileira também tinha ficado em sétimo, com 21 ouros e 47 medalhas no total, informou o "Globo Esporte".

Natação e atletismo comandaram as medalhas brasileiras, respectivamente com 26 e 36 pódios — o melhor desempenho da história nessas modalidades. Mas quem deu o impulso final para o recorde foi o judô que, nos últimos dias, com quatro ouros, surpreendeu a todos e deixou o país como líder do quadro desta modalidade, informou o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

> Seis marcas — Asics, Havainas, Braskem, Toyota, Ajinomoto e Loterias Caixa — patrocinaram o Comitê Paralímpico

Na manhã do domingo (8), Tayana Medeiros garantiu mais uma medalha de ouro para o Brasil no halterofilismo, na categoria até 86 kg. Alcançou o lugar mais alto do pódio ao levantar 156 kg, e superou a detentora do recorde mundial, a chinesa Zheng Feifei.

A corredora maranhense Rayane Soares tornou-se campeã paralímpica no sábado (7), ao vencer os 400 metros da classe T13 (deficiências visuais) no atletismo. Além da medalha de ouro, Soares quebrou o recorde mundial da prova. Completou o percurso em 53s55, superando os 54s46 da norte-americana Marla Runyan, que durava desde 2 de janeiro de 1995, há quase 30 anos.

A acreana Jerusa Geber conquistou sua segunda medalha de ouro em Paris ao vencer os 200 metros T11 (deficientes visuais), com o tempo de 24s51, igualando o recorde paralímpico da britânica Libby Clegg, que fez a mesma marca no Rio 2016. É a sexta medalha de ouro de Geber em Paralimpíadas, sendo um ouro, duas pratas e dois bronzes. Em Paris 2024, ela também foi ouro nos 100 m T11.

A nadadora pernambucana Carol Santiago se tornou em Paris a mulher brasileira com mais medalhas de ouro na história dos Jogos Paralímpicos e alcançou a quinta colocação no ranking de atletas paralímpicos brasileiros com mais pódios na história. Na França, a atleta da classe S12 (baixa visão) obteve cinco medalhas.

O canoísta sul-mato-grossense Fernando Rufino sagrou-se bicampeão paralímpico ao vencer a prova dos 200 metros, na classe VL2 (usa tronco e braços na remada). O atleta conquistou o título neste domingo. O atleta, conhecido como cowboy, era peão de rodeio. Descobriu a canoagem após ser atropelado por um ônibus e perder parcialmente o movimento das pernas.

Santiago e Rufino representaram o Brasil na cerimônia de encerramento das competições no Stade de France. A próxima Paralimpíada será disputada em Los Angeles, em 2028.

Para os jogos de 2024, o CPB contou com seis patrocinadores — Asics, Havainas, Braskem, Toyota, Ajinomoto e Loterias Caixa . A delegação brasileira participou com 279 atletas.

Computadores Depois da queda de 10% no ano passado, a expectativa é de uma pequena retração de 1%

Venda de PCs dá sinais de recuperação

Daniela Braun
De São Paulo

A expectativa de recuperação das vendas de computadores pessoais (PCs) no Brasil este ano, especialmente no mercado corporativo, atrai novas marcas que buscam competir na oferta a pequenas e médias empresas.

Em 2024, os fabricantes devem vender 7,64 milhões de PCs no país a empresas, varejo e ao setor público, projeta a consultoria IDC Brasil. O volume representaria uma queda de 1% ante o resultado de 2023. Para a IDC, a projeção é um sinal positivo após a queda de 10,2% nas vendas em 2023.

"Há uma expectativa por um novo ciclo de troca de máquinas no mercado corporativo, após o salto de demanda em 2021 puxado pelo trabalho remoto, no auge da pandemia", afirma o diretor de pesquisas da consultoria IDC na America Latina, Reinaldo Sakis.

Já em 2025, a IDC projeta 7,96 milhões de computadores vendidos no país, alta de 4,1% ante o resultado de 2024. "A demanda por novos PCs com inteligência artificial (IA) generativa também deve ser mais forte em empresas, a partir do ano que vem", nota Sakis.

Somente no varejo, a expectativa para 2024 é de 3,47 milhões de computadores vendidos, alta de 2% em base anual, segundo dados da consultoria NielsenIQ GfK. Em 2023, as vendas neste segmento recuaram 2,1%.

As vendas da Black Friday, no fim de novembro, serão o principal indicador do impacto da alta do dólar e dos custos do frete internacional sobre os preços e as vendas de máquinas, em 2024, observa o diretor de atendimento de Tecnologia e Bens Duráveis da NielsenIQGfK no Brasil, Ricardo Moura.

"Esperamos uma estabilidade positiva nas vendas de computadores no varejo, este ano, mas isso depende de como o mercado vai reagir ao repasse de preços do dólar mais alto", ele afirma.

As fabricantes taiwanesas de computadores Acer e Asus, que já vendem notebooks há anos no varejo brasileiro, começam a disputar o segmento de empresas privadas e públicas com outras multinacionais que lideram o setor como a americana Dell e a chinesa Lenovo.

> "Há uma expectativa por um novo ciclo de troca de máquinas no mercado corporativo"
> *Reinaldo Sakis*

O modelo de locação de computadores atrelado a contratos de serviços como atualizações e manutenção de máquinas vem ganhando força nos últimos anos, destaca Sakis, da IDC. Segundo a projeção dos fabricantes consultados pelo **Valor**, as vendas de equipamentos para o modelo de hardware como serviço (HaaS, na sigla em inglês) devem representar mais de 10% das vendas totais dos fabricantes no Brasil em 2024.

A brasileira Positivo Tecnologia notou aumento na procura por computadores no modelo HaaS este ano. "As empresas notaram que é uma forma de mudar a estratégia de alocação de capital de ativos, que entram em depreciação, para despesa recorrente", compara o gerente de produtos da empresa Fabiano Takahashi.

A Acer, que atua no Brasil desde 2010, com foco em notebooks, iniciou a oferta ao mercado corporativo em abril, apostando tanto na ampliação do portfólio de produtos como no segmento de serviços e em fabricação local.

"Desde o auge da pandemia vimos que a demanda [corporativa] evoluiu mas o segmento ainda está bastante concentrado em duas empresas", afirma o diretor de vendas corporativas da Acer noBrasil, Marco Vorrath, que deixou o comando da subsidiária brasileira da fabricante chinesa de celulares Oppo, para estruturar a nova área da Acer.

Atualmente, Dell e Lenovo dominam o as vendas corporativas de PCs no país, conforme apurou o **Valor**.

Inicialmente, o foco da Acer será oferecer a opção de vendas diretas da fabricante a empresas com até 500 computadores. "Queremos preencher uma lacuna onde os fabricantes não costumam estar presentes diretamente", explica o diretor geral da Acer para a América Latina, Germano Couy. Nos contratos de locação e serviços, o executivo informa que a empresa trabalhará com "taxas de juros mais competitivas oferecidas pela matriz".

> **74,6**
> **milhões de computadores devem ser vendidos**

Além dos notebooks, o portfólio corporativo da Acer foi ampliado para computadores de mesa, estações de trabalho, projetores e acessórios. Os computadores começaram a ser fabricados no país em março, pelas empresas Foxconn e Compal Eletrônica, em Jundiaí (SP).

Mais do que a alta do dólar, segundo Couy, a crise logística tem sido a maior preocupação dos fabricantes, atualmente.

"O prazo de entrega do frete internacional se estendeu em quatro semanas e há um congestionamento muito grande no porto de Manaus (AM)", afirma o executivo. Ele se refere à estiagem antecipada na região do Rio Amazonas que afeta a distribuição de computadores e componentes eletroeletrônicos vindos da Zona Franca de Manaus.

A taiwanesa Asus, que vende notebooks no Brasil desde 2008, também ingressou nas vendas corporativas, este ano, com dois notebooks importados. O plano é fabricar as máquinas para empresas pela Foxconn, em Jundiaí, em março de 2025. Até lá a empresa também estrutura sua oferta de vendas e locação a pequenas e médias empresas. "O foco está em empresas com até 500 funcionários", informa o gerente de produtos na Asus, Henrique Costa. Ele frisa que "o modelo [de locação] também está nos planos para o Brasil".

O setor público, especialmente na área de educação, também está no radar da Acer no Brasil. "Queremos aproveitar licitações de notebooks robustos, por exemplo", ilustra Couy.

Este ano, no entanto, os fabricantes de PCs enfrentam uma demanda represada no setor público por uma combinação de fatores. "No segmento de educação, muitas secretarias estão aguardando o edital a ser conduzido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que vem sendo postergado, mas ainda deve acontecer em 2024", diz Takahashi, da Positivo. "Além disso, as eleições municipais deste ano também geram impacto nos processos de compra devido a mudanças e movimentações nos quadros decisórios", complementa.

A expectativa, segundo Takahashi, é de que o setor público retome as contratações nos patamarestradicionais, no quarto trimestre deste ano.

Mercado brasileiro
Vendas totais de notebooks e desktops

Unidades vendidas pelos fabricantes a empresas, governo e varejo

1º Tri 2024	Var, em base anual (%)	2024 (projeção)	Var, em base anual (%)	2023	Var, em base anual (%)	2022	Var, em base anual (%)	2021	Var, em base anual (%)
1,9 milhão	3,40%	7,6	-1	7,7 milhões	-10,2	8,6 mihões	-1,6	8,74 milhões	36,5

Unidades vendidas no varejo*

1º Tri 2024	Var, em base anual (%)	2024 (projeção)	Var, em base anual (%)	2023	Var, em base anual (%)	2022	Var, em base anual (%)	2021	Var, em base anual (%)
950 mil	11%	3,47	2	3,4 milhões	-2,1	3,5 milhões	-11%	3,9 milhões	5,8

Fonte: NielsenIQ GfK - *Agosto/2024

Marketing Pessoas nascidas a partir de 2010 são mais vaidosas e influenciadas pelos pais

Geração Alfa pode gastar US$ 5 trilhões até 2029

REPRODUÇÃO / CAMPANHA HUGGES KIDS

No estudo em quatro países, as meninas brasileiras são as mais vaidosas: 74% preocupam-se com o cuidado da pele

Andrea Assef
Para o Valor, de São Paulo

A Geração Alfa, formada por pessoas nascidas a partir de 2010, é mais vaidosa, mais estressada, mais ativista e com uma relação familiar menos hierarquizada do que as gerações anteriores. Mas é também muito próxima dos pais. A família influencia seus gastos, que até 2029 podem superar US$ 5 trilhões no mundo.

"As crianças da Geração Alfa têm um poder de fala maior e de compra também e a explicação pode estar no fato de seus pais e mães serem 'millennials', uma geração que criou os filhos de maneira mais permissiva, com menos regras", diz Tiago Cunha, líder do estudo "Um Olhar sobre a Geração Alpha", da consultoria de marca e inovação Alexandria.

Para entender a nova geração, que até 2029 poderá movimentar US$ 5,4 trilhões, segundo a consultoria australiana McCrindle (seu dono, Mark McCrindle criou o termo Geração Alfa, em 2005), os pesquisadores da Alexandria mapearam aspectos do universo de referência e consumo de crianças com idades entre 8 e 13 anos das classes A, B e C no Brasil, México, Reino Unido e nos Estados Unidos.

Os pesquisadores visitaram as casas das crianças (foram quatro crianças por país) para entrevistá-las (acompanhadas dos pais que também foram entrevistados separadamente), fotografar seus ambientes de vida, como quartos e espaços de lazer, e investigar os algoritmos dos serviços de streaming, YouTube e TikTok.

Segundo Cunha, um dos achados mais interessantes foi o fato de ser uma geração marcada pela forte influência dos pais e da família em suas escolhas de consumo. Desde a geração dos "baby boomers" (nascidos entre 1946 e 1964), que teve filhos que se tornaram os hippies rebeldes dos anos 60 e 70, sempre existiu uma marcada contraposição entre gerações. No entanto, essa oposição tem diminuído ao longo do tempo e praticamente desaparece com as Alfas. "Essa nova geração mantém uma proximidade maior com seus pais e mães, o que se reflete em referências e desejos de consumo muito parecidos, especialmente em moda e beleza", diz Cunha.

O estudo revela que as meninas brasileiras são as mais vaidosas entre as quatro nacionalidades pesquisadas: 74% das brasileiras se preocupam com o cuidado da pele e do corpo, ante 62% das britânicas. Quando o assunto é o uso de cosméticos, 70% das brasileiras admitem já ter usado frente a 14% das garotas mexicanas. No cômputo geral, 68% se preocupam com o cuidado da pele e corpo e este número sobe para 78% entre as meninas de 11 a 13 anos.

A pesquisa mostra que 44% já pediram para comprar um cosmético específico, com uma diferença entre meninas (71%) e meninos (27%). Os produtos para cabelos e rosto lideram os pedidos: 75% e 61% respectivamente. No caso de maquiagem, o percentual total é de 47%, sendo 65% (meninas) e 12% (meninos).

No começo do ano, viralizaram nas redes sociais vídeos com crianças comprando cosméticos em lojas como a Sephora. Os vídeos foram feitos pelos próprios frequentadores incomodados não apenas com a invasão mirim, mas também com o comportamento de consumo delas. Do alto de seus 10 anos, elas buscavam cremes com retinol (um ácido com efeito "rejuvenescedor") e outros produtos que não são indicados para crianças.

A Dove, marca da gigante de bens de consumo Unilever, que há anos tem uma comunicação focada na autoestima da mulher, resolveu entrar na conversa e lançou uma campanha global chamada "The Face of 10", com um recurso gratuito "The Gen A Antiageing talk" na sua página do TikToK. Há conselhos de dermatologistas com especialização em imagem corporal para explicar os malefícios do uso de cosméticos com ingredientes antienvelhecimento agressivos no rosto de uma criança de 10 anos.

Cada vez mais as marcas estão sendo desafiadas a ampliar o relacionamento e o engajamento dos consumidores, inovando não apenas nos produtos, mas também na forma como dialogam com o público de novas gerações como a Alfa, por exemplo.

A Kimberly-Clark, controladora de marcas como Huggies e Intimus, acaba de lançar a linha Kids, que inclui xampu, condicionador e creme para pentear, com uma comunicação focada no digital. A campanha "Dê Fios à Imaginação", criada pela Droga5 e com plano de mídia assinado pelo FCB, conta com filmes para TV por assinatura, streaming e mídia digital e foi inspirada na tendência das redes sociais "Get Ready With Me ou GRWM", que significa "Fique pronto comigo". Nas imagens, as pessoas filmam suas rotinas de preparação antes de sair (arrumam o cabelo, escolhem a roupa etc.).

Os filmes dessa campanha mostram pais e mães ajudando os filhos nesse processo de lavar o cabelo, escolher penteados e acessórios. "Antes de olhar para a Geração Alfa, precisamos considerar a geração dos pais dessas crianças, que são adultos mais atentos às mensagens, conteúdos e produtos que consomem", observa Ronaldo Art, diretor de marketing da Kimberly-Clark.

> "Essa geração é exposta muito cedo no mundo digital, com impacto na autoestima"
> *Gabriel Rossi*

"Fizemos uma pesquisa de hábitos e atitudes, conduzida por uma casa parceira, com 318 mães de todo o Brasil. Revelou que 43% das entrevistadas lavam o cabelo das crianças pelo menos três vezes por semana e que o cabelo é uma das primeiras formas de expressão da personalidade das crianças na medida em que deixam de ser bebês", afirma Art.

A conexão com as redes sociais por essa geração é muito parecida nos países investigados, com uma média de 81% em todos eles, mas o acesso muda entre as crianças de 8 a 10 anos (73%) e de 11 a 13 anos (88%). Já os principais temas de interesse apresentam diferenças importantes entre os países pesquisados. O conteúdo que desponta em primeiro lugar no cômputo geral é "games", com 67%, sendo que os que mais se interessam são os mexicanos (74%), seguidos pelos americanos (72%), brasileiros (63%) e britânicos (58%).

Quando o assunto é esporte, os brasileiros são os menos interessados (30%) e os britânicos mais interessados (51%). No levantamento geral dos entrevistados nos quatro países, a música interessa mais às meninas (65%) do que aos meninos (44%).

Na opinião de Gabriel Rossi, sociólogo e professor de consumo e comunicação da ESPM, uma das grandes questões é que os integrantes da Geração Alfa se comparam o tempo todo no mundo digital. "Eles são expostos a isso desde muito cedo, e impacta na autoestima que ainda está em formação", afirma Rossi.

A pesquisa detectou que 69% dos Alfas estão estressados, e os principais motivos em ordem decrescente de importância são excesso de atividades, escola, relacionamento com outras crianças e ficar em casa. Apesar disso, apenas 13% fazem terapia e 71% disseram que nunca fizeram qualquer tipo de acompanhamento psicológico.

Brasileiros e americanos são os pais que estão mais atentos e cujos filhos são os que mais fazem terapia. "Todos nós fomos marcados pela pandemia, mas eles nasceram na pandemia quando houve uma quebra de rotina na dinâmica familiar que aproximou e tornou as relações na casa menos hierárquica, e isso impacta, inclusive, na maneira como eles enxergam questões ligadas a dinheiro, estudo, trabalho", diz o professor da ESPM.

Outra característica que despontou na pesquisa da Alexandria foi uma preocupação maior com o meio ambiente. Do total de entrevistados, 61% se preocupam com a natureza e a sustentabilidade e 56% se preocupam muito com o futuro do planeta. Além da inquietação, eles querem agir: "Dos entrevistados, 61% demonstram interesse em carreiras que envolvam salvar vidas ou proteger o meio ambiente, principalmente entre meninas, que representam 66% da mostra versus 56% entre meninos. "Em vez de ser bombeiro, eles querem trabalhar com o meio ambiente", diz Cunha.

Pintura dos lábios tem início há 3,5 mil anos

QUEM INVENTOU

História

Natália Flach
De São Paulo

A história do batom tem início 3,5 mil anos antes de Cristo, com a rainha Schub-ad da cidade de Ur, na Mesopotâmia. Ela foi a primeira pessoa a pintar os lábios com um corante feito a base de chumbo branco e pedras vermelhas trituradas. Séculos depois, o comportamento foi adotado por Cleópatra e seus súditos no Egito, e a tradição seguiu para a Grécia Antiga e o Império Romano. Por muito tempo, a maquiagem serviu para denotar a classe social dos adeptos — inclusive de homens em alguns momentos —, segundo o artigo 'Reading our lips', publicado pela Universidade de Harvard.

Posteriormente, o cosmético desembarcou na Europa Ocidental graças às rotas de comércio construídas pelos romanos e atracou nas colônias durante os anos das grandes navegações. Nesse meio tempo, houve períodos em que a venda do produto era proibida por motivos religiosos ou destinada a grupos marginalizados. Assim, estabelecimentos clandestinos de beleza sobreviveram com base na discrição das mulheres. As que tinham dinheiro escapavam para Paris para comprar a pomada labial da Guerlain, que misturava toranja com manteiga e cera.

No século 18, a maquiagem passou a ter função social na França e, com o tempo, a aplicação de cosméticos passou a ser feita de forma ritualizada e pública. Os Estados Unidos deixaram de seguir a ambivalência inglesa em relação ao batom e passaram a imitar a obsessão francesa pelo produto.

As americanas esfregavam pedaços vermelhos de fita na boca ou carregavam limões para chupar durante o dia. Em 1867 foi aberta a primeira seção de cosméticos na loja de departamentos B. Altman's, em Nova York.

Na virada do século 20, o batom adquiriu a posição simbólica e econômica que tem hoje, com um número cada vez maior de mulheres usando o produto. Enquanto a Guerlain lançou o primeiro batom em bastão, os primeiros tubos modernos foram criados nos Estados Unidos, em 1915, por Maurice Levy, da Scovil Manufacturing Company. A iniciativa permitiu produzir e distribuir os itens em massa.

Como a DM9 reabriu as portas e voltou a atrair anunciantes

Agência
Para o Valor, de São Paulo

Em junho de 2022, o mercado publicitário brasileiro foi surpreendido pela volta da DM9, uma das agências mais icônicas e premiadas do país, que havia fechado as portas quatro anos antes de maneira melancólica, após perder clientes como Itaú e McDonald's.

O retorno da marca veio pelas mãos de Pipo Calazans, como CEO, Thomas Tagliaferro na chefia da área de operações, e Icaro Doria, um dos mais premiados criativos da publicidade mundial, que lidera a área de criação.

Calazans veio do mundo digital; Doria, de agência tradicional; e Tagliaferro tem origem na área de "shopper marketing" (estratégia para entender a jornada do consumidor). "Nos últimos anos, deixamos de ser uma indústria criativa e viramos uma indústria de dados. A DM9 veio para transformar dados em criatividade, que é a melhor forma de decodificar a jornada deste consumidor, que não é o mesmo de um atrás e nem será o mesmo no ano que vem", diz ele.

A estratégia da nova DM9, uma espécie de fusão das agências do grupo DDB, a Sunset, que tem foco principal em publicidade, a Tracy-Locke, especializada em "shopper marketing", e a Track, de gestão de relacionamento com o cliente (CRM), parece estar funcionando. Criada há dois anos e com uma lista de clientes como iFood, Burger King, Consul, Brastemp, Vigor, Dasa, ArcelorMittal, KFC, entre outros, a agência registrou um crescimento de 173% no faturamento de janeiro de 2023 a junho de 2024.

Também recuperou o prestígio criativo, que sempre foi sua marca registrada, ao ser a agência brasileira mais premiada do Cannes Lions, com 4 Ouros, 4 Pratas e 8 Bronzes. E foi a agência do Brasil com o maior número de troféus nas edições deste ano do Clio Awards e do One Show. "Mais importante que os 16 leões é o fato de serem para quatro clientes diferentes, pois fica claro que não é um projeto de cliente, é um projeto de agência", diz Calazans.

Segundo Graziela Di Giorgi, especialista em mediar as relações entre agências e anunciantes, que acaba de abrir a própria empresa, a Human Rise, existe muita consistência criativa na nova DM9. "Desde a volta da DM9, a preocupação sempre foi colocar a criatividade no centro, e ao longo da jornada do consumidor. O fato de ela voltar a ser reconhecida com prêmios é resultado desse foco, desde o seu renascimento", afirma Di Giorgi.

A DM9 nasceu em 1975, em Salvador, quando o publicitário Duda Mendonça, que faleceu em 2021, batizou a agência com suas iniciais. Em 1989, a empresa foi comprada por Nizan Guanaes e Guga Valente, que contaram com o banco Icatu como financiador do negócio e mudaram a sede para São Paulo. A partir dali, a DM9 passaria a protagonizar campanhas de sucesso como a "Mamíferos" para a Parmalat e "Pipoca com Guaraná" para o Guaraná Antarctica.

Em 1997, a agência firmou um acordo com a rede internacional DDB Worldwide, divisão do grupo americano Omnicom. Em 2015, a DDB comprou o grupo ABC, fundado em 2002 por Guanaes e Valente e tinha como sócios o grupo Icatu e o Kinea Investimentos, do Itaú Unibanco. O ABC era então o maior grupo de propaganda de capital nacional e reunia DM9, Africa, Loducca, Sunset, entre outras.

"A marca DM9 é um potencializador. Seja para a dúvida, o fracasso ou o sucesso. Metade das pessoas para quem eu contei que estávamos trazendo a DM9 de volta, me abraçou e deu parabéns. A outra metade deu aquele abraço preocupado de "força, guerreiro", conta Calazans.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

> "Precisamos representar a diversidade brasileira"
> *Pipo Calazans*

Uma das campanhas que simbolizam a nova agência é a "Audience Delivery", para o iFood. A ação, criada pela DM9, consistiu em transmitir ao vivo todos os jogos da Copa Feminina de Futebol 2023 no aplicativo do iFood e assim fazer frente ao concorrente Rappi, que havia se tornado patrocinador das seleções de futebol masculino e feminino do país em 2022. A campanha gerou um aumento de 23% nos pedidos do iFood em relação ao mês anterior (junho de 2023). E ainda ganhou Leão de Ouro e Leão de Prata no Festival de Cannes Lions 2024.

Um exemplo do atual modelo de funcionamento da agência foi a campanha "Patrocínio Limpo", criada para a Consul, marca de eletrodomésticos da Whirlpool, que também é dona da Brastemp. Após ficar dois anos sem fazer publicidade, a Consul assinou um contrato inusitado de patrocínio com o tradicional time de futebol Juventus para promover sua nova linha de máquinas de lavar roupas. Como os times de futebol brasileiro incluem cada vez mais patrocinadores nas camisas do time, a Consul pagou para não ter sua marca — e nenhuma outra — estampada na camisa do Juventus durante toda a temporada de 2024. A campanha, lançada em fevereiro deste ano, gerou 12% de aumento de vendas para a Consul no período em relação ao ano anterior.

Mas foi a ação "O Custo do Ouro" a primeira a dar visibilidade criativa nacional e internacional à DM9 em março de 2023. O anúncio discutiu a exploração ilegal do ouro, uma das principais questões que ameaçam o povo Yanomami. A campanha contou com 560 reportagens nacionais e internacionais, 14 mil posts em redes sociais e um Leão na categoria "Design" do Festival de Cannes 2023.

Com 220 funcionários, sendo 27% negros, a DM9 promoveu, no ano passado, a primeira temporada do Projeto Move, um programa de vivência e estágio desenvolvido exclusivamente para pessoas negras em fase inicial ou de transição de carreira. Após processo de seleção, 15 jovens foram escolhidos, com a ajuda da consultoria Indique Uma Preta, para vivenciar o trabalho e o dia a dia da agência em diversas áreas. Os participantes receberam bolsa auxílio e ajuda de custo. O programa durou três meses e resultou na contratação de sete desses jovens. "Somos uma agência brasileira que precisa representar a diversidade brasileira e estamos em busca disso", afirma Calazans. *(AA)*

Clima Em meio à previsão de tempo seco e com medo de incêndios, produtor antecipa colheita de trigo; no PR, rendimento do cereal é prejudicado

Fogo se alastra de áreas de mata e de cana para cafezais em São Paulo

Isadora Camargo, Fernanda Pressinott e Eliane Silva*
De São Paulo e Ribeirão Preto

O clima quente e a seca extrema continuam causando incêndios em áreas de mata e de agricultura no Brasil, como os que afetaram cafezais da O'Coffee, em Pedregulho (SP). Só entre sexta-feira e o último sábado, foram registrados 8.225 focos de calor no país, de acordo com o Programa Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Mais da metade dos focos está concentrada em dois Estados: Mato Grosso (33%) e no Pará (27%).

Em São Paulo, na sexta-feira, a Defesa Civil, por meio do Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE), emitiu alerta de risco elevado para incêndios para todo o Estado até amanhã.

De acordo com a Climatempo, as temperaturas devem continuar elevadas, e o ar seco seguirá impedindo a formação de nuvens de chuva na maior parte do país nesta segunda-feira.

Assim, as condições seguem propícias ao alastramento do fogo, como o que atingiu, no fim da semana passada, cafezais da Fazenda Nossa Senhora Aparecida, da O'Coffee, de propriedade da família do ex-governador Orestes Quércia. A fazenda está localizada em Pedregulho, na Alta Mogiana Paulista, e é cercada por canaviais.

Romildo Batista de Freitas, secretário de Segurança de Pedregulho e chefe da Defesa Civil, disse ao **Valor** que o fogo que já estava em matas, canaviais e pastagens da região pulou para a fazenda e consumiu uma grande área, provocando a interdição da rodovia que liga Pedregulho a Buritizal.

A reportagem tentou falar com o gerente agrícola da fazenda Nossa Senhora Aparecida, Guilherme Diniz, mas não obteve retorno.

Segundo o chefe da Defesa Civil, 5 mil hectares já afetados por incêndios na região de Pedregulho desde meados de agosto. "O calor, a vegetação muito seca, a umidade baixa e o vento estão alimentando o fogo por aqui. Já tivemos muitos incêndios em anos anteriores, mas não com essa intensidade."

Outra fazenda de café atingida em Pedregulho foi a da família Pagliaroni. Em agosto, o produtor Marco Pagliaroni relatou à reportagem perdas de café com a geada repentina. Menos de um mês depois, ele assistiu ao fogo queimando cafeeiros da fazenda, que tem 350 hectares.

Segundo ele, os incêndios começaram brandos na quarta-feira, mas se espalharam muito rapidamente, o que dificultou o controle. "O fogo vinha avançando de outras reservas e fazendas e na quarta ele tomou uma velocidade absurda. Em cerca de 30 minutos, o fogo se movimentou mais de 1 quilômetro, alcançando nossa fazenda. Pegou principalmente a parte de reserva ambiental", descreveu.

Cerca de 50 mil pés de cafés foram atingidos, segundo ele.

No setor de cana, um dos mais afetados pelos incêndios em São Paulo, as usinas calculam as perdas. Na sexta-feira, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica) informou que, pelo menos, 231,38 mil hectares foram atingidos pelo fogo no Estado.

Dessa área, 132,04 mil hectares são de canaviais que ainda seriam colhidos. Os 99,79 mil hectares restantes são de áreas onde os trabalhos de campo já tinham acabado ou com lavouras recém-plantadas. Os números se referem só aos incêndios do fim de agosto.

Até agora, as regiões de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e São Carlos são as mais atingidas pelo fogo, respondendo por cerca de 90% da área afetada.

231,4
mil hectares de canaviais foram afetados pelo fogo

ARQUIVO PESSOAL

Fogo afeta cafezais em fazenda da O'Coffee, da família Quércia, em Pedregulho (SP); área é cercada por canaviais

O risco de incêndios por causa do clima seco tem feito agricultores adotarem estratégias pouco comuns. Em Ipaussu, no interior de São Paulo, o produtor Edjelton Martins passou a madrugada da última sexta-feira colhendo o trigo que plantou em 22 de abril. Ele antecipou a colheita em razão do temor de incêndios. A região, que tem tradição canavieira, também sofre com incêndios e falta de chuvas há mais de 100 dias.

Diante do fogo no campo dos vizinhos, Martins afirma que preferiu não arriscar esperar os cerca de 80 hectares de trigo chegarem ao ponto de maturação ideal e decidiu colher dez dias antes do calendário previsto. "Este ano ainda não, mas ano passado eu tive queimada nas áreas por causa da seca. Então, desta vez eu dessequei. Nunca tinha feito essa intervenção antes, e adiantei a colheita para não queimar".

No Paraná, que está sem situação de emergência por causa da estiagem, uma das culturas mais atingidas pelos extremos do clima é o trigo. Segundo boletim do Departamento de Economia Rural (Deral), o cereal colhido apresenta produtividade abaixo do esperado em função da seca. "Algumas áreas estão sendo submetidas à dessecação devido ao crescimento desuniforme provocado pela falta de chuvas durante seu desenvolvimento", informou.

Conforme o Deral, até 2 de setembro, 11% da safra de trigo havia sido colhida no Estado, sendo 28% em condições ruins, 36%, médias e 36%, boas. *(Colaboraram Carolina Mainardes*, de Ponta Grossa, e Luciana Franco*, de São Paulo) * Para o Valor*

valor.com.br
Mais sobre incêndios e efeitos da seca na agricultura em
www.valor.com.br/agro

Gargalo logístico e Newcastle afetam exportação de aves

Comércio

Nayara Figueiredo
De São Paulo

DIVULGAÇÃO

Granja de aves no Sul do país; suspensão temporária de exportações de frango após foco da Doença de Newcastle contribuiu para queda nos embarques

Gargalos logísticos e o foco da Doença de Newcastle confirmado em julho passado no Rio Grande do Sul fizeram as exportações de frango recuar em agosto. Os embarques somaram 379,8 mil toneladas, queda de 12,3% em relação ao mesmo período do ano passado, conforme dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). Os números consideram produtos in natura e processados.

Em receita, também houve recuo, de 4,5%, em comparação com o mesmo mês de 2023, para US$ 793,6 milhões, segundo a ABPA.

Em comunicado, a associação informou que houve perda de janela de embarques em determinados portos, especialmente em Paranaguá (PR), onde há grande represamento de fluxo logístico. Além disso, diz, também colaboraram para o recuo "efeitos pontuais da Doença de Newcastle, especialmente nos embarques para a China e o México".

O foco da Doença de Newcastle, detectado em uma granja comercial de Anta Gorda (RS) em julho, já foi considerado encerrado pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), mas as exportações ficaram suspensas, em nível nacional ou regional, por um período de tempo para diversos mercados, dentre eles o chinês.

A queda na receita com as exportações não foi maior porque preço médio da tonelada embarcada subiu 8,9% em agosto, para US$ 2.089. No mesmo período de 2023, ficara em US$ 1.918. Segundo a ABPA, o preço médio do mês passado é o maior desde agosto de 2022, quando atingiu US$ 2.106.

8,9%
foi a alta no preço médio da tonelada exportada

"O preço médio foi fortemente influenciado pelo crescimento dos embarques para mercados com alto valor agregado, como o Japão", disse, no comunicado, o presidente da ABPA, Ricardo Santin.

No acumulado do ano até agosto, o volume embarcado de frango alcançou 3,432 milhões de toneladas, 1,8% abaixo de igual intervalo de 2023. A receita chegou a US$ 6,319 bilhões, 7,8% menor que de janeiro a agosto do ano passado.

De acordo com a ABPA, os Emirados Árabes foram o principal destino do frango brasileiro, com a compra de 39,2 mil toneladas.

Embarque de carne bovina é recorde

Cleyton Vilarino
De São Paulo

As exportações brasileiras de carne bovina foram recorde em agosto, segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec). Os volumes alcançaram 248,1 mil toneladas, 16,5% mais do que no mesmo mês de 2023, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) compilados pela entidade.

A receita com os embarques no mês alcançou US$ 1,07 bilhão, uma alta de 13,7% em relação a agosto de 2023. Em nota, a Abiec afirmou que o crescimento das exportações brasileiras este ano é reflexo da abertura de novos mercados para a carne nacional.

No comunicado, a Abiec também destacou o aumento dos embarques de carne para a Europa diante da iminência da implementação da lei antidesmatamento pela União Europeia. Em agosto, foram 7.960 toneladas exportadas ao bloco, aumento de 27,7% em comparação com o mesmo mês de 2023.

No acumulado do ano, o Brasil exportou 1,8 milhão de toneladas, 27,9% mais que o registrado no mesmo período de 2023, segundo a Abiec. A receita com as vendas somou US$ 7,9 bilhões, alta de 18,7% na mesma comparação.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Bravsec Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Eireli** - CNPJ: 04.080.421/0001-20 - Endereço: Rua Lauro Muller, 116, Sala 3201, Bairro Botafogo - Requerente: Silvana Aparecida Vieira Ramos - Vara/Comarca: 3a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ

Requerido: **Engema Construções e Serviços Ltda.** - CNPJ: 02.016.712/0001-24 - Endereço: Av. José Paulino, 4733 B, Bairro Parque da Figueira - Requerente: Blocos Americana Artefatos de Cimento Eireli - Vara/Comarca: 1a Vara de Paulínia/SP

Requerido: **Suri Metais Ltda.** - CNPJ: 41.040.582/0001-17 - Endereço: Rua Vereador Genaro Vitale, 120, Bairro Jardim São Fernando - Requerente: Wagner Lopes Caprio - Vara/Comarca: 3a Vara de Pouso Alegre/MG

Requerido: **Tecnomonte Fabricação e Montagens de Tanques Industriais Eireli** - CNPJ: 31.045.857/0001-51 - Endereço: Av. Pio Xii, Nº 33, Bairro Nova Paulínia - Requerente: R. D. B. Service Construção e Montagens Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Paulínia/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Athol Participações Ltda.** - CNPJ: 11.270.471/0001-36 - Endereço: Rua Funchal, 538, Sala 82 A, Bairro Vila Olímpia - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Du Brasil Lar Materiais e Utilidades Ltda.** - CNPJ: 20.871.040/0001-16 - Endereço: Rua Tiradentes, 1613, Bairro Ferrazópolis, São Bernardo do Campo/sp - Administrador Judicial: Instituto de Pericias Brasil Inpeb, Representada Pelo Sr. Paulo Duarte Alecrim - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **Ldk Empreendimentos e Participações Ltda.** - CNPJ: 20.326.529/0001-07 - Endereço: Rua Funchal, 538, Sala 82 C, Bairro Vila Olímpia - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Lk 9 de Julho Empreendimentos Imobiliários Ltda.** - CNPJ: 17.931.274/0001-05 - Endereço: Rua Funchal, 538, Sala 84 C, Bairro Vila Olímpia - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Lock Corporativo Ltda.** - CNPJ: 00.345.605/0001-14 - Endereço: Rua Funchal, 538, Sala 82 D, Bairro Vila Olímpia - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Lock Edificações Prediais Ltda.** - CNPJ: 68.333.061/0001-04 - Endereço: Rua Funchal, 538, Sala 84 D, Bairro Vila Olímpia - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Lrk Construções Residenciais Ltda.** - CNPJ: 13.967.597/0001-90 - Endereço: Rua Funchal, 538, Sala 84 B, Bairro Vila Olímpia - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Lsk Engenharia e Serviços Ltda.** - CNPJ: 46.941.742/0001-12 - Endereço: Rua Dr. Rubens Meireles, 380, Sala 81, Bairro Barra Funda - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Lsk Engenharia Ltda.** - CNPJ: 57.660.961/0001-40 - Endereço: Rua Paes Leme, 524, 4ª Andar, Cjto. 44, Sala 01, Bairro de Pinheiros - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Residencial Estar Melhor Sahy Spe Ltda.** - CNPJ: 42.919.805/0001-83 - Endereço: Rua Paes Leme, 524, 4º Andar, Cjto. 45, Bairro de Pinheiros - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Romix Materiais Para Construção Ltda.** - CNPJ: 31.549.867/0001-24 - Endereço: Av. General Pedro Pinho, 516,bairro Pestana, Osasco/sp - Administrador Judicial: Apsis Consultoria Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Renato Monteiro - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Allonda Ambiental Engenharia Ltda.** - CNPJ: 33.189.131/0001-18 - Requerente: Recanorte Pavimentação e Construção Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à concessão da recuperação extrajudicial impetrada pela requerida.

Requerido: **Gafisa S/A** - CNPJ: 01.545.826/0001-07 - Endereço: Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, 13º Andar, Cjto. 131, Ed. 1, Bairro Vila Nova Conceição - Requerente: Paulo Joaquim Filho e Rosa Maria Aragão Santos - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Perfil Jd Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Eireli** - CNPJ: 00.498.571/0001-06 - Endereço: Rodovia Sp 191, S/nº, Km 31,9, Bairro Morro Grande - Requerente: New Trade Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multissetorial - Vara/Comarca: 3a Vara de Araras/SP - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Promac Equipamentos Ltda., Nome Fantasia Promac Correntes e Equipamentos** - CNPJ: 57.911.950/0001-95 - Requerente: Flávia Ramalho Rocha - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Desistência homologada.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Agronegócios

Por

Logística Porto Itapoá (SC) busca ser alternativa para driblar congestionamento em Santos

Exportador testa novas rotas para os embarques de algodão

PORTO ITAPOÁ/DIVULGAÇÃO

Fardos de algodão são carregados em armazém no Porto Itapoá; viabilidade da operação dedicada está em análise

Raphael Salomão e Fernanda Pressinott
De São Paulo

Operadores e terminais portuários do Brasil buscam estimular uma diversificação nas rotas de exportação de algodão, à medida que o país aumenta as vendas ao mercado externo. A intenção é viabilizar novos pontos de embarque como alternativas ao Porto de Santos, no litoral paulista, por onde sai a quase totalidade do produto nacional, que tem, como principal destino a China.

"Estudamos e mantemos qualquer rota que faça sentido", afirma Thaiz Chaiben gerente de Comércio Exterior e Logística da trading chinesa Cofco, que, no ano passado, exportou 400 mil toneladas da fibra a partir do Brasil.

A empresa ainda tem Santos como principal ponto de escoamento da pluma, embarcada por contêineres. Mas o avanço da produção de algodão no Brasil e o aumento da participação do país no mercado internacional — com a liderança mundial nas exportações — estão levando a Cofco a considerar outras rotas logísticas.

"Santos tem mais navios disponíveis e mais rotas marítimas que vão e vem, de forma que sempre se mostrou mais competitivo. Além disso, tem uma oferta de armadores que não se vê em nenhum outro ponto do país. Apesar disso, a safra de algodão vem crescendo e há muito congestionamento em Santos já com a oferta atual", diz.

No ano passado, a Cofco começou a testar a saída pelo Porto Itapoá, em Santa Catarina. Neste mês, um navio zarpou com destino à Ásia. A executiva não detalha os volumes nem faz projeções sobre o uso da rota pelo Sul neste ano. Mas avalia que a alternativa mostrou-se competitiva e eficiente.

"Apesar da distância maior da origem do algodão, os custos gerais de Itapoá são menores, por exemplo, para estufagem [carregamento completo do contêiner]", diz, acrescentando que terminais no Norte e Nordeste são menos competitivos por não terem oferta suficiente de navios.

A iniciativa da Cofco vai ao encontro da estratégia da Porto Itapoá, responsável pelo terminal catarinense de contêineres. A administradora portuária pôs em prática um projeto voltado especificamente à exportação de algodão, na tentativa de se consolidar como ponto de embarque do produto.

"Identificamos esse fluxo de algodão como uma oportunidade. O Brasil é o maior exportador global, com grande parte das cargas indo para a Ásia. Conversando com alguns clientes, investimos em uma estrutura interna no terminal, seguindo todos os parâmetros para preservar a qualidade do algodão", afirma o diretor de Desenvolvimento de Negócios e Experiência do Cliente da Porto Itapoá, Felipe Fioravanti Kaufmann.

No início de julho, a Porto Itapoá anunciou a conclusão de uma estrutura de estufagem para a commodity. Segundo Kaufmann, a iniciativa está em fase-piloto, para avaliar a viabilidade da operação dedicada e, a depender do interesse e da demanda das tradings e embarcadores, aumentar a escala.

Na visão da administradora portuária, Itapoá tende a se consolidar como opção a Santos para o embarque de algodão. A estrutura do porto catarinense tem um armazém exclusivo para recebimento de algodão já na zona primária, sem a operação retro-portuária. Máquinário e pessoal foram designados para a operação com a pluma. No local, são feitos os trâmites de alfândega, e a carga e o contêiner vão para o navio.

Nos primeiros dois meses da operação dedicada, Itapoá embarcou cerca de 500 contêineres de algodão. A projeção é totalizar algo entre 2 mil e 3 mil até o fim do ano. A administração do porto avalia que, em plena atividade, é possível chegar a mil unidades por mês.

Kaufmann credita a viabilidade da rota logística de Itapoá para o algodão, em parte, a uma elevada oferta de frete de retorno, o que aumenta a competitividade do terminal catarinense em relação a Santos. Segundo o executivo, transportadores que chegam com algodão de Estados como Mato Grosso, Bahia ou Goiás pegam o caminho de volta com fretes contratados e carretas carregadas.

Ele afirma que a fase-piloto prosseguirá até o fim do ano, para avaliar os primeiros meses de operação. "Vamos nos sentar com os clientes para avaliar a experiência de qualidade dos serviços, o atendimento. Passando essa análise, vamos buscar soluções em zona primária e até secundária para ganhar volumes", acrescenta.

> "Identificamos esse fluxo de exportação de algodão como uma oportunidade"
> *Felipe Kaufmann*

Em alta
Comportamento das exportações de algodão - de janeiro a junho

Fonte: ANEA

De janeiro a junho deste ano, o Brasil exportou 1,392 milhão de toneladas de algodão, com uma receita de US$ 2,68 bilhões, segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (Anea). No mesmo período em 2023, foram 424,5 mil toneladas, a um valor de US$ 796,73 milhões.

Um dos quatro maiores produtores mundiais (junto com Estados Unidos, Índia e China), o Brasil superou os EUA nas vendas externas e assumiu a liderança do comércio global da pluma.

Embora admita que há espaço para novas rotas de exportação, o presidente da Anea, Miguel Faus, ressalta a importância do porto de Santos no sistema logístico do algodão e diz que o local tem recebido investimentos para reforçar as operações. Pelo porto no litoral paulista, os exportadores embarcam mais de 90% da pluma.

Segundo ele, o Brasil deve seguir aumentando a produção e a exportação de algodão, abrindo caminho para diversificação das rotas logísticas. Mas Faus considera a operação complexa, por depender de investimentos a longo prazo e da garantia de regularidade.

"Precisa ter o contêiner vazio — e algodão é exportado em contêiner de 40 pés — e linhas regulares de navegação. Vai acontecer pouco a pouco. O exportador, o trader sempre vai procurar a opção mais eficiente. Tem que fazer sentido economicamente e ser eficiente para estufar, carregar e o navio zarpar", diz.

Cargill envia pluma por Itaguaí e Fortaleza

De São Paulo

Além de testar o novo terminal de algodão em Itapoá, as tradings têm buscado outras alternativas para enviar algodão ao exterior. A Cargill enviou pela primeira vez, em julho, uma carga de algodão proveniente de fazendas em Mato Grosso para o porto de Itaguaí (RJ). A operação foi de múltiplos modais, com caminhões e via férrea. O destino da carga foi Bangladesh.

"Essa nova rota é um marco na logística do Brasil, mostrando que há potencial e alternativas para diversificarmos os trajetos, os portos e os modais de transporte, buscando sustentabilidade, segurança e qualidade de serviço", afirma Ronney Maniçoba, gerente de Vendas da Brado, transportadora responsável por parte da operação.

A viagem-teste da nova rota transportou 40 vagões, que levaram 40 contêineres carregados com pouco mais de 1 mil toneladas de pluma de algodão. Primeiramente, a mercadoria foi levada das fazendas por até 780 quilômetros até o terminal da Brado Transportadora em Rondonópolis. Ali foi realizada a transferência da carga do caminhão para o contêiner — chamada de crossdocking.

Embarcados no trem da Brado, os contêineres seguiram por 1.392 quilômetros, pela ferrovia até Sumaré (SP), onde a Brado tem outro terminal multimodal, um hub de integração logística da ferrovia.

Os contêineres foram então transferidos para o trem da MRS e continuaram a viagem, por 568 quilômetros, até o terminal de Sepetiba Tecon, no Porto de Itaguaí, onde a composição ferroviária foi descarregada dentro da área portuária para embarque dos contêineres em navios da Maersk, com destino a Bangladesh.

Segundo o executivo da Brado, a nova rota evitou a emissão de 177 toneladas de CO_2 por viagem, o equivalente à emissão anual de 38 veículos. "Seriam necessárias 1.264 árvores para absorver essa quantidade de carbono", afirma.

"Descarbonizar a cadeia de suprimentos é fundamental para tornar o produto brasileiro cada vez mais competitivo no mercado internacional", observa Ellen Molina, gerente Multimodal da Cargill.

Outro teste de rota da Cargill ocorreu em agosto. Cerca de 100 toneladas de algodão cultivado no oeste da Bahia foram enviados a Ho Chi Minh, no Vietnã, por meio do porto de Fortaleza (CE). Ao todo, foram quatro contêineres enviados pela operadora logística CMA CGM.

"Esse foi apenas o primeiro embarque desse volume em Fortaleza. Temos a perspectiva de novos envios em breve", informa, em nota, Daniela Duarte, líder de transportes internacionais e cabotagem da Cargill na América Latina. *(FP e RS)*

Agrion terá mais uma fábrica de adubos em SP

Insumos

Nayara Figueiredo
De São Paulo

A Agrion Fertilizantes fechou um acordo com a NovAmérica Agrícola e a Usina Enersugar para a implantação de uma fábrica de fertilizantes especiais em Ibirarema (SP). A companhia investirá R$ 30 milhões na unidade, receberá a matéria-prima das usinas e terá garantia de venda de parte dos fertilizantes produzidos para as duas parceiras.

A unidade ficará na área da Enersugar. O modelo de negócios facilita a logística de entrega dos fertilizantes e o recebimento das matérias-primas utilizadas no processo produtivo: a torta de filtro, a vinhaça, a bioenergia e, futuramente, o biogás.

"O ano do mercado de fertilizantes não foi bom, foi um primeiro semestre difícil por causa dos baixos preços da soja e do milho. É pensando em momentos de oscilação como este que fazemos esse modelo de produzir no local (da usina) e baixar os custos", disse Ernani Judice, CEO e fundador da Agrion.

Segundo ele, os únicos nutrientes adquiridos fora desse sistema são os químicos — NPK —, usados na composição dos adubos.

A Agrion produz fertilizantes organominerais sólidos e líquidos, a partir dos resíduos da cana, e também está ampliando esse portfólio. "Agora estamos entrando nos fertilizantes foliares e nos insumos para nutrição de plantas", afirmou.

A nova unidade produzirá 60 mil toneladas por ano de fertilizantes na primeira fase do projeto, com possibilidade de expansão que permitirá dobrar sua capacidade posteriormente.

A construção leva de oito a 12 meses e, com base nisso, a expectativa é que a operação tenha início no segundo semestre de 2025.

Entretanto, segundo Judice, as vendas dos fertilizantes em Ibirarema (SP) já começam neste ano. "Vamos enviar produtos da outra planta para começar a desenvolver todo o mercado na região onde ficará a nova fábrica".

A NovAmérica, uma das maiores produtoras de cana-de-açúcar do país, e a usina Enersugar se comprometem com a aquisição de 20% a 30% dos fertilizantes que serão produzidos pela unidade da Agrion. O restante da produção será ofertado ao mercado em um raio de 200 quilômetros.

O acordo também prevê, segundo o empresário, a opção de compra de uma participação societária pelos parceiros do projeto. "Ao longo de um período eles têm a opção de ficar sócios da unidade", disse Judice.

A nova fábrica será a segunda unidade de um total de dez que a Agrion planeja construir nos próximos cinco anos. A primeira foi construída em parceria com a usina Bioenergética da Aroeira, localizada no município de Tupaciguara (MG).

Ao todo, a Agrion espera investir de R$ 300 milhões a R$ 400 milhões nas plantas, que ficarão espalhadas entre São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Nordeste.

O plano de Judice é construir duas fábricas por ano e, segundo ele, ainda haverá mais um anúncio em 2024 no mercado paulista. "No ano que vem, uma das que vamos construir já será no Nordeste", completou.

Com uma unidade em operação atualmente, a estimativa da Agrion é que seu faturamento alcance R$ 50 milhões neste ano, mas triplique para R$ 150 milhões em 2025, com mais duas plantas em atividade, sendo uma delas a de Ibirarema (SP).

NILANI GOETTEMS/VALOR

> "No ano que vem vamos construir uma unidade no Nordeste"
> *Ernani Judice*

Seca
Fogo atinge fazenda da O'Coffee em SP; produtor de trigo antecipa colheita
B7

Renda fixa Gestoras como a JGP, de Muller, fecham fundos de crédito para captação e fazem caixa C6

Pagamentos Reembolsos em casos de falha e fraude no Pix somam R$ 1 bi, segundo o BC C3

Crédito Bancos europeus veem hipotecas sem crescimento neste ano diante de custo alto C6

Juros Ganha força no mercado aposta em corte de 0,25 ponto em taxas nos EUA C2

Investimentos Até julho, R$ 241, 6 bi entraram em carteiras com alguma exposição a dívida, sendo R$ 159 bi com fatia superior a 50%

Fluxo gigante para fundos com crédito acende alerta

Peixoto, da Trigono: "Risco é quando o fluxo descola dos fundamentos. A gente pode estar num momento desses? Acho que não"

Adriana Cotias
De São Paulo

Com o forte fluxo que levou os fundos com alguma exposição a crédito a alcançarem mais de R$ 2,6 trilhões em patrimônio líquido até julho, os gestores estão mais seletivos. Mas com dinheiro novo vindo de tudo quanto é lado e a consequente derrubada dos spreads — a diferença de retorno em relação aos títulos públicos de referência —, vão conseguir manter as rédeas do risco sob controle?

Ainda não há nada que configure uma situação disfuncional, segundo profissionais dedicados à gestão ativa de crédito. Mas há alguns sinais de alerta em relação a preços nos mercados primário e secundário e nas condições que algumas emissões vêm obtendo, com cláusulas que favorecem as companhias em detrimento dos investidores. Isso pode se traduzir em garantias mais frouxas.

"Hoje há menos pressão em cima do emissor e mais por geração de 'fees' [comissões] do lado dos coordenadores líderes, os grandes bancos e corretoras, que estão ajudando a formar esse mercado de preços mais altos [e retornos mais baixos]", diz o gestor de crédito de uma grande asset que falou na condição de anonimato.

A consequência é que qualquer mudança de humor ou estresse em alguma companhia pode chacoalhar o setor e provocar revisão generalizada para um valor mais justo, com impactos negativos nas cotas. O resto da história o investidor sentiu na pele nos casos de Americanas e Light no ano passado, com resgates nos fundos forçando os gestores a vender ativos bons que nada tinham a ver com os papéis problemáticos.

Mais preocupante do que o risco de preço, acrescenta esse gestor, são cláusulas contratuais brandas, com algumas operações saindo "sem obrigações básicas", a exemplo de uma retenção de dividendos até que uma empresa salde parte relevante da dívida. Falta, assim, um alinhamento entre o acionista e o credor, algo que vem sendo deixado de lado pela "ansiedade do mercado de fundos e tomadores de crédito de uma maneira geral, de toparem condições piores porque precisam alocar", diz. "Numa eventual recuperação judicial, o contrato não vale nada, é um cheque sem fundo."

Entre as operações recentes que saíram com condições mais favoráveis para o devedor, há nomes como Enauta Energia, que captou R$ 600 milhões, Ambipar (R$ 1,2 bilhão) e Madero (R$ 500 milhões).

Na oferta da Suzano, de R$ 5,9 bilhões, houve uma série, de R$ 900 milhões, de debêntures com vencimento em 2035, que se enquadra na isenção de Imposto de Renda para a pessoa física, sem nenhum prêmio em relação à NTN-B. Só por conta do benefício fiscal. Ninguém espera um problema na gigante de celulose, mas o risco de crédito privado não está no preço do papel.

A expectativa é que os prêmios sejam ainda mais achatados até o fim do ano por causa da demanda. Até o fim de julho, havia um ingresso de R$ 241,6 bilhões em fundos com exposição a partir de 10% em crédito, segundo compilação da Anbima, que representa o mercado de capitais e investimentos, para o **Valor**. Desse volume, R$ 81,4 bilhões foram para portfólios que carregam de 50% a 70% em dívida, com outros R$ 77,6 bilhões com parcelas acima disso. O levantamento não inclui carteiras listadas em bolsa.

"O grande risco é quando o fluxo descola muito dos fundamentos. A gente pode estar num momento desses? Acho que não", afirma Marcelo Peixoto, gestor da Trigono Capital. Para ele, a melhor forma de proteger o investidor é sendo diligente: fazer um monitoramento constante das empresas e ficar próximo da administração a cada divulgação de resultados. Observar as movimentações no secundário também é uma forma de se prevenir de surpresas.

"Tem empresa que levo para o comitê, aprovo, mas não entro", diz Peixoto. "A Gerdau, por exemplo, é uma excelente companhia, tem metade das receitas nos EUA, uma margem boa, é sólida, mas o mercado oferece um retorno de CDI + 0,6%. O fundo 'high grade', [de ativos de melhor qualidade] tem taxa de administração de 0,45%, o que sobra para o cotista? Espero a oportunidade para entrar, em algum momento virá."

Lançado em maio, o fundo Trigono Sirius tem liquidez em 16 dias após o pedido de resgate do investidor. Assim, a gestão não pode descuidar de um vento contra no mercado secundário. "Quando ocorre um fechamento [redução] de prêmio, muitas vezes a companhia pode melhorar a qualidade do crédito, mas quando isso é puxado por um fluxo, chama a atenção", continua Peixoto. "Alguns nomes no universo das debêntures incentivadas têm uma situação mais gritante, com alguns vértices [vencimentos] com spread negativo, com menos prêmio que um título público. Não faz sentido."

O gestor diz evitar os setores de varejo ou de incorporação imobiliária. "A gente gosta de indústrias em que o fluxo de caixa é resiliente, reguladas, principalmente em debêntures incentivadas." As maiores exposições hoje estão em saneamento e energia, além do bancário, com letras financeiras.

> "A gente tem investido, de maneira muito seletiva, não tem quase nada 'super high grade', a CDI+ 0,5%"
> *Ivan Fernandes*

Embora o mercado esteja "bem tomado", o gestor da Trigono diz ainda enxergar bons papéis no universo high grade. Cita a holding Simpar (que controla empresas como JSL, Movida e Vamos), uma "empresa que cresce com dívida, mas é sólida, com ativos e business interessantes".

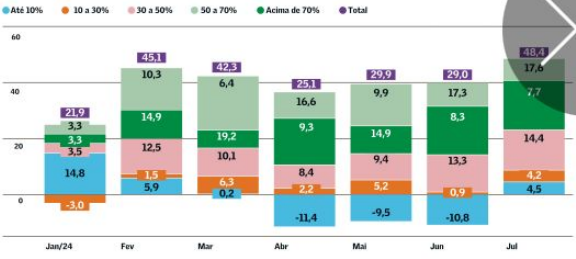
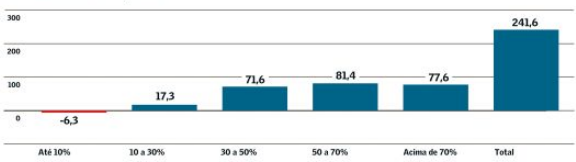
A tributação dos fundos fechados exclusivos trouxe um "fluxo monstro" para a indústria de letras e certificados de crédito imobiliário e do agronegócio (LCI, LCA, CRI e CRA). Com restrições regulatórias para o lastro, o dinheiro escoou para as debêntures. O vencimento de R$ 260 bilhões em Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B), entre principal e juros, em meados de agosto também ampliou a liquidez disponível para o crédito.

Carteiras com debêntures incentivadas, com isenção fiscal para a pessoa física, foram um desses destinos. Como a regulação permite que um portfólio novo, como o Trigono Polaris, alcance 67% em papéis do tipo em seis meses e 85% em dois anos, há tempo para fazer a alocação. "Posso ser criterioso agora sem perder o benefício tributário, não preciso comprar correndo", diz Peixoto.

Ele pondera que gestoras grandes que recebem muito fluxo talvez tenham que fazer o investimento de forma mais acelerada, o que explica alguns vencimentos de dívida sem prêmio nenhum em relação à NTN-B, saindo "carecas", como se diz no jargão do setor, ou até negativas. "São armadilhas que ao longo do tempo podem ser insustentáveis."

Para Ivan Fernandes, chefe de gestão de crédito na América Latina da Kinea, um dos destaques de captação desde o ano passado, a tendência é que o prêmio de crédito se reduza ainda mais até o fim do ano e a virada para 2025 por causa do fluxo e da performance recente. No pós-Americanas e Light, a recuperação dos ativos trouxe bons resultados para os fundos. E retorno passado, invariavelmente, chama dinheiro novo.

"Os spreads estão fechando mais do que a média histórica, mas não é nada muito exagerado", diz Fernandes. "A gente tem se posicionado, continua investindo na classe, mas de maneira muito seletiva, não tem quase nada super high grade, com taxas de CDI mais 0,5%, 0,8%, excessivamente baixas." O gestor diz buscar papéis com retorno adicional acima de 1%, no segmento "mid high yield", de risco médio, de "forma muito responsável, em companhias que deem conforto em crédito na parte mais curta do endividamento e com caixa suficiente para pagar as amortizações".

Até aqui, a Kinea tem conseguido manter com as posições que tem e os juros um carrego equivalente a CDI mais 2% ao ano. Para assegurar ganhos adicionais, tem atuado na originação dos próprios créditos, em operações bilaterais. "São cheques grandes, de R$ 300 milhões a R$ 500 milhões, é onde a gente consegue competir com os bancos, fazendo operações completas, sem necessidade de 'roadshow' [apresentação a investidores] e com um processo mais simples e barato", afirma.

É um tipo de risco em que a gestora consegue maior retorno, tendo como contrapartida "covenants [cláusulas contratuais] mais apertados e garantia real". É um tipo de transação que não chega para as assets, afirma o gestor da Kinea.

Com R$ 25 bilhões sob o seu guarda-chuva em fundos de créditos líquidos — de um total de R$ 60 bilhões —, Fernandes diz que a preocupação com o risco e a liquidez é uma constante. "Aqui, precisa fazer caixa e pagar [os resgates]." Uma das precauções é vender ativos cujos prêmios diminuíram. "Se o spread fecha demais, em algum momento deixa de ficar interessante, a gente vai se desfazendo dos papéis, vai desalocando e vende o que está caro", afirma. "Mas é cedo para pensar nisso."

Toda vez que há um crescimento forte de determinada classe de ativos há um grau de risco embutido, diz Fernandes, porque, eventualmente, não são apenas os emissores saudáveis que vão captar. Mas ele acha que o setor é suficientemente grande e sofisticado para conviver com as oscilações de demanda.

O gestor lembra o fim do segundo trimestre de 2023, com vários fundos com perdas relevantes sofrendo resgates sendo obrigados a vender papéis numa fase de revisão de preços. Depois disso, num período relativamente curto, de três a quatro meses, os spreads voltaram a cair de forma acelerada.

"Passado o pior momento, ficou evidente que as companhias estavam melhorando seus fundamentos de crédito, mudaram o comportamento, deixaram de disputar market share pelo crescimento. Houve um aumento de margem e desalavancagem. E se os ativos não vão 'defaultar' [inadimplir], o mercado se ajusta", acrescenta Fernandes.

> "Nas debêntures incentivadas tem mais fechamento de spread, mas muito ligado a nomes óbvios"
> *Renan Rego*

Do ponto de vista do alocador, a seleção ficou mais criteriosa por causa do efeito colateral da captação dos fundos nos spreads de crédito, diz Renan Rego, executivo-chefe de investimentos da G5 Partners. "Ainda há boas oportunidades no secundário e primário, mas há a necessidade de uma análise cuidadosa, dado que tem ativos, no nosso entendimento, não tão interessantes em termos de risco e retorno."

As gestoras independentes estão captando, mas os maiores volumes têm sido capturados pelas assets dos grandes bancos, aponta Rego. Ele não vê um problema iminente no setor, "diferentemente de outros ciclos, em que os gestores estavam mais lenientes, às vezes levando os spreads para patamares muito abaixo do histórico".

Uma classe em que há mais distorção, pondera, é nas debêntures de infraestrutura, por causa do rebalanceamento de portfólios decorrente das mudanças de lastro em outros títulos isentos (CRI, CRA, LCI e LCA), bem como a taxação dos fundos fechados exclusivos com o "come-cotas". "Ali, sim, se nota um pouco mais de fechamento de spread, mas muito ligado a nomes óbvios."

Leia mais na página C6

Em aceleração

Captação dos fundos de renda fixa que possuem crédito privado (R$ bilhões)

Total acumulado - em R$ bilhões

Fonte: Anbima

Ibovespa
Em pontos

Queda de **1,41%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

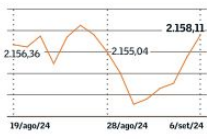
Bolsas internacionais
Variações no dia 6/set/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	-1,01
S&P 500	-1,73
Euronext 100	-1,37
DAX	-1,48
CAC-40	-1,07
Nikkei-225	-0,72
SSE Composite	-0,81

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Alta de **0,35%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Juros Aposta de investidores em ritmo mais contido em setembro ganha força após dados de emprego

Mercado vê corte menor do Fed neste mês

Gabriel Caldeira e Cristiana Euclydes
De São Paulo

Embora o volume de contratações em agosto tenha decepcionado as expectativas do mercado, os números de agosto do "payroll", o relatório oficial do mercado de trabalho dos Estados Unidos, não foram suficientes para decretar uma deterioração mais robusta do emprego na maior economia do mundo. Com isso, os investidores fortaleceram a expectativa em um corte de juros mais contido, de 0,25 ponto percentual, no início do ciclo de flexibilização do Federal Reserve (Fed), previsto para o dia 18.

Ao mesmo tempo em que o "payroll" ainda não sugere um mercado de trabalho, de fato, enfraquecido, os agentes já enxergam nos números uma necessidade maior de acelerar o ritmo da flexibilização monetária nos EUA após a reunião deste mês.

A economia americana criou 142 mil empregos em agosto, mas o "payroll" também mostrou uma revisão bastante expressiva na abertura de vagas nos meses anteriores: em julho, elas passaram de 114 mil para 89 mil, e, em junho, o número foi revisado de 206 mil a 118 mil. Ao mesmo tempo, a taxa de desemprego nos EUA voltou a cair, de 4,3% a 4,2%, e o rendimento médio por hora subiu 0,4% entre julho e agosto, acima da previsão do mercado.

Para o economista Stephen Juneau, do Bank of America (BofA), os dados do "payroll" não são "alarmantes" e, até por isso, o banco mantém a previsão de corte de 0,25 ponto pelo Fed neste mês. Para ele, os números do mercado de trabalho foram mistos, com uma geração de empregos fracas, mas todo o resto positivo.

Juneau diz que, para mudar a sua previsão para um corte mais agressivo nos juros, de 0,50 ponto em setembro, a criação de vagas teria de ser menor e a taxa de desemprego deveria ficar em cerca de 4,4%. Dito isso, com a desaceleração do mercado de trabalho e uma inflação que já não preocupa o Fed, "cortes sequenciais são muito prováveis", diz o economista.

O BofA, inclusive, alterou seu cenário para o ciclo de flexibilização do Fed e, agora, prevê cortes de 0,25 ponto nas cinco próximas reuniões de política monetária, de setembro a março de 2025, o que levaria a taxa dos Fed funds ao intervalo entre 4% e 4,25%. Depois disso, o Fed desaceleraria o ritmo de cortes para um por trimestre. "Em nossa opinião, os dados de emprego aumentaram a urgência para que o Fed volte a manter as taxas próximas do nível neutro", aponta o banco.

O economista-chefe para EUA do J.P. Morgan, Michael Feroli, também defende um retorno rápido à taxa de juros neutra, aquela que não restringe nem estimula a atividade econômica. Por isso, em seu cenário básico, o banco já trabalha com um corte de 0,5 ponto percentual pelo Fed neste mês.

"Achamos que há bons motivos para voltarmos rapidamente à neutralidade", disse o economista em conferência com clientes após a divulgação do "payroll". "Se o Fed, de fato, fará o que pensamos que ele deveria fazer ainda é uma questão em aberto."

CHRISTOPHER GOODNEY/BLOOMBERG

Michael Feroli, economista-chefe do J.P. Morgan: retorno rápido de juros dos EUA para o patamar neutro

Os economistas do Morgan Stanley, por sua vez, avaliam que a "leve recuperação" na geração de empregos entre julho e agosto será suficiente para que o Fed opte por uma redução de juros mais conservadora no dia 18. "O 'payroll' de agosto sugere que a fraqueza de julho foi exagerada, mas que o mercado de trabalho está claramente desacelerando", diz a equipe de economistas liderada por Seth Carpenter em relatório.

70%
é probabilidade de queda de 0,25 ponto. nos juros neste mês

Da mesma forma, o economista Derek Holt, do Scotiabank, acredita que o banco central americano deve "agir com cuidado" mesmo com um mercado de trabalho menos aquecido. "A economia americana continua com excesso de demanda. As pressões salariais continuam significativas. As tarifas [comerciais] — se aplicadas — correm o risco de ter efeitos inflacionários de primeira rodada e estaremos em uma posição melhor para avaliar esse risco após a eleição presidencial de 5 de novembro", pondera o economista, ao fazer referência à política comercial que pode ser implementada caso o republicano Donald Trump seja eleito.

Holt avalia que o discurso do diretor do Fed Christopher Waller, publicado pouco depois do "payroll", indica uma postura "equilibrada e cautelosa" antes do início do ciclo de cortes de juros. Além de ser uma das vozes mais influentes do atual Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc), Waller também se destacou por sua posição conservadora em relação à maioria dos demais dirigentes do banco central nos últimos anos.

Embora Waller tenha dito que "chegou a hora" de cortar os juros, ele avaliou que ainda não vê risco elevado de recessão nos EUA e que, por ora, espera que a flexibilização monetária ocorra de forma "cuidadosa", à medida que o emprego e a economia continuam crescendo.

Os comentários de Waller fizeram com que o mercado pendesse de vez para um corte mais modesto em setembro. Conforme o levantamento do CME Group com base nos futuros dos Fed funds, os investidores precificam 70% de chance de um corte de 0,25 ponto percentual, com 30% de probabilidade de redução de 0,5 ponto.

Além do discurso de Waller, os comentários mais recentes do presidente do Fed de Nova York, John Williams, sugerem a preferência da cúpula do banco central por um início menos agressivo do ciclo de cortes, diz o time de economistas do Goldman Sachs. Segundo o chefe da distrital do Fed, os juros podem se mover a uma posição "mais neutra com o tempo, a depender da evolução dos dados, das perspectivas e dos riscos para atingir nossos objetivos".

"Na nossa visão, esses comentários são consistentes com a projeção de um corte de 0,25 ponto percentual em setembro e indicam que as lideranças do Fed estão abertas a cortes de 0,5 ponto nas reuniões seguintes se o mercado de trabalho continuar a se deteriorar", diz o relatório do Goldman Sachs assinado pelo economista-chefe Jan Hatzius.

No Brasil, política monetária atua como 'motorista', afirma ex-Fed

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

Quando chegou ao Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos, em 2008, Benjamin Mandel era responsável por analisar o setor externo americano e entender as relações do comércio global com a política monetária do país. Muitos anos depois e com passagens por grandes instituições financeiras globais como Citi e J.P. Morgan, o economista buscou refúgio no Rio de Janeiro, no início da pandemia, e desde então, tenta desvendar os mistérios do ciclo econômico brasileiro e suas diferenças com o americano. "É um processo bem mais complexo do que entender o ciclo da economia dos EUA", revela.

Atualmente trabalhando como chefe de pesquisa econômica na Jubarte Capital, gestora que tem como sócio o ex-diretor de investimentos da Itaú Asset Management Eduardo Camara Lopes, Mandel classifica a política monetária americana como a "passageira" de um veículo em movimento. No Brasil, contudo, o estado da política monetária é o oposto, já que ela acaba assumindo o papel de "motorista" — algo que soa como novidade para o economista.

"Nos EUA, há uma série de regras de bolso que acabam indicando a tendência da política monetária de uma forma um pouco mais clara. O ciclo no Brasil é um bicho bem diferente. Há outros fatores que entram na equação, como a percepção de sustentabilidade da dívida, que afeta o prêmio de risco dos ativos e a credibilidade das instituições, notadamente do Banco Central. Há muitas camadas diferentes", diz em entrevista ao **Valor**.

LEO PINHEIRO/VALOR

Mandel, da Jubarte: ciclo local é mais difícil de entender que o dos EUA

Na virada de abril para cá, de acordo com Mandel, o ciclo brasileiro entrou em uma tendência de piora, o que levou a Jubarte a diminuir grande parte de sua exposição ao risco local e de forma bastante expressiva.

"Lá por março ou abril, o ciclo virou e parece ter estragado um pouco daquele ambiente favorável do ciclo de negócios do início do ano. Não vemos, no momento, uma perspectiva de melhora, mesmo com um cenário externo um pouco melhor, com as taxas de juros caindo. Ainda temos fatores idiossincráticos e estruturais que pesam. Os fundamentos domésticos pioraram e permaneceram assim. No nosso portfólio, simplesmente estamos correndo menos riscos no Brasil. Diminuímos a exposição de 60% para 20% nos ativos brasileiros, encurtamos posições e compramos algumas proteções."

Mandel aponta que as posições em bolsa da Jubarte foram praticamente zeradas. Outras, na curva de juros pré e pós-fixada, reduzidas. "O ruim é que preferimos estar mais otimistas sobre este ciclo doméstico. Mas o bom ponto é que isso comprovou a nossa tese de que é possível gerar alfa [retornos] acima do CDI mesmo com zero exposição em ações. Espalhamos nosso risco pelos mercados globais", diz o economista.

Sobre o momento de divergência da política monetária do Brasil e dos Estados Unidos — o Banco Central do Brasil deve entregar uma alta de 0,25 ponto na Selic em 18 de setembro, mesmo dia em que o Federal Reserve deve cortar a taxa dos Fed funds em 0,25 ponto —, Mandel o classifica como um cenário um pouco excepcional, mas que faz parte deste contexto particular da economia brasileira, que é repleta de idiossincrasias.

"O Brasil é um dos únicos países, fora o Japão, com previsão de juros subindo nos próximos 12 meses. Isso está relacionado aos fatores idiossincráticos do Brasil. Há, por exemplo, o fator da credibilidade. Isso levou o mercado a fazer uma reprecificação importante", observa o economista, para quem esse fator soa como novidade em relação aos EUA ou a outros mercados desenvolvidos.

Questionado se o BC, de fato, poderia ganhar credibilidade com um aperto adicional da política monetária, Mandel afirma que essa é uma particularidade brasileira que ele não entende tão bem. "É difícil, para mim, compreender. Esse é um jogo de credibilidade que basicamente faz parte do ambiente daqui. Mas houve algumas evidências, nos últimos meses, de que esse poderia ser o caso, observando o reflexo dos ativos. Se vai funcionar ou não, precisaremos acompanhar no valor do real e na inclinação da curva de juros", afirma.

Por outro lado, no cenário global, a leitura de que os riscos para o crescimento e para a inflação pendem para o lado negativo justifica boa parte das apostas aplicadas [que ganham com a queda das taxas] nos juros americanos, embora Mandel veja 4% como um nível neutro dos juros nominais nos EUA, o que pode sugerir espaço reduzido para cortes pelo Fed.

Tokenização é área favorita de 55% dos bancos em cripto

Ricardo Bomfim
De São Paulo

Estudo publicado pelo Citi revela que a tokenização é a atividade relacionada a ativos digitais favorita de 55% dos bancos do mundo todo, que já estão trabalhando em iniciativas para entrar nesse mercado. Trabalhar diretamente com criptomoedas ficou em segundo lugar, com 38% da preferência, e emitir os próprios criptoativos apareceu na lanterna, com 7%.

"De uma perspectiva prática, a tokenização é o principal facilitador na ponte entre os mundos dos ativos digitais e tradicionais, oferecendo a liquidez de mercado tradicional e a mobilidade e programabilidade do mercado digital", diz o estudo.

As emissões reais de títulos de dívida tokenizados teriam mostrado como a utilização de redes de registro distribuído (DLTs) pode ajudar a automatizar até 2 mil tarefas nesse processo e poupar de 800 a mil horas trabalhadas.

O levantamento aponta que, desde 2019, mais de US$ 15 bilhões foram emitidos em ativos digitais institucionais, sendo US$ 8,5 bilhões representando títulos de dívida. "A promessa da blockchain é aumentar a eficiência em todo o ciclo de negócios. Como setor, tentamos acelerar os processos e aumentar a automação", diz Ryan Marsh, chefe de inovação e investimentos estratégicos do Citi Securities Services.

> "A promessa da blockchain é aumentar a eficiência em todo o ciclo de negócios; acelera processos"
> *Ryan Marsh*

A tokenização também é o ramo mais atrativo para 72% dos custodiantes, 57% dos corretores e 52% dos gestores de ativos. O único segmento do mercado financeiro que prefere a compra e venda de criptomoedas é o dos investidores institucionais. Para 72% deles, as criptomoedas oferecem melhores oportunidades, contra 14% dos que preferem tokenização. As informações foram levantadas a partir de uma pesquisa quantitativa com 494 executivos de infraestrutura de mercado, custodiantes, bancos e corretores ao redor do mundo, além de uma qualitativa com extensas entrevistas com 14 empresários do setor financeiro.

Por outro lado, a falta de um dinheiro digital de livre circulação em DLT emitido por um banco central, como uma CBDC, é vista como um gargalo para o crescimento do mercado de blockchain para instituições financeiras. Por ora, a solução tem sido a utilização de fundos de "money market" (alta liquidez) tokenizados.

Marsh conta que o próximo ciclo deverá responder se o modelo vencedor para o uso de blockchain por instituições financeiras é o de múltiplas redes privadas ou de uma só com alto índice de integração. "Acho que começará com múltiplas blockchains, com uma possível redução mais tarde, porque na multiplicidade você acaba dividindo a liquidez", diz.

Meios de pagamentos Volume representa, porém, baixo índice de ressarcimento em relação aos pedidos que chegam à supervisão

BC devolve mais de R$ 1 bi por fraudes e falhas no Pix

Gabriela Pereira
De Brasília

Um mecanismo criado pelo Banco Central (BC) para facilitar a devolução de transações feitas com Pix em casos de fraude ou falha operacional permitiu o retorno de cerca de R$ 317 milhões a usuários do serviço só em 2024 (até julho). Desde novembro de 2021, o montante total reembolsado superou o R$ 1 bilhão.

De acordo com dados do BC, por meio do Mecanismo Especial de Devolução (MED), foram registrados 2,5 milhões de pedidos de devolução por fraudes entre janeiro e julho deste ano, sendo que 68% das solicitações foram rejeitadas. O valor recuperado com o mecanismo nesse período foi de R$ 284 milhões, cerca de 8% do total.

Houve também 63 mil casos registrados envolvendo falhas operacionais nos sete primeiros meses deste ano. Nessa modalidade, foram devolvidos por volta de R$ 33 milhões dos R$ 73 milhões em pedidos vinculados às solicitações (45,1%).

O baixo índice de devoluções por casos de fraudes e falhas por Pix se dá pela velocidade das solicitações, afirma o chefe do departamento de competição e de estrutura do mercado financeiro do BC, Breno Santana Lobo. Segundo ele, os golpistas tendem a movimentar os valores entre diferentes contas, impedindo o funcionamento do MED, que só fica disponível se houver recursos na conta de destino.

Lobo diz ainda que os bancos têm um prazo de 30 minutos para abrir as solicitações de devolução junto ao BC após a identificação do caso, com intenção de garantir mais velocidade ao processo.

Já nos casos de falhas operacionais, ele afirma que, em geral, os bancos se comunicam e relatam erros pontuais, realizando a transação dos valores enviados incorretamente.

"São casos em que lidamos com a boa-fé dos bancos. Se depois a outra parte entender que houve prejuízo ou foi uma operação fraudulenta, o Banco Central vai analisar o caso, e se chegar à conclusão de que houve má-fé a instituição pode ser punida", afirma.

Uma fraude que tem se tornado comum entre os golpistas envolve o uso do próprio mecanismo de devolução. Funciona assim: ao receber um Pix indevido, o usuário é contactado pelo fraudador, que passa uma chave diferente da original da transação. Agindo de boa-fé, a pessoa realiza o pagamento para essa outra chave.

Além disso, após essa movimentação, os golpistas abrem um protocolo no mecanismo do BC e afirmam terem sido vítimas de golpe. Como houve movimentação recente na conta do usuário, os bancos entendem que realmente houve uma fraude, e se houver o saldo o valor é debitado da conta do usuário. Dessa forma, o dinheiro sai da conta da vítima duas vezes.

O sócio de bancos e serviços financeiros do escritório Mattos Filho Paulo Brancher afirma que sempre vão existir falhas em sistemas operacionais e o que precisa ser feito é melhorar os mecanismos de controle.

"Uma vez que existe a percepção de uma ineficiência no sistema e que está acontecendo uma fraude, é preciso pensar em quais são as melhorias que vão ser aplicadas para tentar evitar", diz Brancher.

> Nova versão em estudo pretende rastrear todas as transações que saírem da conta original para bloqueios ágeis

De acordo com Larissa Arruy, também sócia do Mattos Filho, o BC e as instituições financeiras têm feito o dever de casa e estão demonstrando uma preocupação recorrente com casos de fraude. "Existe uma combinação que são os procedimentos que o Banco Central está estabelecendo e a atenção que as instituições de pagamento estão tendo com seus próprios controles internos, que estão se tornando cada vez mais robustos", diz.

Ao **Valor**, o BC informou que já existe um grupo de trabalho, formado por entidades de bancos e de pagamentos financeiros, discutindo a criação de uma "MED 2.0". A nova versão do mecanismo deve ser entregue no final do próximo ano ou no começo de 2026 e poderá rastrear todas as transações Pix que saírem da conta original. A tecnologia possibilitará a comunicação entre bancos, que realizarão os bloqueios em todas as contas eventualmente operadas por golpistas. "Com isso a gente aumenta a chance de reaver mais recursos", diz Lobo, do BC.

O chefe de departamento da autoridade monetária afirma que uma das principais dificuldades que o BC enfrenta neste âmbito é a falta de educação digital da população. "A gente não consegue conversar com todo mundo, por mais que tente. Além da falta de velocidade nas solicitações, tem pessoas que nem conhecem o mecanismo, e isso dificulta muito a atuação do regulador."

Na visão do diretor de crédito e Modelagem Preditiva da C&M Software, Antônio Kikuti, o mecanismo do BC para tentar devolver recursos fruto de fraudes com Pix ainda enfrenta desafios.

"A implementação do MED requer um entendimento claro por parte dos usuários sobre como e quando utilizá-lo. A falta de conhecimento pode levar a um uso inadequado do mecanismo, o que, por sua vez, pode resultar em frustrações e desconfiança no sistema", afirma. "A educação financeira e a conscientização sobre os riscos associados ao uso do Pix são fundamentais para que o MED cumpra seu papel de forma eficaz."

Um levantamento do Datafolha publicado em agosto mostrou que existem 1.979 casos de golpes com o Pix ou boleto falso por hora.

A advogada Cecilia Choeri, especialista em proteção de dados e compliance e sócia do Chediak e Cristofaro Advogados, afirma que, apesar de parecer uma medida simples, é importante disponibilizar somente dados que sejam estritamente necessários em transações comerciais. "Muitas vezes, vamos em instituições comerciais e é pedida uma série de informações. Se uma pessoa quiser fazer uso daquelas informações, ela pode, por exemplo, fazer um Pix para depois aplicar um golpe com o próprio MED", diz.

Por isso, a advogada lista medidas que podem evitar fraudes, como não fornecer dados sensíveis sem necessidade, desconfiar de preços promocionais, usar senhas fortes e duplo fator de autenticação, e nos casos de recebimentos de pagamentos indevidos sempre devolver para a conta de origem usando o botão de devolução disponibilizado pelo banco.

Funcionamento do MED

Vítima tem até 80 dias para solicitar devolução

* De acordo com o Banco Central, caso não haja saldo suficiente para a devolução total dos valores, o banco do recebedor deve monitorar a conta por até 90 dias da transação original e, surgindo valores, deve fazer devoluções parciais.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 06/09/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.204,2021380	0,03	0,25	6,57
IRF-M	1+**	20.585,1539010	0,09	0,82	3,23
IRF-M	Total	18.696,8049560	0,07	0,63	4,30
IMA-B	5***	9.445,9072680	0,00	0,33	5,23
IMA-B	5+****	11.532,4007000	0,19	0,59	-0,62
IMA-B	Total	10.103,8874550	0,11	0,48	1,99
IMA-S	Total	6.868,5990990	0,04	0,20	7,48
IMA-Geral	Total	8.349,4596390	0,07	0,38	5,03

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	23/08	22/08	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,53	33,43	33,72	29,63	31,50	32,83
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	34,87	36,16	25,89	24,96	24,54	27,03
Conta garantida pré - a.a.	46,81	46,93	42,64	38,67	48,79	47,07
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,73	21,45	21,59	21,70	21,70	27,29
Vendor pré - a.a.	15,74	16,21	15,81	15,28	15,60	17,79
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,37	17,37	17,00	16,30	17,65	20,81
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,22	19,24	17,61	18,30	19,64	17,86
Conta garantida pós - a.a.	24,77	24,09	24,89	24,76	24,42	26,48
ACC pós - a.a.	8,00	7,97	8,44	8,30	8,28	9,09
Factoring - a.m.	3,20	3,21	3,23	3,25	3,27	3,48

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	06/09/24	05/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	3,3500	5,3200	5,3200	5,3300	5,3000
1 mês	-	5,3421	5,3465	5,3465	5,3532	5,3130
3 meses	-	5,3678	5,3684	5,3684	5,3641	5,2010
6 meses	-	5,3957	5,3951	5,3951	5,3918	5,0821
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6620	3,6540	3,6540	3,6630	3,6520
1 mês	-	3,6663	3,6690	3,6690	3,6685	3,6584
3 meses	-	3,6985	3,7145	3,7145	3,7758	3,4705
6 meses	-	3,8306	3,8379	3,8379	3,8688	3,1957
1 ano	-	3,9131	3,9130	3,9130	3,9123	2,3256
Euribor ***						
1 mês	-	3,542	3,589	3,589	3,584	3,651
3 meses	-	3,470	3,490	3,490	3,569	3,795
6 meses	-	3,364	3,360	3,360	3,462	3,929
1 ano	-	3,053	3,088	3,088	3,192	4,051
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,04	5,15	5,26	5,26	5,34	5,38
T-Bill (3 meses)	4,89	5,07	5,09	5,09	5,22	5,48
T-Bill (6 meses)	4,72	4,75	4,85	4,85	4,95	5,54
T-Note (2 anos)	3,65	3,76	3,90	3,90	3,86	5,02
T-Note (5 anos)	3,49	3,54	3,67	3,67	3,76	4,42
T-Note (10 anos)	3,71	3,73	3,86	3,86	3,94	4,28
T-Bond (30 anos)	4,02	4,02	4,15	4,15	4,25	4,36

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da EBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	set/24*	ago/24	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,20	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,30	11,20
CDI	0,20	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,30	11,20
CDB (1)	0,73	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	6,81	9,99
Poupança (2)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09
Poupança (3)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09
IRF-M	0,63	0,66	1,34	-0,29	0,66	-0,52	4,30	8,36
IMA-B	0,48	0,52	2,09	-0,97	1,33	-1,61	1,99	5,32
IMA-S	0,20	0,90	0,94	0,81	0,83	0,90	7,48	11,40
Renda Variável								
Ibovespa	-1,05	6,54	3,02	1,48	-3,04	-1,70	0,29	17,51
Índice Small Cap	-0,69	4,52	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	-10,31	-2,18
IBrX 50	-1,33	6,51	3,15	1,63	-3,11	-0,62	1,77	19,46
ISE	0,45	5,98	2,84	1,10	-3,61	-4,02	-1,62	9,55
IMOB	1,14	5,86	4,82	1,06	-0,73	-11,56	-6,66	4,77
IDIV	0,43	6,68	1,90	1,99	-0,99	-0,56	5,45	21,94
IFIX	-0,21	0,85	0,53	-1,04	0,02	-0,77	2,27	5,63
Dólar Ptax (BC)	-1,52	-0,10	1,86	6,05	1,35	3,51	15,06	14,82
Dólar Comercial (mercado)	-0,75	-0,38	1,18	6,46	1,09	3,54	15,20	13,79
Euro (BC) (4)	-1,30	2,08	2,92	4,73	2,89	2,37	15,39	17,26
Euro Comercial (mercado) (4)	-0,46	1,77	2,23	5,07	2,79	2,43	15,42	16,00
Ouro (BC)	-1,36	3,19	5,98	5,97	2,87	7,18	39,62	48,11
Inflação								
IPCA (5)	-	0,04	0,38	0,21	0,46	0,38	2,91	4,30
IGP-M	-	0,29	0,61	0,81	0,89	0,31	2,00	4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 06/set. ** Até ago/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,04% para o mês de agosto

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 03/09/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.693.460,00					5.153,76	19.101,16	322.756,86	295.387,45
RF Indexados (2)	144.413,59	0,00	0,00	4,07	7,70	-354,44	482,17	-12.279,71	-16.994,00
RF Duração Baixa Soberano (2)	692.054,94	0,04	0,07	6,61	10,37	1.344,13	15.270,91	41.833,06	37.366,05
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	905.770,33	0,04	0,08	7,56	11,82	2.715,91	706,53	94.212,80	90.237,46
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	193.965,82	0,04	0,05	7,62	11,69	660,42	662,09	84.000,69	87.543,35
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.112,88	0,01	0,01	6,02	9,22	41,31	157,76	-4.892,11	-6.527,92
RF Duração Livre Soberano (2)	216.484,64	0,02	0,05	6,15	9,95	365,09	-39,68	-15.419,90	-28.409,97
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	673.005,10	0,02	0,04	6,76	10,73	2.172,63	3.991,46	-15.171,99	-30.678,71
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	405.521,38	0,03	0,06	6,85	11,22	-1.673,40	-583,34	110.051,55	145.248,51
Ações	640.957,76					-431,44	-766,75	1.371,62	45.488,91
Ações Indexados (2)	10.661,78	-0,38	-1,19	0,15	13,67	-7,71	-48,16	130,53	-1.965,20
Ações Índice Ativo (2)	29.743,99	-0,24	-0,78	-1,19	10,48	-402,05	417,28	-7.565,30	-6.983,70
Ações Livre	232.042,98	-0,40	-0,75	0,81	10,62	9,90	-273,35	-1.350,35	-5.327,80
Fechados de Ações	123.823,69	-0,50	-0,57	4,85	-1,09	0,50	1,76	-1.994,84	12.226,08
Multimercados	1.608.426,16					-3.274,95	-4.027,71	-149.256,30	-286.357,17
Multimercados Macro	134.572,49	-0,13	-0,10	2,76	6,80	-155,84	-732,42	-44.768,04	-65.438,51
Multimercados Livre	623.754,90	-0,03	-0,08	6,10	10,50	-3.324,76	-3.388,56	-19.130,24	-80.956,04
Multimercados Juros e Moedas	48.992,59	0,04	0,01	6,55	10,72	41,67	3,17	-9.566,09	-14.767,65
Multimercados Invest. no Exterior (2)	718.504,10	-0,04	-0,17	7,70	12,84	216,42	56,42	-76.960,51	-121.949,71
Cambial	6.510,49	0,34	0,04	20,82	21,23	0,40	53,04	-584,17	-1.037,66
Previdência	1.473.050,46					-134,06	33,92	27.712,49	39.772,43
ETF	42.946,74					113,90	41,13	-3.296,14	-2.868,56
Demais Tipos	2.091.589,19					-275,11	-743,51	61.504,10	101.649,38
Total Fundos de Investimentos	**7.465.351,61**					**1.426,82**	**14.434,81**	**198.700,37**	**90.365,39**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.760.017,74**					**1.196,15**	**3.158,15**	**108.366,63**	**175.056,80**
Total Fundos Off Shore (4)	**49.457,77**					-	-	-	-
Total Geral	**9.274.827,12**					**2.622,97**	**17.592,96**	**307.067,00**	**265.422,19**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo excluí os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades de ano e 12 meses foram estimadas com base na metodologia anterior. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de julho de 2024 * Rentabilidade sem período completo. Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos à retificação em razão da representatividade da amostra no cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	06/09/24	05/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8279	0,8279	0,8675	0,8675	0,8675	0,9853
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8279	0,8279	0,8675	0,8675	0,8675	0,9853
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	10,49
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8349
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,54
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9895
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,76	10,76	10,77	10,77	10,48	12,53
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	11,20	11,19	11,28	11,28	10,82	11,97
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,55	10,55	10,53	10,53	10,42	12,88
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,63	10,62	10,63	10,63	10,45	12,74
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,77	10,77	10,79	10,79	10,49	12,53
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,92	10,92	10,98	10,98	10,59	12,35
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	11,19	11,19	11,28	11,28	10,79	11,99
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,59	11,58	11,74	11,74	11,30	10,98

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 06/09/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	99.327,31	10,523	695.716	10,508	10,530	10,526
Vencimento em nov/24	98.412,61	10,605	40.472	10,588	10,612	10,608
Vencimento em dez/24	97.639,65	10,740	144.578	10,728	10,754	10,748
Vencimento em jan/25	96.765,90	10,911	1.345.370	10,880	10,935	10,920
Vencimento em fev/25	95.642,21	11,062	4.809	11,050	11,065	11,065
Vencimento em mar/25	94.991,16	11,198	6.037	11,190	11,230	11,225
Vencimento em abr/25	94.179,52	11,313	236.345	11,230	11,345	11,325
Vencimento em mai/25	93.340,04	11,381	618	11,370	11,415	11,370
Vencimento em jun/25	92.466,34	11,455	867	11,445	11,470	11,470
Vencimento em jul/25	91.623,14	11,532	360.566	11,430	11,580	11,545
Vencimento em ago/25	90.682,32	11,577	288	11,540	11,600	11,565

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	5.605,45	0,19	266.290	5.543,00	5.616,00	5.616,00
Vencimento em nov/24	5.625,33	0,19	210	5.618,50	5.628,00	5.628,00
Vencimento em dez/24	5.642,57	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.662,98	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em fev/25	5.688,40	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	6.220,52	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.252,72	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	6.278,45	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	135.916	-1,57	103.415	135.655	138.775	135.890
Vencimento em dez/24	138.115	-	0	0	0	0
Vencimento em fev/25	140.199	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 06/09/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,5696	5,5702	-0,62	-1,52	15,06	11,94
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,5894	5,5900	0,35	-0,75	15,20	12,19
Dólar Turismo (R$/US$)	5,6247	5,8047	0,24	-0,95	15,00	12,09
Euro (BC) - (R$/€)	6,1739	6,1751	-0,71	-1,30	15,39	15,81
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,1971	6,1978	0,19	-0,46	15,42	15,97
Euro Turismo (R$/€)	6,2739	6,4539	0,13	-0,67	15,10	15,92
Euro (BC) - (US$/€)	1,1085	1,1086	-0,09	0,23	0,29	3,46
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	448,7994	448,8477	-0,70	-1,38	39,82	46,30
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.496,81	-0,81	-0,24	20,90	30,04
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.517,70	0,03	-0,26	22,08	31,14

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	06/09/24	05/09/24	No fim de ago/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	174.925,09	176.224,47	178.922,92	173.997,89	-0,74	-2,23	0,53
Valor-Coppead Mínima Variância	103.311,45	103.969,59	105.748,61	93.533,91	-0,63	-2,30	10,45

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data de vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,65	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	6,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
IP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 06/09/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainability linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 06/09/24

Índice	06/09/24	05/09/24	Em 30/08/24	Em 29/12/23	Em 06/09/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	179,51	182,91	188,53	165,54	155,97	-1,86	-4,79	8,44	15,09
S&P BNY Emergentes	337,77	346,31	354,71	312,75	294,07	-2,47	-4,78	8,00	14,86
S&P BNY América Latina	193,41	196,61	196,58	225,28	197,25	-1,63	-1,62	-14,15	-1,95
S&P BNY Brasil	195,65	198,89	197,44	232,95	199,20	-1,63	-0,91	-16,01	-1,78
S&P BNY México	277,65	281,35	286,82	331,67	310,26	-1,31	-3,20	-16,29	-10,51
S&P BNY Argentina	276,89	282,69	268,80	178,27	146,44	-2,05	3,01	55,33	89,08
S&P BNY Chile	133,43	136,89	143,28	162,12	158,38	-2,52	-6,87	-17,69	-15,75
S&P BNY Índia	3.105,67	3.145,44	3.175,88	2.923,01	2.777,52	-1,26	-2,21	6,25	11,81
S&P BNY Ásia	207,20	213,06	218,99	189,60	180,84	-2,75	-5,38	9,28	14,57
S&P BNY China	288,05	290,81	294,08	336,11	350,88	-0,95	-2,05	-14,30	-17,91
S&P BNY África do Sul	181,50	184,97	192,07	199,87	190,52	-1,87	-5,50	-9,19	-4,73
S&P BNY Turquia	32,78	33,44	33,07	22,45	24,04	-1,96	-0,87	46,00	36,35

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755	0,5755	0,8466
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749	0,5749	0,8454
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8091
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7729
24/08 a 24/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7732
25/08 a 25/09	0,0709	0,5713	0,5713	0,8102
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759	0,5759	0,8472
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767	0,5767	0,8484
28/08 a 28/09	0,0770	0,5774	0,5774	0,8494
29/08 a 29/09	0,0714	0,5678	0,5678	0,8145
30/08 a 30/09	0,0676	0,5678	0,5678	0,7772
31/08 a 01/10	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760
01/09 a 01/10	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760
02/09 a 02/10	0,0714	0,5718	0,5718	0,8150
03/09 a 03/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8184
04/09 a 04/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8186
05/09 a 05/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8193

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 06/09/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	134.572	-1,41	-1,05	0,29	16,03
IBrX	56.867	-1,41	-1,03	0,74	16,35
IBrX 50	22.610	-1,49	-1,33	1,77	17,25
IEE	93.960	-0,76	1,15	-1,05	11,74
SMLL	2.110	-1,29	-0,69	-10,31	-2,47
ISE	3.703	-1,27	0,45	-1,62	11,23
IMOB	943	-0,90	1,14	-6,66	7,50
IDIV	9.568	-0,72	0,43	5,45	22,03
IFIX	3.387	0,12	-0,21	2,27	5,11
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.159	-0,80	0,48	-12,83	3,65
IBrX	10.209	-0,79	0,49	-12,44	3,94
IBrX 50	4.059	-0,87	0,19	-11,55	4,75
IEE	16.868	-0,14	2,71	-14,00	-0,18
SMLL	379	-0,67	0,84	-22,05	-12,87
ISE	665	-0,66	2,00	-14,49	-0,63
IMOB	169	-0,28	2,70	-18,88	-3,97
IDIV	1.718	-0,10	1,98	-8,35	9,01
IFIX	608	0,75	1,33	-11,11	6,10

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	Spread 29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. * Calculado pelo JP Morgan. ** Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diária	
jan/24	353.563	27/08/24	368.531
fev/24	352.705	28/08/24	369.578
mar/24	355.008	29/08/24	369.266
abr/24	351.589	30/08/24	369.214
mai/24	355.560	02/09/24	369.152
jun/24	357.627	03/09/24	369.150
jul/24	363.282	04/09/24	366.472
ago/24	369.214	05/09/24	368.984

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	06/09/24	05/09/24	04/09/24	03/09/24	02/09/24	30/08/24
Índice	2.158,11	2.154,04	2.149,17	2.148,24	2.146,24	2.145,26
Var. no dia	0,19%	0,23%	0,04%	0,09%	0,05%	-0,27%
Var. no mês	0,60%	0,41%	0,18%	0,14%	0,05%	0,68%
Var. no ano	4,50%	4,30%	4,07%	4,02%	3,92%	3,88%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 06/09/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	33,6100	33,6400	0,16560	0,16570
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,5696	5,5702
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,5929	36,6846	0,1518000	0,1522000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7957	0,8132
Colon (Costa Rica)	520,6000	532,0000	0,010470	0,010700
Coroa (Dinamarca)	6,7313	6,7319	0,8273	0,8275
Coroa (Islândia)	137,4800	137,6800	0,04046	0,04052
Coroa (Noruega)	10,7090	10,7129	0,5199	0,5201
Coroa (Rep. Tcheca)	22,5750	22,5920	0,2465	0,2467
Coroa (Suécia)	10,2877	10,2910	0,5412	0,5414
Dinar (Argélia)	131,6530	133,1710	0,04182	0,04225
Dinar (Kuwait)	0,3049	0,3058	18,2132	18,2689
Dinar (Líbia)	4,7494	4,7717	1,1672	1,1728
Direitos Especiais de Saque ***	1,3482	1,3480	7,5145	7,5153
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6727	3,6731	1,5163	1,5166
Dirham (Marrocos)	9,7270	9,7320	0,5723	0,5727
Dólar (Austrália)***	0,6674	0,6675	3,7172	3,7181
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,5696	5,5702
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7393	2,7876
Dólar (Canadá)	1,3562	1,3563	4,1065	4,1072
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,6702	6,7518
Dólar (Cingapura)	1,3011	1,3019	4,2781	4,2811
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,5696	5,5702
Dólar (Hong Kong)	7,7945	7,7947	0,7145	0,7146
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6176	0,6177	3,4398	3,4407
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7641	6,8260	0,8159	0,8235
Euro (Comunidade Européia)***	1,1085	1,1086	6,1739	6,1751
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0602	3,1214
Franco (Suíça)	0,8427	0,8430	6,6069	6,6099
Guarani (Paraguai)	7733,8900	7739,2300	0,0007197	0,0007202
Hryvnia (Ucrânia)	40,9000	41,1000	0,1355	0,1362
Iene (Japão)	142,1200	142,1300	0,03919	0,03919
Lev (Bulgária)	1,7640	1,7643	3,1568	3,1577
Libra (Egito)	48,3900	48,4900	0,1149	0,1151
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000062	0,000062
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3131	1,3132	7,3134	7,3148
Naira (Nigéria)	1580,0000	1630,0000	0,00342	0,00353
Lira (Turquia)	34,0265	34,0305	0,1637	0,1637
Novo Dólar (Taiwan)	31,9880	32,0180	0,17400	0,17410
Novo Sol (Peru)	3,7966	3,7979	1,4665	1,4672
Peso (Argentina)	953,5000	954,5000	0,00584	0,00584
Peso (Chile)	947,4000	947,9000	0,005876	0,005880
Peso (Colômbia)	4163,5000	4166,3800	0,001337	0,001338
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2321	0,2321
Peso (Filipinas)	56,0930	56,1130	0,09926	0,09930
Peso (México)	20,0500	20,0560	0,2777	0,2778
Peso (Rep. Dominicana)	59,6600	60,0400	0,09276	0,09337
Peso (Uruguai)	40,3300	40,3700	0,13800	0,13810
Rande (África do Sul)	17,8746	17,8784	0,3115	0,3116
Rial (Arábia Saudita)	3,7537	3,7539	1,4837	1,4839
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001326	0,0001326
Ringgit (Malásia)	4,3280	4,3330	1,2854	1,2870
Rublo (Rússia)	90,3455	90,3545	0,06164	0,06165
Rúpia (Índia)	83,9140	83,9690	0,06633	0,06638
Rúpia (Indonésia)	15360,0000	15370,0000	0,0003624	0,0003626
Rúpia (Paquistão)	278,4500	278,6500	0,01999	0,02000
Shekel (Israel)	3,7258	3,7312	1,4927	1,4950
Won (Coréia do Sul)	1335,7400	1337,3200	0,004165	0,004170
Yuan Renminbi (China)	7,0876	7,0900	0,7856	0,7859
Zloty (Polônia)	3,8630	3,8638	1,4415	1,4419

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2505,55	0,01241	448,7994	448,8477

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	06/09/24	05/09/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	40.345,41	40.755,75	-1,01	-2,93	7,05	17,14	32.417,59	41.563,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	18.421,31	18.930,33	-2,69	-5,89	9,48	19,84	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	16.690,83	17.127,66	-2,55	-5,77	11,19	20,32	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.408,42	5.503,41	-1,73	-4,25	13,39	21,12	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.781,43	22.988,28	-0,90	-2,42	8,70	12,63	18.737,39	[illegible]
México	Cidade do México	IPC	51.083,44	51.661,48	-1,12	-1,74	-10,98	-3,56	48.197,88	[illegible]
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.328,47	1.341,65	-0,98	-2,48	11,15	26,92	1.046,70	[illegible]
Venezuela	Caracas	IBVC	95.947,52	95.910,63	0,04	4,82	65,91	146,42	38.257,94	[illegible]
Chile	Santiago	IPSA	6.245,42	6.361,59	-1,83	-3,32	0,77	5,75	5.407,50	[illegible]
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.065,04	28.304,05	-0,84	-1,32	8,11	22,29	21.451,73	[illegible]
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.721.667,94	1.765.465,03	-2,48	0,24	85,18	194,81	514.073,77	[illegible]
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.440,06	1.460,06	-1,37	-3,89	3,19	7,37	[illegible]	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.301,90	18.576,50	-1,48	-3,20	9,25	16,27	14.687,41	18.930,85
França	Paris	CAC-40	7.352,30	7.431,96	-1,07	-3,65	-2,53	2,20	6.795,38	8.238,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.291,39	33.684,80	-1,17	-3,15	9,69	18,01	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.170,84	4.181,81	-0,26	-0,32	12,49	13,55	3.290,08	4.184,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.663,42	2.674,51	-0,41	-4,32	16,64	22,31	2.059,59	2.952,53
Espanha	Madri	IBEX-35	11.173,00	11.273,50	-0,89	-2,01	10,60	19,95	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.443,13	1.446,56	-0,24	0,83	11,60	13,32	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	879,29	891,66	-1,41	-4,29	11,75	17,96	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	72.297,19	72.415,44	-0,16	-0,76	19,26	29,37	55.055,60	74.051,35
Polônia	Varsóvia	WIG	81.744,47	83.429,65	-2,02	-3,68	4,19	22,47	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.719,18	6.741,10	-0,33	-0,61	5,04	10,48	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	920,06	920,65	-0,06	0,49	-15,08	-11,41	890,82	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.480,99	2.508,30	-1,13	-4,43	3,45	12,64	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	11.908,24	12.031,34	-1,02	-4,25	6,92	9,01	10.323,71	12.451,48
Turquia	Istambul	BIST 100	9.771,16	9.936,76	-1,67	-0,63	30,80	19,43	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	-	2.072,71	-	-0,43	10,50	11,06	1.608,42	2.083,86
África do Sul	Joanesburgo	All Share	81.364,88	82.146,81	-0,95	-2,85	5,82	9,35	69.451,97	84.553,56
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	36.391,47	36.657,09	-0,72	-5,84	8,75	9,48	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.214,80	8.187,70	0,33	-1,23	4,92	10,09	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.505,18	1.529,62	-1,60	-2,53	-18,10	-23,66	1.433,10	1.971,59
China	Xangai	SSE Composite	2.765,81	2.788,31	-0,81	-2,69	-7,03	-12,42	2.702,19	3.171,15
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.544,28	2.575,50	-1,21	-4,86	-4,18	-0,74	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	Feriado	17.444,30	-	-3,03	2,33	-5,45	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	81.183,93	82.201,16	-1,24	-1,43	12,38	23,23	63.148,15	82.559,84
Indonésia	Jacarta	JCI	7.721,85	7.681,04	0,53	0,67	6,17	10,38	6.642,42	7.721,85
Tailândia	Bangcoc	SET	1.427,64	1.404,28	1,66	5,05	0,83	-7,82	1.274,01	1.550,36
Taiwan	Taipé	TAIEX	21.435,19	21.187,71	1,17	-3,74	19,54	28,06	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madri, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90064/2024

PROTOCOLO: 21.707.807-5
OBJETO: Licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para atender ademanda da Sede da 3ª Companhia do 1º Batalhão de Polícia Militar, no município de Castro, bem como seus Pelotões e Destacamentos
INTERESSADO: 3ª Cia - 1º BPM - 4º Comando Regional de Polícia Militar.
Autorizado pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, em 19 de julho de 2024, às 11h26.
Abertura: 23/09/2024, às 09h.
O edital encontra-se à disposição no portal www.comprasparana.pr.gov.br icone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO (nº PREG-e 90064/2024) e https://www.gov.br/compras/pt-br - UASG 453079- SESP/PR.

---

enel

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 61.695.227/0001-93 - NIRE 35.300.050.274

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de julho de 2024

1. Data, Hora e Local: Em 30 de julho de 2024, às 14:00 horas, na sede da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), na Avenida das Nações Unidas, nº 14401, 17º ao 23º andar, conj. 1 ao 4, Torre B1 Aroeira, Vila Gertrudes, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000. **2. Convocação e Presença:** Convocação realizada nos termos do §1º do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, estando presentes a maioria dos membros do Conselho de Administração, conforme se verifica pelas assinaturas ao final desta ata. **3. Mesa:** Presidente: Damian Popolo; e Secretária: Andrea Leandro Valenzuela. **4. Ordem do Dia:** Tema para aprovação: **(i)** indicação de Gianluca Caccialupi ao cargo de Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes, em substituição ao Vincenzo Ruotolo, que renuncia ao referido cargo; Tema para informação: **(ii)** Panorama Geral da Administração (monitoramento de KPIs). **5. Deliberações:** Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições: **5.1.** Quanto ao item **(i)** da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 11, iv, do Estatuto Social da Companhia, aprovar a indicação do Sr. **Gianluca Caccialupi**, italiano, casado, engenheiro, portador do passaporte italiano nº YB0285689, residente e domiciliado na Rua Ferdinand Zeppelin, nº 17, 42122, Reggio Emilia, Roma, Itália, para ocupar o cargo de Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes da Companhia, em substituição ao Sr. **Vincenzo Ruotolo**, que renuncia ao referido cargo, com efeitos a partir de 01/08/2024. 5.1.1. O cargo de Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes permanecerá vago, até a eleição do Sr. **Gianluca Caccialupi**, que ocorrerá depois de cumpridas as formalidades e trâmites legais junto às autoridades imigratórias brasileiras. 5.1.2. Os Conselheiros manifestaram os agradecimentos ao Sr. Vincenzo Ruotolo pelas contribuições realizadas durante o período em que desempenhou suas funções. **5.2.** Quanto ao item **(ii)** da Ordem do Dia, tomar conhecimento sobre o panorama da gestão, com o acompanhamento dos principais KPIs da Companhia. Sobre o acompanhamento mensal da execução do orçamento foi apresentado ao Conselho a abertura das ações e correspondentes valores do *crash program* de 2024. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes. **Assinaturas: Mesa**: Damian Popolo, Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure, Secretária; **Conselheiros de Administração**: Damian Popolo, Britaldo Pedrosa Soares, Antonio Scala, Marco Fadda, Mario Fernando de Melo Santos, Márcia Sandra Roque Vieira Silva, Marcia Massotti de Carvalho e Alexandre Meduneckas. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 30 de julho de 2024. Damian Popolo - Presidente da Mesa e do Conselho, Andrea Leandro Valenzuela - Secretária. **JUCESP** nº 306.166/24-0 em 20/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

RENOVAÇÃO DE LICENÇA

ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA – IMPA, CNPJ 03.447.568/0001-43 torna público que requereu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº 14/200.260/2016, a renovação de sua Licença Municipal de Instalação – LMI, nº002039/2020 para DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO DE USO EXCLUSIVO INSTITUCIONAL (alojamento para estudantes e pesquisadores) na Rua Barão de Oliveira Castro, 60 – Jardim Botânico/RJ.

Marfrig Global Foods S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 03.853.896/0001-40 – NIRE 35.300.341.031

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de agosto de 2024

Data, Hora e Local: Em 28 de agosto de 2024, às 18h, na sede social da Marfrig Global Foods S.A. ("**Companhia**") localizada na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5, Torre Sabiá, 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação e Presença:** Convocação regularmente enviada a todos os Conselheiros da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia. Presentes, via conferência telefônica, os Srs. Marcos Antonio Molina dos Santos - Presidente do Conselho de Administração, Alain Emile Henry Martinet, Antonio dos Santos Maciel Neto, Herculano Anibal Alves, Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, Roberto Silva Waack e Rodrigo Marçal Filho. **Mesa: Presidente:** Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos; **Secretário:** Sr. Heraldo Geres. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a atualização de políticas da Companhia. **Deliberações: 1)** Após exame e debates sobre o item constante da Ordem do Dia os membros do Conselho de Administração, no contexto de contínuo aprimoramento das práticas de governança da Companhia, deliberaram, por unanimidade de votos dos presentes, por atualizar os seguintes códigos e/ou políticas: i) Código de Ética e Conduta (**Anexo I**); ii) Código de Ética e Conduta de Terceiros (**Anexo II**); iii) Política de Sustentabilidade (**Anexo III**); iv) Política de Responsabilidade Social (**Anexo IV**); e v) Política de Brindes, Presentes, Entretenimentos e Hospitalidades (**Anexo V**). Referidos documentos encontram-se disponíveis no site de Relação com os Investidores da Companhia (www.ri.marfrig.com.br) e no sistema Empresas.Net da Comissão de Valores Mobiliários. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. **Assinaturas: Mesa: Presidente:** Marcos Antonio Molina dos Santos; **Secretário:** Heraldo Geres. **Membros do Conselho de Administração:** Marcos Antonio Molina dos Santos - Presidente do Conselho de Administração, Alain Emile Henry Martinet, Antonio dos Santos Maciel Neto, Herculano Anibal Alves, Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, Roberto Silva Waack e Rodrigo Marçal Filho. São Paulo, 28 de agosto de 2024. **Heraldo Geres** - Secretário. JUCESP sob nº 327.861/24-1, em 03/09/2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD
SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES E COMPRAS ESTRATÉGICAS – SALIC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2024 – SALIC/MA
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N.º 2024.110222.09211
PROCESSO SIGA: SES/0020/2024

A **Secretaria Adjunta de Licitações e Compras Estratégicas - SALIC** torna público que fará realizar, na forma da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Estadual nº 38.338, de 06 de junho de 2023, Decreto Estadual nº 38.425 de 20 de julho de 2023 alterado pelo Decreto Estadual nº 38.479 de 15 de agosto de 2023, Decreto Estadual nº 38.136, de 06 de março de 2023, Lei Estadual nº 9.529, de 23 de dezembro de 2011, da Lei Estadual nº 10.403, de 29 de dezembro de 2015, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006** e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, licitação na modalidade **Pregão** na forma **Eletrônica**, com critério de julgamento **Menor Preço por Item**, objetivando o Registro de Preço **para eventual e futura aquisição de Fórmula Láctea Infantil destinado às crianças verticalmente expostas ao HIV e HTLV**, conforme especificação e condições gerais de fornecimento contidas neste Termo de Referência, **no dia 23/09/2024, às 09h00min (horário de Brasília)**, através do uso de recursos de tecnologia da informação, no site **www.comprasnet.gov.br**, sendo presidida por Pregoeiro devidamente designado para atuar na Secretaria Adjunta de Licitações e Compras Estratégicas - SALIC, nos termos do art. 9º, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 38.425/23, alterado pelo Decreto Estadual nº 38.479/2023. A Secretária informa que, o edital encontra-se disponível nas páginas web **www.compras.ma.gov.br, compranet.gov.br, www.sead.ma.gov.br e www.csl.saude.ma.gov.br**.

São Luís, 02 de setembro de 2024.
Aline Pinheiro Vasconcelos
Secretária Adjunta de Licitações e Compras Estratégicas – SALIC/MA

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

PARANÁ – GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Protocolo: 22.419.142-1
Pregão Eletrônico nº 891/2024
Objeto: Abertura de licitação para aquisição de materiais de Busca e Salvamento I para atender a demanda do Corpo de Bombeiros Militar durante a Operação Verão Maior do Governo do Estado do Paraná.
Interessado: Comando do Corpo de Bombeiros.
Autorizado pelo Secretário de Estado da Segurança Pública, em 28 ago. 24, às11h36.
Abertura: 23/09/2024 às 09h.
O edital encontra-se à disposição no portal https://www.comprasparana.pr.gov.br icone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO (PREG-e. Nº 891/2024) e https://www.gov.br/compras/pt-br
UASG nº 453079 - SESP-PR

KPMG Auditores Independentes Ltda. sobre o Relatório do Auditor Independente das Demonstrações Contábeis ("Relatório do Auditor Independente"); **(v)** discussão e deliberação acerca do encaminhamento para divulgação das Demonstrações Contábeis e do Relatório do Auditor Independente da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2024; **(vi)** aprovação do calendário de reuniões do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração de 2025; e **(vii)** reporte sobre as atividades do Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação, do Comitê de Responsabilidade Socioambiental, do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, do Comitê de Partes Relacionadas, do CAE e do Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão ("DE&I"). **Discussões e Deliberações: (i)** a reunião iniciou-se com os Srs. **Gilberto Tomazoni**, **Guilherme Perboyre Cavalcanti** e **Wesley Mendonça Batista Filho** que apresentaram o panorama das operações da Companhia e de suas subsidiárias no trimestre findo em 30 de junho de 2024; **(ii)** os membros do Conselho de Administração analisaram e discutiram as Demonstrações Contábeis; **(iii)** o Sr. **Carlos Hamilton Vasconcelos Araujo,** Coordenador do CAE, informou que os membros do CAE: **(a)** analisaram as Demonstrações Contábeis; **(b)** acompanharam os trabalhos realizados pela KPMG por meio de indagações e discussões; e **(c)** formalizaram questionamentos sobre os atos e as transações relevantes efetuados pelos administradores da Companhia contemplados nas Demonstrações Contábeis. Com base na revisão, nas informações e esclarecimentos recebidos e considerando o Relatório do Auditor, os membros do CAE declararam que avaliaram as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2024, com ênfase na aplicação das práticas contábeis e no cumprimento das normas aplicáveis, considerando que estão adequadas e refletem as informações da Companhia nelas contidas, recomendando que sejam encaminhadas para avaliação do Conselho de Administração da Companhia; **(iv)** o Sr. **Fabian Junqueira,** representante da KPMG, realizou apresentação sobre os trabalhos desenvolvidos pela KPMG em relação às Demonstrações Contábeis, destacando a independência, as comunicações requeridas dos auditores, e também, informaram que não houve divergência com a administração da Companhia, nem tampouco tiveram conhecimento com base nos trabalhos de revisão realizados de indícios de fraude ou erros, conflitos de interesse, deficiências significativas ou fraquezas, materiais nos controles internos e que os processos de contingências foram revisados pelos auditores independentes com base nas normas de revisão aplicáveis. Ademais, o Sr. **Fabian Junqueira** informou que não houve assunto identificado globalmente que pudesse impactar a independência profissional da KPMG, que a KPMG obteve acesso a todas as informações solicitadas e que não foram identificados ajustes materiais na conclusão dos trabalhos. Após debate e discussão entre os membros do Conselho de Adminstração, todos os questionamentos foram devidamente respondidos pelo Sr. **Fabian Junqueira; (v)** após ocorridos os fatos acima, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, autorizar que a administração da Companhia divulgue as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2024, elaboradas segundo os princípios contábeis brasileiros e internacionais, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), das normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB); **(vi)** momento seguinte, os membros realizaram a discussão acerca do calendário de reuniões do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração de 2025, deliberando pela aprovação conforme proposta, cujo documento fica arquivado na sede da Companhia; **(vii)** por fim, os Conselheiros, membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, atualizaram os demais membros do Conselho de Administração sobre os trabalhos realizados pelo Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação, do Comitê de Responsabilidade Socioambiental, do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, do Comitê de Partes Relacionadas, do CAE e do Comitê de DE&I da Companhia: **(1)** breve apresentação do Sr. **Jeremiah O'Callaghan** sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação da Companhia, destacando discussões ocorridas sobre a remuneração de administradores, as iniciativas desenvolvidas pela Companhia com refugiados e o turnover global de executivos. **(2)** breve apresentação do Sr. **Jeremiah O'Callaghan** sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Responsabilidade Socioambiental da Companhia, destacando discussões sobre a área de Biodiesel, o selo biocombustível social, o Projeto Óleo Amigo, Renovabio e as estratégias da área de sustentabilidade; **(3)** breve apresentação do Sr. **Guilherme Cavalcanti** sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, destacando discussões sobre o acompanhamento do *Dashboard* do 2T2024, do cenário econômico global e das operações de *liability management* da Companhia; **(4)** breve apresentação

---

CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS LOTÉRICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL No 01/2024

Comunicado de alteração da data da Sessão Pública de recebimento dos envelopes e da Sessão Pública de Concorrência

A SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS, por intermédio da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO constituída pela Resolução Conjunta SPI/ARSESP no 01, de 25 de julho de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 26 de julho de 2024, COMUNICA, com base na cláusula 8.7.2 do EDITAL, a alteração da data da **Sessão Publica de Recebimento dos Envelopes para o dia 22 de outubro de 2024**, entre 10h e 11h, na sede da B3 (Rua XV de Novembro, 275, Centro), em São Paulo, e da **Sessão Pública de Concorrência, para o dia 28 de outubro de 2024**, às 14h, também na sede da B3, em São Paulo. Ficam **prorrogados os seguintes prazos**: (i) solicitação de esclarecimentos, em que os interessados poderão apresentar pedidos de esclarecimento até o dia 17/10/2024, (ii) impugnação do EDITAL, em que qualquer pessoa poderá apresentar impugnação até o dia 17/10/2024, e (iii) divulgação de decisão motivada da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO sobre eventual não aceitação dos documentos contidos no ENVELOPE A e/ou ENVELOPE B, para o dia 25/10/2024.

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A COPEL Distribuição S.A. torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra - IAT a renovação da Licença de Operação nº 26357, válida até 05/02/2025, para a Subestação de Energia Elétrica – **SE 138 kV ALTO PARANÁ**, instalada no município de Alto Paraná, no Estado do PR.

A COPEL Distribuição S.A. torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra - IAT a renovação da Licença de Operação nº 36016, válida até 19/03/2025, para a Linha de Distribuição de Alta Tensão de Energia Elétrica – **LDAT 138 kV RAMAL-FRIGOBRÁS**, instalada no município de Toledo, no Estado do PR.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

PARANÁ – GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Protocolo: 22.419.159-6
Pregão Eletrônico nº 892/2024
Objeto: Abertura de licitação para aquisição de materiais de Busca e Salvamento II para atender a demanda do Corpo de Bombeiros Militar durante a Operação Verão Maior do Governo do Estado do Paraná.
Interessado: Comando do Corpo de Bombeiros.
Autorizado pelo Secretário de Estado da Segurança Pública, em 28 ago. 24, às11h39.
Abertura: 23/09/2024 às 09h.
O edital encontra-se à disposição no portal https://www.comprasparana.pr.gov.br ícone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO (PREG-e. Nº 892/2024) e https://www.gov.br/compras/pt-br
UASG nº 453079 - SESP-PR

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 07/2024 - FFCLRP
PROCESSO SEI Nº: 154.00004503/2024-02

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – (UASG 102147), torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob Nº: 07/2024 - FFCLRP, do tipo menor preço, cujo objeto é **aquisição de Dispositivos de audiovisual e segurança eletrônica**, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o **dia 10/09/2024**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 24/09/2024 às 09h00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Compras.gov.br"** através do sítio **www.compras.gov.br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 10/09/2024**, no **PNCP, https://pncp.gov.br/app/editais** conforme Art. 54 da Lei 14.133/21, e no seguinte endereço eletrônico: **https://portalservicos.usp.br/contratacoes.**

(JBS)

JBS S.A.

CNPJ/MF nº 02.916.265/0001-60 - NIRE 35.300.330.587
Companhia Aberta de Capital Autorizado

Ata de Reunião do Conselho de Administração
Realizada em 13 de Agosto de 2024 às 10:00 Horas

Data e Hora: 13 de agosto de 2024, às 10:00 horas, realizada presencialmente e por videoconferência. **Convocação:** convocação enviada por *e-mail* aos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia. **Presença:** verificado o quórum necessário à instalação da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, diante da presença da totalidade dos seus membros, nos termos dos artigos 15 e 18 de seu Estatuto Social, a saber: **Jeremiah O'Callaghan** (Presidente), **José Batista Sobrinho** (Vice Presidente, representado por **Jeremiah O'Callaghan**, na forma do Artigo 15, Parágrafo Único, do Estatuto Social da Companhia), **Wesley Mendonça Batista, Joesley Mendonça Batista, Alba Pettengill, Gelson Luiz Merisio, Francisco Turra, Carlos Hamilton Vasconcelos Araujo, Kátia Regina de Abreu Gomes, Paulo Bernardo Silva** e **Cledorvino Belini.** Compareceram, também, durante a reunião, os Srs. **Gilberto Tomazoni,** CEO Global, **Wesley Mendonça Batista Filho,** CEO da JBS USA e **Guilherme Perboyre Cavalcanti,** CFO Global e Diretor de Relações com Investidores, **Daniel Pitta,** Diretor Jurídico, todos colaboradores da Companhia, bem como os Srs. **Fabian Junqueira** e **Rafael Santos,** representantes da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG"). **Composição da Mesa: Jeremiah O'Callaghan,** Presidente da Mesa; **Milena Hitomi Yanagisawa,** Secretária da Mesa. **Ordem do Dia: (i)** apresentação do panorama do mercado atual e das operações da Companhia e de suas subsidiárias, incluindo o panorama do mercado relacionado ao período encerrado em 30 de junho de 2024; **(ii)** análise das Demonstrações Contábeis Intermediárias acompanhadas do Relatório do Auditor Independente da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2024 ("Demonstrações Contábeis"); **(iii)** apreciação da manifestação do Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da Companhia acerca das Demonstrações Contábeis; **(iv)** discussão com os representantes da KPMG Auditores Independentes Ltda. sobre o Relatório do Auditor Independente das Demonstrações Contábeis ("Relatório do Auditor Independente"); **(v)** discussão e deliberação acerca do encaminhamento para divulgação das Demonstrações Contábeis e do Relatório do Auditor Independente da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2024; **(vi)** aprovação do calendário de reuniões do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração de 2025; e **(vii)** reporte sobre as atividades do Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação, do Comitê de Responsabilidade Socioambiental, do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, do Comitê de Partes Relacionadas, do CAE e do Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão ("DE&I"). **Discussões e Deliberações: (i)** a reunião iniciou-se com os Srs. **Gilberto Tomazoni**, **Guilherme Perboyre Cavalcanti** e **Wesley Mendonça Batista Filho** que apresentaram o panorama das operações da Companhia e de suas subsidiárias no trimestre findo em 30 de junho de 2024; **(ii)** os membros do Conselho de Administração analisaram e discutiram as Demonstrações Contábeis; **(iii)** o Sr. **Carlos Hamilton Vasconcelos Araujo,** Coordenador do CAE, informou que os membros do CAE: **(a)** analisaram as Demonstrações Contábeis; **(b)** acompanharam os trabalhos realizados pela KPMG por meio de indagações e discussões; e **(c)** formalizaram questionamentos sobre os atos e as transações relevantes efetuados pelos administradores da Companhia contemplados nas Demonstrações Contábeis. Com base na revisão, nas informações e esclarecimentos recebidos e considerando o Relatório do Auditor, os membros do CAE declararam que avaliaram as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2024, com ênfase na aplicação das práticas contábeis e no cumprimento das normas aplicáveis, considerando que estão adequadas e refletem as informações da Companhia nelas contidas, recomendando que sejam encaminhadas para avaliação do Conselho de Administração da Companhia; **(iv)** o Sr. **Fabian Junqueira,** representante da KPMG, realizou apresentação sobre os trabalhos desenvolvidos pela KPMG em relação às Demonstrações Contábeis, destacando a independência, as comunicações requeridas dos auditores, e também, informaram que não houve divergência com a administração da Companhia, nem tampouco tiveram conhecimento com base nos trabalhos de revisão realizados de indícios de fraude ou erros, conflitos de interesse, deficiências significativas ou fraquezas, materiais nos controles internos e que os processos de contingências foram revisados pelos auditores independentes com base nas normas de revisão aplicáveis. Ademais, o Sr. **Fabian Junqueira** informou que não houve assunto identificado globalmente que pudesse impactar a independência profissional da KPMG, que a KPMG obteve acesso a todas as informações solicitadas e que não foram identificados ajustes materiais na conclusão dos trabalhos. Após debate e discussão entre os membros do Conselho de Adminstração, todos os questionamentos foram devidamente respondidos pelo Sr. **Fabian Junqueira; (v)** após ocorridos os fatos acima, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, autorizar que a administração da Companhia divulgue as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2024, elaboradas segundo os princípios contábeis brasileiros e internacionais, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), das normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB); **(vi)** momento seguinte, os membros realizaram a discussão acerca do calendário de reuniões do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração de 2025, deliberando pela aprovação conforme proposta, cujo documento fica arquivado na sede da Companhia; **(vii)** por fim, os Conselheiros, membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, atualizaram os demais membros do Conselho de Administração sobre os trabalhos realizados pelo Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação, do Comitê de Responsabilidade Socioambiental, do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, do Comitê de Partes Relacionadas, do CAE e do Comitê de DE&I da Companhia: **(1)** breve apresentação do Sr. **Jeremiah O'Callaghan** sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação da Companhia, destacando discussões ocorridas sobre a remuneração de administradores, as iniciativas desenvolvidas pela Companhia com refugiados e o turnover global de executivos. **(2)** breve apresentação do Sr. **Jeremiah O'Callaghan** sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Responsabilidade Socioambiental da Companhia, destacando discussões sobre a área de Biodiesel, o selo biocombustível social, o Projeto Óleo Amigo, Renovabio e as estratégias da área de sustentabilidade; **(3)** breve apresentação do Sr. **Guilherme Cavalcanti** sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, destacando discussões sobre o acompanhamento do *Dashboard* do 2T2024, do cenário econômico global e das operações de *liability management* da Companhia; **(4)** breve apresentação do Sr. **Gelson Luiz Merisio** sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Partes Relacionadas da Companhia, destacando-os sobre contratos entre partes relacionadas aprovados pelo Comitê, contendo as transações celebradas entre partes relacionadas; **(5)** breve apresentação do Sr. **Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo** sobre os trabalhos desenvolvidos pelo CAE, destacando as discussões sobre o resultado da avaliação de riscos 2024 (EUA e global), melhorias e troca do sistema de suínos (AS400), os ajustes em quatro Notas Explicativas constantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, update de denúncias recebidas do escopo do CAE e a análise das demonstrações contábeis do período findo em 30 de junho de 2024; e **(6)** breve apresentação do Sr. **Jeremiah O'Callaghan** sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de DE&I da Companhia, destacando a atualização dos indicadores de diversidade pela área de Recursos Humanos, apresentação da proposta de trabalho das comissões de Diversidade, Equidade e Inclusão (EUA, Brasil, Europa e Austrália), as iniciativas de saúde mental/psicologia realizadas pela área de Recursos Humanos, bem como discussões sobre neurodiversidade e a estrutura e abrangência deste Comitê. **Ata em Forma de Sumário:** Foi autorizada pelo Conselho de Administração a lavratura desta ata em forma de sumário e sua publicação com omissão das assinaturas, nos termos dos parágrafos 1º e 2º, do artigo 130, da Lei das Sociedades por Ações. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. **Conselheiros Presentes: Jeremiah O'Callaghan** (Presidente), **José Batista Sobrinho** (Vice Presidente, representado por **Jeremiah O'Callaghan** na forma do Artigo 15, Parágrafo Único, do Estatuto Social da Companhia), **Wesley Mendonça Batista**, **Joesley Mendonça Batista**, **Alba Pettengill**, **Gelson Luiz Merisio, Francisco Turra**, **Carlos Hamilton Vasconcelos Araujo**, **Kátia Regina de Abreu Gomes**, **Paulo Bernardo Silva** e **Cledorvino Belini.** *Certifico que a presente é cópia integral da Ata de Reunião do Conselho de Administração lavrada em livro próprio.* São Paulo, 13 de agosto de 2024. **Milena Hitomi Yanagisawa** - Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 324.492/24-8 em 28/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL/RN
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 24.001/2023 – SEMAD
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 016740/2019-26 – SMS

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Administração (SEMAD) da Prefeitura Municipal de Natal/RN, localizada na Rua Santo Antônio, 665, 4º andar, no bairro de Cidade Alta em Natal/RN – CEP 59025-520, torna público que esta LICITAÇÃO, que se encontrava SUSPENSA em razão de impugnações que estavam sendo analisadas para julgamento, foi REMARCADA e será realizada a sessão para abertura dos envelopes de habilitação e a proposta de preços na data e horário a seguir indicados: OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos profissionais para assistência continuada de forma complementar na área ambulatorial, hospitalar, de urgência e emergência e na atenção básica, nos estabelecimentos devidamente habilitados ao Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Natal/RN.
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 25 de OUTUBRO de 2024 às 10h30min (horário de Brasília-DF).
EDITAL: Disponível no site: www.compras.natal.rn.gov.br
Qualquer informação ou esclarecimento poderá ser solicitado pelo e-mail: pregao.semad@natal.rn.gov.br.
Natal/RN, 06 de setembro de 2024.
LEONARDO DA SILVEIRA LUCENA
Presidente da Comissão Permanente de Licitações da SEMAD/PMN.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA POLITÉCNICA
ERRATA - REPUBLICAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 07/2024 – EP
PROCESSO SEI Nº: 154.00004233/2024-21

A Escola Politécnica torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob Nº: 07/2024 - EP**, do tipo menor preço, cujo objeto é a prestação de **Serviço de Recarga de Extintor**, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o **dia 09/09/2024 a partir das 09h00**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 24/09/2024 às 09h00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov"** através do sítio **https://www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 09/09/2024**, além da página do **ComprasGov**, citado anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br**. REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES, NA PUBLICAÇÃO DO DOE DE 04/09/2024 PÁGINA 62, CADERNO EXECUTIVO – SEÇÃO III.

Investimentos Descompasso entre emissões e fluxo neste ano fez prêmio de dívida diminuir

Fundos de crédito driblam taxa apertada

LEO PINHEIRO/VALOR

Alexandre Muller, gestor de crédito da JGP: estratégia foi fechar maior parte dos fundos para controlar a capacidade e não diluir cotistas com mais caixa

Fernanda Guimarães e Rita Azevedo
De São Paulo

Desafiados pelo baixo retorno das debêntures que estão sendo emitidas, gestores de fundos de crédito têm colocado na mesa a decisão de ampliar o caixa dos produtos ou fechar para captação, à medida que as opções de títulos no mercado estão mais escassas e o fluxo de capital para a renda fixa continua alto.

Na JGP, por exemplo, estão fechados para captação 95% dos produtos de crédito, afirma o sócio da gestora e responsável pelos fundos de crédito, Alexandre Muller. "Temos que atuar com controle da capacidade", diz.

O gestor diz que outro ponto que precisa ser levado em conta é que há muitos papéis no mercado com chance de recompra. Ou seja, as companhias emissoras têm a opção de recomprar as debêntures que estão em circulação.

Essa combinação de uma grande demanda pelos papéis não suportados pela oferta, levando à compressão das taxas, não era vista desde 2019, segundo Muller. Naquele momento, os fundos de renda fixa também receberam grande fluxo de dinheiro. A diferença é que a indústria era mais restrita do que hoje.

As emissões de debêntures neste ano até julho somam R$ 256,8 bilhões, um recorde. Apesar disso, são insuficientes para absorver a demanda, já que nem tudo vai para fundos. Segundo a Anbima, associação das instituições que atuam nos mercados de capitais, os fundos de renda fixa captaram R$ 256,3 bilhões no mesmo período. Com a forte procura, o spread (diferença entre as taxas pagas pelos papéis e o CDI) saiu de 2,3% há um ano para 1,7%, conforme a JGP e desconsiderando títulos de Americanas e Light, que enfrentaram dificuldades e distorcem o retrato.

O interesse em crédito é influenciado pela perspectiva de alta da Selic, mas também por mudanças regulatórias que restringiram as emissões de papéis incentivados, como os certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio (CRI e CRA) e reduziram o prazo de alguns títulos bancários. A taxação de fundos fechados exclusivos é outro fator que estimulou a migração para fundos de crédito.

Segundo o sócio da JGP, fechar os fundos é uma forma de não diluir os cotistas com mais caixa. "Restrinjo minha capacidade e tento manter o retorno", diz. Se a taxa Selic voltar a subir, acrescenta, a situação pode se tornar mais complexa.

Já a Porto Asset decidiu fechar os fundos em uma das plataformas com maior fluxo de entrada de recursos, na tentativa de restringir a captação. "As gestoras têm algumas opções e fechar para captação é uma delas", afirma Ricardo Espindola, gestor de crédito da casa. "Achamos melhor seguir dessa forma para não compensar o menor spread com mais risco na carteira."

O fundo da Porto já está com o nível máximo de caixa, em cerca de 40%. "Existe uma perspectiva de pouca emissão e a captação deve continuar forte. O cenário de Selic não reverte essa perspectiva e tudo aponta para uma redução adicional desses spreads, mas deveria haver um limite", afirma.

Apesar das condições mais difíceis, ainda dá pra navegar no mercado de crédito, diz Daniel Celano, diretor-presidente da Schroders no Brasil. Alguns caminhos para as gestoras neste momento, diz, incluem alocar os recursos em papéis com menor qualidade de crédito, mas com spreads melhores, ou aumentar a "duration" [prazo médio] do portfólio para tentar capturar resultados com a marcação a mercado dos títulos.

"Mas é importante ter cautela para não captar e acabar aumentando o risco de crédito sem o cliente perceber, ou alongar o passivo em um momento de juros mais altos por mais tempo."

Segundo Celano, a estratégia também tem sido evitar empresas com necessidade de financiamento no curto prazo. "Nossa visão tem sido mais conservadora, buscando ter mais caixa que nosso 'target' [alvo]. Olhamos para as companhias que são menos alavancadas e para as que são menos dependentes do ciclo econômico."

> "É importante ter cautela para não captar e aumentar o risco de crédito sem o cliente perceber"
> *Daniel Celano*

A falta de opções no mercado primário é preocupante, segundo Celano, mas também reflete o fato de que as companhias "olham para frente e não veem o PIB crescendo nem os juros caindo".

Na ARX, a situação tem sido administrável, segundo Pierre Jadoul, gestor de crédito privado. A captação média dos últimos dois meses foi na casa dos R$ 500 milhões, afirma, mas o volume foi dividido em uma gama de produtos grande. "Não estamos com uma velocidade de crescimento tão grande e com dificuldade de alocar. Não está no radar no curto prazo fechar fundos", diz.

Mesmo com a desaceleração de emissões no mercado primário, Jadoul diz que ainda é possível encontrar boas opções. "Quando olhamos o universo 'high grade' [empresas com as maiores notas de crédito] não dá para falar que está tudo amassado. Há uma compressão maior em ativos triplo A, em setores defensivos, mas fora deles há setores cujos spreads estão próximos do 'high yield' [empresas com maior risco]", afirma.

Outra estratégia, diz Jadoul, tem sido buscar produtos de crédito estruturado, com retorno maior, mas com o mesmo risco de debêntures de grandes emissoras. "Você perde em liquidez, mas consegue garantir taxa."

Na Capitânia, as soluções encontradas foram investir na troca de portfólio, disse Flávia Krauspenhar, sócia-fundadora da gestora, durante a Expert XP, no fim de agosto. "Fizemos muito caixa após o evento Americanas e aproveitamos para colocar em ativos de altíssima qualidade. Chegando neste ano, passamos a trocar por ativos com rating um pouco abaixo, onde você ainda encontragordura", afirma. A gestora também passou a olhar mais a originação de títulos ou participar dos chamados "club deals", grupos de poucas casas que combinam o investimento em companhias que, no geral, estão fora do radar dos bancos.

Bancos europeus veem hipoteca estagnar

Owen Walker
Financial Times, de Londres

Os bancos europeus estão a caminho de registrar crescimento zero nos empréstimos hipotecários pela primeira vez em uma década neste ano devido às altas taxas de juros, mas uma recuperação é esperada a partir de 2025.

Os tomadores de empréstimos têm sido desencorajados a contrair novas hipotecas na zona do euro nos últimos anos, pois o Banco Central Europeu (BCE) elevou as taxas de juros para níveis recordes após um longo período de juros negativos.

Espera-se que os empréstimos hipotecários na zona do euro não cresçam neste ano, após 4,9% de alta em 2022, de acordo com uma análise da EY sobre dados da Autoridade Bancária Europeia e de bancos nacionais na Alemanha, França, Espanha e Itália. A menor taxa de crescimento anterior foi de 0,2% em 2014.

"O mercado imobiliário continua sendo o mais impactado, com crescimento estável neste ano, mas, à medida que os custos de vida e empréstimos diminuem, a compra de imóveis, bem como a demanda por crédito de consumidores e empresas, deve aumentar novamente", disse Omar Ali, líder global de serviços financeiros da EY.

A consultoria espera que os financiamentos imobiliários se recuperem a partir de 2025, com crescimento de 3,1%, e subam para 4,2% no ano seguinte, com os custos dos empréstimos caindo e a inflação desacelerando, o que alivia algumas das pressões sobre o mercado imobiliário.

O BCE aumentou sua principal taxa de juros de 0% em 2022 para uma alta recorde de 4% em setembro do ano passado, seguindo medidas semelhantes do Banco da Inglaterra e do Federal Reserve, o banco central americano, para tentar lidar com o aumento da inflação. Em junho, o BCE cortou sua taxa básica de juros para 3,75% e espera-se que faça novos cortes nos próximos meses na esteira da queda da inflação.

> "O mercado imobiliário continua sendo o mais impactado, com crescimento estável neste ano"
> *Omar Ali*

As hipotecas representam quase metade do total de empréstimos na zona do euro, embora outras formas de crédito também tenham sido afetadas nos últimos anos.

O crédito comercial encolheu 0,1% no ano passado e espera-se que aumente apenas 0,5% neste ano. Mas a EY previu que o crescimento atingirá 4,2% em 2026, com forte crescimento na França e na Alemanha. Espera-se que o crescimento do crédito ao consumidor aumente de 0,9% neste ano para 4,2% em 2026.

A EY prevê que, embora os bancos tenham perdas ligeiramente maiores com empréstimos não pagos, eles não representam um risco sério para os credores. Espera-se que os empréstimos não produtivos aumentem de 2% de todos os empréstimos este ano para 2,3% em 2025 e 2026, mas ainda muito abaixo do pico durante a crise da dívida da zona do euro em 2013, de 8,4%.

"À medida que o ambiente econômico melhora, os bancos poderão mudar seu foco mais fortemente para suas agendas de crescimento e transformação, para apoiar o sucesso de longo prazo", disse Ali.

Curta

Mudanças no UBS

O UBS fez novas mudanças na sua estrutura de gestão de riqueza no Brasil no processo de integração com o Credit Suisse. Bruno Barino, que codirigia a unidade de multifamily office (MFO) antes chamada de UBS Consenso, ao lado de Luiz Alberto Borges, deixa a instituição. A saída coincide com a unificação das áreas de private banking com o negócio de gestão de fortunas debaixo do Global Wealth Brasil (GWB). Rafael Gross, que era responsável pelo relacionamento com clientes do Credit Suisse e que já tinha assumido a liderança do private do UBS em setembro, será o par de Borges no novo desenho. Leonardo Bulgarelli, anteriormente chefe de clientes no Brasil, assume o mesmo chapéu no MFO Brasil, reportando-se à dupla. ***(Adriana Cotias)***

O que é tábua atuarial em plano de previdência?

Consultório financeiro

Como funcionam as tábuas atuariais e qual o impacto delas nos planos de previdência privada?

Lívia Paula, CFP, responde:

Uma questão relevante para muitos investidores em previdência privada é o impacto das tábuas atuariais nos planos de previdência. Recebemos recentemente uma pergunta de um leitor que está considerando contratar um plano de previdência privada para sua filha de 13 anos, com a intenção de travar a tábua atuarial. Vamos explorar essa questão em detalhes e esclarecer como as tábuas atuariais influenciam os planos de previdência.

As tábuas atuariais são ferramentas usadas por seguradoras e entidades de previdência para calcular as reservas necessárias para garantir os benefícios futuros. Elas projetam a expectativa de vida dos participantes, permitindo uma estimativa precisa do capital necessário para pagar as aposentadorias. Essencialmente, as tábuas ajudam a assegurar que os planos tenham fundos suficientes para cumprir suas promessas de benefícios ao longo do tempo.

No Brasil, as tábuas atuariais mais comuns são a AT 2000 e a BR-EMS 2021. A AT 2000 é uma tábua mais antiga, enquanto a BR-EMS 2021 é uma atualização mais recente, que incorpora mudanças nas expectativas de vida. A escolha entre essas tábuas pode afetar significativamente o valor dos benefícios futuros. Contratar um plano de previdência privada com o objetivo de travar a tábua atuarial significa fixar a expectativa de vida usada para calcular os benefícios no momento da contratação. Isso deve ser atentamente observado, pois protege contra possíveis aumentos na expectativa de vida que poderiam reduzir o valor da renda vitalícia no futuro. Para a filha de 13 anos do leitor, usufruir das condições atuais pode resultar em uma melhor remuneração no futuro considerando projeções ainda não ajustadas para expectativas de vida mais altas.

O versionamento e a atualização das tábuas atuariais referem-se ao processo de revisão dessas tábuas para incorporar novas informações e tendências de longevidade. Essas atualizações são importantes para manter a precisão das projeções atuariais. No entanto, é importante notar que, uma vez contratado o plano, a expectativa de vida usada no cálculo dos benefícios não muda para aquele contrato específico, mesmo que as tábuas sejam atualizadas no futuro.

A pandemia de covid-19 impactou a expectativa de vida global, com uma redução observada em muitos países. Isso levanta a questão de se o momento atual é ideal para contratar um plano de previdência. Contratar agora pode ser benéfico, pois futuras atualizações das tábuas podem refletir um aumento na expectativa de vida conforme os efeitos da pandemia forem mitigados. Portanto, travar a tábua atual poderia oferecer uma vantagem, garantindo uma base de cálculo potencialmente mais favorável.

Para aqueles que desejam garantir uma renda vitalícia com base na expectativa de vida atual, travar a tábua atuarial no momento da contratação pode ser uma estratégia inteligente. No entanto, essa decisão deve ser tomada com cuidado, considerando todos os fatores relevantes e, se necessário, consultando um planejador financeiro especialista em previdência privada para obter uma orientação mais personalizada. Contratar um plano de previdência privada é uma decisão importante que pode afetar a segurança financeira futura. Entender o impacto das tábuas atuariais e como elas podem influenciar os benefícios é crucial para fazer uma escolha informada e estratégica.

Lívia Paula é planejadora financeira pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro
E-mail: liviahpaula@gmail.com

Agenda do STF
Ministros vão voltar a julgar Reintegra e aplicação de multa de 150% pela Receita
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
O STJ e a possibilidade de revisão de decisões do Carf
E2

Fio da Meada
Reforma tributária: PLP 108 afronta a legalidade
valor.globo.com/legislacao

Tributário Conselheiros entenderam que rendimentos com reserva técnica não devem entrar na base de cálculo das contribuições

Seguradora vence no Carf disputa sobre PIS e Cofins

Marcela Villar
De São Paulo

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) excluiu da base de cálculo do PIS e da Cofins da Brasilveículos Companhia de Seguros, pertencente à Mapfre Brasil, os rendimentos obtidos com reserva técnica — ativos exigidos para garantir o pagamento de indenizações a clientes. A decisão, da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 3ª Seção de Julgamento, anulou uma cobrança de cerca de R$ 20 milhões.

O acórdão é relevante por haver poucas decisões favoráveis aos contribuintes no tribunal administrativo. Na Justiça, há divergência, motivo pelo qual o tema foi afetado recentemente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para julgamento em repercussão geral (RE 1479774 ou Tema 1309).

A decisão também ganha importância por afastar a incidência dos tributos sobre gastos com a contratação de terceiros para a assistência 24 horas. É a primeira vez que o Carf se manifesta sobre a questão a favor das empresas, segundo advogados.

Os contribuintes e a Receita Federal discordam sobre a tributação em razão das diferentes interpretações sobre o conceito de faturamento. Para as empresas, por mais que os investimentos em reserva técnica sejam uma imposição legal — advinda da Lei nº 8212/1991 —, as receitas obtidas não decorrem da atividade típica empresarial, portanto, não seriam tributáveis.

Já a Receita Federal entende que esses rendimentos integram o conjunto de operações desenvolvidas pelas seguradoras. Portanto, fazem parte do objeto social e constituem receita bruta. No caso analisado pelo Carf, o órgão multou a empresa por suposta omissão de R$ 90 milhões em receitas financeiras obrigatórias e R$ 86,6 milhões referentes a pagamentos a terceiros pela assistência 24 horas a sinistros na base de cálculo dos dois tributos.

Prevaleceram os argumentos do contribuinte. Para o relator, conselheiro José Renato Pereira de Deus, a previsão legal não transforma os rendimentos obtidos com as aplicações compulsórias em atividade empresarial típica. "O fato de as receitas financeiras estarem relacionadas a investimentos previstos em lei como obrigatórios, não faz com que sejam considerados como receitas típicas das seguradoras", diz ele, no voto (processo nº 16327.720020/2019-76).

Ele cita a definição de faturamento do STF, compreendida como "a totalidade das receitas auferidas com a venda de mercadorias, de serviços ou de mercadorias e serviços, ou seja, é a soma das receitas oriundas do exercício das atividades operacionais". Também lembra de três precedentes no Carf (acórdãos nº 3302-001.873, nº 3302-002.841 e nº 3401-002.708).

Sobre a assistência 24h, a seguradora defendeu que também não integra atividade típica, pois compõe uma "cesta de produtos oferecidos aos segurados", como "uma espécie de benefício". A fiscalização, porém, entende que esse serviço — como guincho e transporte — é "mero diferencial comercial que aparece com papel complementar no contrato de seguros", e deveria ser enquadrado como "liberalidade comercial oferecida pela seguradora, não sendo necessária, tampouco obrigatória".

Para o relator, a dedução é permitida pela legislação tributária, com respaldo nas normas da Superintendência de Seguros Privados (Susep). "A definição de 'sinistro', utilizada para essa dedução, está firmemente ancorada em normas de direito privado e é reconhecida tanto pela legislação quanto pela regulamentação específica da Susep", afirma. A turma foi unânime sobre esse segundo ponto. A respeito da reserva técnica, ficou vencido só o conselheiro Lázaro Antônio Souza Soares.

Advogados de contribuintes entendem da mesma forma. O tributarista Leandro Cabral, sócio do Velloza Advogados, que atua pela Brasilveículos no caso, diz que a Lei nº 9.718/1998, que trata da base de incidência do PIS/Cofins, prevê a dedução da assistência 24 horas, no artigo 3º parágrafo 6º inciso II. "Não se trata de tese dos contribuintes, mas um direito assegurado pela lei", diz.

Para Cabral, a decisão do Carf se aplica inclusive para os casos posteriores à edição da Lei nº 12.973/2014, que, segundo ele, tentou ampliar a base de cálculo dos dois tributos federais. "As novas hipóteses da norma não abrangem receitas de reservas técnicas, então não justifica a incidência e não muda o resultado da decisão."

DENIO SIMÕES/VALOR

Advogado Leandro Cabral: decisão do Carf se aplica para os casos posteriores à edição da Lei nº 12.973/2014

Como argumento favorável, tributaristas lembram do voto do ministro Dias Toffoli, do STF, ao julgar um caso da Axa Seguros. Essa ação, que não estava em repercussão geral, permitiu a incidência de PIS/Cofins sobre prêmios de seguros. Porém, nos embargos de declaração, Toffoli afirmou que a cobrança não deveria se estender aos ativos garantidores, citando parecer do ministro aposentado Cezar Peluzo. O impacto desse caso era de R$ 26,9 bilhões, segundo estimativa na Lei de Diretrizes Orçamentárias (RE 400479).

O tributarista Maurício Faro, sócio do BMA Advogados, lembra ainda que um parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) chegou a reconhecer que essas receitas não eram operacionais, mas depois a Receita publicou uma solução de consulta dizendo o contrário. Para ele, não é possível a inclusão. "Não é receita operacional, porque é o cumprimento de uma obrigação regulatória. A empresa não tem autonomia para gerir esse dinheiro e precisa cumprir regras específicas", diz.

Segundo Faro, a jurisprudência na Câmara Superior do Carf é desfavorável "há bastante tempo" e o cenário também não é positivo no Tribunais Regionais Federais (TRFs). Ele tem duas decisões definitivas favoráveis sobre o assunto, de segunda instância. Na Câmara Superior do Carf, menciona caso recente que esteve em julgamento, mas foi suspenso por um pedido de vista do novo presidente, com placar em 4 a 3 para a União (processo nº 16682.722324/2017-67).

Advogados defendem ainda que a tese das seguradoras difere da que foi julgada em junho do ano passado de forma desfavorável para as instituições financeiras, no STF (Tema 372). Nesse caso, por maioria, os ministros entenderam que as receitas financeiras integram a atividade típica dos bancos, portanto, devem compor a base dos tributos.

Para as seguradoras, contudo, não poderia ser aplicada a mesma lógica. "Existe uma peculiaridade na prestação do serviço e na obrigação legal de ter esse ativo garantidor", diz Priscila Regina de Souza, sócia do Loeser e Hadad Advogados, acrescentando que "a decisão do Carf é muito coerente e está bastante alinhada com o conceito de receita bruta e faturamento". "Qualquer decisão diversa é não respeitar a própria legislação."

Procurada pelo **Valor**, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deu retorno até o fechamento da edição. A Mapfre informou, em nota, que "não comenta decisões judiciais".

Bancos devem fornecer dados de clientes ao Fisco

Flávia Maia
De Brasília

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) finalizaram um importante julgamento sobre sigilo bancário, pelo Plenário Virtual, na sexta-feira. Definiram que são constitucionais os dispositivos de um convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que obrigam instituições financeiras a fornecer aos Fiscos estaduais informações sobre transações realizadas por clientes via PIX e cartões de débito e crédito. O placar final foi de 6 votos a 5.

A medida é para fiscalizar o pagamento do ICMS por meios eletrônicos. Foi estabelecida pelo Convênio Confaz-ICMS nº 134, firmado em 2016. A norma estabelece que as instituições bancárias passam a ter obrigação de informar todas as operações efetuadas por pessoas físicas e jurídicas.

A ação foi ajuizada pelo Conselho Nacional do Sistema Financeiro (Consif). A entidade argumenta que o convênio é inconstitucional porque confere ao Confaz a competência para mitigar o sigilo bancário dos clientes de instituições financeiras. O Consif também defende que o Confaz cria uma obrigação acessória a mais para os bancos e pode abrir margem para que prefeituras também peçam o acesso a dados de clientes referentes a tributos municipais.

ALEJANDRO ZAMBRANA/SECOM/TSE

"Normas visam o aperfeiçoamento da atividade fiscalizatória"
Cármen Lúcia

Prevaleceu no julgamento o voto da relatora, a ministra Cármen Lúcia. Ela entende que a norma é válida porque visa o aperfeiçoamento da atividade fiscalizatória das fazendas estaduais e vai trazer mais eficiência à fiscalização tributária. A ministra ressalta ainda que não há quebra de sigilo bancário, mas sim a "transferência do sigilo das instituições financeiras e bancárias à administração tributária estadual ou distrital".

A ministra destaca no voto que, a partir do momento que as instituições financeiras repassam os dados às autoridades fiscais, "há transferência também do dever de sigilo dessas informações àquelas autoridades, permanecendo a obrigação legal de preservação da inviolabilidade dos dados".

"À administração tributária dos Estados e do Distrito Federal é imposta a tarefa de manter os dados das pessoas físicas e jurídicas fora do alcance de terceiros, utilizando-os de forma exclusiva para o exercício de suas competências fiscais", diz.

Acompanharam o entendimento da relatora Cármen Lúcia os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Flávio Dino, Dias Toffoli e Luiz Fux.

O ministro Gilmar Mendes foi o primeiro a divergir da relatora. Na análise do decano, a norma do Confaz viola os direitos à privacidade, ao sigilo de dados, ao devido processo legal e à proteção de dados pessoais.

O ministro ressalta ainda, em seu voto, que a norma não tem critérios transparentes quanto à transmissão, à manutenção do sigilo e ao armazenamento das informações. "Não há qualquer previsão quanto ao prazo de guarda dos dados enviados, em linha com a manutenção da finalidade pública da administração tributária, o que é exigido, inclusive, pela Lei Geral de Proteção de Dados [LGPD]", diz o ministro.

Acompanharam Gilmar Mendes os ministros Cristiano Zanin, André Mendonça, Luís Roberto Barroso e Nunes Marques.

Em seu voto, o ministro Cristiano Zanin destaca que a União pode exigir das instituições financeiras a obrigação de informar dados relativos às operações realizadas pelos usuários de seus serviços e que estão sujeitas aos tributos de sua competência. No entanto, essa obrigação não deve ser estendida para os Estados e Distrito Federal.

"Em síntese, a administração tributária, no exercício da atividade fiscalizatória — instrumento para concretização do princípio da capacidade contributiva — deve atuar dentro dos limites da sua competência impositiva. Daí que as obrigações acessórias devem estar minimamente relacionadas ao objeto da obrigação principal", afirma Zanin.

O julgamento já esteve em Plenário Virtual anteriormente e havia sido interrompido, no mês de maio deste ano, pelo ministro Dias Toffoli. A votação foi retomada no dia 30.

No retorno do julgamento, o ministro Toffoli acompanhou o entendimento da relatora. Ele destacou no voto que os Estados e o Distrito Federal podem ter acesso aos dados, assim como a União. Para ele, a norma do Confaz permite mais eficiência na cobrança do ICMS.

Toffoli afirma também em seu voto que, recentemente, foi feita uma alteração no Código Tributário Nacional (CTN) em que se previu "expressamente" a possibilidade da administração tributária requisitar informações cadastrais e patrimoniais de terceiros a órgãos ou entidades, públicos ou privados, que, inclusive por obrigação legal, operem cadastros e registros ou controlem operações de bens e direitos.

Destaque

Termo crossfit

A 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) manteve decisão que determinou que empresa de pisos para academias se abstenha de utilizar termo "crossfit" ou outro semelhante. A sentença também condenou a apelante a indenizar a autora por danos morais, fixados em R$ 20 mil, e danos materiais, que serão apurados em liquidação de sentença. Segundo os autos, a ré expôs à venda, sem autorização, linha de pisos de academias com expressão que integra as marcas de titularidade da autora, única legitimada a produzi-las, comercializá-las e licenciá-las. Em seu voto, o relator do caso, desembargador Maurício Pessoa, destaca que, embora a apelante tenha alegado que as empresas não atuam no mesmo ramo, há identidade entre os serviços oferecidos e o público-alvo, já que a acusada usou o termo para designar piso para aplicação em academias, ao passo que a autora o utiliza para nomear programa de condicionamento físico. "O parasitismo é identificado a partir da real possibilidade de os consumidores adquirem o produto da apelante relacionando-o à apelada, com a falsa percepção de que ostenta o mesmo padrão de qualidade da marca tradicional e reconhecida internacionalmente", afirma o desembargador em seu voto (processo nº 1070884-28.2023.8.26.0100).

O STJ e a revisão de decisões do Carf

Opinião Jurídica

José Andrés Lopes da Costa

A recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Recurso Especial 1608161/RS, que limitou o cabimento de ações populares contra decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), marca um momento significativo para o direito administrativo e tributário no Brasil.

Ao definir que a ação popular só deve ser admitida em casos de ilegalidade manifesta, abuso de poder ou contrariedade à jurisprudência consolidada, o STJ reforça a necessidade de respeitar as decisões do Carf, protegendo a integridade do processo administrativo e os princípios fundamentais que norteiam a administração pública.

O Carf desempenha um papel crucial na resolução de litígios tributários, sendo responsável por decisões que envolvem uma análise técnica profunda e uma interpretação precisa da legislação tributária. Suas decisões, que frequentemente envolvem questões de alta complexidade, devem ser respeitadas como definitivas na esfera administrativa. Contudo, a tentativa da Fazenda Nacional de anular suas decisões, por meio de ação popular ajuizada por um auditor fiscal, levanta preocupações significativas sobre a aplicação dos princípios da moralidade, legalidade e eficiência na atuação do Estado.

O fato de o autor da ação popular ser um auditor fiscal traz à tona questões sobre a finalidade e a moralidade desse tipo de iniciativa, uma vez que desvirtua o uso para o qual esse tipo de ação foi instituída já na Constituição de 1934, qual seja, o de servir como instrumento de participação democrática que permitia ao cidadão defender o patrimônio público, a moralidade administrativa, o meio ambiente, e o patrimônio histórico e cultural contra atos lesivos. Assim, quando utilizada por agentes públicos em contextos que podem sugerir a existência de interesse pessoal ou institucional, há o risco de desvirtuamento de seu propósito original. O uso da ação popular como ferramenta para contestar decisões previamente analisadas e julgadas por instâncias competentes, como o Carf, coloca também em risco o princípio da legalidade, uma vez que desafia a autoridade de decisões que já passaram por um crivo técnico especializado.

Além disso, a iniciativa da Fazenda Nacional de apoiar o autor da ação proposta contraria o princípio da eficiência, previsto no artigo 37 da Constituição Federal, que exige da administração pública uma atuação coordenada e objetiva, evitando o desperdício de recursos e a perpetuação de litígios desnecessários. A eficiência administrativa pressupõe que os órgãos públicos atuem de maneira integrada e que as decisões sejam implementadas de forma célere e eficaz, sem a interferência indevida de novas disputas que prolongam o processo e aumentam os custos para todas as partes envolvidas.

Nesse contexto, a crítica do ministro Paulo Sérgio Domingues à postura da Fazenda Nacional é extremamente relevante.

Ao questionar a decisão de apoiar uma ação popular que visa anular uma decisão do Carf, o ministro não apenas aponta para uma possível incoerência na atuação da administração pública, mas também ressalta a importância de que os princípios da moralidade e legalidade sejam rigorosamente observados. O papel de um auditor fiscal deve ser o de garantir que a legalidade prevaleça, sem o uso de instrumentos processuais para reabrir discussões que já foram exaustivamente analisadas por instâncias competentes.

Outro ponto que merece destaque é o impacto que ações como essa podem ter sobre a percepção pública da administração tributária. O uso da ação popular, quando motivado por razões que extrapolam a defesa do interesse público, pode ser visto como um desvio de finalidade, comprometendo a imagem da administração pública perante os contribuintes e a sociedade. A confiança no sistema tributário depende da percepção de que as decisões são tomadas de maneira justa e objetiva, respeitando princípios basilares de direito administrativo.

Ainda mais grave é o fato de que a postura da Fazenda Nacional, ao apoiar a anulação de uma decisão do Carf, contraria o princípio da vedação ao venire contra factum proprium. Esse princípio impede que a administração pública adote comportamentos contraditórios, violando a boa-fé e a legítima expectativa dos cidadãos. Quando a administração pública age de maneira incoerente, como ao tentar anular uma decisão que ela mesma produziu, fica comprometida a credibilidade do Estado e a previsibilidade do sistema jurídico, gerando insegurança e incerteza.

Em última análise, a decisão do STJ fortalece a confiança nas instituições públicas e no sistema tributário como um todo. Ao proteger as decisões do Carf contra revisões indevidas, o tribunal contribui para a manutenção da ordem e da justiça no processo administrativo. Essa decisão é um passo importante para garantir que o sistema tributário brasileiro continue a evoluir de forma justa e eficiente, assegurando que as decisões administrativas sejam tratadas com o devido respeito e que os princípios da legalidade, moralidade e eficiência sejam rigorosamente observados.

Em conclusão, ao impor limites claros para o uso da ação popular contra decisões do Carf, o STJ não só protege a integridade do processo administrativo, mas também reafirma os princípios que devem guiar a administração pública em todas as suas ações. A decisão contribui para a construção de um sistema jurídico mais estável e confiável, onde as decisões são respeitadas e as instituições agem de forma coordenada e eficiente, garantindo a segurança jurídica e a justiça para todos os cidadãos.

José Andrés Lopes da Costa é advogado, mestre em Direito Tributário Internacional pelo IBDT-SP e sócio do DCLC Advogados

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.669.021/0001-10 - NIRE: 33300292896

ARCA em 29/07/24. 1. Data, Hora e Local: Aos 29/07/24, às 09h30min, na sede social da Enauta Participações S.A. ("Cia."), situada na Av. Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte)/RJ. **2. Convocação e Presença:** A convocação desta reunião do Conselho de Administração foi realizada na forma do Art. 18 do Estatuto Social da Cia. e estiveram presentes na reunião, representando a totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração da Cia., os Srs.: (i) Mateus Tessler Rocha; (ii) Ricardo de Queiroz Galvão; (iii) Luiz Carlos de Lemos Costamilan; (iv) Antônio Augusto de Queiroz Galvão; (v) Ana Marta Horta Veloso, representada por seu procurador, Fábio de Barros Pinheiro, nos termos do Art. 16, §6º, item (b) do Estatuto Social da Cia.; e (vi) Fábio de Barros Pinheiro. Compareceram também os seguintes membros da Diretoria: Décio Fabrício Oddone da Costa, Diretor Presidente; Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; e Carlos Mastrangelo, Diretor de Operações. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Mateus Tessler Rocha; Secretário: Sr. Fabrício Zaluski. **4. Ordem Do Dia:** Deliberar sobre as informações financeiras trimestrais da Cia. relativas ao 2º trimestre de 2024. **5. Deliberações Aprovadas:** Antes de iniciar o exame da ordem do dia, os Conselheiros presentes aprovaram, por unanimidade, que a Ata desta Reunião do Conselho de Administração fosse lavrada sob a forma de sumário, nos termos da lei, facultada a apresentação de votos e protestos, que serão recebidos pela Mesa e arquivados na sede da Cia. Passando ao item constante da ordem do dia, o Conselho de Administração, por unanimidade de votos dos presentes, conforme discussões ocorridas durante a reunião e com base no material de suporte disponibilizado, deliberou pela aprovação, sem ressalvas, da emissão das Informações Financeiras Trimestrais da Cia. relativas ao trimestre findo em 30/06/24 (2T2024), elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC, aprovado pelo CFC e pela CVM, e com a norma internacional IAS 34 - *"Interim Financial Reporting"*, emitida pelo IASB, as quais foram objeto de revisão pelos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, ficando registrado o recebimento de parecer favorável do Comitê de Auditoria Estatutário. Fica a Diretoria da Cia. autorizada a tomar todas as providências que se façam necessárias para o fiel cumprimento desta deliberação, incluindo, mas não se limitando às divulgações necessárias, mediante remessa à CVM, à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e disponibilização no endereço eletrônico da Cia. (www.enauta.com.br/ri). **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes e pelo Secretário. RJ, 29/07/24. Mesa: Mateus Tessler Rocha - Presidente, Fabrício Zaluski - Secretário. Conselheiros: Mateus Tessler Rocha, Ricardo de Queiroz Galvão, Luiz Carlos de Lemos Costamilan, Antônio Augusto de Queiroz Galvão, Ana Marta Horta Veloso - *p.p. Fábio de Barros Pinheiro*, Fábio de Barros Pinheiro. JUCERJA em 05/09/24 sob o nº 6435030. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 15ª EMISSÃO (IF 22F0675402) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 15ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 15ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 24 de junho de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **27 de setembro de 2024, às 14:10, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 15ª Emissão – (IF 22F0675402), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º PÚBLICO LEILÃO: 23/SETEMBRO/2024, ÀS 10:00 H - 2º PÚBLICO LEILÃO: 23/SETEMBRO/2024, ÀS 11:00 H - Leilão Online

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Comitente: **ONE ARTUR DE AZEVEDO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA.**, inscrita no **CNPJ/RFB sob nº 32.167.982/0001-05, VENDERÁ** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, em consonância com o art. 63, parágrafo 1º ao 5º da Lei Federal nº 4.591/64 e incisos VI e VII do art. 1º da Lei Federal nº 4.864/65 e demais disposições aplicáveis à matéria, os direitos decorrente do Instrumento Particular do Contrato de Compromisso de Venda e Compra, datado de 02 de outubro de 2021, na cidade de São Paulo/SP, relativo às frações ideais de terreno e parte construída correspondente a unidade autônoma: **APARTAMENTO Nº 102, LOCALIZADA NO 10º ANDAR, DA TORRE EDGE PINHEIROS, DO CONDOMÍNIO EDGE PINHEIROS,** com direito ao uso de 03 (três) vagas de garagem sob nºs 117, 121 e 122, localizadas no 3º subsolo e 01 (um) depósito, situado na Rua Artur de Azevedo, nº 1.815 e Rua Antônio Bicudo, nº 100, Pinheiros, município de São Paulo/SP, com as seguintes áreas: área privativa total de 263,680m2, (sendo 230,900m2 de área privativa principal, 29,700m2 correspondente a 03 vagas de carros cobertas localizadas na garagem coletiva do condomínio, e 3,080m2 correspondente a 01 deposito localizado na garagem coletiva do condomínio, e área comum de 149,004m2 (sendo 122,824m2 de área coberta e 26,180m2 de área descoberta), perfazendo a área total de 412,684m2 e a área edificada de 386,504m2, correspondendo a fração ideal no solo de 0,014743 e nas outras partes do condomínio. Matrícula imobiliária nº 159.584 do 10º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 4.454.518,92. 2º LEILÃO: R$ 4.050.653,16.** Imóvel desocupado, eventual ocupação irregular, desocupação a cargo do arrematante. Existem débitos de IPTU e taxas condominiais. O arrematante pagará: o lanço a vista; 5% de comissão do leiloeiro; débitos IPTU/condomínio/água/luz; custas cartoriais; impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura; as despesas a partir da arrematação e sub-rogará nos direitos e obrigações dos títulos originários. Hipotecas serão baixadas em até 180 dias do pagamento da arrematação. A venda será feita em caráter *ad corpus*, imóvel entregue no estado em que se encontra. **A COMITENTE TERÁ PREFERÊNCIA NA AQUISIÇÃO DO BEM.** Os interessados deverão tomar ciência do Edital e regras disponíveis no portal eletrônico: www.silveiraleiloes.com.br, e se responsabilizam pela análise jurídica e situação do imóvel, não podendo alegar desconhecimento. À Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 346ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21E0030495) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 346ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 346ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de maio de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **07 de outubro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 346ª Série da 1ª Emissão – (IF 21E0030495), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.

CNPJ/MF nº 10.760.260/0001-19 | NIRE 35.300.367.596 | Código CVM nº 02331-0 | Companhia Aberta

Ata da Reunião de Diretoria realizada em 19 de agosto de 2024

1. Data, Horário e Local: No dia 19 de agosto de 2024, às 09 horas, em reunião realizada por meio de videoconferência nos termos do § 6º do artigo 26 do Estatuto Social da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, tendo em vista a presença de todos os membros da Diretoria da Companhia, conforme § 3º do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente – Fabio Martinelli Godinho; e Secretário – Ricardo Mendonça Valverde. **4. Ordem do Dia:** Em consonância ao § único do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, deliberar sobre a (i) abertura e (ii) alteração de endereço de filiais da Companhia. **5. Deliberações tomadas por unanimidade:** por unanimidade, os Diretores decidiram: (i) Pela **Abertura** de uma filial da Companhia na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, localizada na Rua Catequese, nº 227, sala 35, Bairro Jardim, CEP: 09090-400, com título (nome fantasia) "Esferatur"; e, (ii) Pela **Alteração** do endereço da filial localizada na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, Avenida Industrial, nº 600, Loja 337 /338, Bairro Campestre, CEP: 09080-500, inscrita no CNPJ sob o nº 10.760.260/0028-39, NIRE nº 35.906.290.677, **para** Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, Avenida Industrial, nº 600, Loja 337 /338; QUIOSQ: Q06, Bairro Campestre, CEP: 09080-500. **6. Encerramento, lavratura e aprovação da ata:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Santo André/SP, 19 de agosto de 2024. Mesa: Fabio Martinelli Godinho – Presidente; Ricardo Mendonça Valverde – Secretário. Diretores Presentes: Fabio Martinelli Godinho, Felipe Pinto Gomes e Karin Regina da Rocha Demarques Ga[illegible]. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. Santo André/SP, 19 de agosto de 2024. **Ricardo Mendonça Valverde** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 325.382/24-4 e NIRE 35.906.782.651 em 29/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 063/2024 – EDITAL 065/2024 – cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE ITENS DE PADARIA/CONFEITARIA E AFINS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO BEM ESTAR E INTEGRAÇÃO SOCIAL, FUNDO SOCIAL, SAÚDE E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PELO PERIODO DE 12 MESES, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.** O período de envio das propostas será a partir de 10/09/2024 até 20/09/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 20/09/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 10/09/2024. Ituverava-SP, 06 de setembro de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 10ª EMISSÃO (IF CRA0190081C) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 07 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 10ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 10ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de novembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **27 de setembro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **07 de outubro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 10ª Emissão - (IF CRA0190081C), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.

CNPJ/MF nº 10.760.260/0001-19 | NIRE 35.300.367.596 | Código CVM nº 23310 | Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de agosto de 2024

1. Data, hora e local: No 7º dia de agosto de 2024, às 09 horas e 30 minutos, em reunião realizada por meio de videoconferência, nos termos do artigo 17, § 6º, do Estatuto Social da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. ("Companhia"). **2. Convocação e Presença**: Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 17, § 2º, do Estatuto Social da Companhia. Presentes, portanto, os(as) Srs(as). Mateus Affonso Bandeira (Presidente), Gustavo Baptista Paulus (Vice-Presidente), Felipe Pinto Gomes e Tiago Ring. **3. Mesa**: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Mateus Affonso Bandeira e secretariados pela Sra. Jessica Soliguetti Vicente. **4. Ordem do dia**: Deliberar sobre a (i) análise das informações financeiras trimestrais da Companhia relativas ao 2º trimestre do exercício social de 2024; (ii) Renúncia do Sr. Felipe Pinto Gomes ao cargo de membro do Conselho de Administração e (iii) Eleição do Sr. Felipe Pontes Gondim como membro do Conselho de Administração. **5. Deliberações:** Dando início aos trabalhos, os membros do Conselho de Administração examinaram os itens constantes na Ordem do Dia e se manifestaram conforme segue: (i) **Aprovar**, por maioria, observada as manifestações do Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos e Finanças, as informações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao 2º trimestre do exercício social de 2024, acompanhadas do relatório de revisão do auditor independente, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a divulgar tais informações, na forma da legislação aplicável. Ressalta-se que o Sr. Felipe Pinto Gomes, em razão de cumular o cargo de membro do Conselho de Administração e Diretor Financeiro da Companhia, se absteve de votar. (ii) **Consignar a renúncia** do Sr. **Felipe Pinto Gomes**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade RG nº MG 11.068.038, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 043.074.726-83, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Os Srs. membros do Conselho de Administração registram seus agradecimentos ao Sr. Felipe por toda sua dedicação e contribuição enquanto fez parte do Conselho de Administração da Companhia. Consignar que o Sr. Felipe continuará à frente do cargo de Diretor Financeiro e Relações com Investidores pelo qual foi eleito pela Companhia no dia 06/05/2024. (iii) **Aprovar**, por unanimidade, a eleição do Sr. **Felipe Pontes Gondim**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade RG nº 2001002202327, inscrito no CPF sob o nº 021.255.723-89, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401, para ocupar o cargo vacante de membro do Conselho de Administração, exercendo suas funções a partir da sua posse até a próxima AGE a ser realizada pela Companhia, nos termos do artigo 16, caput, do Estado Social da Companhia e do artigo 150, caput, da Lei das S.A. **Consignar** que o Sr. Felipe Gondim tomará posse do cargo para o qual foi eleito nesta data e mediante a assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio da Companhia. Conforme declaração de enquadramento em relação aos critérios de independência fornecida pelo Sr. Felipe Gondim, o Conselho de Administração entende que o Sr. Felipe Gondim está devidamente enquadrado nos critérios de independência do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação aplicável, bem como está aderente aos critérios previstos na Política de Indicação da Companhia. (iv) **Autorizar** a Diretoria a praticar todos os procedimentos necessários à efetivação das deliberações acima. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem quisesse se manifestar e ante a ausência de manifestações, foram encerrados os trabalhos da reunião e lavrada a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **7. Conselheiros presentes:** Mateus Affonso Bandeira (Presidente), Gustavo Baptista Paulus (Vice-Presidente), Felipe Pinto Gomes e Tiago Ring. **Mesa**: Mateus Affonso Bandeira – Presidente; e Jessica Soliguetti Vicente – Secretária. Certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio da Companhia. Santo André/SP, 07 de agosto de 2024. **Mateus Affonso Bandeira** – Presidente; **Jessica Soliguetti Vicente** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 310.880/24-5 em 26/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG 533201 - Pregão Eletrônico nº 90068/2024 - Objeto: Operacionalização do Acordo Microsoft - PRO.00.8279 para o fornecimento de produtos e serviços da tecnologia Microsoft. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, às 9h do dia 23/09/2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".

AVISO DE SUSPENSÃO SINE DIE

Pregão Eletrônico nº 90060/24 - Prestação de serviços em Medicina do Trabalho, de acordo com a legislação específica, para atendimento aos empregados da PRODESP lotados na Sede e nas respectivas Filiais localizadas na Capital e no Interior de São Paulo, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e constantes do Termo de Referência que integra este edital como Anexo I. Comunicamos a suspensão sine die da licitação para estudos internos.

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

NATURA &CO PAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ nº 48.805.820/0001-87 - NIRE 35300605349

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2024

1. Data, Hora e Local: 30/04/2024, às 10h, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, sala A22D, Vila Jaguará, São Paulo/SP. **2. Convocação e presença**: dispensada as formalidades de convocação devido à presença da totalidade dos acionistas da Companhia, de acordo com o disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), a saber: **Natura Cosméticos S.A.** sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF nº 71.673.990/0001-77, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP/NIRE 35.300.143.183, em São Paulo/SP, na Avenida Alexandre Colares, nº 1188, Vila Jaguará, neste ato representada na forma de seu estatuto social por **João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, RG nº 16.356.342 SSP-SP, CPF/MF nº 050.269.878-00, com endereço comercial em São Paulo/SP, na Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, Bloco A, salas A19, A20 e A23, Vila Jaguará, e **Ana Beatriz Macedo da Costa**, brasileira, casada, advogada, RG nº 95556817 IFP/RJ e CPF nº 035.268.037-73, com endereço profissional na Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, Vila Jaguara, CEP 05106-000, em São Paulo/SP, e **Natura &Co Pay Holding Financeira S.A.**, sociedade anônima, CNPJ/MF nº 42.824.941/0001-90, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP/NIRE 35.300.573.366, em São Paulo/SP, na Avenida Alexandre Colares, nº 1188, sala 22B, Bloco A, Parque Anhanguera, CEP 05106-000, neste ato representada na forma de seu estatuto social por **José Manuel Barbosa da Silva**, português, casado, economista, RNE nº V556781A e no CPF/MF nº 011.365.199-63, com endereço comercial em São Paulo/SP, Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, sala 22b, Bloco A, Parque Anhanguera, CEP 05106-000, e **João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, RG nº 16.356.342 SSP-SP, CPF/MF nº 050.269.878-00, com endereço comercial em São Paulo/SP, na Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, Bloco A, salas A19, A20 e A23, Vila Jaguará, CEP 05106-00. **3. Composição da Mesa:** Presidente, Sr. José Manuel Barbosa da Silva e Secretária, Sra. Camila Marzano Novaes Gimenes. **4. Publicações Legais:** Relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores externos independentes elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicados em 12/03/2024 no jornal "Valor Econômico", páginas A9 e A10, bem como arquivados na sede social da Companhia. **5. Ordem do Dia**: deliberar sobre: **5.1. Em Assembleia Geral Ordinária: i.** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **ii.** examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023 e a distribuição de dividendos; **iii.** fixar a remuneração global dos membros da Diretoria da Companhia a ser paga até a assembleia geral ordinária que votar as contas da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2024; **iv.** a eleição dos membros da Diretoria da Companhia; **5.2. Em Assembleia Geral Extraordinária: v.** a alteração do Estatuto Social da Companhia para inclusão do nome fantasia; **vi.** a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **vii.** a autorização para a diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários para implementar os procedimentos deliberados na Ordem do Dia. **6. Deliberações**: Após as discussões relacionadas às matérias constantes da Ordem do Dia, havendo-se autorizado a lavratura da presente ata na forma de sumário, as seguintes deliberações foram aprovadas pelos acionistas da Companhia: **i.** as contas dos administradores, bem como o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **ii.** a destinação dos resultados apurados e a não distribuição de dividendos aos acionistas para o exercício social findo em 31/12/2023; **iii.** a fixação da remuneração global dos membros da Diretoria da Companhia no valor total de até R$ 7.930.680,69. **iv.** a eleição dos membros da Diretoria da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2027, a saber: **(i) José Manuel Barbosa da Silva**, português, casado, economista, RNE nº V556781A e no CPF/MF nº 011.365.199-63, residente e domiciliado em São Paulo/SP, na Rua Duque de Caxias nº 244, Casa 16, para o cargo de **Diretor Presidente**; **(ii) Leandro Grellet Galvão**, brasileiro, casado, diretor financeiro, RG nº 29.810.353-9 SSP/SP, CPF/MF nº 300.275.818- 37, residente e domiciliado na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Alameda Girassol nº 546, Condomínio Terras de São Francisco, para o cargo de **Diretor sem designação específica; (iii) Felipe Stuff de Arruda Vasconcelos**, brasileiro, solteiro, maior, diretor de tecnologia da informação e operações, RG nº 28507455-6 SSP/SP, CPF/MF nº 220.204.128-10, residente e domiciliado na cidade de Jandira, Estado de São Paulo, na Rua Agua Marinha nº 330, Bairro Nova Higienópolis, para o cargo de **Diretor sem designação específica; e (iv) Lavinia Maria de Oliveira Bernal**, brasileira, matemática, divorciada, RG nº 27.319.329-6 SSP/SP, CPF/MF nº 255.134.778- 58, residente e domiciliada em São Paulo/SP, na Rua Aguapei nº 780, apto. 21, Vila Santo Estêvão, para o cargo de **Diretora sem designação específica.** Os membros da Diretoria ora eleitos serão investidos nos respectivos cargos após a aprovação concedida pelo Banco Central do Brasil, mediante a assinatura dos respectivos termos de posse. **Declaração de Desimpedimento:** Os eleitos declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da sociedade, nem estarem condenados ou sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, consignando que as respectivas declarações de desimpedimento encontram-se arquivadas na sede da Sociedade. **6.2. Em Assembleia Geral Extraordinária: v.** a alteração do Artigo 1º do Estatuto Social da Companhia para a inclusão do nome fantasia, que passará a ter a seguinte redação: Artigo 1º - A **Natura &Co Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.** (a "Companhia") é uma sociedade por ações fechada, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. A Companhia terá o nome fantasia de **Emana Pay SCD. vi.** a nova redação consolidada do Estatuto Social da Companhia, com a finalidade de refletir a deliberação acima, nos termos do anexo à presente ata. **vii.** a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários para implementação dos procedimentos deliberados acima. **7. Encerramento e Lavratura da Ata:** nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. **8. Assinaturas: Mesa:** José Manuel Barbosa da Silva - Presidente; Camila Marzano Novaes Gimenes - Secretária. **Acionistas: Natura Cosméticos S.A., p.p. Srs João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira e Ana Beatriz Macedo da Costa e Natura&Co Pay Holding Financeira S.A., p.p. Srs. José Manuel Barbosa da Silva e João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira** São Paulo (SP), 30/04/2024. José Manuel Barbosa da Silva - Presidente. Camila Marzano Novaes Gimenes - Secretária. Acionistas: **Natura Cosméticos S.A. -** Paulo Brotto Gonçalves Ferreira, Ana Beatriz Macedo da Costa. **Natura&Co Pay Holding Financeira S.A. -** José Manuel Barbosa da Silva, João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira **Estatuto Social - Cap. I - Nome, Sede, Foro e Duração:** Artigo 1º - A **Natura &Co Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.** (a "Companhia") é uma sociedade por ações fechada, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. A Companhia terá o nome fantasia de EMANA PAY SCD. Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro jurídico em São Paulo/SP, Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, sala A22D, Vila Jaguará. §Único A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, manter, transferir ou encerrar filiais no território nacional. Artigo 3º - A Companhia terá prazo de duração indeterminado. **Cap. II - Objeto Social:** Artigo 4º - A Companhia tem por objeto a prática de (i) operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; (ii) prestação de serviços de análise de crédito e cobrança; e (iii) emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor; (iv) emissão de instrumento de pagamento pós-pago, nos termos da regulamentação em vigor; e (v) atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de crédito mencionadas no item (i) por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados. **Cap. III - Capital Social e Ações:** Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 307.300.728,00, dividido em 307.300.728 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. §1º - As ações da Companhia serão nominativas, facultada a adoção da forma escritural, em conta de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o §3º do artigo 35 da Lei nº 6.404/76. §2º - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais. §3º - A ação é indivisível em relação à Companhia. Nome de propriedade do documento desconhecido. §4º - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". **Cap. IV - Assembleias Gerais:** Artigo 6º - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sendo convocada, instalada e realizada para os fins e na forma prevista em lei, tomando-se as deliberações com o quórum legalmente previsto. Artigo 7º - A Assembleia Geral será instalada e presidida por um membro da Diretoria. §Único - O Presidente da Assembleia escolherá um ou mais secretários. Artigo 8º - A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á dentro dos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência, previstas em lei. Artigo 9º - A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas e nos casos previstos em lei e neste Estatuto. **Cap. V - Administração:** Artigo 10 - A Companhia será administrada por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social. §1º - Cabe à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos membros da Diretoria da Companhia. §2º - Os administradores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse em livro próprio, sendo admitida a reeleição. **Cap. VI - Diretoria:** Artigo 11 - Os membros da Diretoria permanecerão em seus cargos por um mandato de 3 (três) anos, se estendendo até a investidura de novos membros eleitos, sendo permitida a reeleição. Artigo 12 - As operações do dia-a-dia da Companhia serão geridas pela Diretoria, cujas funções, obrigações e direitos estão previstos no Estatuto Social e na legislação aplicável. Os Diretores e candidatos a preencherem a posição de Diretor deverão residir no Brasil, ser profissionalmente qualificados para desempenhar suas funções e gozarem de boa reputação. §Único - Sem prejuízo do disposto acima, compete à Diretoria, dentre suas demais atribuições, a aprovação, implementação e revisão de estruturas, políticas e relatórios da Companhia sobre (i) governança e controles internos; (ii) a prevenção aos crimes de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998; e (iii) o gerenciamento de riscos. Artigo 13 - A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 5 membros. Os Diretores da Companhia reportarão à Assembleia Geral periodicamente, conforme solicitado e/ou conforme determinado neste Estatuto Social. §1º - Observado o descrito acima, a Diretoria será composta por um Diretor Presidente, e até 4 sem designação específica. §2º - Compete ao Diretor Presidente: (i) convocar as Reuniões de Diretoria e presidi-las; (ii) orientar a administração e a gestão dos negócios sociais, supervisionando os trabalhos da Diretoria; (iii) coordenar a atuação dos demais Diretores, bem como o acompanhamento dos respectivos desempenhos; e (iv) tomar as decisões de sua alçada. §3º - Os demais Diretores ocuparão cargos com as atribuições fixadas pela Assembleia Geral. Artigo 14 - Na hipótese de renúncia de um dos Diretores ou diante de vacância na Diretoria, uma Assembleia Geral deverá ser convocada em até 8 dias a fim de eleger um Diretor substituto, o qual deverá tomar posse de seu cargo somente após a homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil, na forma da regulamentação em vigor. Artigo 15 - A Diretoria terá amplos poderes para administrar a Companhia e para realizar todos os atos e operações relacionadas ao objeto social, observando as disposições do Artigo 13. Artigo 16 - Todos os atos necessários para atingir o objeto social da Companhia, tais como escrituras, notas promissórias, letras de câmbio e outras movimentações financeiras, empréstimos, financiamentos e obrigações em geral, observadas as disposições legais, deste Estatuto Social e das deliberações tomadas em Assembleia Geral, serão obrigatoriamente assinados por: (i) 2 Diretores em conjunto; ou (ii) (ii) qualquer um dos Diretores e de 1 procurador devidamente investido com poderes específicos em processos judiciais, administrativos e perante órgãos públicos; ou (iii) 2 procuradores em conjunto; ou (iv) 1 Diretor ou 1 procurador, isoladamente, com poderes específicos para a prática dos seguintes atos: (a) representação da Companhia em atos de rotina realizados fora da sede social; (b) representação da Companhia em Assembleias e reuniões de sócios de sociedades da qual participe; (c) representação da Companhia em juízo, exceto para a prática de atos que importem renúncia a direitos; ou (d) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante órgãos reguladores, repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza. §Único - As procurações serão sempre outorgadas por 2 Diretores, sendo que estabelecerão os poderes do procurador e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais, não terão prazo de validade superior a 3 anos. Artigo 17 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer dos acionistas, administradores, diretores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros e/ou da própria Companhia, salvo se aprovado, em Assembleia Geral, por maioria absoluta de votos. Erro! Nome de propriedade do documento desconhecido. **Cap. VII - Conselho Fiscal:** Artigo 18 - A Companhia possuirá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto por 3 membros e respectivos suplentes, todos residentes no país. O Conselho Fiscal será eleito e instalado pela Assembleia Geral, em conformidade com as disposições legais aplicáveis. **Cap. VIII - Ouvidoria:** Artigo 19 - A Companhia terá uma Ouvidoria, composta por 1 Ouvidor, que será nomeado pela Diretoria dentre pessoas que preencham as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos. O Ouvidor terá mandato de 36 meses, sendo permitida a reeleição. A Diretoria poderá destituir o Ouvidor a qualquer tempo, a seu critério, ou caso o mesmo descumpra as atribuições previstas neste Capítulo. §1º - A Ouvidoria contará com condições adequadas para seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção. §2º- É assegurado o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. Artigo 20 - São atribuições e atividades da Ouvidoria: (i) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da instituição; (ii) atuar como canal de comunicação entre a Companhia e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; (iii) informar à Diretoria da Companhia a respeito das atividades de Ouvidoria; (iv) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços da Companhia, que não forem solucionadas por outros canais fornecidos pela Companhia; (v) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas, informando o prazo previsto para resposta; (vi) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar 10 dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% do total de reclamações no mês, devendo o reclamante ser informado sobre os motivos da prorrogação; (vii) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado no item (vi) acima; (viii) manter a Diretoria da Companhia informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos Diretores para solucioná-los; (ix) propor à Diretoria da Companhia medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; e (x) elaborar e encaminhar à auditoria interna e à Diretoria da Companhia, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo as proposições de que trata o item (ix) acima. **Cap. IX - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros:** Artigo 21 - O exercício social terá a duração de 1 ano, e terminará no último dia do mês de dezembro de cada ano. Artigo 22 - Ao fim de cada exercício social serão elaborados, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras previstas em lei. §1º - A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou, respeitados os preceitos legais, em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados. §2º - A qualquer tempo, a Diretoria também poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. §3º - O valor, pago ou creditado, a título de juros sobre o capital próprio nos termos do artigo 9º, §7º da Lei nº 9.249/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais. §4º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. Artigo 23 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. §1º - Sobre o lucro remanescente apurado na forma do caput deste artigo, será calculada a participação estatutária dos Administradores, até o limite máximo legal ou fixado em Assembleia Geral. §2º - Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o §anterior, destinar-se-á: (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado; (ii) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o §anterior e ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, destinar- se-ão 25% para pagamento de dividendo obrigatório a todos os seus acionistas; e (iii) o saldo remanescente terá a destinação que lhe for atribuída pela Diretoria, no pressuposto da aprovação pela Assembleia Geral e caso esta não delibere diversamente. **Cap. X - Dissolução, Liquidação e Extinção:** Artigo 24 - A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim. §Único - A Assembleia Geral nomeará o liquidante, fixará os seus honorários, determinando o modo de liquidação e elegerá o Conselho Fiscal, ou manterá o já existente, que deverá funcionar durante o período de liquidação. **Cap. - XI Jurisdição e Solução de Conflitos:** Artigo 25 - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contando da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. Artigo 26 - A Companhia observará os acordos de acionistas registrados na forma do art. 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à respectiva Administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos, e ao Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar os votos lançados contra os mesmos acordos. Artigo 27 - Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo/SP, para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente Estatuto, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Acionistas: **Natura Cosméticos S.A. -** Paulo Brotto Gonçalves Ferreira, Ana Beatriz Macedo da Costa. **Natura&Co Pay Holding Financeira S.A. -** José Manuel Barbosa da Silva, João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 25/SETEMBRO/2024, às 11:00h | 2º Público Leilão: 26/SETEMBRO/2024, às 11:00h - Leilão online

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP: 13092-509 faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **MASA VINTE E OITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no **CNPJ/RFB sob nº 19.641.452/0001-80**, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Imóvel, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, datado de 26 de agosto de 2020, na cidade de Barueri/SP o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 37, LOCALIZADO NO 3º PAVIMENTO, DA TORRE II - MIAMI, DO "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL FLÓRIDA BARUERI"**, situado na Rua Anibal Correa, nº 193, Bairro Votupoca, Barueri/SP, que assim se descreve: área privativa 60,520m2, área comum 33,006m2, já incluída a área correspondente a 01 (uma) vaga de garagem, perfazendo a área total 93,526m2 e fração ideal no terreno de 0,0031370 ou 0,31370%. CCM: 23213.51.33.0001.02.029.1. Matrícula imobiliária nº 212.824 do Cartório de Registro de Imóveis de Barueri/SP. Consolidação da propriedade em 21/08/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 494.223,51. 2º LEILÃO: R$ 659.397,73.** O arrematante pagará o valor do arremate à vista e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que se vencerem a partir da data da arrematação. Imóvel ocupado, a desocupação ficará a cargo do arrematante. Venda *ad corpus*. Ficam os Fiduciantes, **Diego de Souza Brito, CPF nº 333.364.858-00 e Isabel Cristina Rosa de Souza, CPF nº 330.674.488-39,** expressamente comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência, na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, Regras e Condições para participação do leilão disponível no portal da Silveira Leilões, bem como dos documentos imobiliários do imóvel. À Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) **3117.1000**

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL

LEILÃO DE VEÍCULOS - 180 LOTES - DIA: 10.09.2024 - 10h00 - 3ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 10.09.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 98861112XMK371635 - 93Y4SRT55RJ532567 - KMHDC51EBAU207456 - 9BWAB45Z1E4052501 - 9BD195152F0647125 - 8A1BB8215GL944014 - 9BGRP48F0CG209862 - 9BFZH55L3J8037388 - 9BWDA05U3AT018069 - 93YRHAL44LJ222061 - LVVDB11B6ED002102 - 93YRBB001MJ711770 - 9C2KD0810NR107212 - 9C6RG3160P0051801 - 9C2JC7000NR037676 - 935FCKFVYBB575078 - 9BGRX08F0BG230780 - VF30U5FMYFS001493 - 93YLSR76HDJ416358 - 9BHBG41DBFP428234 - 9362AN6A95B039062 - 93XFNH77W8C830628 - 9BHBG51DAHP741143 - 9BGRG08F0DG153037 - 93YRBB007LJ178029 - 3N1DK3CD6DL235977 - 9BGKL69U0JG226081 - 93YRBB005KJ794939 - 9BGEA48H0RG201707 - 9362EN6A98B077877 - 9BGRZ08F0BG125641 - 9BD17164G85061095 - 8AFPZZFHA9J230680 - 9C2KD0800FR037171 - 96PEXSG18PFS00365 - 9C6DG3320P0102299 - 9C6DG3320P0122224 - 9C6RG3160R0107284 - 9C2KF5200RR011752 - 9C2JF8500RR002849 - 9C2KC2200RR319792 - 9C6DG3320M0038721 - 8AWPB05Z0BA505297 - 93YBSR7AHAJ367033 - 93YBSR7RHEJ891252 - 9BD17106G72849689 - 93HFA66408Z207607 - 9BD195A6MG0695756 - 9BD196263F2246160 - 8AWPB05Z2AA020660 - 93YBSR7UHBJ545984 - 9BD372171E4046190 - 93YBSR1RH9J055218 - 9362PKFWXBB022848 - 9BWAA05U49T138414 - 9BGRM6910AG215366 - 9BWAA45U7EP506532 - 9BWAA05Z0D4019905 - 9BGRZ48909G151906 - 9362MKFWXBB028793 - 9BWDA05U0DT183839 - 8BCLDRFJ28G536582 - WVWBC63C8AE503000 - 9BD27803MC7413774REM - 9BD255049A8877892 - 9BFZB55H3D8810071 - 9BGJC69X0FB166196 - 9BGKT69L0EG158519 - 9BGRG08F0CG104341 - 9BWAA45U3EP167946 - 9BWCA05W07T007827 - 9BWDB45U0GT030869 - 9BWKA05Z874086745 - 9BWPB05Z8C4084801 - KMHDC51EBAU191838 - 3C4PFABBXCT259412 - 9BD17140B52517801 - 9BWCA05W88T072913 - 9BHBG51DAEP258259 - 8BCLCRFJVCG522384 - 93YBSR8VKBJ659682 - 9BG116CWVTC906253 - 9BGSU19F0CC155622 - 93HFA15307Z203416 - 9BWLB05U9BP059048 - 9BD17164LC5790384 - 9BGPB69M0CB201425 - 8A1LZBW3TCL918058 - 93HGD18408Z209571 - 9BR53ZEC278661986 - 93YJA00255J557238 - 3FAHP08Z48R126669 - 9BGTU69W07B100483 - 8AFCZZFFC1J223129 - 93Y5SRF84KJ760825 - 9C2KD1000JR114568 - 93YJA1D325J603508 - VF7UARFJWAJ502986 - 935FLKFVY9B525242 - 3N1AB61D68L605189 - 9C2KC2210RR022716 - 9C2KC2220PR010047 - 93Y5SRD04GJ961842 - 9BFZH55L4H8392127 - 9BGJB75E0GB174006 - 9BWAA05U5AT153279 - 9BWAG4129FT578439 - 9BWAA45Z5E4105512 - 9BFZE16F488968034 - 9BGRX48909G144230 - 8AGCN48X0BR133345 - 9BD11818MG1329282 - 8AGSU19F0DR129516 - 94DFCAP15LB228358 - 3C3AFFAR2CT246918 - 8A1FC1Y159L232622REM - 9BWAB05Z4B4003460 - 94DBCAN17HB100459 - 9BD195B4NK0846717 - 9BGKT48V0JG245986 - WBA3X1107GGV35953 - 8AFER13P0AJ311992 - 9BWPB45Z5D4100798 - 93YLB06155J561576 - 9BWAA05U8DT285201 - KNAMH817BE6582665 - WAUCFC8R7EA021099 - 9BWKL45U1RP031657 - 9BD578377F7913199 - 9BD27804D87079950 - 9BD17140J62731495 - 9BGRX48J05G172972 - 93HGK5840JZ128059 - 935FCKFVYAB503207 - KMFZCN7HP9U468542 - 9C2KC2200JR112161 - 9BD195102F0659562 - 9BFZF54P3C8215846 - 3FAKP4BK7BM220137 - 9BD19510ZG0702945 - 3N1CN7AD8EK440608 - 9BR72ZEC258572386 - 94DFCUK13FB103487 - WDDFH32W19J440036 - 9BRK19BT6E2025894 - 3FAFP4WJ1EM188289 - 9BWAB45Z6E4142114REM - 93YBSR8VNCJ175013 - 9BWAG4124FT526944 - 9BWAB45Z6B4145252 - 94DFCUK13FB105136 - 935FCKFVYCB534099 - 9BGKL48U0JB199339 - 93YRBB000NJ917812 - 9BGKT69L0FG173544 - 98RDB11B4KA003587 - 9BWAB45Z5J4023285 - 2FMDK4KC4CBA74062 - 8ADUEFC23PG530483 - 93YH5RAF5HJ537105REM - 98861115XLK276279 - 9BD17104LA5367313 - 988675126JKJ21703 - KMHSU81EDFU436435 - 3GNAX9EJXL5686980 - 93HRV2870MK219577 - 8AFAR23LXLJ163435 - 9BG148FK0NC409462 - 9BD281A9JPYE12536 - WV1DB22H5KA018815 - 8AJFA8CB8K2006539 - LKHPC2CG7CAL51741.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.